



04
2024

REVISTA

HISTÓRIAS públicas

UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS





EXPEDIENTE

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG

Reitora: Lavínia Rosa Rodrigues
Vice-reitor: Thiago Torres Costa Pereira

Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais - EDUEMG

EDITOR-CHEFE
Thiago Torres Costa Pereira

COORDENAÇÃO
Gabriella Nair Noronha

Revista Histórias Públicas

EDITOR-CHEFE
Mauro Franco Neto

EQUIPE EDITORIAL
Ana Paula Silva Santana
Douglas Souza Angeli
Gláuber Miranda Florindo
Janaína de Almeida Teles
Thiago Fidelis
Ygor Klain Belchior

BOLSISTAS E COLABORADORES
João Paulo Ferreira
Sofia de Almeida Piassi Dias

REVISÃO GRAMATICAL
A revisão gramatical e ortográfica é de responsabilidade dos(as) autores(as) dos textos.

DIAGRAMAÇÃO E CAPA
Michele Caroline Luz
Sofia de Almeida Piassi Dias

FOTO
Redescoberta – Ademas Pereira da Costa Júnior. Fonte: Acervo Maretórios, 2023.

CONTATO
historiaspublicas@uemg.br

ISSN
2965-7040 (versão on-line)

Conselho Científico

Aline Rochedo - Povo Puri da Mantiqueira/Editora Pachamama
Breno Mendes - Universidade Federal de Goiás
Bruno Tadeu Salles - Universidade Federal de Ouro Preto
Daniel Pinha - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Daniel Precioso - Universidade Estadual de Goiás
Diego Omar Souza - Universidade Federal do Amazonas
Elias José Palti - Universidade Nacional de Quilmes
Evandro dos Santos - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Francisco Gouvêa de Souza - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Gabriela Berthou de Almeida - Universidade Estadual do Piauí
Géssica Guimarães Gaio - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Heloísa Helena de Jesus Paulo - Universidade do Porto
José Maria Neto - Universidade de Pernambuco
Keila Auxiliadora de Carvalho - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Leon Kaminski - Universidade do Estado de Minas Gerais
Luciano Roza - Universidade Federal de Ouro Preto
Marcelina das Graças Almeida - Universidade do Estado de Minas Gerais
Marcelo Assunção - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Marco Antônio Machado Lima Pereira - Universidade Federal do Maranhão
Mateus Pereira - Universidade Federal de Ouro Preto
Patrício Batsikama Mampuya Cipriano - Instituto Superior Politécnico
Tocoísta Pedro João Uetela - Instituto Superior Maria Mãe África
Rafael Dias de Castro - Universidade Estadual de Montes Claros
Regina Aida Crespo - Universidade Autônoma do México
Renan Marques Birro - Universidade de Pernambuco
Rogéria Cristina Alves - Universidade do Estado de Minas Gerais
Sérgio Campos Matos - Universidade de Lisboa
Sônia Meneses - Universidade Regional do Cariri

Pareceristas desse número

Adriane Aparecida Vidal Costa (Universidade Federal de Minas Gerais)
Alexandra do Nascimento Passos (Universidade Federal de Minas Gerais)
Amanda de Mello Calabria (Universidade Federal Fluminense)
Antônio Augusto Oliveira Gonçalves (Universidade do Estado de Minas Gerais)
Cynthia Simioni Franca (Universidade Estadual do Paraná)
Everardo Paiva Andrade (Universidade Federal Fluminense)
Géssica Góes Guimarães Gaio (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Géssica Guimarães (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Guilherme Bianchi Moreira (Universidade de São Paulo)
Igor Lemos Moreira (Universidade do Estado de Santa Catarina)
João Júlio Gomes dos Santos Júnior (Universidade do Estado de Santa Catarina)
Julio Cesar Bentivoglio (Universidade Federal do Espírito Santo)
Lauri Miranda Silva (Instituto Federal do Rio Grande do Sul)
Lineker Oliveira Norberto da Silva (Universidade do Estado da Bahia)
Livia Lima Rezende (Universidade Federal de São João Del-Rei)
Márcio Antonio Lauria de Moraes Monteiro (Universidade Federal Fluminense)
Maria Cristina Neves de Azevedo (Instituto Federal de Minas Gerais)
Mariana de Moraes Silveira (Universidade Federal de Minas Gerais)
Mayara Aparecida Machado Balestro dos Santos (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Michel Kobelinski (Universidade Estadual do Paraná)
Nathália Sanglard de Almeida Nogueira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Pedro Henrique Batistella (Universidade Federal de Ouro Preto)
Pedro Leal Gomes (Universidade Federal de Ouro Preto)
Polyana Aparecida Valente (Universidade do Estado de Minas Gerais)
Ricardo Marques de Mello (Universidade Estadual do Paraná)
Rogério Rosa Rodrigues (Universidade do Estado de Santa Catarina)
Sérgio Procópio Carmona Mendes (Universidade do Estado de Minas Gerais)
Thamara de Oliveira Rodrigues (Universidade do Estado de Minas Gerais)
Thiago Fidelis (Universidade do Estado de Minas Gerais)
Vicente da Silveira Detoni (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Victor Emmanuel Farias Gomes (Universidade do Estado de Santa Catarina)
Wilton Carlos Lima da Silva (Universidade Estadual Paulista)

Sumário

Editorial	07
Apresentação do Dossiê “Experiências e práticas de História Pública”	11
Dossiê “Experiências e práticas de História Pública”	
Resistir para existir: uma experiência pública numa exposição LGBTQIA+ <i>Marta Gouveia de Oliveira Rovai</i> <i>André Luís Teotônio Teixeira</i> <i>Joice Guimarães Silva</i>	16
O biógrafo e o biografado, entre as fontes e o encontro: relações entre História Oral e História Pública na escrita biográfica <i>Igor Lemos Moreira</i>	38
Narrativas docentes a partir de entrevistas públicas: uma estratégia de formação de professores <i>Marianna Carla Costa Tavares</i> <i>Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto</i> <i>Maria Inês Sucupira Stamato</i>	62
Espectáculo teatral <i>Cartas de Darcy Ribeiro</i> : quando o historiador idealiza, escreve, produz e realiza seu próprio projeto em história pública nos palcos <i>Max Fabiano Rodrigues de Oliveira</i>	87
Entre a Nova e a Velha república: as representações da História do Brasil na TV Senado <i>Isadora Dutra de Freitas</i>	111
História Pública e Mapeamentos: percursos participativos de uma pesquisa sobre a pesca artesanal em Niterói/RJ <i>Ademas Pereira da Costa Júnior</i>	133
Entre lives e dossiês: o uso das redes sociais digitais por revistas acadêmicas de História <i>Raquel Silveira Martins</i>	156
Quem pode fazer história pública? Um estudo de caso sobre a <i>Brasil Paralelo</i> <i>Joana Máximo da Silva</i>	178
História pública produzida pelo povo indígena Paiteer Suruí: apresentação da etnia na rede social Instagram @paiteer_surui <i>Juliana de Almeida Rocha</i> <i>Juliano José de Araújo</i>	196
História pública e memória: as faces da memória em Carmo do Cajuru (MG) <i>Wendy Rabelo Silva</i>	

<i>Flávia Lemos Mota de Azevedo</i>	218
Entrevista	
Do poeta caribenho Édouard Glissant às suas relações com a História: uma conversa com a historiadora Priscila Dorella <i>Priscila Dorella</i> <i>Juniele Rabêlo de Almeida</i>	237
Resenha	
História Pública em Movimento: Estratégias e Desafios na Formação de uma Sociedade Crítica e Empática <i>Luiza Porto de Faria</i>	256
Apresentação do Dossiê “UEMG 35 anos: desafios e possibilidades”	262
Dossiê “UEMG 35 anos: desafios e possibilidades”	
O sindicalismo em educação em Minas Gerais: uma história social, da educação básica ao ensino superior mineiro <i>Cassio Hideo Diniz Hiro</i>	265
A greve de docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais de 2024: uma análise sobre as lutas no campo acadêmico e suas relações com o campo político <i>Adelino Francklin</i>	282
Economia do conhecimento e dependência geopolítica: desafios para as universidades públicas no Terceiro Mundo <i>André Luan Nunes Macedo</i>	304
Desventuras da autonomia universitária: uma breve reflexão sobre a Universidade do Estado de Minas Gerais <i>Tiago Aparecido da Silva</i>	322

Editorial

Mauro FRANCO NETO¹

Em seu quarto número, a *Revista Histórias Públicas* conquista algo que já anunciara em seu texto “Sobre a revista”, no fato da sua aparição, em 2022: “o periódico proposto constituirá um espaço para debater experiências e práticas exitosas no campo da História Pública. É pertinente mencionar que o periódico não se limitará a este tema, estando aberto também a outros “domínios da história”, mas servirá de plataforma efetiva ao debate e à concretização do crescente campo da História Pública no Brasil.” Assim, neste número, a RHP traz o dossiê “Experiências e práticas de História Pública”, organizado por Juniele Rabêlo de Almeida (UFF) e Mauro Franco Neto (UEMG), composto por dez artigos, uma resenha e uma entrevista que discutem as várias faces da história pública e as possibilidades abertas pela ampliação desse campo no Brasil nos últimos anos.

Para uma compreensão introdutória da ampliação deste campo e do que nos motiva na proposição do dossiê, podemos recorrer às palavras do historiador francês François Hartog (2020), publicadas no original já há uma década, quando associou o desenvolvimento da *Public History* na América do Norte à emergência de uma nova figuração do ofício do historiador, ocupando agora um papel de testemunho do “interesse geral” e tomando parte de uma agenda que pleitearia a memória como direito, dever e arma. A mudança é ampla e foi observada por diversos historiadores, ganhando forma nos apelos cada vez mais presentes pelo “dever de memória”. Memória que,

¹ Editor-chefe da Revista Histórias Públicas. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Doutor em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). UEMG. Divinópolis. MG. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5473-8436> E-mail: mauro.neto@uemg.br

ainda segundo Hartog, faria parte, juntamente de outros conceitos como comemoração, patrimônio, identidade, reparação etc., de uma mudança das formas de historicização da realidade nas últimas décadas, com a emergência do “presente” e do “público” como suas categorias definidoras.

Ainda sobre as condições de possibilidade da História Pública no presente, caberia questionar se o diagnóstico de “crise” de Hartog, vendo talvez no “momento-memória” uma *“memoria magistra vitae”* – a usurpação do antigo papel da História – não revelaria, na verdade, uma intensa politização das condições de possibilidade do conhecimento histórico produzido pela disciplina historiográfica, reconhecendo que seus pressupostos e compreensões, muitas das vezes naturalizados, também foram ensejados numa situação específica e podem ser redimensionados a partir de novos acordos e expectativas do espaço público contemporâneo.

Reconhecido o caráter situacional da historiografia acadêmica, como tratar leigos e praticantes de outras disciplinas que lembram ou buscam usar o passado como espaço de experiência que embase julgamentos e decisões da vida cotidiana? Foi o que se questionou Hayden White (2018), quando propôs a distinção entre passado prático e passado histórico, como forma de compreender a permanência de um interesse represado pelo conhecimento histórico que a disciplina historiográfica julgou não lhe interessar e foi particularmente bem explorado pelo romance realista moderno.

É para a percepção desses distintos públicos da história que Fernando Nicolazzi (2019) chamou a atenção, quando sugeriu que, para a realidade contemporânea, haveria três regimes historiográficos: acadêmico, escolar e de circulação ampla. Em cada um desses a história é escrita, narrada e difundida segundo regras e protocolos distintos, sobretudo de acordo com demandas, modos de difusão e formas de recepção que são diferentes. Assim, a questão fundamental seria perceber como essas variadas formas de escrita são lidas e recebidas. Toda produção de história, portanto, traz no seu cerne também a produção de um público e de expectativas para essa história.

Para além dessa dimensão teórica elementar que enseja a ampliação do campo da história pública, haveria uma dimensão política que, no nosso contexto brasileiro vem exercendo pressão nesse chamado aos historiadores para enfrentarem o desafio público do conhecimento histórico: a exploração por parte de franquias do mercado que

tem a história como negócio e entretenimento (Malerba, 2014) e, em alguns casos, a exploração por parte dessas franquias de discursos de ódio e de guerra cultural através de usos do passado que distorcem e omitem fatos à medida da sua conveniência e eficácia política. (Nicolazzi, 2023).

Seja como for, o campo da história pública no Brasil, em meio à sua diversidade de experiências e práticas que o dossiê apresentado neste número pretende trazer, sempre teve como fator distintivo, como afirmou Ricardo Santhiago (2018), a tentativa de despertar um processo de autorreflexão por parte do pesquisador – rever princípios e práticas de pesquisa, sendo aqui, para além de um conjunto de práticas ainda em construção, uma categoria deflagradora de um exercício de retrospecção sobre as formas de produção e circulação do conhecimento histórico. É a partir deste binômio das práticas e da autorreflexão que o dossiê que aqui apresentamos pretende contribuir para este campo no Brasil que ainda traz o fôlego da juventude, afinal seu primeiro evento temático no país data de 2011, mas também a maturidade de enfrentar debates centrais para a longa historiografia brasileira.

Ainda neste quarto número da *Revista Histórias Públicas*, apresentamos um segundo dossiê, retomando questões que foram pontuadas em nosso editorial anterior, referente ao terceiro número da revista. Ali, falávamos dos desafios pautados pela greve dos docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) relativos às suas condições de trabalho, financiamento e expansão. Valendo-se dessas questões e também de duas efemérides importantes, os 35 anos (completados em 2024) da criação da Universidade e os 10 anos (completados em 2023) da estadualização de diversas faculdades privadas que garantiram a sua expansão pelo Estado de Minas Gerais, o professor Tiago Aparecido da Silva reuniu no dossiê “UEMG 35 anos: desafios e possibilidades” contribuições decisivas para pensar o passado, o presente e o futuro da Universidade.

O convite à leitura deste número da *Revista Histórias Públicas* vem acompanhado do agradecimento a quem tornou este número possível: Ana Paula Silva Santana, Douglas Souza Angeli, Glauber Miranda Florindo, Janaína de Almeida Teles, Thiago Fidélis, Ygor Klain Belchior (membros da equipe editorial) e Sofia de Almeida Piassi Dias (secretária executiva). Agradecemos ainda, é claro, todos os pareceristas que

colaboraram de maneira direta para a qualidade da edição atual. À professora Juniele Rabêlo de Almeida, ao professor Tiago Aparecido da Silva e a todos os autores e autoras, um agradecimento especial pela excelência e disponibilidade de suas contribuições.

Boa leitura!

Bibliografia

HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n.15, p.27-50, ago. 2014.

NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 203-222, 2019.

NICOLAZZI, Fernando. Negacionismo e usos afetivos do passado no Brasil contemporâneo. *Passés futurs*, v. 13, 2023.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286 - 309, jan./mar. 2018.

WHITE, Hayden. O passado prático. *ArtCultura*, 20(37), 9–19. 2018.

Apresentação – Dossiê: Experiências e práticas de História Pública

Organizadores:

Juniele RABÊLO DE ALMEIDA¹
Mauro FRANCO NETO²

É com grande satisfação que apresentamos o dossiê “Experiências e práticas de História Pública”, que reúne uma seleção de artigos realizados a partir de práticas comprometidas com o impacto social e as dimensões públicas da História. Neste dossiê, propomos um diálogo sobre experiências que promovem a democratização do conhecimento histórico e o engajamento com diversas comunidades, ultrapassando a ideia de ampliação de audiências. O movimento da História Pública traz múltiplos estudos e práticas que buscam, de maneira dialógica, metodologias participativas que envolvam escolas, centros de memória, espaços midiáticos, associações comunitárias, museus, arquivos, organizações culturais e outros. Trata-se do engajamento social na História, que busca catalisar novas experimentações em exposições, documentários, redes sociais e outros recursos digitais. Ao refletir sobre seu papel social, a História Pública promove narrativas plurais e socialmente vivas.

¹ Professora do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História Social (USP). Pós doutora pela UFMG e pela University of California, UC Berkeley (Professora Visitante) e UFRGS. UFF. Niterói. RJ. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9468-9192>. E-mail: junielerabelo@gmail.com

² Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Doutor em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). UEMG. Divinópolis. MG. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5473-8436> E-mail: mauro.neto@uemg.br

O primeiro artigo, *“Resistir para existir: uma experiência pública numa exposição LGBTQIA+”*, de Marta Gouveia de Oliveira Rovai, compartilha a experiência transformadora de uma exposição LGBTQIA+ no Museu de Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). A exposição, vinculada ao projeto AMHOR, é um ato de resistência e visibilidade para comunidades dissidentes, oferecendo uma perspectiva museológica que valoriza as vozes e as histórias muitas vezes marginalizadas. Este trabalho reflete sobre as práticas de História Pública que catalisam narrativas coletivas que contribuem para problematização das normas cis heteronormativas, tornando o museu um local de acolhimento e representatividade.

No artigo *“O biógrafo e o biografado, entre as fontes e o encontro: relações entre História Oral e da História Pública na escrita biográfica”*, Igor Lemos Moreira explora as complexas e enriquecedoras relações dialógicas entre o historiador e o sujeito biografado. Utilizando sua experiência na elaboração de uma biografia da cantora cubana Gloria Estefan, Moreira revela os desafios e as oportunidades de construir uma narrativa histórica colaborativa. Esse artigo oferece reflexões valiosas sobre a ética na prática historiográfica, destacando a relevância da biografia como uma forma de história pública.

Em *“Narrativas docentes a partir de entrevistas públicas: uma estratégia de formação de professores”*, Marianna Carla Costa Tavares, Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto e Maria Inês Sucupira Stamato refletem sobre a realização de “entrevistas públicas docentes” a partir da construção de uma pedagogia dialógica e colaborativa. Ao valorizar as experiências pessoais das professoras, com uma metodologia que integra a história oral e a história pública, o trabalho evidencia o impacto transformador do compartilhamento das trajetórias de vida dos educadores, fortalecendo os laços entre a comunidade escolar por meio da História Pública.

O quarto artigo, *“Espetáculo Teatral Cartas de Darcy Ribeiro: quando o historiador idealiza, escreve, produz e realiza seu próprio projeto em história pública nos palcos”*, de Max Fabiano Rodrigues de Oliveira, traz um relato envolvente sobre a produção do espetáculo teatral “Cartas de Darcy Ribeiro”. Este trabalho evidencia o potencial criativo da História Pública nas artes cênicas e mostra como o historiador

pode se reinventar ao produzir um projeto interdisciplinar que abrange desde a captação de recursos até a direção artística. A peça proporciona ao público uma experiência viva da história brasileira e das ideias de Darcy Ribeiro.

Em “Entre a Nova e a Velha república: as representações da História do Brasil na TV Senado”, Isadora Dutra de Freitas analisa as construções narrativas da história brasileira nos programas da TV Senado, em especial nos episódios que abordam “Proclamação da República” e a “Revolução de 1930”. O artigo ressalta como esses eventos são representados e perpetuados na memória nacional por meio da televisão pública. Freitas contribui com uma análise crítica das representações das elites políticas e do papel do centralismo e federalismo na formação do Brasil contemporâneo, proporcionando interpretações sobre a produção e o consumo de narrativas históricas no espaço midiático.

Ademas Pereira da Costa Jr., em “História Pública e Maretórios: percursos participativos de uma pesquisa sobre a pesca artesanal em Niterói/RJ”, oferece uma análise original sobre o conceito de maretórios e o papel das comunidades pesqueiras na preservação do patrimônio cultural e ambiental. Desenvolvido em parceria com o LABHOI-UFF e pescadores locais, este artigo apresenta uma abordagem participativa que valoriza o saber popular e coloca a história pública enquanto um diálogo direto com as necessidades e vivências das comunidades tradicionais.

O sétimo artigo, “Entre lives e dossiês: o uso das redes sociais digitais por revistas acadêmicas de História”, de Raquel Silveira Martins, explora como a pandemia intensificou a presença das revistas de História nas redes sociais, transformando-as em espaços de comunicação e divulgação científica. A pesquisa mostra como as ferramentas digitais, como lives e postagens, permitiram às revistas alcançar públicos geograficamente dispersos e diversificar suas audiências. Martins nos convida a refletir sobre o papel das redes sociais na História Pública e as possibilidades da democratização do acesso ao conhecimento acadêmico.

Joana Maximo da Silva, no artigo “Quem pode fazer história pública? Um estudo de caso sobre a Brasil Paralelo”, examina as narrativas da produtora gaúcha Brasil Paralelo, que apresenta conteúdos sobre a história brasileira com um viés conservador. O estudo de Silva é uma crítica contundente aos usos e abusos do passado

para fins ideológicos, propondo uma reflexão sobre os limites e desafios da História Pública no combate à desinformação e na defesa de um conhecimento histórico baseado em critérios científicos e éticos.

O artigo “História pública produzida pelo povo indígena Paiter Suruí: apresentação da etnia na rede social Instagram @paiter_surui”, de Juliana de Almeida Rocha, oferece reflexões instigantes sobre o uso do Instagram pelos indígenas Paiter Suruí. Utilizando as redes sociais como ferramenta de afirmação cultural e política, o perfil @paiter_surui é uma expressão de autonomia em tempos desafiadores. Rocha apresenta uma análise inspiradora sobre como os povos indígenas têm transformado o meio digital em um espaço de História Pública e resistência.

Wendy Rabelo Silva, no artigo “História pública e memória: as faces da memória em Carmo do Cajuru (MG)”, realiza um estudo minucioso sobre a preservação da memória local. O trabalho discute as complexas dinâmicas entre memória e identidade no contexto de uma pequena comunidade, destacando os desafios e as estratégias para garantir que a história local de Carmo do Cajuru (MG) seja acessível e valorizada pela população.

Nesta edição, a entrevista “Do poeta caribenho Édouard Glissant às suas relações com a História: uma conversa com a historiadora Priscila Dorella” oferece um diálogo enriquecedor entre Priscila Dorella e Juniele Rabêlo de Almeida, sobre o impacto do pensamento de Glissant na História e na identidade caribenha. Dorella compartilha suas experiências de pesquisa sobre História das Américas, trazendo uma perspectiva transnacional e transdisciplinar sobre a historiografia, a cultura e o pensamento decolonial.

Encerrando este dossiê, a resenha de Luiza Porto de Faria sobre o livro *História Pública em Movimento*, organizado por Juniele Rabêlo de Almeida e Rogério Rosa, analisa as estratégias e desafios do campo da História Pública no Brasil, reforçando sua importância na promoção de processos de pesquisa comprometidos com uma cidadania crítica em espaços dialógicos.

Este dossiê da *Revista Histórias Públicas* convida seus leitores a explorar a pluralidade das práticas de História Pública e a refletir sobre o papel transformador que a História pode ter na sociedade contemporânea. Assim, reafirma o compromisso com

práticas de história que se conectam com o tempo presente, que engajam diferentes públicos e que promovem uma compreensão histórica acessível e socialmente engajada.

Resistir para existir: uma experiência pública numa exposição LGBTQIA+¹

Marta Gouveia de Oliveira ROVAI²

André Luís Teotônio TEIXEIRA³

Joice Guimarães SILVA⁴

Resumo: Este artigo procura compartilhar a experiência de elaboração e realização de uma exposição museológica LGBTQIA+ no Museu de Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), compreendendo-a como uma prática de história pública. A exposição faz parte de um processo de práticas e reflexões promovido pelo projeto AMHOR, junto aos movimentos sociais e à comunidade escolar, e que busca construir uma série de ações, em busca da democratização nas formas de elaboração, divulgação e debate de outros conhecimentos históricos trazidos nas experiências e corpos considerados dissidentes da sociedade cisheteronormativa.

Palavras-chave: AMHOR, Alfenas, Exposição museológica, LGBTQIA+, História pública.

¹ O trabalho de extensão e pesquisa tem sido financiado por bolsas concedidas pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) e pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), desde 2022.

² Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Pós-Doc pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UNIFAL-MG. UNIFAL. Alfenas. MG. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0769-0748> E-mail: marta.rovai@unifal-mg.edu.br

³ Graduando em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Alfenas. MG. Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7925608986540498> E-mail: andretteixeira22@gmail.com

⁴ Graduada em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Alfenas. MG. Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0836415189065868> E-mail: joiceguimaraes9999@gmail.com

Resisting to exist: a public experience at an LGBTQIA+ exhibition

Abstract: This article seeks to share the experience of preparing and carrying out an LGBTQIA+ museum exhibition at the Museum of Memory and Heritage of the Federal University of Alfenas (UNIFAL-MG), understanding it as a practice of public history. The exhibition is part of a process of practices and reflections promoted by the AMHOR project, together with social movements and the school community, which seeks to build a series of actions in search of democratization in the forms of elaboration, dissemination, and debate of other historical knowledge brought in experiences and bodies considered dissidents of cisheteronormative society.

Keywords: AMHOR, Alfenas, Museum exhibition, LGBTQIA+, Public history.

O presente artigo visa abordar as possibilidades de elaboração e publicização de narrativas históricas englobando uma educação dialógica por meio da História Pública, entendida como um movimento em rede, envolvendo a comunidade escolar, os movimentos sociais e a Academia. Orientados/as por esta perspectiva de alargar vozes e sujeitos/as envolvidos/as na produção e nos debates do conhecimento histórico, compartilhamos uma experiência desenvolvida pelo Projeto de Extensão intitulado *Acervo AMHOR: Acervo de Memória e História do Orgulho LGBTQIA+ do Sul de Minas*, na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). O grupo participante deste projeto é formado por discentes de diferentes cursos, entre eles História, Geografia, Ciências Sociais e Biomedicina, a sua maioria autoidentificada como LGBTQIA+⁵, e atua desde 2022 na construção de um acervo virtual a ser disponibilizado pela plataforma da Universidade. A organização dos registros é orientada por leituras e pesquisas semanais, entrevistas orais com militantes, e por um conjunto de documentos como fotografias, revistas, cartas, jornais, folders, material de campanhas e de projetos voltados à defesa de seus direitos, a maioria doada pelo Movimento Gay de Alfenas (MGA), entidade que atua na região desde 2000.

Neste texto não pretendemos nos reportar de forma central à constituição do acervo e às entrevistas orais, o que seria outra temática sobre a qual não daríamos conta aqui, mas tratar de uma das ações que decorre deles e que procurou impactar, em especial, as escolas públicas da região, fazendo uso do material catalogado e digitalizado: uma exposição que recebeu o nome de *Resistir para Existir*, organizada na Semana da Diversidade em setembro de 2023, junto ao MGA, e que foi realizada no Museu de Memória e Patrimônio da Universidade e em seu campus sede. Com essa intervenção, gostaríamos de tocar sensivelmente as escolas da região e a própria Academia, ocupando espaços educativos hegemonicamente cisheteronormativos.

Segundo os museólogos Jean Baptista e Tony Boita (2017), o Brasil possui cerca de três mil museus dedicados à memória dos diferentes grupos sociais, mas o tema LGBTQIA+ ainda é negado pela maioria de seus profissionais, permanecendo como tabu e vocação fóbica à diversidade de gênero e sexual e, contribuindo, com o cenário

⁵ Neste artigo utilizaremos a sigla LGBTQIA+ para nos referir à diversidade de existências “dissidentes”, não desconhecendo que há outras formas de expressão. Para nos referir ao movimento social, adotamos a sigla LGBTI+, para fazer alusão à organização política.

de discriminação existente no país. Esse espaço, que é também um lugar de aprendizado histórico e de (re)produção de formas de existir a partir de narrativas sobre o passado, representou para nós a possibilidade de romper com a vocação fóbica e o silenciamento que podem ser observados, também, em currículos de ensino e livros didáticos (e, muitas vezes, acadêmicos), procurando atuar como mediadores de outras narrativas históricas e expor uma variedade de fontes e recursos que pudessem provocar, dialogicamente, docentes e discentes das escolas públicas (e da própria Universidade) em relação às ausências da memória e da história de sujeitos/as dissidentes da normatividade cisheterossexual.

Assim, neste texto, procuramos refletir sobre a importância da exposição como uma prática ligada à história pública, com a finalidade de contribuir para a produção, organização, publicização e discussão sobre materiais e produtos culturais, em parceria com a comunidade LGBTQIA+, no sentido de posicionar a Universidade na direção de perceber-se como parte de uma educação e de um ensino de História capaz de compreender que “a diferença faz a diferença” na compreensão que temos sobre o passado e principalmente nas relações do presente, como afirma Berenice Bento (2011). Reconhecer a presença de corpos diversos na História significa, de certo modo, reparar danos históricos promovidos pela exploração, discriminação e exclusão, pelo silenciamento e pela narrativa única eurocentrada (linear, iluminista, branca e cisgênera). Para nós esta experiência foi uma maneira de colaborar para a desconstrução e historicização dos próprios corpos cisgêneros e heteros, tomados como modelo naturalizado de humanidade, evidenciando relações de poder que impedem o exercício do direito à memória e à história de sujeitos/as que sempre estiveram presentes no mundo, mas que permaneceram negligenciados e invisibilizados pelas práticas do chamado heteroterrorismo⁶ nos diferentes espaços, em especial naqueles em que a compreensão do passado é central sob o olhar do presente. Intelectuais travestis como Letícia Carolina Nascimento e educadores cisgêneros como Shara Jane Holanda Costa

⁶ A expressão heteroterrorismo, cunhada por Berenice Bento, seria um “projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais, que extrapola os muros da escola, mas que encontrará nesse espaço um terreno fértil de disseminação” (Bento, 2011, p. 556). Acredito que o conceito de cisheteroterrorismo caberia ainda mais para definir vários mecanismos de opressão que constroem e retroalimentam violências verbais, simbólicas, históricas e físicas contra os grupos dissidentes de gênero e sexualidades, com vistas à sua contínua anulação, apagamento e silenciamento e o apagamento social.

Adad e Lucivando Ribeiro Martins (2020, p. 11) concordam com Bento ao afirmarem que o corpo trans é colocado em constante estado de temor, sendo rasgado pelo cisheteroterrorismo cultural: “sua pele é rompida, dilacerada, friccionada, desgastada, afinal, se o corpo não obedece às regras do regime de verdades heteronormativas, ele se torna um corpo abjeto, sem qualquer inteligibilidade humana”, o que provoca sua exclusão e possível eliminação. Embora tenha uma dinâmica diferente, entendemos que o museu faça parte de uma rede de instituições educacionais sujeitas ao silenciamento cisheteronormativo e que se propõem a ensinar História, legitimando existências hegemônicas em detrimento de outras, e que precisa, também, aprender com as demandas sociais e identitárias que o atravessam, devendo alargar suas paredes e muros, assim como a escola e a universidade, recriando-se continuamente para tornar-se mais diverso e democrático.

Ao compartilharmos a experiência da exposição, partimos da ideia de que pudemos transformar o Museu, mesmo que momentaneamente, num “sítio de consciência”, como concebe Márcia Hernandez Briones (2015). Considerado por ela como um lugar de comunicação e de educação, o sítio de consciência envolve muito mais do que o espaço onde aconteceram os eventos traumáticos, ou os lugares de memória. É, também, um espaço institucional criado ou adaptado com o objetivo maior de criar reflexão pública sobre a história local, realizando conexões com outros contextos e temporalidades; enfim, produzindo consciência histórica (Briones, 2015). De modo semelhante, Paulo Knauss (2018) afirma que o museu deve ser uma instituição a serviço da sociedade e que deve contribuir para o engajamento da comunidade na ação de enfrentamento aos problemas sociais e de sua transformação. Com este entendimento, procuramos envolver o público naquele espaço, como lugar de fala e de escuta, estimulando o diálogo sobre questões que se perpetuam no presente, a fim de produzir e reconhecer presenças, promover a justiça e a defesa dos direitos humanos, no caso de pessoas e grupos LGBTQIA+, contra a imposição de uma cultura cisheteroterrorista.

Por que uma história pública numa exposição LGBTQIA+?

Embora possamos observar um crescimento significativo na quantidade, associar as categorias gênero e sexualidade aos espaços de memória ainda é prática menor nas produções científicas e nos museus brasileiros. Pode-se questionar sobre isso, trazendo questões como: “Por que uma exposição LGBTQIA+ em um museu seria tão relevante?”, ou ainda: “O museu é lugar de se fazer história pública?”. As respostas são várias, mas acreditamos que elaborar e expor narrativas com base imagéticas em um museu demonstra a relevância dos grupos considerados socialmente como dissidentes, para apresentar suas outras histórias, não mais enquanto vítimas, mas como sujeitos e sujeitas que agem, possuem histórias e demandas, que se movimentam, resistem, festejam e que amam. Como afirmam Baptista e Boita,

a museologia com protagonismo lgbt oferece à sociedade a possibilidade de pensar a diferença em um recorte de orientação sexual, propondo reflexões sobre o futuro que se quer construir e alternativas para a superação da violência; • - por fim, as alternativas museais revelam-se como mais uma estratégia de sobrevivência de nossa população, interessada em se representar e protagonizar sua história, valendo-se de um pensamento criativo capaz de encontrar alternativas paralelas aos caminhos tradicionais, tal qual costuma ser nosso cotidiano driblando a homofobia. (Baptista; Boita, 2014, p. 189)

Em concordância, Renato Pinto (2015, p. 44) nos evidencia a importância das mostras temporárias ou permanentes envolvendo temáticas da diversidade e sua possibilidade de inquietar, animar e promover transformação social. Segundo ele: “uma vez que a cultura material é parte ativa e inseparável do ser humano, ela oferece um campo rico para os estudos das diversidades e das construções e desconstruções dos discursos histórico-arqueológicos”. Portanto, quando se fala sobre (e com) sujeitos/as considerados/as dissidentes em museus constrói-se consciência histórica, e as bases sociais começam a ser alteradas, pois estes não mais se tornam invisíveis socialmente. Ainda nesta perspectiva, Jean Baptista e Tony Boita (2018, p. 257-258) nos alertam que “não é mais possível considerar que um museu de caráter social não inclua o lugar ou não-lugar de seus membros LGBT”. Deste modo, quando elegemos fazer a exposição no Museu de Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG, escolhemos transformá-la em algo também pedagógico, promovendo debates em relação ao histórico da comunidade LGBTQIA+ e suas ações, os feitos do MGA, os espaços ocupados por estes sujeitos e sujeitas em Alfenas-MG. Além disso, acreditamos que valores como respeito, direitos civis, liberdade sexual e de gênero, também foram discutidos e abordados de forma

efetiva, ao nos ampararmos nas memórias orais e documentos, procurando produzir afetações no público visitante.

Portanto, a fim de demarcar alguns pontos trabalhados ao longo deste artigo, nos baseamos em Jean Baptista e Tony Boita (2014) para evidenciar o porquê efetivamente uma museologia que atrela em seus trabalhos a temática da diversidade, principalmente com a comunidade LGBTQIA+, se faz tão relevante nos dias de hoje. Ao contribuímos para a produção de presença de outros sujeitos e sujeitas em um espaço considerado referência cultural, e muitas vezes com caráter tradicional e elitista, como o museu, questionamos e problematizamos com o público a naturalização da cisheteronormatividade em nossa forma de conceber a história, a cultura material e as nossas relações no presente. Acreditamos, como Knauss (2018, p. 145), que os museus são um exercício de história pública que demanda a atenção e a sensibilidade na elaboração de seus produtos culturais, assumindo “uma posição contra a opressão e as injustiças sociais e em favor da liberdade e da dignidade humana”. Ademais, as disputas entre memórias e narrativas permite que outros/as indivíduos e coletivos narrem por si suas identidades, histórias e vivências, consequentemente oferecendo novas referências históricas, combatendo diretamente a exclusão, as violências e a homo, lesbo e transfobia estruturais em nosso país.

A exposição *Resistir para Existir*

A ideia de exposição nasceu das conversas do AMHOR com membros do MGA e do Museu de Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG, evidenciando a necessidade de ocupar um espaço tradicionalmente voltado a receber escolas da região com coleções restritas às áreas da Biologia e Astronomia. Apesar do nome, poucas foram as vezes em que um trabalho de memória e/ou história tenham sido desenvolvidos ali, embora diversos projetos importantes sobre educação patrimonial sejam voltados às escolas. Em 2022 uma exposição foi inaugurada fazendo referência à memória histórica dos cursos de Odontologia e de Farmácia, os mais antigos da Universidade. Porém, em visita ao espaço, observamos nas fotografias do acervo exposto certa ausência feminina no material escolhido para representar os mais de cem anos de existência de cada um deles,

principalmente até meados do século XX⁷. A presença rara de mulheres quando perceptível, era ainda enquadrada, na maioria das vezes, por um padrão masculino, evidenciado pelo uso do cabelo curto que fazia com que o/a visitante quase não pudesse notá-la nas imagens expostas.

Nessa direção, também pudemos observar a ausência de qualquer referência a marcadores de identidade, evidenciando uma narrativa museológica que optava por não questionar a sociedade em que as fotografias e demais documentos foram produzidos, com suas relações patriarcais, sexistas e e/ou racistas. Corroborando as ideias de Baptista e Boita (2014, 2017), percebemos como ao produzir tais apagamentos históricos, perde-se a possibilidade da promoção de reflexões e ações pedagógicas que possam contribuir no enfrentamento dos percalços sociais que sujeitos e sujeitas dissidentes vivem diariamente. Os autores, então, questionam e nos provocam:

O que podemos afirmar sobre a comunidade museológica brasileira a partir do fato dos mais de três mil museus do Brasil não abordarem a questão LGBT? O que faz com que nem mesmo exposições temporárias, com curadoria trans, por exemplo, possam ser montadas? [...] Será a comunidade museológica brasileira homo, lesbo e transfóbica? (Baptista; Boita, 2014, p. 177-178)

Apontar estes aspectos frágeis quanto a uma educação e ao ensino voltados aos direitos humanos de existências divergentes em museus, e especialmente no Museu de Memória e Patrimônio da Universidade não tem a intenção, em nenhum momento, em desqualificar o trabalho competente ali desenvolvido, principalmente com as escolas da região, mas destacar as ausências de vidas “dissidentes” não apenas no gênero, mas também na raça, na sexualidade e na classe social. Questionamentos sobre as ausências nas narrativas históricas predominantes pode se configurar como um grande mote para provocarmos novos rumos no ensino de História, em diferentes espaços, e rupturas com histórias elitistas. O exercício de perceber o Museu como um conjunto de discursos também permite pensá-lo como um dispositivo de gênero que torna públicos comportamentos, explicações históricas e agenciamentos que se revelam, e que realizam, simultaneamente, operações de omissão de outras perspectivas e assujeitamentos. Ao nos perguntarmos sobre as ausências do feminino, e não exatamente de mulheres, nos painéis de formandos da Universidade Federal de Alfenas,

⁷ Os cursos citados foram criados em 1914, ainda quando a instituição se chamava Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA).

ano após ano, percebemos o apagamento, também, de corpos de homens e de mulheres com expressões de gênero e sexualmente divergentes de padrões binários e que estão ali enquadrados por eles, assim como alguns corpos negros, muitas vezes branqueados pela técnica de pintura das fotografias, afinando narizes e clareando peles. São compreensíveis o contexto histórico e as relações de gênero que comportam aquelas fotografias datadas das primeiras décadas do século XX, porém não deveria ser aceitável que elas fossem naturalizadas e apenas divulgadas, sem um debate provocador com o público sobre as possíveis existências não contempladas pela exposição e os valores que a contemplam. Não se trata, portanto, da falta de material relativo a pessoas dissidentes, devido ao rigor moral/cultural de cada época, mas da falta de uma leitura crítica sobre ele, apontando suas falhas, imposições, dispositivos e frestas.

Nesse sentido, é necessário que a prática de história pública faça avançar a narrativa histórica, neste caso a presente no Museu, para além da divulgação e exposição voltada a um público que apenas observa. É preciso submeter à discussão, mediar os olhares, promover a escuta e o debate sobre o que se olha, e o que se sabe, mesmo quando não é possível ver com clareza. E a história local, enlaçada à “história maior” proporciona a comunicação e a educação mais próxima das pessoas viventes nesse sítio de consciência. Andrea Telo Corte e outro/as historiadores/as veem nas memórias e saberes locais uma forma de mediar e produzir novos conhecimentos, enfrentando o que foi ocultado ou esquecido pela memória histórica:

Essas experiências servem para refletirmos que é possível que a história local se transforme em história pública, mas a partir da reflexão, divulgação e compartilhamento de conhecimentos e saberes que se produzam ou se comuniquem de forma colaborativa nos museus e além deles (Pons, 2020). Consideramos que o desafio seja pensarmos nas formas como podemos colaborar e interagir com as comunidades nas quais nos inserimos e com quem estabelecemos mediações para produzir conhecimento. Para isso, os sentidos de passado devem ser buscados nas relações de mediação com os públicos diversos locais, que constituem usos, representações, expressões e mobilizações sobre o passado, além de nós. (Corte *et al*, 2021, p. 93-94)

Seguindo este posicionamento na realização da exposição, a convite e em conjunto com ações do MGA e demais membros da comunidade LGBTQIA+ alfenense, levamos em conta o potencial da história local como história pública que, mais do que atingir certa audiência por um rol de curiosidades e referências locais, é capaz de criar os públicos para histórias ainda ignoradas, desconhecidas ou desqualificadas por

narrativas históricas tradicionalmente enquadradas pela cisheteronormatividade. Compreender que a história pública, mais do que se dirigir, tem a possibilidade de construir públicos implica em ter consciência de que os debates e intervenções coletivas farão a diferença em demandas sociais do presente. Como afirma Ricardo Santhiago, em entrevista para Fernandes, Silva e Carvalho Neto (2020) não se trata da produção de uma história pelo viés não acadêmico, ou de um conhecimento acadêmico “traduzido” para um grande público, mas um campo de trabalho, reflexão e diálogo que tem no centro de suas preocupações diferentes públicos, tendo como desafio a comunicação pública e a pesquisa participativa.

Imagem 1 - O Grupo AMHOR seleciona material doado para a Exposição



Fonte: Acervo AMHOR – Disponível em: <https://www.instagram.com/acervoamhor/>. Acesso em: 08 fev. 2024.

Quanto à pesquisa participativa, mantivemos os ouvidos atentos aos nossos entrevistados, que nos provocaram a pensar nas exclusões da comunidade LGBTQIA+ nas efemérides históricas da cidade. O advogado e presidente do MGA, Sander Simaglio, em suas várias conversas com o grupo AMHOR, denunciava para nós a falta ainda grande de estudos e projetos na Universidade com a temática da diversidade de gênero, raça e sexualidade, assim como nas escolas locais e em comemorações “cívicas”: “Não somos sequer mencionados nas escolas e nas exposições sobre a história da cidade”, o que nos moveu a questionar sobre a restrição de públicos a quem

se dirigem os projetos educativos e o próprio ensino de História nos currículos, livros e práticas pedagógicas escolares ou museológicas.

Imagem 2 – Entrevista ao grupo



Imagem 3 – Entrevista pública



Sander Simaglio, presidente do MGA - 2023

Wall Alves, mulher trans - 2023

Fonte: Acervo AMHOR – Disponível em: <https://www.instagram.com/acervoamhor/>. Acesso em: 08 fev. 2024.

Sendo assim, o grupo discutiu diversas maneiras de publicizar os registros do movimento e de personalidades LGBTQIA+ sul mineiras, orientado pelas demandas do movimento, pelas entrevistas e por uma atitude historiadora voltada ao compromisso público com a história de corpos dissidentes e invisibilizados pela cisheteronormatividade: “Quais histórias gostaríamos/precisávamos contar?”. “Para quem e com quem iríamos contar?”. “Apenas nós contaríamos?”.

A exposição LGBTQIA+ em imagens

Organizar uma exposição requer a realização de uma escuta sensível constante, que permanece sendo um exercício até mesmo quando as vozes não estão presentes de forma ativa. Elas estão não apenas na oralidade, mas nas palavras impressas, nas imagens diversas, nos interditos e também nas ausências, pois, como afirma Eni Orlandi (2007), o silêncio não é ausência do dizer, mas uma forma de falar. Estarmos atentos aos vários sentidos de nossa pesquisa com documentos diversos, com as narrativas orais de militantes e com as próprias discussões realizadas em torno da memória, das identidades e do ensino de História na Universidade (e também com docentes e discentes de escolas públicas no minicurso de Gênero, sexualidade e relações étnico-

raciais no ensino de História) nos ajudou a pensar um fio condutor, evitando o perigo de um rol de curiosidades e exotizações, que é uma das formas pelas quais a comunidade LGBTQIA+ é, muitas vezes, representada. Sobre exposições ligadas à história pública, Benito Schmidt (2016) afirma que é preciso construir um problema que possa orientar toda a narrativa, e que deve partir de um mapeamento de documentos e de leituras bibliográficas sobre o tema, o que foi realizado pelo grupo AMHOR, a fim de que pudéssemos qualificar nossa escuta e nossas ações de escolha:

Afinal, sabemos que tanto a memória como a história não trazem “todo” o passado, mas sim, de forma sempre modificada pelo presente, aqueles passados que parecem relevantes ao historiador e a quem lembra, a partir de sua trajetória e de suas referências e condicionantes individuais e sociais. (Schmidt, 2016, p. 278)

Procuramos proceder de acordo com o que Schmidt afirma, deixando claras as nossas escolhas interpretativas aos visitantes da exposição, para que ela não fosse confundida como um “reflexo” da realidade e sim como um recorte político, uma construção narrativa pela qual nos posicionamos contra ausências e opressões históricas. Sabíamos que ao decidir por determinada produção e publicização, o museu exerceria seu papel como mecanismo e tecnologia de gênero e sexualidade, “fazendo ver” outras formas de comportamento, trabalho, desejo, festividade, corporalidade, expressões e militância numa sociedade hegemonicamente binária. Por isso, quando os primeiros visitantes chegaram, ficamos na expectativa sobre o que crianças e jovens estudantes achariam daquela composição. Seria um tema sensível para eles/elas? Será que possuíam alguma familiaridade com a temática ou conheceriam o MGA e o movimento LGBTI+? E mais: como interagiriam com aquele material exposto? Teriam experiências a compartilhar, estimulados por aquelas imagens? Estariam dispostos a dialogar sobre aquelas histórias, que também poderiam ser semelhantes às suas em outros espaços?

Tomados por essas questões, orientamos a mediação da exposição temporária, *Resistir para Existir*, montada no Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG, e ocorreu nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2023. Ela foi organizada em 13 stands, sendo um para apresentação da exposição, logo na entrada, junto à apresentação do Projeto de Extensão AMHOR, num banner posicionado no centro da sala. Em formato de círculo, os outros 12 foram divididos com as seguintes temáticas: 1) As primeiras paradas LGBTQIA+ no Brasil; 2) 1ª Parada do Orgulho “GLBT” de Alfenas em 2004;

3) A festa do Orgulho LGBTQIA+ em Alfenas até 2018; 4) Campanhas da Semana da Diversidade; 5) “Viva a diversidade!” (com diferentes cartazes de campanhas feitas ao longo dos anos); 6) Direitos e políticas públicas LGBTQIA+ conquistadas no Brasil e em Alfenas, contra a lgbtfobia e pela saúde e educação dessa população; 7) Capas das diversas *Revistas Diversidade*, publicada pelo MGA nos anos 2010; 8) A arte como festa e política (o Artivismo); 9) “O orgulho de ser quem se é”, com imagens de personalidades conhecidas nacional e localmente, misturadas a figuras de estudantes); 10) Diversidade das formas de existir, estar no mundo e amar; e 11) Movimentos e coletivos LGBTI+ mineiros na atualidade, como forma de demonstrar que o presente dialoga com e ressignifica o passado em aberto.

Imagem 4 – Convite ao público para a Exposição



Divulgação da exposição nas redes sociais, 2023

Fonte: Acervo AMHOR – Disponível em: <https://www.instagram.com/acervoamhor/>. Acesso em: 08 fev. 2024.

Os stands referentes às paradas LGBTQIA+, tanto no Brasil quanto as de Alfenas, tinham como objetivo apresentar ao público as aproximações da luta e resistências do movimento organizado, processo este que se iniciou nos grandes centros urbanos, mas que também ganharam força nos interiores do país, principalmente entre os anos 1990 e 2000. Assim, buscamos fazer essa importante aproximação dos feitos do MGA, que q partir de sua fundação, em 2000, participou de editais do governo federal

para trazer recursos e financiar projetos voltados à saúde e aos direitos jurídicos da comunidade. Também pressionou politicamente para a criação da Lei Rosa (contra a discriminação em lugares públicos) e de geração de emprego, visando o reconhecimento das lutas que também se fizeram presentes na região mineira. Essa mediação, no possível debate com visitantes (que não são meros espectadores, mas participantes), se fez importante para reconhecer as potencialidades de uma história local que afetou as relações na cidade, gerando questionamentos e percepções sobre disputas de narrativas e memórias contrahegemônicas e afetações nas vidas pessoais e na vivência escolar.

Objetivamos também por meio dos folders, fotografias e artigos jornalísticos expostos abordar como o movimento de resistência se transformou, principalmente em relação à ocupação dos espaços públicos. Exemplo disso é a Parada do Orgulho de Alfenas-MG, que acontece na praça central, próximo à Igreja Matriz desde 2004, atraindo uma população diversa que chega de várias cidades ao redor, e também de São Paulo e Belo Horizonte. Por meio desse painel demonstramos como os sujeitos “dissidentes” se apropriaram dos espaços públicos e o transformaram em um momento de festa e celebração de serem quem são, sem perder seu caráter político; e também ouvimos estudantes que se reconheceram no evento e que dele participam. Ademais, com os folders sobre a Semana da Diversidade, propusemos demonstrar como o MGA impactou em Alfenas, fazendo com que a temática da diversidade fosse debatida com certa frequência com a sociedade civil, por meio de parceria, com mesas redondas e rodas de conversa na Universidade, apresentações artísticas, o famoso “Miss Gay”, o Troféu Cidadania MGA⁸ a pessoas “aliadas” ao movimento e a Cãominhada, uma intervenção no espaço público que visibiliza os corpos dissidentes que muitas vezes estão “escondidos” na cidade e atrai para a convivência a diversidade de existências.

⁸ Em setembro de 2023 o grupo AMHOR recebeu o prêmio de Cidadania, em reconhecimento pela parceria, oferecido pelo movimento LGBTQIA+, na figura do Movimento Gay de Alfenas (MGA)

Imagem 5 – Preparo da exposição



Imagem 6 – Visita das escolas ao Museu



Organização do material e visita de escolas públicas à exposição, 2023

Fonte: Acervo AMHOR. Disponível em: <https://www.instagram.com/acervoamhor/>. Acesso em: 08 fev. 2024.

Em outro setor da exposição evidenciamos os direitos conquistados pelo movimento LGBTI+, como o fim da patologização das identidades homossexuais e transexuais; a legalização da união civil; o reconhecimento do nome social e retificado para pessoas transgêneras; a adoção de prole; cotas para educação; disputa e conquista em cargos políticos; cirurgia de redesignação gratuita pelo Sistema único de Saúde (SUS); a criminalização da lgbtfobia e, por fim, o impacto político e subjetivo da Parada LGBTQIA+ que representa o ápice da festa do orgulho da comunidade; marcos lembrados, também, nas entrevistas. É importante ressaltar que tais conquistas não foram interpretadas como concessões, mas, por meio de provocações aos/às estudantes, compartilhar histórias de resistências simbólicas e físicas, além de suas próprias lutas cotidianas.

Expusemos, também, capas da *Diversidade*, uma revista elaborada pelo MGA que circulou nos anos de 2007 a 2011, que servia como um meio de divulgação de ideias, artigos e informações jornalísticas sobre assuntos que envolviam os direitos no

cenário local e nacional. A publicação foi um feito importante do movimento social, já que, por meio dela divulgavam-se informações sobre a comunidade LGBTQIA+, desmentindo falácias, desconstruindo preconceitos e combatendo a discriminação. A Revista era gratuita e com ampla distribuição, democratizando o acesso a tais informações e garantindo que seus leitores tivessem acesso a orientações jurídicas, saúde pública, movimentos sociais no Brasil (em especial o LGBTI+), artigos de especialistas sobre gênero e sexualidade, de forma segura, confiável e democrática. As temáticas englobavam tanto a cidade de e Alfenas e sua região quanto o restante do Brasil e do mundo, possibilitando aproximações entre o que acontecia em Alfenas e no globo, evidenciando ações e eventos que alteram a dinâmica social alfenense, típica cidade interiorana, que possui valores elitistas e patriarcais em sua base fundante. Assim, com as fotografias, folders e jornais, visamos demonstrar que as lutas do passado deram frutos no presente, que são colhidos pelas novas gerações, responsáveis por sua continuidade.

Por fim, na exposição, também escolhemos visibilizar outros coletivos que atuam em Minas Gerais, na atualidade, em defesa dos direitos LGBTQIA+, como fundamentais na resistência e na linha de frente contra os avanços do autoritarismo político e do fundamentalismo religioso que avançam cada vez mais no país. Nomear historicamente tais grupos e organizações mineiras é honrar quem age efetivamente por um país mais igualitário e respeitoso a “todas, todos e todes”: Cellos, Movimento Gay de Minas, Aquarela, Coletivos Voz Plural, Santa Luzia, Extrema, Bill, Poços de Caldas, Machado, Guaxupé, Região das Vertentes, São Sebastião do Paraíso e Rede Afro LGBT, entre tantos outros com quem temos procurado conhecer e manter contato. Muitos deles possuem alguns anos de trajetória, fazendo conexões ou não com o MGA, mas todos envolvidos em defesa dos direitos sociais e identitários, reconhecendo que há uma rede conjunta visando um bem maior que envolve pessoas como o próprio público do museu, jovens em boa parte autoidentificados/as como LGBTQIA+. Assim, procuramos tornar públicas suas lutas por equidade social, liberdade sexual e identidade de gênero conseguindo exercer papéis fundamentais na história e na defesa de direitos humanos que ainda geram efeitos sobre a cidade. O final da exposição, ainda, trazia expressões de diferentes modos de existir e de amar: famílias diversas, corpos não

padronizados, casais de namorados e amigos/as, não encerrando a história LGBTQIA+ em um passado limitado e determinista, mas num processo de conquistas e de empoderamento que traziam o futuro como possibilidade, ressonando nas experiências dos públicos diversos.

A exposição contou com mais de 130 visitantes, sendo muitos destes alunos/as da Universidade Federal de Alfenas, mas também pessoas da sociedade civil, do movimento LGBTI+ e discentes de duas escolas públicas da cidade que visitaram o Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG no período. Ressaltamos que durante toda a exposição membros do grupo acompanharam os/as visitantes e mediarão os olhares e reflexões, dialogando com eles/as, respondendo ou provocando questionamentos a respeito dos materiais apresentados e dos resultados do movimento LGBTI+ Sul mineiro e brasileiro. Mais do que isso, cabe destacar que estudantes com corpos “dissidentes” estiveram ali e se reconhecerem naquelas histórias, compartilhando suas experiências, em especial nas escolas, com denúncias de exclusão, mas também de resistências nesses espaços. A reação de muitos/as estudantes em relação à exposição, demonstrando incômodo e fazendo piadas com colegas, em alguns momentos foi transformada pela possibilidade de conhecer melhor, de forma mediada por historiadores/as, aquelas histórias de pessoas que dividem as mesmas ruas e lugares públicos que eles/as e de poder discutir publicamente uma história que não aprenderam na escola. Ou ainda, uma história que está marcada em muitos de seus corpos, mas que é ocultada e silenciada por práticas de educação e de ensino que reproduzem ainda o cisheteroterrorismo (Bento, 2011).

De modo gratificante, os/as estudantes da educação básica, em especial, se mostraram bastante interessados, questionando e elencando exemplos próximos aos eventos ali lembrados. A possibilidade de expormos um tema considerado tabu na sociedade hegemonicamente patriarcal, racista e cisheteronormativa brasileira, numa cidade do interior mineiro em que prevalecem valores morais conservadores, fez com que a história pública assumisse seu caráter político, ao trabalharmos com as questões envolvendo as identidades e os direitos à memória e história que não estavam distantes no tempo e no espaço dos públicos. Procuramos praticar uma história pública que trabalha na ocupação de novos espaços (físicos ou virtuais) e que se propõe a

democratizar o fazer histórico, na direção que Ricardo Santhiago (Fernandes, Silva, Carvalho Neto, 2020, p. 304) aponta, “dentro da chave da autoridade compartilhada e da produção colaborativa”.

Como afirma o autor (2020), se antes dos anos 2014 a concepção de história pública estava direcionada a criar novos produtos e ampliar acessos, pelo uso de novas linguagens, a escolha por processos cada vez mais participativos e democráticos foi lhe dando um sentido mais consciente sobre modos de intervenção na memória pública. Desta forma, os diálogos constantes com a comunidade alfenense tornaram a história local LGBTQIA+ mais do que um rol de curiosidades e histórias pitorescas. Este aspecto é enfatizado por historiadores/as como Andrea Telo quando apontam a importância da mediação nos debates com o público local:

Essa mediação não tem o sentido de estarmos acima, ou fora das relações e do mundo compartilhado, mas nos posicionarmos “entre”, contribuindo para a criação de comunidades de ouvintes e de falantes que sejam capazes de se perceber no mundo em comum. Estes atos próprios da história pública – de ampliar possibilidades de encontros temporais, espaciais, coletivos e midialógicos – exigem repensar as formas decoloniais e descolonizadas de produção e divulgação de saberes históricos; atenção ao que, muitas vezes, as comunidades exigem de nós, não no sentido de submissão ou redenção às coletividades e seus interesses, mas de diálogos constantes com os portadores/narradores de histórias e memórias plurais, muitas vezes negligenciadas na visibilização seletiva de grupos sociais, na escrita e nos inúmeros modos de difusão histórica que envolvem privilégios econômicos, tecnológicos e de instrução. (Corte *et al*, 2021, p. 94)

A preocupação com a difusão do conhecimento produzido em conjunto com a comunidade LGBTQIA+ e submetido ao debate com públicos diversos, além do escolar e museológica, levou o grupo AMHOR a direcionar seu trabalho também para o alargamento da exposição que se deu, posteriormente, na sede da Universidade Federal de Alfenas, e para o esforço de elaboração de um museu virtual ainda em construção. Na versão digital, entendemos que a divulgação é apenas uma dimensão da história pública e não pode por si só garantir qualquer debate coletivo: mas, ainda que limitada pela dificuldade de dialogar com um público muito mais amplo e desconhecido, pode colaborar na direção de esclarecer, ampliar acesso a fontes, provocar, tocar, sensibilizar e democratizar a História. Para isso, consideramos que o número de pessoas e grupos envolvidos na produção deste formato de exposição na Plataforma da internet possa ser ampliado em 2024, e que possamos contar com a participação em rede de diferentes

instituições e espaços da cidade de Alfenas, assim como de docentes e discentes das escolas públicas, com quem pretendemos reforçar as discussões de história local, ensino de História e história pública.

Considerações finais

Um dos aspectos da história pública é que, não raro, as temáticas e ações com as quais podemos construir o conhecimento histórico possam nascer do diálogo e das demandas de grupos conscientes das ausências e silenciamentos, da necessidade de alianças com a Universidade e mediações públicas e dos usos de novas tecnologias para que se criem modos mais criativos e democráticos de registros históricos. É o caso da população LGBTQIA+ na cidade de Alfenas, que há anos tem produzido conquistas e se recusado a aceitar a discriminação e o preconceito, tendo proposto à UNIFAL-MG a constituição de parcerias na publicização de suas histórias e memórias.

Como historiadores/as, é preciso sempre estar atento/as à possibilidade de transformação da história local, muitas vezes enredada em discursos deterministas e opressores que excluem de uma História hegemonicamente elitista sujeitos/as dissidentes que vivem experiências de dor, mas também de resistência, orgulho e de afetos. A história pública pode acolher e enfrentar conflitos e disputas, abrindo espaço para escutas de memórias, levantamento e produção de novas fontes a fim de que se contribua com a elaboração de narrativas capazes de romper com padronizações de existências que insistem em produzir preconceitos, invisibilizações e cegueiras coletivas que atentaram contra vidas LGBTQIA+ ao longo da história. E foi nesse sentido, dando escuta a quem, generosamente, nos concedeu a sua voz, que procuramos contribuir realizando a exposição *Resistir para Existir*.

Ao compartilharmos neste artigo a experiência de uma exposição LGBTQIA+ em um museu universitário, procuramos enfatizar a necessidade de uma escuta sensível que requer ouvidos, mas também olhos atentos e esforço quanto à ruptura anticolonial em relação à cisheteronormatividade, na procura de produzir presenças na narrativa história hegemônica, questionando-a e subvertendo-a, no sentido que Baptista e Boita apontaram: desconstruindo tabus e destruindo a vocação fóbica de determinados

espaços educativos, como os museus. Evidenciamos, também, a construção de uma pedagogia queer, nas palavras de Guacira Louro (2001, p. 550) em que as diferenças – no ensino de História, nos espaços educativos e nas relações sociais do presente – não sejam mais ignoradas ou apreciadas como curiosidades exóticas ou desvios pecaminosos, mas evidenciadas de tal forma a produzir instabilidades no sistema cisheteronormativo, de maneira que “Ao colocar em discussão as formas como o ‘outro’ é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro”.

De forma ainda tímida, mas também ousada, pretendemos criar um movimento de “escovar a história a contrapelo”, como nos lembrou Walter Benjamin (1994), recusando que haja uma história dos vencedores, capaz de negar e silenciar as histórias de grupos vencidos. Não se trata mais de “vencidos”, mas de resilientes, sobreviventes e, como muitos/as dos/as entrevistados/as nos disseram, de existentes, muitas vezes orgulhosos de serem quem são; não apenas reduzidos/as a vítimas do capitalismo, do racismo e do “cistema”, mas agentes históricos/as que se posicionam e contam com nosso compromisso e responsabilidade no planejamento dos impactos públicos de suas histórias (Rovai, 2021, p. 100)

Este movimento comprometido com a vida e com os direitos da população LGBTQIA+, no caso a de Alfenas, é consciente de seu papel e acredita que um museu também possa ser lugar de reconhecimento e de pertencimento afetivo e social. Acreditamos, como Baptista e Boita (2014), que exposições baseadas na dialogia, mesmo que momentâneas como a que procuramos produzir, possam produzir efeitos e afetações públicas, e que tenham a potencialidade de gerar transformações na forma como entendemos o passado e os corpos inseridos na história de modo desigual. Uma exposição que “fala, mostra e escuta” é capaz de estimular ações participativas, compartilhamentos de experiências e sensibilizações que abram caminhos para a superação de fobias sociais em nossa sociedade.

Referências bibliográficas

- ADAD, Shara Jane H. C.; NASCIMENTO, Letícia C. P.; MARTINS, Lucivando R. Aprendizagens em educação e as diferenças-resistências ao heteroterrorismo cultural: que só os beijos te tapem a boca. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 8, e614985928, p. 1-10, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5928>. Acesso em: 19 abr. 2024.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Museologia comunitária, comunidades LGBT e direitos humanos: estratégias de superação de fobias à diversidade sexual no Brasil. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. especial, n. 1, p. 132-146, maio 2017.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Por uma Primavera nos museus LGBT: entre muros, vergonhas nacionais e sonhos de um novo País. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 7, nº13, jan./ jun. de 2018.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Protagonismo LGBT e museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero. *Cadernos do CEOM - Ano 27*, n. 41. Museologia Social, dez/2014.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política. Obras Escolhidas*. Trad. Sergio Paulo Rouanet, V. 1, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista de Estudos Feministas*, v. 19, n.2, p. 549-559, 2011.
- BRIONES, Marcia Cristina H. “El olvido esta lleno de memoria” estudo de caso do sitio de consciência Villa Grimaldi como meio de comunicação: a didática dos direitos humanos e a cultura da memória (Dissertação em Comunicação Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2015.
- CORTE, Andrea T. *et al.* Como fazer a história local se tornar pública, e para quem? In: ALMEIDA, Juniele R.; RODRIGUES, Rogério R. (Orgs.). *História pública em movimento*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

FERNANDES, Letícia Oliver; SILVA, Matheus de Paula; CARVALHO NETO, Pedro José de. A história pública que queremos: entrevista com Ricardo Santhiago. *Epígrafe*, São Paulo, v. 8, n. 8, pp. 283-331, 2020.

KNAUSS, Paulo. “Quais os desafios dos museus em face da história pública?”. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). *Que história pública queremos? What public history do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 141-145.

LOURO, Guacira. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos feministas*. Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. São Paulo: Unicamp, 2007.

PINTO, Renato. Museus e diversidade sexual: reflexões sobre mostras LGBT e Queer. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 5, n. 1[5], p. 44–55, 2015.

ROVAI, Marta G. de O. Diálogos e projetos: a voz e a presença de pessoas transexuais e travestis na transformação da universidade. *Espaço Acadêmico*, n.21, p. 68-83, 2021.

SCHMIDT, Benito B. O historiador-curador: a experiência de realizar uma exposição histórica voltada a públicos diversos In: ALMEIDA, Juniele R.; MAUAD, Ana M.; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e voz, 2016, p. 275-285.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 01/02/2024
Aprovado em: 21/05/2024

O biógrafo e o biografado, entre as fontes e o encontro: relações entre História Oral e História Pública na escrita biográfica

Igor LEMOS MOREIRA¹

Resumo: Nos últimos anos, a ideia de colaboração e de relação dialógica entre pesquisador e sujeitos se tornou um dos pilares do movimento da História Pública. Tal dimensão tem provocado renovações epistêmicas e movimentos de autorreflexividade potentes para a operação historiográfica, de modo a permitir uma reflexão sobre a prática e, em especial, a respeito das ações que constituem o “fazer historiográfico”. Reconhecendo tal potencialidade, o presente trabalho visa apresentar um conjunto de questões, inquietações e impressões de pesquisa no campo da biografia e da história oral a partir da abertura para o diálogo com sujeitos vividos assumidos não como “objetos”, mas interlocutores. Toma-se, em particular, como ponto de partida a experiência de construção de uma biografia histórica da cantora cubana Gloria Estefan como uma tese de doutoramento a partir da possibilidade de entrevista com a artista. Procura-se explorar as dimensões éticas, dialógicas e renovadoras de tais experiências, que transitam entre a teoria, a metodologia e a construção narrativa. Enquanto argumento, o ensaio compartilha um conjunto de provocações acerca dos impactos que emergem ao abrir-se a possibilidade de construção de uma biografia em colaboração com sujeitos vivos.

Palavras-chave: Biografia; História Oral; Narrativa.

¹ Pós-doutorando no Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo. Doutor em História pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC). Mestre e Graduado em História (Licenciatura) pela mesma instituição. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. SC. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6353-7540> E-mail: igorlemoreira@gmail.com

The biographer and the biographed, between the sources and the encounter: the impacts of Oral History and Public History on the historiographic narrative

Abstract: In recent years, the idea of collaboration and dialogic relationship between researcher and research subjects has become one of the pillars of the Public History movement. This dimension has provoked epistemic renewals and powerful movements of self-reflexivity for the historiographical operation, in order to allow a reflection on practice and, in particular, regarding the actions that constitute “doing historiography”. Recognizing this potential, the present work aims to present a set of reflections, concerns and impressions of research in the field of biography and oral history based on the opening for dialogue with lived subjects assumed not as “objects”, but research interlocutors. In particular, the starting point is the experience of constructing a historical biography of the Cuban singer Gloria Estefan as a doctoral thesis based on the possibility of an interview with the artist. We seek to explore the ethical, collaborative and renewing dimensions of such experiences, which move between theory, methodology and narrative construction. As an argument, the essay shares a set of reflections about the impacts that emerge when opening up the possibility of constructing a biography in collaboration with living subjects, in this case in collaboration with the biographee herself.

Keywords: Biography; Oral History; Narrative.

Na antessala dos encontros

Apesar de não ser possível afirmar que a biografia caiu em desuso ou foi totalmente relegada ao ostracismo historiográfico pelas perspectivas estruturalistas da segunda geração dos Annales, é fato que houve uma progressiva diminuição da produção do gênero por parte de historiadores até meados da década de 1960. No contexto francês, que viria a impactar diretamente no Brasil, esse período foi marcado por debates acerca do grau de ficção e da pouca preocupação científica e metodológica de biografias por parte de jornalistas e demais pesquisadores (Levillain, 2003). A partir dos anos 1960, com as críticas direcionadas a ambição totalizadora da história e a busca pela retomada do sujeito e da subjetividade na historiografia, a biografia passou a figurar novamente no horizonte de debates de historiadores/as, fosse como gênero narrativo, abordagem ou campo de investigação. Conforme destaca Avelar (2010), parte do embate foi marcado pelos anseios de uma retomada da história factual, focada em acontecimentos, sendo inclusive proposta uma espécie de ruptura e emergência de uma “nova biografia”.

Delimitada pelas perspectivas totalizantes dos Annales, a biografia parecia se encontrar numa encruzilhada teórica: ao mesmo em que era reconhecida sua legitimidade como objeto de estudo dos historiadores, os seus usos se limitavam a dois modelos: a biografia representativa e o estudo de caso. No primeiro, o indivíduo enfocado não é digno de reconstrução biográfica pelo que tem de singular, de excepcional, mas por sintetizar várias outras vidas, enfim, por servir de passagem para a apreensão de marcos mais amplos. Já no século XIX, Dilthey afirmava que a biografia é o meio privilegiado de acesso ao universal (Dosse, 2007, p. 16). O interesse individual não se esgotava em si mesmo. (Avelar, 2010a, p. 160)

A existência dos supostos “modelos biográficos” tendia a separar as biografias entre aquelas que, geralmente, buscavam por meio do sujeito analisar um panorama maior - considerando que sua vida sintetizava uma coletividade - e aquelas que adotavam uma ênfase na experiência individual, quase minuciosa, para suscitar problemas de ordem contextual. No segundo modelo de abordagem, “o indivíduo apenas ilustra/reflete uma construção estrutural que lhe ultrapassa. Ele é exemplo, não problema” (Avelar, 2010a, p. 161). Sendo os dois modelos hegemônicos na historiografia, mas não os únicos, a discussão possuía vários elementos em comum que

convergiavam numa problemática central: a forma como a narrativa biográfica é elaborada por historiadores.

Para Schmidt (2016), o debate historiográfico estabelecido foi diretamente influenciado pela noção de “Ilusão Biográfica” defendida por Bourdieu (2006), entendida como um processo construtivo da narrativa biográfica que busca dar coerência e constância a sujeitos que são marcadamente contraditórios e com trajetórias não-lineares. Para o autor, seria para evitar a Ilusão Biográfica que muitos historiadores afirmariam que produzem uma análise de trajetória em substituição a ideia de biografia. Tal movimento pode ser compreendido, em certos contextos, como “um pouco de eufemismo, ou de proteção contra essa ideia de biografia tradicional, ou contra outros tipos de escritas biográficas que continuam circulando” (Schmidt; Zalla; Rufatto, 2016).

Entre diferentes formas de conceber a historiografia, a existência de tais modelos passou a guiar os debates historiográficos em torno das diferenciações entre “trajetórias” – abordagem que privilegia a análise de um elemento específico ou o fio condutor de uma vida - e “biografias” – que prosseguiria sendo associada a noções de totalidade. Como ponto em comum, a biografia e a análise de trajetória progressivamente expandiram seu leque de investigação e construção narrativa, aproximando-se por vezes. Nesse processo, a relação entre sujeito, contexto e espaço passou a figurar como o principal elemento metodológico da investigação biográfica em história (Loriga, 2010), sendo considerada uma espécie de equação para escapar da biografia “antiga” (Avelar, 2010).

A retomada e expansão da noção de biografia pela historiografia foi acompanhada por um leque ampliado de discussões acerca do sujeito, da subjetividade, da identidade e da vida em sociedade (Arfuch, 2013). Compreender o sujeito passava, a partir desse cenário, a não ser mais possível apenas com foco em sua vida pública e/ou na produção em documentos escritos como cartas, correspondências e publicações na imprensa, como era frequente em estudos dos chamados “Homens de Letras” (Venancio, 2015). Com a incorporação dessas problemáticas, outros elementos passaram a ser progressivamente considerados como centrais para a investigação de trajetórias, fossem essas de sujeitos considerados “comuns” ou de personalidades públicas. A vida privada, como lembra Schmidt (2014) passou a ser considerada não

enquanto o foco do estudo, mas elemento intrínseco à vida pública, levando historiadores a buscarem em outras linguagens e documentos subsídios tanto para sua análise, como para a construção de narrativas mais precisas, contextuais e próximas da experiência sujeito.

Tal movimento é considerado por Jablonka (2021) como elemento central da escrita historiográfica e que tem implicações singulares na produção biográfica. A escrita historiográfica, segundo o autor, mobiliza uma série de recursos literários que provocam uma representação realista da realidade passada dentro do possível e dos vestígios localizáveis passíveis de análise. Neste sentido, a historiografia depende de uma busca pela ficção pois desde a forma como contextos, indivíduos e temporalidades são articulados na medida que para que estes sejam passíveis de articulação é necessário um movimento imaginativo de aproximação e representação que permita, no ato comunicacional, a produção de sentidos. Para Jablonka (2021) reconhecer a dimensão ficcional na escrita da história, bem como na produção biográfica, não significa afirmar que a dimensão científica e interpretativa da historiografia seja inexistente. Ela existe, conforme defende o historiador, enquanto método e campo de investigação, mas depende da ficcionalidade e da imaginação para se sustentar enquanto experiência humana e representação do passado.

Seria justamente por reconhecer essa dimensão que historiadores, progressivamente, passaria a se aproximar da vida privada e de outras fontes na elaboração de biografias, recorrendo, entre outras possibilidades, a história oral. No Brasil, dois casos recentes são ilustrativos desse processo. Em 2017, Benito Schmidt publicou a biografia *Flavio Koutzii: biografia de um militante revolucionário (de 1943 a 1984)*, na qual, por meio da interlocução entre diferentes conjuntos de documentações analisou, problematizou e reconstruiu a vida de Koutzii, militante Gaúcho que atuou na resistência aos governos ditatoriais. Schmidt, em sua introdução, detalha o processo de construção da biografia em meio a possibilidade de entrevistar o próprio biografado, demonstrando tanto as tensões características dessa experiência, como as aberturas analíticas e, principalmente, as possibilidades abertas pelo diálogo e contato para a construção da narrativa. Poucos anos antes, Jorge Ferreira já havia publicado a biografia de João Goulart (2011) que, apesar de não contar com entrevistas de História oral com o

sujeito biografado, recorreu a interlocução com sujeitos vivos na construção de sua investigação de forma a buscar preencher lacunas na documentação existente e, em paralelo, problematizar a memória sobre tal contexto.

Para Giovanni Levi, o primeiro elemento metodológico central da biografia é a sua aproximação com as relações entre investigação, historiografia e narrativa. Em suas palavras, “a biografia constitui na verdade o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia. Muito já se debateu esse tema, que concerne sobretudo às técnicas argumentativas utilizadas pelos historiadores” (LEVI, 2006, p. 168). A vinculação entre história e narrativa apresenta, na perspectiva de Levi, um desafio particular para a escrita biográfica tendo em vista que, ao tematizar uma vida/um sujeito, a construção de um sentido depende de uma aproximação com a subjetividade e a trajetória que saiba lidar com tendências psicobiográficas, por exemplo.

A História Oral pode se apresentar como um elo importante para a escrita e produção de biografias na medida que, conforme defende Alberti (2000), centraliza o sujeito e permite a expansão da compreensão acerca das experiências individuais, coletivas e subjetivas. Essa operação, no entanto, é complexa na medida que a sua problemática parte de um entendimento que existe um sujeito unificado, “uma unidade do eu” nas palavras de Alberti, o qual a biografia, particularmente quando recorre à história oral, seria capaz de desvelar e reforçar. Apesar da História Oral ser mobilizada com tal intenção, seu maior potencial reside justamente no caminho contrário. A presença de sujeitos vivos e do testemunho permite fragmentar o sujeito biografado, problematizar as relações e experiências que escapam ao documento escrito, contar a “ilusão biográfica” de forma perceber a agência, mas também a contradição, por vezes, eliminada na produção de memórias coletivas.

Neste sentido, é possível propor dois eixos centrais de uso da História Oral na produção biográfica, particularmente na historiografia. Por vezes, é notável que o uso de entrevistas se torna parte de um referencial teórico-metodológico, visando a análise e problematização da memória e a circunscrição da história de uma vida em contextos maiores. Trata-se, nesses casos, do entendimento que a história oral pode contribuir na elaboração de documentos e fontes, transformando-se em um recurso adicional para

pesquisas. Um segundo caminho possível, por vezes complementar ao primeiro, trata-se do uso da História Oral enquanto elemento colaborativo da escrita biográfica, sendo concomitantemente fonte, recurso de contextualização da narrativa a ser elaborada e proposição epistêmica. Santhiago (2009) têm sido um dos principais defensores dessa tendência, assumindo que a interação, a interlocução e o diálogo com os sujeitos não é mera forma de dar “voz”, afinal estes sempre as tiveram, mas amplificar suas falas e memórias adotando uma escuta sensível.

Ambos os eixos centrais de utilização são ora complementares e ora considerado, por alguns, como abordagens distintas. No caso de abordagens que abordagem como perspectiva a História Oral enquanto parte da construção da investigação e não apenas como fonte, a mudança epistêmica envolve compreender que a entrevista é, em si, um ato dialético e colaborativo onde entrevistado e pesquisador colaboram na produção de uma performance materializada no relato oral que tem autoria compartilhada (Mattson; Schalk, 2019). Trata-se de perceber a História Oral enquanto uma interlocução estabelecida com a dimensão pública da história (Almeida, 2018), reconhecendo que a autoridade do investigador, nesse caso um biógrafo, é apenas uma em meio a tantas outras, inclusive a do biografado.

Portelli (2016) afirma que assumir uma postura de escuta sensível torna a História Oral uma força de renovação epistêmica e narrativa de experiências passadas no presente, com particular destaque para as histórias de vida. Apesar de biógrafos de formação e reconhecimento pela historiografia, a exemplo de Neto (2022), afirmarem que a aproximação com sujeitos os biografados é um desafio “adicional” e supostamente “dispensável”, Portelli (2016) defende que a oralidade e a História Oral pode ser caminhos singulares e revolucionários em qualquer investigação e construção narrativa. No entanto, como destaca o autor, a aproximação com essa abordagem implica em uma expansão tanto do que se entende por narrativa, como por entrevista, retomando o debate central sobre ética e método.

Seja no debate sobre a mobilização dos relatos orais na construção da narrativa textualizada (escrita, sonora ou visual), ou na discussão sobre os processos de interlocução das entrevistas, a dimensão ética acompanha a proposição do método que, por desdobramento, implica no ato constante de repensar a História Oral desde a sua

proposição na pesquisa, até o uso posterior (não limitado apenas a transcrição). Essa dimensão, implica em um movimento de constante autorreflexão da pesquisa historiográfica e da produção narrativa que é um desdobramento do espírito de colaboração necessário nesse tipo de abordagem (Santhiago, 2018). Esse artigo é, em parte, um movimento de reflexão acerca desse movimento e processo autorreflexivo provocado pela experiência de produção de uma biografia que contou não apenas com o uso da História Oral, mas que adotou a colaboração como um de seus pilares, inclusive ao promover uma aproximação com o sujeito biografado.

Este artigo apresenta um conjunto de considerações na esteira do processo autorreflexão promovido pela pesquisa em História Pública e História Oral enquanto processo colaborativo. Trata-se de um exercício de análise da minha prática enquanto historiador e biógrafo que se colocou em posição de diálogo com uma artista *pop* que era tema, sujeito e objeto de investigação. Tal proposição não parte de um movimento de construção de autorrepresentação e/ou de colocar a pesquisa desenvolvida enquanto uma espécie de referência, mas de assumir a minha prática enquanto ponto de partida para um conjunto de considerações teórico-metodológicas e epistêmicas, tal qual é recorrente nas práticas de História Pública implementadas no Brasil nos últimos anos (Santhiago, 2018).

Entre 2019 e 2023 desenvolvi uma pesquisa de doutoramento em História tematizada pela trajetória artística e biográfica da cantora cubana exilada Gloria Estefan, com ênfase nas representações latinas e nos múltiplos engajamentos que a construíram como uma das mais referenciadas artistas da *Latin Pop Music* no tempo presente. Inicialmente, o projeto estava guiado pela abordagem biográfica que busca compreender o sujeito em sua contradição e complexidade e não por seu status. Neste sentido, a investigação buscava na produção da artista e nas narrativas midiáticas sua principal problemática e forma de construção narrativa. No entanto, ao longo dos meses e após a possibilidade de realização de um estágio como *Visiting Scholar* na *University of Miami*, a viabilidade da aproximação com a História Oral tornou-se cada vez mais possível, ao menos com pessoas próximas da artista.

Enquanto cantora exilada herdeira de uma família anticastrista próxima do núcleo mais afinado ao governo de Batista, Gloria se exilou em Miami pouco tempo

após a Revolução Cubana em 1959. No sul da Flórida, construiu sua identidade enquanto artista cubana exilada e como mulher latina, em meio a uma comunidade que se apresenta cada vez mais enquanto supostamente legítima e autorizada a falar pelo país em oposição ao governo revolucionário, processo esse que teve como base a construção do anticastrismo no bojo dos grupos exilados (Bustamante, 2021; Torres, 1999). Integrando movimentos artístico-culturais locais, Gloria estabeleceu marcos iniciais de sua carreira e construiu um projeto que alternava a vinculação com a cena local, a participação política e a habilidade de produção de *singles* com perfil comercial, próximo ao *pop*, visando o *mainstream*.

Ao reconhecer essa dimensão, a investigação passou a destacar o papel da experiência e da proximidade com essa cena local como elemento central para as problematizações investigativas e para a construção de uma narrativa. Tratava-se, como destaca Jablonka (2020), de aproximar-se da atmosfera do sujeito analisado de forma a compreender sua relação por meio do contato e da dimensão sensorial, não devendo-se confundir essa imersão com a busca por uma análise psicologizante, por exemplo. Enquanto ciência-narrativa, a História depende da produção escrita que se materializa, segundo o historiador, em uma “literatura do real”, a qual precisa recorrer a essas dimensões para construção da imaginação e representação histórica. A proposta de se aproximar desse espaço, e consequentemente dos sujeitos, foi o que aproximou a pesquisa com a História Pública e da História Oral. Estabelecer uma aproximação dentro dessa compreensão não poderia ser meramente uma busca por conhecer o ambiente e tentar reproduzi-lo narrativa, como cita Neto (2022), mas assumir que a construção da carreira de Gloria decorreu das relações as quais uma aproximação poderia, em casos colaborativos, resultar em um enriquecimento das análises e problematizações.

Foi nesse cenário que a aproximação passou a se firmar e, ao longo dessa abertura, oportunizou uma entrevista com a própria cantora, a qual me detive neste trabalho. Ao me aproximar da artista biografada, busquei não assumir ela enquanto um objeto distante ou proibido de se posicionar na investigação que vinha desenvolvendo. Por outro lado, foi preciso construir uma série de diálogos e posicionamentos antes, durante e após as entrevistas que reafirmaram a independência do processo analítico

estabelecido, ou seja, o estabelecimento de um limite para a colaboração, uma fronteira que garantiria que o trabalho pudesse manter seu perfil crítico e analítico. O presente artigo analisa esse processo, com vistas a compreender a entrevista com Gloria Estefan a partir do uso e da prática da História Oral orientada por uma postura colaborativa entre biógrafo e biografado. Em outras palavras, o que será problematizado a seguir não será a entrevista enquanto relato de memória ou a veracidade acerca dos fatos detalhados, mas a forma como enquanto historiador me inseri na prática de História Oral e repensei a construção narrativo-investigativa que vinha desenvolvendo a partir, com e através de uma entrevista com uma diva da *Latin Pop Music*.

Adentrando o camarim: quando o biógrafo encontra seu biografado

Em 07 de dezembro de 2023, em meio ao processo de reabertura social após uma das pandemias mais mortíferas dos últimos séculos, uma videochamada realizada pelo *Microsoft Teams* alterou profundamente o projeto de doutorado ao qual vinha desenvolvendo. De forma “imprevista”², o encontro foi muitas vezes considerado inimaginável, não por algum tipo de idealização ou por achar que minha³ interlocutora

² Em obra organizada em 2022, Miriam Hermeto e Ricardo Santhiago propõe que a dimensão do “inesperado”, aquilo que não pode ser ou não é previsto, deva ser reconhecido e potencializado pela História Oral de modo que “o inesperado talvez constitua, de fato, um dos alicerces de toda e qualquer pesquisa participativa. Com isso, os autores defendem que a imprevisibilidade é parte inerente a qualquer projeto colaborativo e deve ser compreendido pelo historiador não como um desvio de rota ou um “problema” para a pesquisa, mas enquanto um ponto de mudança significativa na qual a autorreflexividade é o principal efeito. Essa proposta, torna-se particularmente pontente quando compreende-se que não se está afirmando a mera inclusão de imprevistos e/ou momentos inesperados na pesquisa, mas assumi-lo enquanto ocasiões de reflexão acerca da prática, em particular da relação estabelecida com diferentes sujeitos colaboradores e constitutivos da investigação.

³ Segundo Ivan Jablonka (2020), o reconhecimento do “eu” do pesquisador, que se inscreve na narrativa e também na pesquisa, é por vezes relegado a notas de rodapé, ou a margem de trabalhos acadêmicos, enquanto é, de fato, um elemento central de toda a operação historiográfica. Segundo autor, ao longo de décadas de busca por um cientificismo ilusoriamente “exato” para se enquadrar em limites disciplinares externos as ciências humanas, historiadores deixaram o uso e o papel do “eu” (entendido como o ato de assumir a presença do próprio pesquisador na investigação) tanto no ato de pesquisar como de narrar. Em parte, essa rejeição esteve vinculada a tentativa de afastar as relações entre ficção e a suposta “realidade”. Nestas relações, existiria uma dimensão central para a produção de representações ou de narrativas verossímeis, nas quais o uso do “eu” poderia determinar “como se pode dizer algo verdadeiro no e pelo texto. Para teorizar uma literatura do real, é preciso partir não do realismo, mas das ciências sociais enquanto motores de investigação. É pelo raciocínio que um texto entra em adequação com o mundo. Há compatibilidade entre a literatura e as ciências sociais porque o raciocínio já está alojado no coração do literário. É o que mostram, por exemplo, as narrativas de vida, as memórias e as grandes reportagens” (Jablonka, 2021, p. 33)

não estaria aberta para um diálogo. A incapacidade de projetar esse momento era devida dos anseios sobre o possível impacto desse diálogo com sujeitos vivos, característico da História do Tempo Presente. Minha interlocutora, uma cantora *pop* considerada Diva da *Latin Pop Music*, ganhadora de Grammys e dezenas de outros prêmios mundo afora, parecia uma figura pouco acessível a um pesquisador acadêmico, apesar de estar frequentemente em diálogo com jornalistas e influenciadores digitais. Uma primeira tentativa de contato, realizada meses antes por Instagram durante uma live, resultou apenas em um agradecimento pela pesquisa realizada. “*This is really sweet of you*”, essas foram suas palavras no momento.

Meses depois, um diálogo com sua assessora possibilitado por uma interlocutora da pesquisa viabilizou uma entrevista de 30-40 minutos com a cantora, mediante a apresentação prévia de um roteiro que seria pré-aprovado por ela. Enquanto documento que poderia definir a realização ou não do encontro, o roteiro contemplou dezenas de questões que certamente não conseguiriam ser feitas no tempo disponibilizado, mas foram incluídas de forma a compreender o grau de abertura para o diálogo. Caso alguma questão sensível, por exemplo, fosse rejeitada, seria possível estabelecer um perfil inicial de abordagem, visando uma conversa respeitosa e sensível, mas sem perder suas finalidades críticas e analíticas. O diálogo, iniciado em 29 de novembro de 2023, resultou na aprovação na íntegra do conjunto de questões em 01 de dezembro, demonstrando uma abertura da artista que veio a se confirmar em nosso diálogo. A única ressalva, estaria agendando também uma entrevista com seu esposo e produtor musical, Emílio Estefan, para o mesmo dia poucas horas depois, em um evidente movimento de demonstrar união e proximidade.

Uma semana após a aprovação da proposta e o agendamento da entrevista, nos encontramos. Eu, o entrevistador, em um quarto branco alugado em uma casa em Miami, entrei na chamada de vídeo do *Microsoft Teams* para dialogar com Gloria Estefan que estava em um dos ambientes mais frequentes de entrevistas midiáticas gravadas durante a pandemia: um cômodo com elementos que lembravam o mundo musical e que era, esteticamente, promovedor de uma imagem despojada de sala de estar. Enquanto em casos de entrevistas orais realizadas presencialmente a questão do ambiente se torna parte de uma experiência sensorial, alimentando uma atmosfera

específica do encontro entre dois corpos em um mesmo espaço, entrevistas realizadas virtualmente implicam em uma outra experiência com o espaço que, particularmente quando gravadas, sugerem análises de cunho estético e visual.

O ambiente escolhido para a gravação de uma entrevista por videochamada geralmente leva o(a) interlocutor(a) a repensar sua apresentação, procurando uma cenografia que lhe possibilite estar confortável e, paralelamente, fomentar sua projeção de representação almejada na narrativa. Esse aspecto, pouco debatido nos estudos já publicados sobre as entrevistas a distância em contextos pandêmicos (Silva, 2022), favorece análises interessantes ao campo da visualidade na sua interface com a História Oral, por permitir compreender que a oralidade se expressa não somente pela voz, mas pelo conjunto da performance (Abrams, 2010). Neste sentido, é importante compreender que a entrevista de História Oral que demanda do uso de videochamadas para sua realização é permeada pela interlocução entre entrevistado e entrevistador que dependem de uma relação intrínseca entre o oral e o visual.

A construção do ambiente da entrevista ressaltou em uma representação na qual a cantora tinha plena consciência do papel da visualidade para o diálogo que seria desenvolvido. Os elementos como uma *jukebox* ao canto, adornos pessoais ou mesmo o jogo de luz, compunham uma imagem na qual “a presença se desdobra em apresentação da presença” (RANCIÈRE, 2014, p. 33). Enquanto proposta, a cenografia era a mesma de cenários para entrevistas jornalísticas, colaborando para entender que por mais que a proposta de entrevista tocasse em assuntos pessoais, subjetivos e delicados, aquele seria um momento de diálogo visando a projeção-construção de uma memória assegurada por Gloria Estefan enquanto artista consciente do papel da imagem em sua memória.

Foi a partir deste enquadramento que o diálogo transcorreu e, logo ao início, houve um diálogo que (des)caracterizou aquele momento, em um movimento de estabelecer as bases através das quais nossas falas seriam emitidas. De início, procurei explicitar a ocasião e intenção da entrevista, de forma a artista ter a possibilidade de situar-se nas intenções do projeto em andamento. A iniciativa de organizar esse diálogo inicial visou estabelecer um lugar de escuta sensível para que, conforme Porto (2022, p. 25), minha narradora pudesse sentir-se ouvida “sobre aquilo que foi vivido, sentido, mas também silenciado e apagado”. Dessa forma, procurei reafirmar que minha função

enquanto historiador não seria a mesma de um jornalista, mas a de um pesquisador inscrito no acadêmico que tinha uma outra forma de compreender aquela ocasião e que, principalmente, buscava a ideia de colaboração, ou seja de parceria, para a produção de uma análise sobre a sua trajetória.

Após apresentar o lugar no qual me inscrevia enquanto historiador, Gloria Estefan se demonstrou receptiva ao diálogo e, particularmente, à proposta de uma colaboração. Logo de início, a cantora afirmou que apesar de saber que existiam alguns exercícios de escrita biográficas em publicações jornalísticas, a ideia de um trabalho acadêmico ser dedicado a sua trajetória havia lhe surpreendido pois, segundo a própria, se não tivesse seguido carreira no meio musical teria realizado um doutorado em psicologia e seria docente universitária. A confiança sobre uma espécie de meta-frustrada, que supostamente ainda gostaria de retomar em algum momento de sua vida, indicava não somente uma tentativa de criar um elo, mas era parte de um movimento de demonstrar, ao menos parcialmente, a consciência sobre o significado daquele encontro e da forma como uma tese de doutorado poderia examinar sua vida. Esse fator foi introduzido pela própria em seguida, em um evidente movimento de mostrar reconhecimento sobre o processo, mas sem apresentar insegurança com o mesmo, quando afirmou que minha pesquisa seria apenas uma das narrativas possíveis a respeito de sua vida e que ela, consciente desses processo, teria uma autopercepção a respeito de si que não poderia ser descaracterizada por um trabalho acadêmico. A afirmação, de muitas formas, demonstrava um argumento central para sua construção narrativa ao longo do depoimento: aquele momento poderia ser analisado e uma tese a respeito de sua trajetória artística até poderia ser produzida, mas sua autobiografia não seria modificada por tal movimento.

A partir dessa primeira introdução, Gloria Estefan me “convidou” a iniciar meus questionamentos, antecipando que teria um tempo limitado disponível em função de outros compromissos. Dada a ausência de uma biografia publicada anteriormente sobre sua infância e juventude, ou seja o período anterior a iniciar sua carreira artística, as primeiras perguntas permitiram com que Gloria explorasse as memórias sobre o processo de exílio e a fixação no Sul da Flórida. A temática logo a levou a abordar a questão musical como um elemento constitutivo de sua identificação migrante,

mencionado que cresceu rodeada por música, particularmente pelas produções de *Joselito*, encontrando na cultura sonora uma espécie de escapatória. Ao centralizar a música no momento de reflexão sobre sua infância, Gloria Estefan evidentemente não estava falando apenas de si, mas da sua inserção em uma comunidade exilada/deslocada, para a qual “a música permite que, pelo menos momentaneamente, um grupo voluntariamente em performance esteja em sintonia, reconhecendo cada um dos seus elementos em si e nos outros a sua pertença ao grupo pela eficácia do ‘diálogo musical’.” (Sardo, 2010, p. 69). Neste ponto, é interessante citar o seguinte trecho da entrevista:

So here I had these two very powerful women in my life that I was seeing do everything and without the men. My grandfather was very ill. He had had five heart attacks in Cuba, so he was “OK” when he came here, but it was a constant struggle to make, you know, watch his health.

Through this all music was my escape. It was my happy place and the minute I started talking at the age of two I started singing. I would learn the songs I knew the whole Jose Marti poem. Will Sabbathical Rosa, which was like 36 stanzas.

I would learn Joselito songs. I would learn these songs like Nat King Cole, a 3 year old, 4 year old singing what I was constantly hearing because my mother always had music at home⁴.

As lembranças sobre as primeiras experiências musicais, no caso de Gloria Estefan, parecem ser retomadas como forma de construir um ponto de partida, um marco fundador que viria a lhe possibilitar exercer sua atividade musical. Em uma tentativa de, aos olhos do presente, justificar a aproximação com o universo das canções, Gloria tentou demonstrar que independente de ter pretensões profissionais sua curiosidade a levava a desenvolver, por exemplo, técnicas de descobrir a composição de canções somente com a audição. Como aponta Leonor Arfuch (2010, p. 212), essa forma pré-estabelecida de construção autobiográfica visa conferir sentido aos “fatos” em um suposto “devir” da narração, no qual,

O “momento autobiográfico” da entrevista, como toda forma em que o autor [músico]. Declara a si mesmo como objeto de conhecimento, apontará então para a construção de uma imagem de si, ao mesmo tempo em que tornará explícito o trabalho ontológico da autoria, que se dá, sub-repticiamente, cada vez que alguém assume um texto com seu nome. Essa performatividade da primeira pessoa, que assume “em ato” tal atribuição diante de uma “testemunha”, com todas as suas consequências, é uma das razões dos usos canônicos do gênero.

⁴ ESTEFAN, Gloria [64 anos]: *depoimento* [dez. 2021]. Entrevistador: o autor. Miami, Flórida (EUA), 07 de dezembro de 2021.

Apesar de se referir, particularmente, ao universo da cultura escrita, as discussões de Arfuch (2010) dialogam com figuras presentes na classe artística de modo geral no tocante à performance narrativa. A performatividade de Gloria visava a projeção de um sujeito-artista público e tem consciência que suas ações reverberam na construção de uma memória posterior. Tal processo, em parte, devia-se ao fato que nos últimos anos uma série de iniciativas ligadas à sua (auto)biografia foram publicizadas, como o musical biográfico intitulado *On Your Feet – The Story of Emilio e Gloria Estefan!*, lançado em 2015 e que segue até o momento de escrita desse trabalho em cartaz circulando países da América do Norte e Europa. Essa percepção autobiográfica implicava em Gloria Estefan construir um ideal de “si” a partir do controle sobre qual passado seria lembrado, criando assim uma linha contínua que justificasse seu presente em uma ilusão biográfica linear (Bourdieu, 2006).

A operação desenvolvida seguiu pelos momentos em que Gloria relatava a infância e juventude, geralmente ressaltando a relação musical e pouco explorando as tensões familiares e/ou experiências traumáticas, a exemplo do assédio sexual sofreu por um professor particular de música. As exceções se davam nas tentativas de vincular sua experiência individual com a história da comunidade exilada cubana, buscando retomar uma narrativa de grupos marginalizados e violentados ao chegarem em Miami, rememorando, por exemplo, a campanha conhecida como “*No Children, No Pets, No Cubans*”. Ao retomar essas experiências, a artista não somente projetava a si, mas narrava fatos de forma muito semelhante a como eram proferidos por ela desde, ao menos, a década de 1990. A estrutura de sua fala, por exemplo, sobre a campanha e a chegada a Miami, possui uma estrutura muito semelhante a uma entrevista parcialmente citada na *Entertainment Weekly*, publicada em 30 de julho de 1993⁵.

A estrutura narrativa que se apresentava, naquela ocasião, era parte de um discurso cristalizado de Gloria Estefan sobre sua vida e experiência exílica. De certo modo, é inevitável reconhecer que a experiência do exílio na fala de Gloria Estefan era parte de uma experiência que “desafia as pessoas deslocadas a reconsiderarem os ideais com que vieram e as suas noções tanto do país de acolhimento como da pátria que

⁵ WEEKLY, Entertainment. *Gloria Estefan on leaving Cuba*. 1993. Disponível em: <https://ew.com/article/1993/07/30/gloria-estefan-leaving-cuba/>. Acesso em: 04 fev. 2024.

abandonaram. Ocorre, assim, um profundo processo de redefinição cultural e social e de pressupostos políticos, que é crucial traçar como uma das transformações posteriores nesses países” (Sznajder; Roniger, 2009, p. 5). A constante retomada a partir de um discurso cristalizado era parte dessa lógica e operação. Um movimento frequente de tentar, de certo modo, criar um lastro e um pertencimento temporal apesar da ruptura territorial (Moreira, 2023). Por outro lado, é importante compreender que a função de um historiador e/ou biógrafo que dialogue com artistas é estimular as fissuras nas narrativas hegemônicas que busquem defender uma visão pré-estabelecida que se encontram, expressar em tabloides e publicações da imprensa (Santhiago, 2022). Não se trata, como destaca Santhiago de encontrar uma espécie de “furo” de reportagem, mas de colaborativamente desconstruir esse discurso pré-moldado, de forma a perceber a experiência individual para além da representação pública.

A partir dessa percepção, minha posição de diálogo e colaboração se modificou. Após Gloria apresentar uma síntese de sua infância e juventude, assumi uma postura de tentar, por meio de comentários breves e gentis, lembrar de eventos que conhecia por meio da imprensa e de outros depoentes, mas que não foram evocados por ela. Essa postura, de certo modo, me colocava para a cantora como um pesquisador que esteve interessado mais em sua personalidade e experiência, e não tanto no status. Como afirmei, em dado momento da entrevista, “*I would like to bring you, your experience, into this story. Build this narrative together with you*”⁶. A proposta, no entanto, não foi ensaiada, sendo um reflexo dos debates recentes sobre o papel da colaboração, da autoridade compartilhada e da escuta sensível (Almeida, 2018) na condição de entrevistas de História Oral.

Ao me colocar nessa posição, houve uma quebra importante na estrutura narrativa do depoimento de Gloria Estefan. Um tom descontraído passou a se fazer mais presente em suas falas e as histórias de amor vividas por ela e Emilio Estefan vieram à tona. A mudança de postura, inclusive, levou-a a falar sobre assuntos que estão presentes, mas são poucas vezes problematizados em sua carreira, como a questão religiosa, inclusive com uma fala sua sobre o processo de composição de suas canções ter uma relação, na sua visão, com a espiritualidade. Chamo a atenção, neste sentido,

⁶ ESTEFAN, Gloria [64 anos]: *depoimento* [dez. 2021]. Entrevistador: o autor. Miami, Flórida (EUA), 07 de dezembro de 2021.

não para as narrativas que passaram a ser apresentadas, ainda permeadas por uma performatividade inerente a uma artista, mas para uma mudança de tom, de fala e de assuntos a partir do momento que reafirmei meu compromisso com a colaboração com minha entrevista. Ouvindo novamente a entrevista e relendo as anotações, a análise que se sugere é que ao reafirmar um compromisso com a escuta de sua fala, Gloria foi lembrada que não estávamos em uma entrevista jornalística e, ao mesmo tempo, eu enquanto pesquisador me reposicionei junto a minha interlocutora.

Pensar esse processo, que envolve metodologia mas também a discussão acerca das próprias dimensões disciplinares do fazer historiográfico em História Oral, significa assumir a interlocução como princípio central da construção de entrevistas. Trata-se, como afirma Portelli (2016), de uma História Oral *com* e não *de* alguém. Conduzir entrevistas nessa posição implica, diretamente, repensar os próprios pressupostos científicos da História que, sob a pressão da institucionalização promovida no século XIX, defendem que o distanciamento e a crítica externa seriam centrais para a operação historiográfica. Estudos recentes que relacionam História Oral e História Pública, tem defendido justamente o contrário, que a interlocução - a autoridade compartilhada (Frisch, 2010) - seria um elemento potencializador ao viabilizar construções mais sensíveis à dimensão humana e ao tempo vivido.

Avila (2018), ao discutir a necessidade de repensar os elementos constitutivos da História enquanto disciplina defende que no tempo presente torna-se um imperativo fundamental redesenhar as bases e as concepções historiográficas à luz das demandas do contexto vivido. Essa operação, a qual chamou de (in)disciplinarização da História, não significa romper com a História enquanto disciplina ou ciência narrativa, ou seja “indisciplinar não significa de modo algum abrir mão das competências básicas [...] que possibilitam a criação de histórias fundamentais em algo além da simples vontade pessoal de se dizer ou escrever algo” (Avila, 2019, p. 30).

A partir das questões levantadas por Avila, poderíamos questionar se seria possível falar em uma história oral (in)disciplinada?. Essa provocação não implica em afirmar que se deve abrir mão de conjuntos ferramentais e/ou metodológicos incontornáveis e centrais para a História Oral, a exemplo daquelas manifestadas em uma série de Manuais de História Oral e na larga e volumosa bibliografia teórico-

metodológicas. Não se trata, também, de reivindicar um novo campo disciplinar ou criar um outro braço metodológico, como tem sido advogado pela chamada "História Oral Aplicada" (Meihy; Seawright, 2020). Trata-se de reconhecer, a luz da história pública, que as metodológicas são fluidas e devem ser fruto das relações estabelecidas entre pesquisador e sujeitos participantes mediados pela metodologia, e não por uma pré-definição disciplinar no qual ambos (investigador e colaboradores) ocupam posições de uma cartilha (por vezes necessária). Trata-se de reconhecer e recorrer a metodologia e as orientações, inclusive éticas, mas reconhecer que a autorreflexividade é "de dinamizar a revisão e a revitalização de seus princípios e práticas de pesquisa" (Santhiago, 2018, p. 294).

No caso do segmento das artes⁷ tais reflexões tornam-se profícuas e potentes na medida em que não somente ampliam o escopo de análise, mas permitem criar relações nas quais a performance a qual o artista encontra sua maior expressão seja incorporada. Gloria Estefan, ao longo do processo de investigação para construção de sua biografia sob a pena e análise de um historiador, operou constantemente entre o relato, a performance e a projeção. A cantora não se contradiz ou negava o contraditório. Ao contrário, assumiu nosso diálogo constante como parte de um processo (mesmo que inesperado) vinculado a sua carreira e que, como tal, demandava uma narrativa coerente e estruturada visando a preservação para momentos futuros. Compreensão esta que, inclusive, foi apresentada por seu esposo Emilio Estefan, em entrevista separada, mas no mesmo local, em que o produtor musical e empresário adentrou na chamada sem estar disposto a responder muitas das questões colocadas, mas constantemente afirmando que: 1. Estava ali para me conhecer e compreender a proposta do projeto; 2. Aceitou aquele momento para reforçar um compromisso geracional de preservação de memórias e construções de narrativas para um futuro.

I produce 46 events in the White House in my career. I work in the Olympics. I work in Super Bowls. I work in so many of the Grammys, so many beautiful things. And I see a lot, you know, like young people your age, they come and thank me. I said, you don't have to thank me. I said, you know, thank you when you open the door for us

⁷ Para um balanço detalhado sobre o tema, sugerimos a leitura de: Santhiago, Ricardo. História oral e as artes: Percursos, possibilidades e desafios. *História Oral (Rio de Janeiro)*, v. 16, p. 155-187, 2013.

because you're not realistic. The you new generation are more qualified. They speak better English. They have better the stories about things⁸.

O diálogo com Gloria Estefan foi perpassado por um movimento constante de fornecer detalhes, mas que não pareciam ser fruto de um esforço. A cantora buscava fornecer nomes de canções e repertórios importantes para si, detalhar locais, comentar sobre as relações espirituais e os sentimentos envolvidos em momentos de sua vida. Suas falas beiravam o relato mnemônico e a performance de uma narradora nata que reconhecia na oralidade seu principal trunfo. Em paralelo, buscava constantemente pensar e projetar seu futuro a luz do momento de reflexão, ao mencionar projetos contemporâneos e a retomada de outros anteriores enquanto, em paralelo, comentava sobre momentos pessoais de sua vida como a relação com a avó materna ou as histórias envolvendo a figura Fidel Castro - a exemplo da vez em que afirma ter tomado conhecimento que o líder revolucionário conhecia sua carreira.

I know for a fact that Fidel Castro specifically, OK, asked for someone to bring them MI Tierra and all my records. I know this because in 1992, I think it was. I was on the diplomatic team of the United States. And I would talk all the time to all the other diplomats, and the Cubans were told they couldn't talk to me. So I used to purposely try to go talk to them or whatever. And one of them told me, yeah, that that the commandante had requested my music. He would talk horrible things about us on this show called Mesa Redondo. He used to call me la bailarina And I used to love it, 'cause I go, why am I in this man's mouth?⁹

A vontade de ser lembrada e o ato consciente sobre sua biografia perpassam essa interlocução, sendo um pilar estruturante como defende Arfuch (2013). Enquanto postura colaborativa era evidente a necessidade de crítica, mas também era preciso o reconhecimento que o ato de interpretar (fosse do biógrafo sobre a vida do biografado, fosse do biografado sobre sua própria memória projetada) demandaria reconhecer a construção de uma identidade narrativa dotada de coerência, sentido e significado (Bourdieu, 2006). Interpretar, neste caso, pode ser considerado não como o ato de arruinar e/ou se opor à narrativa. Não se trata, também, de cancelar e/ou reproduzir sem a devida crítica o relato. Interpretar relatos como o de Gloria Estefan pode, tal qual

⁸ ESTEFAN, Emilio [68 anos]: depoimento [dez. 2021]. Entrevistador: o autor. Miami, Flórida (EUA), 07 de dezembro de 2021.

⁹ ESTEFAN, Gloria [64 anos]: *depoimento* [dez. 2021]. Entrevistador: o autor. Miami, Flórida (EUA), 07 de dezembro de 2021.

propõe Sontag (2020, p. 20), pode ser entendido como o ato de avaliação “dentro de uma visão histórica da consciência humana”.

Sendo uma produção coletiva e colaborativa, o diálogo com o(a) biografado em História Oral pode ser compreendido como uma co-produção de uma narrativa sobre a memória a qual pode ser significada e/ou compreendida na interface entre biógrafo-contexto-biografado. Partindo das considerações de Sontag, é importante então reconhecer que em história oral trabalha-se muito mais no campo da produção conjunta desses relatos e não do mero registro para a posteridade daquele depoimento. Como destaca Rovai (2023, p. 51) essa operação implica em reconhecer a “dimensão da escuta, da afetação, da escrita e de um conjunto de ações elaboradas *com* elas e não apenas *sobre* elas, porque fazer história oral era também falar *sobre mim*”. Neste sentido, reforça-se a hipótese que o biógrafo e/ou historiador oral integra a produção do relato e por isso sua interpretação demanda ser outra, uma que reconheça a interlocução como parte da pesquisa e, posteriormente, parte da própria construção narrativa. Abrir mão do “eu”, como defende Jablonka (2020; 2021), neste caso, é criar uma falsa ilusão de distanciamento entre historiador e tema de investigação que na prática não se verifica.

Biógrafo e biografado: um contato que reaviva a pesquisa (considerações finais)

Historiadores e biógrafos são diretamente impactados e influenciados pelo processo de imersão na pesquisa (Neto, 2022), o que se aplica também na produção de entrevistas. Essa dimensão gera uma linha tênue entre se permitir “levar” pelo relato oral e o não ouvir e assumir aquele momento enquanto parte da construção, visando apenas na dimensão informacional. Como lembra Meihy (2005), colaborar implica um movimento de negociação e diálogo no qual os sujeitos são partícipes e comprometidos com a própria narrativa (e seus usos). A relação tênue entre interpretar e analisar é o que Sontag (2020) alerta como reflexão necessária para o mundo das artes e que pode ser estendido ao campo da História Oral. Enquanto postura e reflexão, essa “linha tênue” possui um marcador volátil e fluido que partirá sempre das perspectivas as quais orientam o historiador e, em paralelo, a recepção acerca dos trabalhos.

O encontro com Gloria Estefan foi, talvez, um dos principais momentos de impacto da pesquisa conduzida entre 2019 e 2023. Tais impactos não estiveram restritos a informações inovadoras e/ou inéditas a pesquisa. Na prática, verificou-se particularmente que do ponto de vista informacional o encontro foi principalmente marcado por confirmações e poucas “novidades”. Seu impacto esteve restrito a um outro movimento: a aproximação. Como pesquisadores geralmente dedicados ao “passado”, historiadores/as têm a tendência de esquecer que os sujeitos de análise e investigação são, acima de tudo, indivíduos dotados de vida. Essa pode ser uma afirmação pouco impactante, mas que conforme Jablonka (2020) indica, é frequentemente relegada a um segundo plano em uma espécie de “desumanização” dos sujeitos. Entrar Gloria Estefan teve o impacto contrário, o de lembrar que existe uma “pessoa” por trás da artista, que ela não é apenas artes e carreira.

Conforme ressalta Almeida (2018), a História Oral quando se encontra e estabelece conexões com a História Pública possui justamente esse potencial renovador: lembrar acerca da experiência humana. Esse diálogo permite reconhecer que sujeitos choram, sorriem, se contradizem, são interessantes e, por vezes, também entediantes. São, acima de tudo, seres humanos. Construir uma biografia que se abra ao diálogo com o biografado permite justamente captar essa dimensão, não pretendendo revelar os últimos segredos ou produzir uma história mais “verossímil” possível da essência daquele indivíduo, como afirma Neto (2022). Abrir para a construção de biografias em diálogo com a História Oral junto à História Pública significa permitir que a relação dialética - uma espécie de reconhecer o outro como um igual diferente em função de seus lócus de enunciação - seja mais que um procedimento metodológico, tornando-se parte construtiva da pesquisa e, principalmente, da elaboração narrativa.

Em termos práticos, como poderíamos definir essa *aporia* apresentada em forma de potencialidade? A construção de uma possível “biografia colaborativa” não deve ser entendida necessariamente como uma abordagem ou metodologia para a construção biográfica. Ela pode ser, mas não somente. Como destaca Rovai (2023) ela implica especialmente em pensarmos como construímos nossa narrativa junto/a outros que não somos apenas nós. Ao longo da construção da biografia de Gloria Estefan - inserida como proposta de tese de doutoramento - não houve, por exemplo, uma tentativa de

construção de um texto de história oral que hipervalorizasse suas falas e/ou que a colocasse como uma espécie de fiadora dos fatos relatados. A experiência de pesquisa cumpriu uma outra função, a de apurar minha visão, sensibilidade e crítica a documentação existente ao passo que também permitiu aproximar-me de uma Gloria “pessoa” e não somente de Gloria Estefan.

Conforme visto ao longo deste ensaio, esse processo implicou em refletir sobre os limites do uso de suas falas, assim como os limites de análise e/ou crítica em função de uma confiança a mim depositada por ela. Em paralelo, também houve a necessidade de apurar a crítica de modo a perceber as múltiplas camadas de sentido existentes em seu relato de forma a perceber as ilusões autobiográficas, às narrativas cristalizadas e as tentativas, evidentes, de se representar a partir de intenções pré-estabelecidas. Colocar-se nesse tipo de diálogo não renuncia a tais abordagens, pelo contrário, talvez as potencialize.

Referências bibliográficas

- Abrams, Lynn. *Oral History Theory*. Inglaterra: Routledge, 2010.
- Alberti, Verena. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.
- Almeida, Juniele Rabêlo de. O que a história oral ensina à história pública. in: Mauad, Ana Maria; Santhiago, Ricardo; Borges, Viviane Trindade. (org.). *Que história pública queremos?*. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 101-120.
- Arfuch, Leonor. *Memoria y autobiografía. Exploraciones en los limites*. Ciudad del Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2013.
- _____. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- Avelar, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões: Revista de História (UFES)*, v. 24, p. 157-172, 2010a.
- _____. Subjetividades contemporâneas e escrita biográfica: limites, desafios e possibilidades. *História Oral* (Rio de Janeiro), v. 2, p. 33-51, 2010b.
- Avila, Arthur Lima. O que significa indisciplinar a história?. In: Avila, Arthur Lima de; Nicolazzi, Fernando; Turin, Rodrigo (Orgs.). *A História (in)Disciplinada*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.
- Bourdieu, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p.183-191.
- Bustamante, Michael J. *Cuban Memory Wars: Retrospective Politics in Revolution and Exile*. Chapell Hill: University of North Caroline Press, 2021.
- Ferreira, Jorge. *João Goulart: Uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

- Frisch, Michael; Lambert, Douglas. Between the Raw and the cooked in Oral History: Notes from the Kitchen. In: Ritchie, Donald (ed.). *The Oxford Oral History Handbook*. New York: Oxford University Press, 2010. p. 333-348.
- Jablonka, Ivan. *A história é uma literatura contemporânea*. Brasília: Editora UNB, 2021.
- _____. Quando o historiador é pai e filho. *Topoi*, v. 21, n. 44, p. 532-552, maio/ago. 2020.
- Levi, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.167-182.
- Levillain, Philippe. Os Protagonistas: da biografia. In: Rémond, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.
- Loriga, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- Mattson, Helena; Schalk, Meike. Action Archive: Oral History as Performance. In: Grosseye, J.; Stead, N.; Van Der Platt, D. (org.) *Speaking of Buildings: Oral History in Architectural Research*. New York: Princeton Architectural Press, 2019.
- Meihy, José Carlos Sebe Bom; Seawright, Leandro. *Memórias e narrativas: história oral aplicada*. São Paulo: Contexto, 2020.
- _____. *Manual de História Oral*. 5. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2005.
- Neto, Lira. *A arte da biografia*. São Paulo: Cia das Letras, 2022.
- Porto, Carla Lisboa. Sobre metodologia e a escuta como lugar sensível. In: Rovai, Marta Gouveia de Oliveira; Santhiago, Ricardo. *História oral como experiência: reflexões metodológicas a partir de práticas de pesquisa*. Teresina: Cancioneiro, 2021. p. 21-46.
- Rovai, Marta Gouveia de Oliveira. Um livro, muitas vozes: as potencialidades de um trabalho de história oral em dimensão pública e dialógica com feminilidades trans. *História Oral*, 26(1), 2023, 43–61.
- Santhiago, Ricardo. *Solistas Dissonantes: História (oral) de cantoras negras*. São Paulo: Letra e Voz, 2009.
- _____. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286 - 309, jan./mar. 2018.
- _____. Barbosa de Magalhães, Valéria. Rompendo o isolamento: Reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. *Anos 90*, 27, 1–18, 2020.
- _____. A história de amor que nunca existiu. In: Hermeto, Miriam; _____. (Org.). *Entrevistas imprevistas: Surpresa e criatividade em história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2022, p. 111-120.
- Sardo, Susana. *Guerras de Jasmim e Mogarim: Música, Identidade e Emoções em Goa*. Alfragide: Texto Editores LDA, 2010.
- Schmidt, Benito Bisso. *Flavio Koutzii*. Reimpressão. Porto Alegre: Libretos, 2017.
- Silva, Adriana Casini. Um zoom nos desafios metodológicos de fazer História Oral em tempos de pandemia: confluências e adaptações tecnológicas de uma investigação de História da Educação. *História Oral*, 25(2), 153–172, 2022.
- Sontag, Susan. *Contra a interpretação e outros ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 2020.
- Sznajder, Mario; Roniger, Luis. *The Politics of Exile in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- Torres, Maria de Los Angeles. *In the land of mirrors: Cuban exile politics in the United States*. Ann Harbor: University of Michigan Press, 2001.

Venancio, Giselle Martins. *Oliveira Vianna: entre o espelho e a máscara*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

Zala, Jocelito; Rufatto, Katani.; Schmidt, Benito Bisso. Sobre biografia e história: entrevista com Benito Schmidt. *Métis: História & Cultura*, v. 15, p. 13-23, 2016.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 06/02/2024
Aprovado em: 06/07/2024

Narrativas docentes a partir de entrevistas públicas: uma estratégia de formação de professores

Marianna Carla COSTA TAVARES¹
Aliny Dayany PEREIRA DE MEDEIROS PRANTO²
Maria Inês SUCUPIRA STAMATTO³

Resumo: As análises delineadas neste texto visam refletir sobre como as entrevistas públicas foram realizadas de maneira interativa para proporcionar momentos de formação de professores, com base nas ideias desenvolvidas na história pública. Como referencial teórico-metodológico optamos pela história oral em conjunto com a história pública para analisar as trajetórias de vida das professoras sob uma perspectiva sócio-histórica, com base em Santhiago (2016) e Cauvin (2016). Os estudos de Goodson (2022) e Pranto, Sulaiman e Almeida (2023) foram fundamentais para traçar discussões acerca do caráter formativo das narrativas docentes. As entrevistas públicas foram conduzidas de forma dialógica, permitindo a participação do público na construção das narrativas. Elas foram construídas a partir das discussões e reflexões acerca do entrelace da história oral e história pública, que nos permitiram uma visão e construção dialógica e colaborativa. Essa prática evidencia o caráter formativo das entrevistas, enfatizando a necessidade de compartilhar e valorizar as experiências dos professores na comunidade escolar.

Palavras-chave: Narrativas docentes; História oral; História pública; Entrevista pública; Formação de professores.

¹ Pedagoga pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED/UFRN), em doutoramento sanduíche na University of Luxembourg, financiada pelo programa CAPES/PRINT. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9731-9009> E-mail: mariannaatavares@gmail.com

² Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Campus Natal, lotada no Departamento de Práticas Educacionais e Currículo - DPEC/CE, na área de Didática e Ensino de História. Doutora em Educação (PPGED/UFRN). Mestra em História (PPGH/UFRN) e graduada em História (UFRN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8998-2343> E-mail: alinydayany@gmail.com

³ Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFRN). Graduada e licenciada em História (URFGS), mestre em Ciência Política (URFGS), doutora em História (Sorbonne), pós-doutora em Educação pela Université de Québec a Montreal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7486-9951> E-mail: stamattoines@gmail.com

Teacher narratives from public interviews: as a teacher education strategy

Abstract: The analyses outlined in this text aim to reflect on how public interviews were conducted interactively to provide moments of teacher training, based on ideas developed in public history. As a theoretical-methodological framework, we chose oral history together with public history to analyze teachers' life trajectories from a socio-historical perspective, based on Santhiago (2016) and Cauvin (2016). The studies by Goodson (2022) and Pranto, Sulaiman, and Almeida (2023) were fundamental in discussing the formative nature of teacher narratives. Public interviews were conducted in a dialogical manner, allowing public participation in narrative construction. They were built upon discussions and reflections on the interplay of oral and public history, which enabled a dialogical and collaborative vision and construction. This practice highlights the formative nature of interviews, emphasizing the need to share and value teachers' experiences within the school community.

Keywords: Teacher narratives; Oral history; Public history; Public interview; Teacher training.

INTRODUÇÃO

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem
(Guimarães Rosa - Grande Sertão Veredas)

O que é ser professora? Essa é uma pergunta que nos instiga e nos permite refletir sobre a docência. Para buscar respostas para essa indagação e propor um momento de reflexão sobre a identidade docente, realizamos duas entrevistas públicas com professoras polivalentes que atuaram no bairro da Cidade da Esperança, em Natal, Rio Grande do Norte. Elas atuaram na escola desde os anos iniciais do bairro até a década de 1990 e participaram tanto da fundação de diferentes escolas na comunidade, como das transformações e mudanças ao longo desses anos. A partir desse contexto, as narrativas das professoras trouxeram diferentes concepções a respeito do que elas pensam sobre o que é “ser professora” que perpassa as suas trajetórias docentes.

Para ser professor, é necessário ter coragem. Nas narrativas podemos observar que se tornar professor e escolher essa profissão é tê-la para enfrentar um dia a dia cheio de perguntas, inquietações e surpresas. Aceitar a responsabilidade de ser professor já é um ato corajoso por si só. Enraizadas na coragem de ser professoras, as reflexões que discorreremos ao longo deste texto têm o objetivo de apresentar como entrevistas públicas foram utilizadas numa perspectiva dialógica para propor momentos de formação docente, a partir das concepções desenvolvidas na história pública.

Mas, por que escolhemos fazer uma entrevista pública? As entrevistas públicas foram construídas a partir das discussões e reflexões acerca da história oral e da história pública, o que nos permitiu uma visão e construção dialógica e colaborativa. Concordamos com Santhiago (2018), ao teorizar que a modalidade de entrevista pública traz consigo a possibilidade de tornar a narrativa oral mais marcante, de modo que o entrelace da história oral e história pública impulsiona a pesquisa com narrativas orais, valorizando-as como produção do conhecimento e formativa. Ao mesmo tempo, corroboramos com as concepções de Andrade e Almeida (2019), que concebem a entrevista pública como caracterizada pela experiência narrada num espaço aberto, com o público.

Portanto, como o nome sugere, as entrevistas foram conduzidas considerando a presença e a participação do público. Antes do momento propriamente dito, construímos as perguntas baseadas no contexto da época da construção do bairro e considerando as histórias de vida das professoras. No entanto, além das perguntas serem abertas para as narradoras terem a possibilidade de discorrer livremente sobre as suas vidas, nós explicamos que o público estaria à vontade para participar, por meio de perguntas ou comentários.

Assim, nas reflexões realizadas nesse processo, foi importante percebermos como as entrevistas públicas potencializam as entrevistas em história oral, enquanto o público tem a possibilidade de ver e ouvir as narrativas sendo construídas e podendo participar dessa construção, bem como, aprender com aquele momento formativo.

Na nossa pesquisa, optamos por utilizar a metodologia de história oral no seu entrecruzamento com a história pública, compreendendo que juntas se potencializam. Nossa reflexão se desenvolve a partir das trajetórias de vida das professoras sob uma perspectiva sócio-histórica, considerando a educação como um processo construído pelos indivíduos ao vivenciarem uma realidade. Autores como Cauvin (2019) e Santhiago (2016) situam o debate sobre história pública em contextos internacionais e brasileiros, destacando seu surgimento e desenvolvimento ao longo das últimas décadas. Frisch (2016) discute o caráter colaborativo da história pública a partir do conceito da autoridade compartilhada. Assim, propomos refletir sobre as possibilidades da história pública na educação, especialmente no que diz respeito às trajetórias de vida docente e ao entrelace da história e do espaço escolar.

O presente texto está organizado em três seções. A primeira seção aborda os procedimentos metodológicos adotados para o delineamento das reflexões acerca da entrevista pública. Em seguida, com base nas contribuições teóricas de Goodson (2022) e Pranto, Sulaiman e Almeida (2023), a segunda seção examina a relevância das narrativas docentes como elemento formativo no contexto educacional. Por fim, na terceira seção, apresentamos as potencialidades da entrevista pública enquanto uma ação de história pública, pois a narrativa é construída em colaboração com as narradoras e com o público presente. Dessa forma, além de ampliarmos o público, também possibilitamos que eles (o público e as narradoras) tenham autoridade na construção da

narrativa. Assim, propomos uma análise e reflexão a partir das narrativas docentes e de sua relação com a formação de professores.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Realizamos a construção das entrevistas, desde a produção do roteiro até o momento de sua realização, por meio dos preceitos e concepções da história oral. Para discutir o que é história oral, concordamos com a definição de Delgado (2017), que a destaca como um procedimento metodológico no qual se criam fontes e documentos a partir de múltiplas dimensões. Segundo ela, isso ocorre por meio de registros de narrativas, testemunhos e versões sobre a história, considerando que esses processos são contraditórios e estão inseridos em um contexto histórico, cultural e social. É importante ressaltar que, em nossa concepção, o uso que fazemos da história oral não é simplesmente um ‘procedimento’, mas permeia todo o processo de pesquisa, desde a construção da fonte até os momentos de análise e construção do conhecimento.

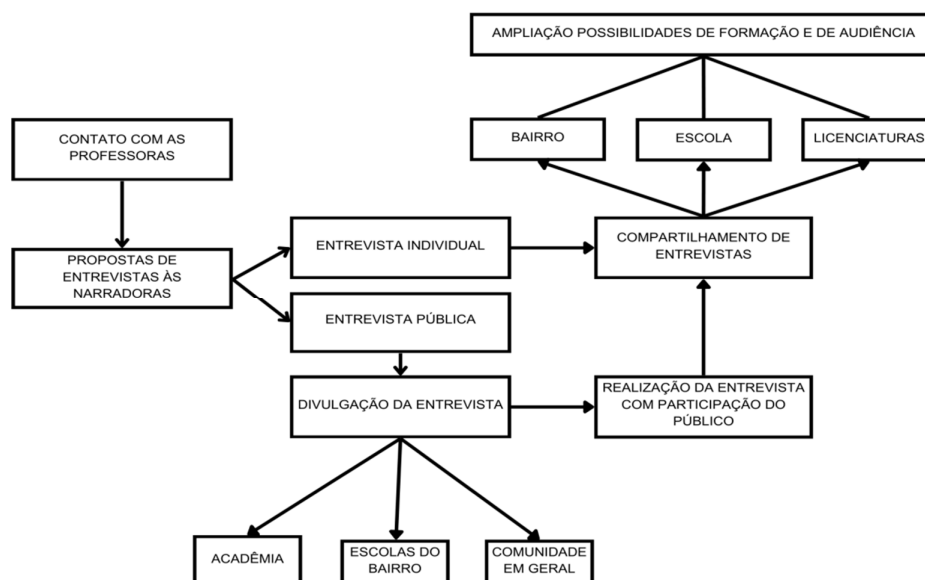
Isso significa que, a partir das fontes e documentos, da análise do pesquisador e do cruzamento dos dados, é que produzimos o conhecimento com base no que escutamos nas entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Nessa perspectiva, devemos considerar a temporalidade na qual a narrativa se insere, tendo em vista a relação entre diferentes tempos: o passado, a trajetória de vida do entrevistado e o tempo presente, tanto do entrevistado quanto do entrevistador que produz e planeja as perguntas com base no conhecimento que temos na atualidade. Dessa maneira, consideramos que a trajetória de vida das professoras pode ser estudada sob uma perspectiva sócio-histórica, pensando-a como um processo construído pelos indivíduos ao vivenciarem uma realidade.

A história oral, como uma metodologia de pesquisa histórica, possibilita transformarmos a oralidade em fonte. No entanto, nem toda entrevista é realizada com base nos princípios da história oral. Desse modo, para que a narrativa oral se torne uma fonte, é necessário que haja reflexão e análise das narrativas, sendo, portanto, vinculada a uma análise crítica e contextualizada.

Quando optamos por utilizar a história pública para pensar a história da educação, especificamente as narrativas docentes, surgiram diversos questionamentos e inquietações, baseados principalmente na ideia de amplificar as vozes das professoras a partir de suas narrativas (Portelli, 2016). Para isso, decidimos realizar as entrevistas em duas modalidades: pública ou individual. A entrevista individual acontece com a presença apenas da narradora e da pesquisadora. Deixamos as professoras livres para escolher qual forma lhes deixaria mais à vontade para compartilhar e narrar suas memórias.

A abordagem da história pública, centrada na construção colaborativa do conhecimento com a comunidade, é evidenciada nas duas modalidades de entrevistas, tanto no compromisso assumido quanto na perspectiva de ampliação das narrativas. Mesmo quando as entrevistas são realizadas individualmente, elas estão fundamentadas nos princípios da história pública, uma vez que são compartilhadas e debatidas abertamente, tanto no ambiente acadêmico quanto nas instituições escolares da comunidade. As duas modalidades estão pautadas nas discussões da história pública, em conjunto com a história oral, para reflexão sobre questões educacionais, constituem elementos fundamentais desta pesquisa. Na Imagem 1 temos um esquema que possibilita uma visão geral de como aconteceu o caminho para chegar a entrevista pública e o que está sendo feito em seguida.

Imagem 1 - Caminhos para a proposta de uma entrevista pública com professores



(Fonte: produção das autoras)

Inicialmente, realizamos o contato inicial com as professoras, o que resultou na formação de uma rede de docentes que se dispuseram a compartilhar suas memórias profissionais e pessoais. A partir desse ponto, apresentamos a elas os objetivos da pesquisa, evidenciando o tema e a metodologia proposta, que contemplava duas modalidades de entrevistas: pública e individual. A entrevista pública, por sua natureza, constituía um desafio adicional, pois as participantes se expressavam diante de uma audiência mais ampla.

Dentre as nove entrevistadas, apenas duas optaram por essa modalidade, possivelmente porque o fato de responder às perguntas e narrar diante de um público consiste em um ambiente mais desafiador para as entrevistadas. Provavelmente o ambiente individual, apenas com a presença da pesquisadora, que já tem um vínculo anterior com elas, as deixou mais à vontade. Contudo, a entrevista pública possibilita uma ampla divulgação da perspectiva histórica por meio das memórias das professoras, permitindo uma maior interação com a comunidade local.

As reflexões apresentadas neste texto derivam dessas duas entrevistas públicas, as quais forneceram subsídios para analisar a construção dessa modalidade de entrevista e suas potencialidades. Ambas foram conduzidas na Escola Municipal Celestino Pimentel, situada no bairro da Cidade da Esperança, em Natal, Rio Grande do Norte.

As professoras narradoras foram Maria Eunice de Carvalho Tavares e Maria Elsa Marques Costa⁴. Quando explicamos sobre as diferenças entre as modalidades, as duas concordaram em participar desse momento de entrevista no formato público. Realizamos o contato com a instituição, expondo a natureza da entrevista pública como uma oportunidade para os professores em atividade refletirem sobre suas práticas e, simultaneamente, conhecerem a história da instituição e do bairro onde atuam.

Posteriormente, foram realizadas ações de divulgação das entrevistas por meio das redes sociais e das instituições de ensino, além de participar de encontros na sala dos professores e da feira de conhecimentos promovida pela instituição. Essa divulgação se estendeu à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, permitindo que estudantes do Programa de Pós-Graduação em Educação também pudessem participar. Moradores locais e familiares das entrevistadas foram incluídos na audiência do evento. Além dos professores, membros da direção, bibliotecária e outros funcionários da escola estiveram presentes. No total, foram treze professores do turno vespertino que participaram da entrevista pública. A data e horário foram escolhidos em conjunto com os professores, que haviam finalizado o ano letivo e estavam em atividades administrativas. Eles opinaram sobre o melhor dia para estarem mais livres para participarem ativamente. Esse momento de decisão com eles foi crucial para garantir uma participação mais ativa e, conseqüentemente, efetiva. A entrevista aconteceu apenas presencialmente, no entanto, gravamos a narrativa, tanto para fins de análise quanto para poder compor um acervo de trajetórias docentes no futuro.

Durante o momento da entrevista, as professoras tiveram a oportunidade de relatar livremente suas trajetórias de vida, enquanto o público presente interagiu, formulando perguntas sobre temas que lhes despertaram interesse, como a prática com alfabetização e a realidade do bairro. É interessante perceber que, inicialmente, explicitamos que a participação do público poderia ocorrer a qualquer momento, não apenas no final. Optamos por essa abordagem porque sabemos que, por vezes, as percepções e sentimentos despertados por meio das narrativas, acontecem no momento em que escutamos algo que lhe chama atenção. Apesar disso, o público não começou a fazer as perguntas logo no começo da entrevista pública, apenas a partir da metade da

⁴ As narradoras autorizaram o uso dos seus nomes para a pesquisa.

entrevista, eles começaram a se sentir à vontade para perguntar e partilhar suas inquietações. Quando a primeira professora começou a interagir com a narradora, os outros foram abrindo espaço para essa participação.

Um professor fez a seguinte pergunta: “As pedagogas se formam e, de certa forma, seguem alguma linha teórica, como Vygotsky, Piaget ou Luckesi. Na época da senhora, também tinha isso? Complementando, como a senhora alfabetizou?” Para essa pergunta, a professora Maria Elsa iniciou lembrando um momento de sua atuação com a alfabetização, enfatizando que esse foi o seu foco durante a carreira. Para trazer uma situação mais prática, ela citou uma criança que aprendeu a ler rápido e, por isso, ela precisou pensar em novas estratégias, entre elas, ela citou palavras-cruzadas. Ela disse:

A minha vida foi alfabetizar. Eu tinha um menino de Cícera, era meu aluno do jardim, ele aprendeu a ler quando tinha de quatro a cinco anos, eu fazia palavras-cruzadas para ele, porque ele extrapolou o que eu ensinava aos alunos. [...] Paulo Freire era o principal. No curso já se falava em Paulo Freire (Costa, 2023).

Ao final, ela enfatizou os estudos em alfabetização com base no Paulo Freire. O professor que fez a pergunta demonstrou surpresa ao saber que em 1982, as teorias educacionais de Freire já eram referência para a área da educação. Embora não tenha dado continuidade ao diálogo durante da entrevista pública, após o término, havíamos reservado um momento de confraternização informal, o que possibilitou conversas descontraídas entre os presentes.

Em uma interação, temos inúmeros aspectos que podemos traçar algumas reflexões iniciais. O professor que fez a pergunta atua na segunda etapa do Ensino Fundamental e, em conversas com os professores, mencionaram que estão enfrentando inúmeras questões com estudantes que têm dificuldades para ler e escrever desde o sexto ano do Ensino Fundamental. Ao estar em um momento de diálogo com uma professora que atuou por quase trinta anos como alfabetizadora, o professor sentiu-se à vontade para perguntar sobre o processo de alfabetização, reconhecendo a autoridade dela devido à sua vasta experiência na área.

É importante notar que essa pergunta não estava em nosso roteiro e, muito provavelmente, sem a presença do público, não teríamos considerado fazê-la. Isso demonstra que a participação dos professores levantou uma questão importante para o seu cotidiano e para sua prática docente. Por isso, ressaltamos a importância da presença

e engajamento do público em momentos como esse, no qual eles não são meramente ouvintes, mas sim, participantes ativos.

Após a realização das entrevistas, nos comprometemos a continuar ampliando essas narrativas, seja por meio de iniciativas de história pública, seja divulgando-as em diferentes meios, especialmente na comunidade local, nas escolas e nos programas de formação de professores. Nosso objetivo é expandir as oportunidades de formação e de público-alvo por meio das narrativas, sendo esse um compromisso com a pesquisa em educação e com o público. A perspectiva futura é que possamos construir diferentes formas de interação com a comunidade escolar e acadêmica, tanto por meio de plataformas online, como podcasts, quanto por meio de ações de extensão em parceria entre a universidade e as escolas. É importante destacarmos a relevância de ações no espaço escolar, pois não podemos pensar em formação docente sem estar presentes na escola.

Compreendemos a história pública como uma abordagem para construir o conhecimento histórico, que tem ganhado destaque nas discussões acadêmicas da área, especialmente no Brasil. A comunidade brasileira é atuante e tem como foco a ampliação de audiências por meio de uma perspectiva participativa e colaborativa. Para além das publicações acadêmicas, os pesquisadores de história pública têm desenvolvido ações e estratégias visando ultrapassar os muros da academia, envolvendo a população e promovendo uma reflexão mais ampla sobre a história.

Em âmbito internacional, a discussão e aplicação da história pública vem sendo discutida desde a década de 1970, conforme apontado por teóricos dos Estados Unidos. Santhiago (2016) destaca o modelo de ‘public history’ desenvolvido pela University of California, Santa Barbara. Já na Europa, esse movimento se desenvolve de uma forma diferente, apesar de o tema ter emergido mais recentemente, Cauvin (2016) argumenta que o continente já estava imerso em um movimento de interação entre historiadores e o público, compartilhando uma visão diferente da abordagem da história pública desenvolvida nos EUA.

Cada contexto apresenta diferenças na forma como começou a fazer história pública e nas diversas formas de compreensão. No contexto brasileiro, o debate sobre História Pública começou a ganhar destaque há pouco mais de uma década, tendo dois

marcadores temporais de acordo com Santhiago (2016). Sendo eles um evento na Universidade de São Paulo (USP), com o Curso de Introdução à História Pública e um evento realizado pela seção paulista da Associação Nacional de História (ANPUH), que teve como tema geral: “História: da produção ao espaço público” em 2012. No entanto, ele ressalta que já havia iniciativas de história pública mesmo antes de serem reconhecidas como tal. O referido autor esclarece que:

Tão pouco familiar quanto o nome era a existência de estruturas institucionais dedicadas (ou mesmo receptivas) a discutir a história pública: suas possibilidades e seus limites, suas forças e suas fraquezas, suas técnicas e suas implicações teóricas. Esta é, também, uma situação superada: está instalado um espaço de diálogo vigoroso e interdisciplinar — entronizado no campo da história, mas ramificado para outras áreas, como a educação, as comunicações, os Estudos do Patrimônio (sem falar nas áreas “públicas”: Sociologia Pública, Antropologia Pública e, talvez mais notavelmente, Arte Pública) (Santhiago, 2016, p. 24)

Frisch (2016) destaca o papel que o Brasil vem desenvolvendo na história pública, afirmando que essa abordagem já está enraizada no país. Ele defende que a história pública feita no Brasil tem uma forte atuação na construção com o público, indo além de algumas perspectivas vivenciadas por ele em outros contextos, revelando seu potencial com os pesquisadores brasileiros. Nacionalmente, temos uma Rede Brasileira de História Pública, criada em 2012 e vem debatendo seus desafios no Brasil, bem como o primeiro mestrado em história pública, iniciado em 2019 na UNESPAR. Assim, observa-se que a história pública está se consolidando como uma abordagem para pesquisa e reflexão histórica, visando torná-la acessível e democrática. Santhiago (2016), já envolvido com estudos de história oral e suas institucionalizações, tem discutido e refletido sobre os rumos e a sua institucionalização no Brasil. É crucial destacar que, antes mesmo da denominação, já existiam diversas iniciativas no Brasil com essa preocupação em relação ao público. A partir das pesquisas sobre história oral, percebemos que o retorno à comunidade e a contribuição social já eram princípios fundamentais para os oralistas. Como salienta Portelli (2016, p. 23):

A contribuição do historiador/ativista está na elaboração e na articulação dos conhecimentos da comunidade e na disseminação desse conhecimento para além de sua fronteira. Portanto, a contribuição mais importante que sinto ter feito para as comunidades tem sido muitas vezes o fato de que meu trabalho fez com que os conhecimentos delas ficassem acessível para artistas que contaram suas histórias por todo o país.

Portanto, a história pública é apresentada aqui como uma forma de ampliar a história, percebemos que vem sendo utilizada na educação tanto para amplificar as narrativas docentes, quanto em abranger o público com acesso às narrativas, utilizando o digital como recurso e, até mesmo, como uma perspectiva de ensino. Desse modo, concebemos ser possível utilizá-la para refletir sobre a educação, por meio de diferentes formas de construir e pensar a história da educação. Nos propomos a refletir sobre trajetórias de vida docente, formação de professores e sobre a relação que pode ser estabelecida no espaço escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As narrativas dessas professoras se entrelaçam com a história de vida das pesquisadoras, que enquanto professoras, têm mais uma possibilidade de pensar e refletir sobre as próprias experiências e formação. Para Andrade e Almeida (2019), ao compartilhar o “ser professora”, o pesquisador, conseqüentemente, inter-relaciona a própria vida às narrativas, basta ouvir atenciosamente, compreender e ter sensibilidade para com as histórias narradas pelos professores.

Falar sobre a vida docente é, também, falar sobre nossa história, pois corroboramos com Goodson (2022), ao destacar que o historiador da vida reflete a partir da sua própria perspectiva, que já enfatiza o valor da própria história da pessoa. Para o referido autor, ao utilizar o aspecto pessoal em uma pesquisa, estamos desenvolvendo uma pesquisa importante para pensar a prática docente. De modo que “experiências pessoais estão, portanto, conectadas irrevogavelmente à prática. É como se o professor fosse a sua prática” (Goodson, 2022, p. 21).

Ao ouvir as narrativas das professoras, dar a possibilidade de elas contarem e narrarem suas histórias de vida por sua perspectiva, enquanto pesquisadores, não temos a pretensão de “dar voz” a elas, pois elas têm vozes, que foram ouvidas durante os anos em que atuaram como professoras. Assim, estamos construindo uma prática de pesquisa na qual suas vozes sejam amplificadas e sejam ouvidas.

Nessa perspectiva, ao cruzar as narrativas das professoras, refletir sobre elas e torná-las fonte, estamos representando uma voz coletiva. A fonte oral possibilita que as

professoras percebam o protagonismo em suas próprias histórias de vida, vamos além de uma representação estatística, ou seja, ao invés de procurá-las em arquivos, documentos escritos oficiais que mostram quando iniciaram e encerraram suas atividades, registro de ponto ou sua matrícula na instituição. Conversamos diretamente com elas, ouvimos suas memórias de vida diretamente delas, construindo a fonte a partir da entrevista oral que podem ser cruzadas (Thompson, 1992) com outros registros, mas existem para além deles.

Ao trabalhar com a história oral, especialmente com histórias de vida, o respeito às professoras, que estão narrando sua história de vida, é ponto determinante na pesquisa. Ouvi-las, com respeito e atenção, pois, antes de serem participantes da pesquisa, são seres-humanos, professoras que aceitaram compartilhar suas histórias de vida.

A pesquisa em educação, a partir das narrativas docentes, a partir da articulação entre a história oral e reflexões acerca da formação de professores, poderá possibilitar uma relação essencialmente formativa. Uma vez que a interação entre o pesquisador e o narrador já é um movimento formativo e de produção do conhecimento (Andrade e Almeida, 2019, p. 15). Atrelado à história oral, ao utilizar a entrevista pública como um instrumento de pesquisa, foi possível ir além dos limites da Universidade. Não foram apenas sujeitos da academia que tiveram acesso à pesquisa, mas também, professores da Escola Municipal Celestino Pimentel, que pararam um pouco do seu dia a dia para ouvir as narrativas das professoras.

Para realizar as entrevistas, foram utilizados os procedimentos da metodologia da história oral, considerando os preceitos da ética e respeito às narradoras. Andrade e Almeida (2019) concebem que a história oral busca a “memória viva” e, a partir dela, é possível construir uma interpretação, estando respaldado em um processo de pesquisa com características específicas e operações práticas. Para Andrade, Almeida e Silva (2019), a partir das narrativas docentes é possível “refletir sobre os professores como sujeitos dos seus próprios saberes e práticas — lugar social para a análise das suas trajetórias de vida e das inventividades docentes” (p. 159).

O fazer cotidiano docente implica em uma complexidade de afazeres e práticas, são muitas decisões, experiências e acontecimentos que tornam esse dia a dia dinâmico.

Nessa perspectiva, se pressupõe que muito do que é vivido pode ser narrado pelo professor e, a partir disso, surge um mundo de possibilidades a serem exploradas. Se as experiências e a prática são intrínsecas à atuação do professor, a partir delas é possível realizar pesquisas na área da educação que podem contribuir em diversas áreas. No nosso caso, argumentamos que essas narrativas potencializam uma reflexão acerca do fazer docente e da história da educação.

Para Pranto, Sulaiman e Almeida (2023), as narrativas de professores trazem consigo “inventividades e artes do fazer em sala de aula”, as quais perpassam desde reflexões sobre a escolha da profissão, até a sua formação na totalidade, incluindo o seu dia a dia. Além disso, as referidas autoras destacam o potencial da criação de redes de significação da experiência, que podem envolver professores em formação. Para Andrade, Almeida e Silva (2019):

O método (auto) biográfico contribui para que se possa observar a construção das narrativas dos professores (praticantes ordinários) sobre si e sobre a docência, em um deslocamento que é particular e, também, coletivamente marcado pelas relações com os muitos “outros” que cruzam a vida e a profissão (p. 166).

A relevância de utilizar as narrativas docentes para formação de professores está relacionada à valorização docente, pois ampliar e ouvir a voz do professor é reconhecer o conhecimento construído a partir da prática cotidiana, ou seja, o saber experiencial discutido por Tardif (2014). Sobre a valorização docente, Goodson (2022) discute que por um tempo, o professor era visto como reprodutor, de modo que não era considerado central na construção do conhecimento. Sobre essa percepção em relação aos professores, Andrade, Almeida e Silva (2019) argumentam:

Parte-se, portanto, da percepção de que os professores estão situados em um contexto de desconfiança, em relação tanto às suas práticas quanto aos seus saberes. Em caráter amplo, a ideia de sujeitos periféricos pode abarcar aqueles que se situam às margens das relações de poder na sociedade, particularmente na interface com questões relativas à Educação, podendo representar diferentes atores sociais (ALMEIDA et. al., p. 161, 2019).

Para os referidos autores, portanto, devemos considerar a cultura docente e qualificar as discussões e análises sobre a prática docente, de modo que os professores não sejam vistos como “replicadores” de informação. Indo ao encontro dessa perspectiva, as pesquisas a partir e sobre o docente cresceram e o trouxeram para o centro da pesquisa em educação. Nacionalmente, as práticas de pesquisa com narrativas

docentes vêm ganhando mais espaço. Pranto, Sulaiman e Almeida (2023) discutem sobre como as narrativas docentes, a partir da história oral, tem se constituído como uma linha de pesquisa no Brasil, notadamente nos últimos anos. Elas destacam as iniciativas como a criação do “Acervo Trajetórias Docentes” na Universidade Federal Fluminense, que contempla narrativas de professores no Brasil, disponível na página do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI). Essa iniciativa permitiu o crescimento e o início de um coletivo de professores e professoras organizado em rede, intitulado “Rede Trajetórias Docentes”.

As referidas autoras também citam o GRIFARS (UFRN) e o Repositório de História Oral da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - REPHO (UFRGS) como espaços importantes para a produção de narrativas docentes. Tais iniciativas e projetos que vêm sendo desenvolvidos demonstram a organização e crescimento das pesquisas com narrativas docentes, que valorizam o trabalho desenvolvido pelos professores em diferentes espaços de tempo e contribuem para a reflexão acerca de práticas docentes, bem como para discussão do campo da história da educação.

Considerando a perspectiva dialógica da metodologia, trabalhando com a escuta de narrativas a partir da história oral e da história pública, ela possui um caráter formativo tanto para quem narra, quanto para quem escuta (Pranto; Sulaiman; Almeida, 2023). Nessa pesquisa, as narradoras foram professoras do primário, atuando como polivalentes, mas especificamente com um foco na alfabetização, dado o contexto da década de 1960. Enquanto aqueles que as ouviram foram professores de escolas públicas da Zona Oeste de Natal–RN, comunidade escolar, moradores do bairro e pós-graduandos do Programa de Educação (PPGED — UFRN).

Nessa perspectiva, ao narrar suas práticas e suas trajetórias de vida, essas professoras estavam refletindo sobre sua narrativa, a partir do tempo presente, ao mesmo tempo, formavam professores que lecionam atualmente no bairro, como docentes, tendo sido, portanto, um momento de formação continuada para aqueles professores. Andrade, Almeida e Silva (2019) argumentam que professores em formação, tanto inicial como continuada, podem reivindicar seu protagonismo nos discursos acerca da profissão docente, a partir das narrativas. Os referidos autores destacam:

Nas narrativas docentes, professores em formação (inicial e continuada), sujeitos de suas próprias práticas, reivindicam seu protagonismo nos discursos sobre a profissão e a educação, além de confrontar aquilo que muitas vezes se apresenta nos discursos oficiais como boas práticas, criando produções pedagógicas que nem sempre circulam nos meios públicos disponíveis [...]” (ALMEIDA et. al., p. 174, 2019).

Portanto, a partir de autores que pesquisam sobre o fazer docente por meio da narrativa, como Goodson (2020) e Pranto, Sulaiman e Almeida (2023), é possível perceber que as narrativas docentes possibilitam uma melhor compreensão dos saberes docentes tendo como referências suas vivências e experiências. De modo que, pode-se construir uma prática de escuta dialógica e compartilhada, na qual as narradoras tenham uma participação ativa na construção da fonte.

Esse movimento de trabalho com as narrativas docentes enquanto objeto de pesquisa, está imbricado em uma perspectiva que aproxima a academia da comunidade, enquanto permite uma atuação nas instituições escolares para possibilitar uma reflexão sobre a prática docente a partir da valorização das narrativas de professores.

Mediamos o momento da entrevista, facilitando o processo para as narradoras poderem compartilhar detalhadamente suas experiências e histórias de vida, com um foco especial na atuação docente no bairro da Cidade da Esperança. Durante a entrevista, visamos criar um ambiente acolhedor e confortável, permitindo que as narradoras se sentissem à vontade para expressar suas opiniões e vivências. Por meio das perguntas cuidadosamente elaboradas, direcionamos o diálogo para diferentes aspectos relevantes à pesquisa, abrangendo desde desafios e conquistas pessoais até metodologias pedagógicas adotadas. Essas informações são valiosas tanto para fins de análise e construção do conhecimento acadêmico quanto para proporcionar percepções e reflexões aos professores que assistiram a essas entrevistas.

Destacamos, assim, uma perspectiva na qual as narrativas docentes não sejam utilizadas para elencar o que é certo ou errado na atuação docente, bem como não se constituam como uma prescrição de ações. Pelo contrário, as narrativas são um instrumento de reflexão da prática, que possibilitam a construção de diferentes percepções e compreensões acerca da educação. Pranto; Sulaiman; Almeida (2023, p. 58), destacam produzir uma formação docente intergeracional:

A formação docente intergeracional fundamenta a perspectiva do papel formativo da entrevista de História Oral com base nas narrativas docentes. Como mencionado na

seção anterior, no processo narrativo da entrevista, o/ a professor/ a da rede básica também se forma, posto que dialoga com outro público e consegue estabelecer um espaço- tempo de reflexão acerca de si: nesse movimento de construção de uma narrativa autobiográfica, ele/ a pode produzir uma "escrita de si", interrompendo o ritmo frenético do cotidiano escolar e elaborando um olhar sobre suas ações, o que pode lhe impulsionar a realizar o movimento de ação- reflexão- ação, ou seja, sua própria práxis, sendo provocada por futuros professores.

Assim, as entrevistas públicas com professoras aposentadas, no espaço escolar com professores em exercício na educação básica, possibilitaram esse contato intergeracional que possibilita um movimento de ação-reflexão-ação.

Esse movimento de relação entre história oral e história pública feito na entrevista enriquece ainda mais a formação docente. Isto aconteceu a partir do momento em que professores atuantes na rede pública de hoje, tiveram o contato com as memórias e narrativas das professoras que participaram da educação no bairro desde o começo.

Assim, Andrade e Almeida (2019) afirmam que, ao narrar suas experiências, práticas e história de vida, as professoras estão sendo protagonistas na discussão sobre a sua própria profissão e sobre a educação. Portanto, a história de vida é uma vertente da história oral primordial nessa pesquisa, uma vez que a partir dela, o foco da pesquisa está voltado às trajetórias docentes, e às experiências, tudo por meio das narrativas orais.

A partir da história de vida, reconhecemos o professor como protagonista ao ouvir sua voz e considerá-la na produção da pesquisa em educação (Andrade e Almeida, 2019). Corroboramos com os referidos autores, portanto, ao considerar a história de vida como uma abordagem que possibilita olhar para as memórias da vida e do trabalho do professor a partir do contexto histórico e, assim, realizar relações entre a história individual com a história coletiva da sociedade.

Do ponto de vista da criação e compartilhamento de saberes, propomos uma abordagem nas entrevistas com professoras, a partir da qual é possível refletir sobre a formação docente considerando as entrevistas públicas realizadas na escola. Naquele espaço, consideramos que os entrevistados eram os professores que vivenciaram a escola em outro contexto e o público era formado pelos professores que atuam no presente. A partir disso, foi possível propor um espaço de reflexões acerca da trajetória

pessoal através do relato autobiográfico, assim como, uma compreensão da história da educação e da formação de professores a partir das histórias de vida e seus aspectos significativos. Esse processo de integração entre as professoras aposentadas e professores em exercício propõe uma perspectiva na qual os docentes atuais possam ter um espaço de reflexão sobre a prática, assim como, conhecer a história da comunidade na qual atuam. Sendo assim, ocorre uma relação entre educação e comunidade no contexto do desenvolvimento local.

As narrativas das professoras sobre suas experiências de formação e vida estão intrinsecamente ligadas aos significados dos membros da comunidade escolar, sua influência e a criação como uma fonte de narrativas que nos permitem entender o ambiente e suas mudanças. Neste estudo, as histórias surgem das vivências docentes resultantes nos significados construídos pelas professoras, baseadas nas concepções pedagógicas específicas da época em questão, isto é, entre 1966 e 1996.

Um exemplo de um recorte é quando a professora Maria Elsa trouxe em sua narrativa como privilegiava o trabalho com artes e teatro. Ela narrou:

A gente fazia trigos de papel crepom, ainda hoje faço, para enfeitar aquelas borboletas de revista, aquelas de preguinha. Então, a gente fazia com os alunos, o trabalho de teatro, fazia de tudo, tinha um professor lá, chamado João Batista, com quem eu trabalhava muito junto, era um rapaz muito animado. Aqui no Celestino só tinha dois salões, que era o Conselho Comunitário, a gente vinha lá do Raimundo Soares para fazer aquela corrida de revezamento (Costa, 2023).

Em suas práticas, Elsa uniu trabalhos teatrais e outras formas de expressão artística, demonstrando uma abordagem educacional na qual se valoriza o aprendizado ativo e colaborativo. Além disso, mostra a importância do diálogo com outros professores para realizar um trabalho interdisciplinar. Assim como a referência ao Conselho Comunitário e às corridas de revezamento indica a integração entre a escola e a comunidade. A partir dessas práticas, inferimos que a educação é vista como um processo coletivo e participativo.

Sobre o contexto dos anos 1960 no Brasil, Ridenti (2019) enfatiza a produção intelectual de Paulo Freire e a artística de Augusto Boal com o Teatro Arena. Ele explicita como as ideias eram pautadas na concepção de que a educação deve ser um ato de liberdade e uma prática de diálogo (Freire, 2013). É possível inferir que as práticas que Elsa narrou estão inseridas nesse contexto, no qual o teatro, a arte e uma educação

dialógica estavam sendo amplamente discutidos no âmbito educacional. Isso está principalmente associado ao fato de que ela citou Paulo Freire como uma das suas principais bases para pensar o processo de alfabetização. Ao trabalhar com arte e teatro, distanciando-se de uma prática mais tradicional, Elsa traz uma perspectiva na qual as crianças são cocriadoras do conhecimento, em vez de receptores passivos de informações.

Na entrevista de Maria Eunice, também foi possível fazer algumas conexões em relação ao contexto no qual atuava. Uma professora que estava assistindo fez a seguinte pergunta: “Como foi ser professora em pleno regime militar? Tinha alguma orientação mais rígida?”. Nesse momento, a expressão no rosto de Eunice se tornou um semblante triste e ela respondeu:

Durante o Regime Militar, eram regras rígidas, a gente tinha que ter, fora outras coisas que se eu me lembrar vou dizendo, um caderno de plano de aula que deveria ser dividido na folha, com os nomes “conteúdo, assunto, objetivos, desenvolvimento, conclusão e atividades”. Todo sábado, em reunião de planejamento, a gente tinha que mostrar a essa coordenadora, a gente se reunia para fazer esses planejamentos. Cada dia de aula era uma folha dessa, grande e cheia de detalhes escritos. Tínhamos que mostrar para ela, para verificar se podia ou não podia, se dava certo ou não dava e então, partia para a sala de aula. Tinha que cumprir aquilo ali.

A partir disso, podemos inferir que essa narrativa revela um contexto de controle rígido da atividade docente durante o período da ditadura militar que iniciou em 1964 no Brasil, período no qual ela atuava como professora, além do caráter tecnicista, que ganhou força naquele momento. Esse período é fortemente caracterizado por uma perspectiva tecnicista da prática pedagógica, na qual o professor era extremamente controlado e observado. A exigência de detalhes e a necessidade da permissão para atuar em sala são aspectos que ilustram a pouca autonomia e o controle com as professoras, reforçando um modelo de educação padronizado.

Concordamos com Luckesi (2017), ao explicitar como eram as condições de planejamentos nesse contexto. Essa discussão vai ao encontro da narrativa de Maria Eunice, uma vez que ressalta o controle rígido e a perspectiva baseada no domínio de técnicas. Assim, o planejamento e a implementação de estratégias eram tratados de maneira quase militar, tornando-se uma prática central na educação daquele tempo.

O planejamento pelo planejamento, com as tais identificações de “estratégias” (termo da balística militar) passou a fazer 30 parte de uma habilitação de iniciados. O

domínio das técnicas de planificação, especialmente do ensino, passou a constituir o pano de fundo da prática educacional” (p. 30).

Assim, ao escutar essas narrativas, podemos perceber como elas revisitam discussões importantes para pensar diferentes dimensões da atuação docente, desde as práticas às concepções de educação e aos acontecimentos ao longo da história da educação no Brasil. Portanto, consideramos que quando as concepções de história pública e história oral se unem e transformam a prática da entrevista em um exercício de compartilhamento e construção imediata junto ao público, no nosso caso, professores da rede básica, seguindo o que propõe Frisch (2016) sob uma perspectiva de autoridade compartilhada. Para o referido autor:

[...]na natureza da história oral e da história pública, nós não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores. Em vez disso, o processo de interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhado. Até onde entendo, nós simplesmente não temos autoridade para sair distribuindo por aí (Frisch, 2016, p. 62).

Esta é uma perspectiva na qual a construção da história oral com a história pública é feita com uma autoria compartilhada. O pesquisador/historiador não tem autoridade exclusiva sobre aquela fala ou determinado assunto, mas está construindo com o entrevistado ou com o público. Esse processo colaborativo envolve um diálogo contínuo, no qual ambas as partes contribuem com suas experiências, conhecimentos e interpretações. Como pesquisadoras, devemos estar abertas a novas perspectivas e dispostas a reavaliar nossas próprias concepções, reconhecendo o valor das narrativas pessoais e a importância da inclusão de múltiplas vozes na construção do conhecimento histórico.

Para Shopes (2016), a história pública é uma prática, ou seja, uma forma de fazer história, destacando seu caráter reflexivo. Para ela, os historiadores públicos constroem a teoria a partir da base, sem a impor a partir de uma fonte específica. A autora, compreende que a autoridade compartilhada pode descrever o diálogo que reside no coração do intercâmbio da entrevista. A autoridade compartilhada, existe a partir da troca que acontece entre o entrevistador e entrevistado, definindo um processo colaborativo, no qual o historiador público realiza um trabalho de maneira colaborativa com a população local e, no caso da história oral, com um ou mais narradores.

Concebemos a história pública, alinhadas à visão de Cauvin (2016), para quem o conceito de história pública é tornar a história ainda mais acessível e aberta a todos. Sob essa ótica, a história pública desempenha um papel fulcral no envolvimento da comunidade, tornando-a acessível a diversos públicos, incentivando a participação e fomentando uma interação colaborativa. O referido autor reitera a importância de estender a história para além dos limites acadêmicos, criando uma conexão entre universidades, escolas e uma variedade de instituições e grupos.

Corroboramos com as considerações de Santhiago (2016) ao abordar a complexidade e diversidade da história pública. Entre as diversas abordagens, ele destaca a distinção entre a história feita para o público e aquela feita com o público. A primeira concentra-se na ampliação das audiências, enquanto a segunda enfatiza a participação ativa das pessoas. Santhiago (2016) argumenta que a história pública se diferencia dos métodos mais tradicionais da academia ao buscar expandir o espaço, o público e a aplicação do conhecimento histórico. Para ele, “fazer história pública significa trabalhar pela disseminação do conhecimento histórico para uma ampla audiência” (p. 27). Para além da ampliação, Santhiago (2018) argumenta que, em sua concepção, a história pública coloca as vozes dos entrevistados em circulação, amplificando-as, a partir de discussões críticas que não interferem na independência intelectual da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos, portanto, como uma forma tanto de ampliação da pesquisa, como de democratização do acesso da comunidade escolar às pesquisas. Salientamos a importância do desenvolvimento de pesquisas com a história pública no âmbito da academia, relacionando-a ao fato de que as instituições de Educação Superior no Brasil têm como princípio fundamental a integração da tríade ensino, pesquisa e extensão. Isto implica em uma interação direta com a comunidade, em vez de uma pesquisa distante do público. Essa abordagem está em sintonia com o objetivo central da história pública de estabelecer uma relação próxima com a comunidade. Andrade e Andrade (2016), argumentam que: “[...] o movimento que articula saber acadêmico, práticas sociais e

saber a ensinar é de mão dupla, sugerindo uma relação permeável às influências e modificações recíprocas” (Andrade e Andrade, 2016, p. 180).

Isso ressalta a ideia de uma relação dinâmica e interativa entre a academia e a comunidade, especialmente no contexto da pesquisa em história pública. As instituições de Educação Superior devem estar envolvidas em um processo de interação direta com o público, ao invés de conduzir pesquisas isoladas e distantes da comunidade.

Essa via de mão dupla, destacada por Santhiago (2016) e Andrade e Andrade (2016), são indícios para se refletir acerca da produção do conhecimento acadêmico, das práticas sociais e da educação, que estão interligados de maneira que influenciam sendo influenciados mutuamente. Isso implica refletir que a pesquisa em história pública não é apenas sobre comunicar resultados acadêmicos para o público, mas também sobre estar aberto a influências externas e às contribuições da comunidade para o próprio processo de pesquisa.

Portanto, durante a entrevista pública, que constitui um momento crucial na construção do dado para a pesquisa, tanto o público quanto as narradoras têm a oportunidade de interagir ativamente, refletir sobre o conteúdo apresentado, levantar questões pertinentes e participar ativamente do processo. Além disso, as narradoras têm uma participação ativa nesse momento, pois lhes proporciona uma oportunidade de reflexão e aprendizado ao compartilharem suas memórias. Isso ressalta o caráter colaborativo inerente à entrevista pública, o qual é uma característica distintiva da pesquisa a partir da história pública. Esse caráter colaborativo permeia todo o processo de produção do conhecimento, desde a fase inicial de escuta das narrativas até as análises e discussões que emergem posteriormente, evidenciando a importância da coletividade e colaboração.

As reflexões propostas revelam a complexidade do cotidiano docente, considerando suas atividades diárias, experiências e eventos que tornam seu fazer docente dinâmico e desafiador. Desse modo, reiteramos a importância de não considerar os professores como meros replicadores de conhecimento, mas sim como agentes ativos na construção do saber pedagógico, capazes de produzir práticas inovadoras e significativas. Portanto, ouvir narrativas docentes propõe uma valorização do conhecimento experiencial sendo reconhecidas como uma fonte para produção do

conhecimento em educação, que permitem uma reflexão sobre o fazer docente e a história da educação, contribuindo assim para uma compreensão da prática pedagógica.

As entrevistas desenvolvidas com professoras aposentadas, que construíram suas narrativas docentes a partir da mediação, contribuíram para a formação inicial de professores, bem como promoveram uma formação continuada ao longo da carreira docente, criando espaços de diálogo intergeracional que enriquecem a prática pedagógica.

O processo de pesquisa envolvendo história oral e história pública é, sem dúvida, desafiador. Esse percurso compreende várias etapas, incluindo a elaboração de um roteiro, o estudo da temática, a formação de uma rede de narradores, o engajamento com professores da comunidade, a realização de entrevistas públicas, além do retorno e diálogo contínuo com a comunidade. Apesar da complexidade e do trabalho envolvido, estamos desenvolvendo uma pesquisa em colaboração direta com a comunidade. É precisamente essa colaboração que constitui um diferencial fundamental e que tem muito a somar na forma que construímos a história da educação a partir de narrativas docentes.

A relação entre história oral e história pública potencializa ainda mais o caráter formativo das entrevistas, enfatizando a necessidade de compartilhar e valorizar as experiências dos professores na comunidade escolar e para além dela. A entrevista pública promove uma abordagem colaborativa e dialógica, na qual tanto os entrevistados quanto o público participante contribuem para a construção do conhecimento histórico e pedagógico, sendo assim, uma estratégia de promoção da reflexão e valorização da prática pedagógica.

Concluímos que, como professoras e pesquisadoras, aprendemos sobre inúmeros aspectos da docência e da história da educação por meio dessas narrativas. Além disso, este projeto se revelou uma oportunidade de praticar uma abordagem mais humanizada na pesquisa, valorizando os diversos atores da educação. A potencialidade das entrevistas públicas com professores se manifesta na ampliação das possibilidades de formação para diversos públicos: professores aposentados que narram suas experiências, professores em atuação ou iniciantes que escutam e refletem, e pesquisadores da

educação que, além de mediar, têm a oportunidade de analisar e desenvolver a pesquisa de maneira mais horizontal e próxima da comunidade escolar.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Everardo Paiva; ALMEIDA, Juniele Rabêlo. *História oral e educação: experiência, tempo e narrativa*. São Paulo: Letra e Voz, 2019.
- CAUVIN, Thomas. *Public history: a textbook of practice*. 2nd edition. New York, NY: Routledge, 2019.
- DELGADO, Lucília De Almeida Neves. *História Oral: Memória, Tempo, Identidades*. Autêntica Editora, 2017.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2013.
- FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital e vice-versa. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo; MAUAD, Ana Maria (Orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.
- GOODSON, Ivor F. *A vida e o trabalho docente*. Trad. Daniela Barbosa Henriques. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2022.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. O papel do didático na formação do educador. In: CANDAU, Vera Maria (Ed.). *A didática em questão (36a. ed.)*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.
- PRANTO, Aliny Dayany Pereira De Medeiros; SULAIMAN, Samia Nascimento; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Narrativas docentes para a formação inicial e continuada: a história oral no estudo das trajetórias docentes. *Revista Crítica Histórica*, v. 14, n. 28, p. 45–61, 2023.
- RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Nova edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo; MAUAD, Ana Maria (Orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. *Revista Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, p. 286–309, 2018.
- SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo; MAUAD, Ana Maria (Orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- SILVA, Mariana Mizael Pinheiro da; ANDRADE, Everardo Paiva de; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Artes de ensinar, ofício de viver: das narrativas (auto)biográficas a uma história pública dos professores. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 158–181, 2019.
- TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

THOMPSON, Paul. *A Voz Do Passado: Historia Oral*. Rio de Janeiro: Paz E Terra, 1992



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença
Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 29/02/2024
Aprovado em: 16/08/2024

Espetáculo Teatral *Cartas de Darcy Ribeiro*: quando o historiador idealiza, escreve, produz e realiza seu próprio projeto em história pública nos palcos

Max Fabiano RODRIGUES DE OLIVEIRA¹

Resumo: Este artigo é um relato de experiência sobre a idealização, produção e realização do espetáculo teatral *Cartas de Darcy Ribeiro* pelo projeto de história pública *Poeira da História*, entre os meses de janeiro a julho de 2023. A proposta do texto é demonstrar como um historiador pode produzir seus próprios projetos, tendo que lidar com a necessidade de financiamento não acadêmico, coordenação de uma equipe interdisciplinar de artistas, técnicos, pesquisadores e produtores. Por onde começar, como selecionar a equipe, encontrar o equilíbrio necessário para que a proposta seja realizada com sucesso e delegar funções? O historiador idealizador do projeto que será relatado atua profissionalmente como professor, ator e roteirista. O que possibilitou ter na direção de produção alguém com experiência no campo da história, mas também no campo das artes cênicas.

Palavras-chave: Teatro; História Pública; Darcy Ribeiro.

¹ Mestre e doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR-UFRRJ). Possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Veiga de Almeida (UVA). Cofundador do projeto de história pública e digital *Poeira da História*. Rio de Janeiro. RJ. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7127-8526> E-mail: deoliveira.max@gmail.com

Play "Darcy Ribeiro's Letters: When the historian conceives, writes, produces, and realizes their own project in public history on stage"

Abstract: This article is an account of the conception, production, and realization of the theatrical performance "Darcy Ribeiro's Letters" by the public history project "Poeira da História," between January and July 2023. The purpose of the text is to demonstrate how a historian can produce their own projects while dealing with the need for non-academic funding, coordinating an interdisciplinary team of artists, technicians, researchers, and producers. Where to start, how to select the team, find the necessary balance for the proposal to be successfully carried out, and delegate tasks? The historian who conceived the project to be reported works professionally as a teacher, actor, and screenwriter. This allowed having someone with experience in the field of history as well as in the performing arts in the production direction.

Keywords: Theater; Public History; Darcy Ribeiro.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um relato de experiência a partir da criação, produção e realização do espetáculo teatral *Cartas de Darcy Ribeiro*, desde o momento inicial de idealização até a sua entrada em cartaz na Casa de Cultura Laura Alvim, no bairro de Ipanema, zona sul do Rio de Janeiro, em junho de 2023.

O objetivo geral deste artigo é apresentar a possibilidade de ampliação do campo de trabalho para historiadores, os provocando a sair de suas habituais atividades acadêmicas. Propondo que realizem projetos baseados na história pública em um espaço ainda pouco frequentado, menos ainda, na posição de idealizador e contratante, os palcos teatrais². Relatar as etapas que conduziram ao produto final exibido para o público e apresentar uma reflexão sobre o papel do historiador em um cargo de liderança ou idealização fazem parte dos objetivos específicos deste trabalho.

Convidar historiadoras e historiadores a se aventurarem como idealizadores de projetos de história pública para os palcos teatrais, a partir da linguagem cênica do teatro documentário, não apenas amplia as possibilidades de atuação no mercado de trabalho tão escasso e precarizado, mas traz para a cena também, como os historiadores podem se apropriar das linguagens teatrais para construção de narrativas historiográficas para o palco. Criando um diálogo com os profissionais da cena, com o público que frequenta esses espaços e com as diversas formas de construção cênica. (Melo, 2023, p. 11).

Historiadores, geralmente, são contratados para pesquisa ou consultoria em um projeto idealizado por outro profissional. Isso pode, muitas vezes, pautar “o trabalho a ser feito, interferindo na seleção daquilo que precisa ser ‘lembrado’ e o que é para ser ‘esquecido’” (Fagundes, et al., In Rabelo, et al., 2021, p. 22). Mas, como é possível que, autonomamente, os historiadores se aventurem em seus próprios projetos, além da publicação de artigos, livros e as habituais atividades voltadas para o campo acadêmico?

² O uso dos termos “trabalho” e “contratante” tem como objetivo colocar em evidência a inserção desses profissionais em um mercado de trabalho remunerado. Infelizmente, muitos projetos não só reproduzem um *modus operandi* capitalista cruel de exploração da mão de obra assalariada, mas o ampliam. Além de acumular funções, a falta de pagamento pelo trabalho realizado é comum.

Imagens 1 e 2: Arte de divulgação e parte da equipe de *Cartas de Darcy Ribeiro*.



Fonte: Acervo Poeira da História, *Cartas de Darcy Ribeiro*, 2023³.

A HISTÓRIA PÚBLICA E O TEATRO DOCUMENTÁRIO

Na busca por novas audiências e por uma autoridade compartilhada, o teatro, como já respondeu Miriam Hermeto em seu artigo *Podem os palcos ser lugares de história pública?* (Bauer, et al. 2018, p. 153), é um lugar potente para a realização de uma história pública para o público e com o público. Os palcos teatrais promovem a ampliação de novas narrativas históricas e de suas representações, possibilitando o alcance de um público que, normalmente, as tradicionais formas de divulgação do conhecimento histórico não alcançam.

Além disso, o teatro é uma expressão artística que só se completa com a presença do público. Para que o teatro aconteça é preciso que alguém execute uma ação e que outra pessoa assista a esta ação. Sem isso, o teatro não se realiza em sua essência. É importante destacar que a relação com o público pode se dar de diversas formas, depende do objetivo da encenação proposta. (Magaldi, 1965, p. 71-78). Portanto, no teatro, o público influencia a própria encenação e constrói significados a partir das suas vivências.

³ Em 2020, realizou um espetáculo teatral online com a temática patrimônio e identidade local que recebeu no nome o de *O Dia Em Que O Moleque São Gonçalo Tropeçou Em Sua História e Se Tornou o Rei das Bandas D'Além*. O *Moleque São Gonçalo* foi o primeiro experimento cênico realizado pelo Poeira da História na busca por uma historiografia dos palcos, realizada por historiadores.

Em *Cartas de Darcy Ribeiro*, alguns professores que trabalharam com Darcy Ribeiro em seus projetos educacionais foram assistir à peça e ainda levaram seus alunos. A interação com o público foi tão intensa que o momento em que o espetáculo abre espaço para uma conversa, em cena aberta com a plateia, durou um tempo maior do que de costume. Algumas falas traziam lembranças do convívio com Darcy Ribeiro que ninguém da produção do espetáculo poderia imaginar. Entre relatos, memórias e afetos, a história oral acontecendo naquele instante.

Não só o ator em cena, a direção, a equipe técnica envolvida, mas, principalmente, o restante do público pôde entrar em contato com histórias, particularidades, relatos afetivos de lembranças que não estão em nenhum livro e, também, não faziam parte do texto original da peça.

Para trabalhar com uma histórica pública feita para os palcos, optou-se por inserir no seu processo criativo uma importante linguagem teatral chamada de teatro documentário, surgido na Alemanha, no início do século XX, no espetáculo *Apesar de tudo!* de Erwin Piscator que “dedicou-se ao teatro proletário, que rechaçava os hábitos burgueses do teatro alemão, seus modos de produção e de fruição” (Small, 2019, p. 19).

Esta forma de teatro utiliza materiais não fictícios, como entrevistas, documentos, notícias, arquivos e relatos históricos, para criar uma peça teatral. Lola Arias, na Argentina, é uma das principais referências atuais com o espetáculo *Mi Vida Después*, na qual atores vão para cena contar a história da ditadura argentina a partir das suas memórias de infância e colocadas em perspectiva com a vida atual desses mesmos sujeitos. (Valença, 2022, p. 1-23).

Em *Cartas de Darcy Ribeiro*, foram utilizados documentos do *Arquivo Nacional*, Notícias da *Hemeroteca Digital*, escritos e falas de Darcy Ribeiro, e memórias de infância do ator que estava em cena a partir da relação que o seu pai tinha com o PDT entre o final dos anos de 1980 e início de 1990. Acrescentando, assim, elementos do biodrama⁴.

Apesar de suas diversas formas de utilização, aqui podemos compreender o biodrama “(...) como um subgênero dentro de um gênero maior: o teatro documental. O

⁴ Criado em 2002, pela diretora e performer argentina Vivi Tellas. Seu trabalho pode ser consultado em: <https://vivitellas.com/>. Última visita em 20/07/2024.

biodrama seria uma de suas variantes contemporâneas, distinguindo-se por investigar o autobiográfico, e confessional, o documental como instâncias da criação cênica”. (Giordano, 2013, p. 11). No biodrama, toda pessoa é um arquivo e suas experiências podem ganhar teatralidade.

O HISTORIADOR IDEALIZADOR

Entre aquilo que foi, inicialmente, idealizado até o produto final apresentado ao público, se passaram rápidos e, ao mesmo tempo, longos seis meses. Como é habitual em criações artísticas, muito do que foi pensado naquele lampejo criativo, na fagulha inicial de inspiração, não chegou à etapa final exatamente como imaginado. Isso não é um problema, nem mesmo uma virtude. É uma mistura de escolhas, ajustes, erros e acertos inerentes às produções teatrais. Não seria de outra forma o processo criativo de *Cartas de Darcy Ribeiro*.

A ideia de *Cartas de Darcy Ribeiro* sempre foi ser um monólogo, ou seja, apenas um ator ou uma atriz em cena, que contasse a história de Darcy Ribeiro conectada à história do Brasil no século XX. Darcy foi testemunha de momentos históricos muito importantes e, ao mesmo tempo, em alguns deles, foi figura importantíssima e atuou de forma ativa. Inicialmente, Darcy despertaria de um sono profundo e ao se deparar com o Brasil de hoje, assustado com o que estava vendo, decide escrever cartas para o povo brasileiro.

Mas, no início de 2023, realizei uma oficina com o tema dramaturgia documental ministrada pelo ator e diretor Henrique Fontes do importante grupo Carmin⁵ de teatro que desenvolve seus espetáculos baseados no teatro documentário. O mesmo grupo me deixou muito impressionado, em 2016, quando fui assistir à peça *Jacy* sobre a trajetória de uma mulher que vivenciou a Segunda Guerra Mundial e a Ditadura no Brasil.

Essa oficina foi fundamental para expandir a minha compreensão cênica das potencialidades do teatro documentário e, principalmente, a forma de construção de uma dramaturgia documental para o futuro espetáculo *Cartas de Darcy Ribeiro*.

⁵ O trabalho do Carmin pode ser consultado em: <https://www.grupocarmin.com.br/>. Última visita em 10/07/2024.

Durante essa oficina, eu já esbocei algumas possibilidades de dramaturgia a partir de provocações feitas por Henrique.

A ideia “acordando de um sono profundo” não fazia mais sentido e a dramaturgia do espetáculo seria escrita durante os ensaios. Partindo não somente da vida de Darcy Ribeiro, mas passariam pela própria vida do ator em cena e suas vivências no passado e no tempo presente. Queríamos misturar suas vivências de ator-historiador ou historiador-ator, professor da rede pública de ensino. Pois, a educação era um ponto de conexão entre Darcy e o ator que queríamos explorar na construção da narrativa.

Acredito que um farol para todos nós do projeto, mas, principalmente, direção e ator, foi a noção de atravessamento. Quem era Darcy Ribeiro e como ele nos atravessa nos dias de hoje. Então, não era simplesmente falar da obra de Darcy como algo estático e que deveríamos compreender. Mas, era a obra de Darcy atravessando os dias atuais, impactando em nossas próprias vidas e modificando a nossa relação com a realidade. E, assim, partimos para uma longa investigação em seus livros, seus textos, suas entrevistas, aquilo que ele tão bem idealizou e, principalmente, realizou.

Darcy nasceu em 22 de outubro de 1922, numa cidadezinha no norte de Minas Gerais chamada Montes Claros. Perdeu seu pai muito cedo e foi criado por sua mãe Josefina que era professora. Foi para Belo Horizonte estudar medicina, mas não se identificava com o curso. Foi durante esse período, que percebeu sua inclinação para as ciências sociais e decidiu mudar de curso⁶. (Ribeiro, 1997).

Darcy Ribeiro, durante a sua trajetória de antropólogo e indigenista, viveu por cerca de 10 anos com os indígenas ao lado de sua esposa Berta Gleiser, uma menina judia que chegou da Europa com o seu pai e sua irmã. Posteriormente, sua irmã envolvida em protestos comunistas foi deportada pelo governo de Getúlio Vargas e morta em um campo de concentração ainda nos anos de 1930.

Darcy Ribeiro foi fundamental na criação do Parque do Xingu ao lado dos irmãos Villas-Bôas, idealizou o CIEPS, durante o Governo de Leonel Brizola, o Sambódromo do Rio de Janeiro, e realizou o tombamento da Pedra do Sal. Fundou a

⁶ Há inúmeras fontes que relatam a trajetória de Darcy Ribeiro. Nos próximos parágrafos, utilizo o livro de memórias *Confissões* como referência para essa retrospectiva de vida feita pelo próprio Darcy sempre cheio de humor e saudade.

Universidade de Brasília e foi idealizador da criação da Universidade do Norte Fluminense. Entre muitas outras realizações que aqui não cabe detalhar, uma vida repleta de acontecimentos.⁷

O que tínhamos agora era decidir o que iria ou não para a cena.

O HISTORIADOR PRODUTOR

Os artistas, assim como os pesquisadores das ciências humanas parecem ser pessoas adeptas ao trabalho por amor e sem remuneração. Mas, como pôr de pé um projeto sem recursos financeiros? E por que realizar algo se não há financiamento para remunerar dignamente os profissionais envolvidos? O trabalho voluntário é muito bonito e necessário quando se tem alguma outra fonte de renda. Como na célebre frase supostamente atribuída à atriz Cacilda Becker “Não me peça para dar de graça a única coisa que tenho para vender”⁸.

Depois de estruturar uma ideia, pô-la no papel, é preciso encontrar formas de torná-la viável. Pensar em história pública não é apenas pensar em novas formas de comunicar, de ampliar campos de atuação, dialogar com novos públicos, se colocar em praça pública sobre um palanque. Pensar em história pública é encontrar novas formas de se financiar, encontrar novas possibilidades de subsídios que vão além dos tradicionais editais oriundos das universidades públicas e agências de fomento voltadas para o ambiente da ciência e tecnologia.

Cartas de Darcy Ribeiro é um projeto que surge a partir do edital *100 anos de Darcy Ribeiro* patrocinado pela *Secretaria de Cultural e Economia Criativa do Estado Rio de Janeiro* e *Oi*, com apoio do *Oi Futuro*, coprodução da *Zucca Produções* e realização da *Muriqui Cultural*. Esse é um elemento fundamental para a produção do projeto que só se realizou por ter sido contemplado por este edital.

As produções artísticas podem surgir apenas da vontade do artista em criar, mas, no atual cenário, precisam de apoio financeiro do poder público através de editais de

⁷ Informações sobre a vida e a obra de Darcy Ribeiro podem ser consultadas no site da Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR): <https://fundar.org.br/> Última visita em 14/07/2024.

⁸ Essa frase é muito famosa no meio teatral, mas sem a devida comprovação de que a atriz referida realmente disse a frase e em quais circunstância. O fato é que ela é sintomática de uma precarização da mão de obra de artistas Brasil afora.

fomento. Se um projeto de história pública é também um projeto artístico, é nesses editais destinados à área da cultura que se devem buscar os recursos.⁹

Assim, é preciso frisar uma outra questão: se as ideias surgem de uma necessidade intelectual, pessoal, profissional, artística e orgânica. Elas só se realizam com algum conforto quando há aporte financeiro. Portanto, muitas ideias podem ficar engavetadas apenas esperando o edital mais apropriado para ser aplicado.

Ainda assim, os editais também são janelas inspiradoras de oportunidade para projetos ainda não pensados. Ou mesmo de adaptações para que um projeto, uma ideia, se encaixe no edital disponível. Esse é também um fluxo legítimo no processo de criação. Um edital pode ser o ponto de partida para que uma ideia seja pensada e lapidada para caber em requisitos específicos.

Assim, também se dá para historiadores que pretendem realizar suas incursões pelo mundo da história pública em articulação com produtos de diferentes esferas. Uma peça teatral, como aqui apresentada, um documentário, um *podcast*, entre outras produções precisam encontrar formas de financiamento.

Como já dito, pode ser muito bonito o trabalho realizado na base do amor, com recursos próprios. Mas, se estamos falando em abertura de mercado para os historiadores, estamos falando, logicamente, em meios de subsistência e o devido pagamento por seu trabalho.

O surgimento da história pública remonta à década de 1970 – a partir de demandas por mercado de trabalho para historiadores nos Estados Unidos –, mas ela foi consolidada internacionalmente para além da suposta instrumentalização da história, por meio do compromisso com a produção, circulação e difusão do conhecimento histórico. No Brasil, pesquisadores de diferentes instituições se uniram na Universidade de São Paulo para realização do Curso de Introdução à História Pública, em 2011, e para o 1º Simpósio Internacional de História Pública, em 2012, preocupados com a agenda pública e espaços de compartilhamento do como fazer, pensar e sentir a história. A força desses eventos gerou, nesse mesmo ano de 2012, a criação da Rede Brasileira de História Pública (RBHP) em Belo Horizonte. (Rabelo, et al., 2021, p. 8-9).

⁹ É possível realizar e levar para cena projetos sem financiamento. Alguns atores conseguem fazer isso muito bem, como o famoso exemplo de Antônio Fagundes. Porém, a grande maioria dos artistas, quando assim o fazem, terminam suas temporadas com dívidas. Raras são as produções atualmente que conseguem se pagar apenas com a bilheteria. As escolas de teatro deveriam se dedicar mais a oferecer disciplinas voltadas para a produção, da mesma forma que as universidades, nos cursos de licenciatura, deveriam oferecer disciplinas voltadas para o mundo do trabalho do futuro professor ou historiador. E não estou falando aqui de estágio supervisionado.

Ela surge para se referir à atuação de historiadores fora da academia, já que as vagas de trabalho nas universidades não comportavam os recém-formados. Cenário também experimentado no Brasil. Essa atuação poderia acontecer em muitos espaços públicos, como em empresas privadas, museus, na televisão, como em séries, novelas, filmes, consultorias etc.. (Santiago, 2018). Depois a história pública ganhará outros significados, como se preocupar com uma história sensível à sociedade, uma história que passou por processos de apagamento ou negação etc..

No Brasil, a história pública atualmente não só reflete formas de encontrar novas audiências, de ampliar áreas de atuação, mas, tem sido uma forma de resistência e luta pela democracia. Um movimento contra ataques às instituições democráticas abaladas por discursos de ódio, desinformação e as notícias falsas. Durante a pandemia, a negação da ciência, a negação de fatos históricos como o período do Governo Militar, narrativas descontextualizadas, fizeram com que historiadores buscassem espaços públicos de divulgação em história com novas motivações. (BENÍTEZ, et al., 2021 p. 10, 11).

Em *Cartas de Darcy* há dois movimentos para compreendermos o papel da história pública. No primeiro, há uma busca por novas audiências e novas formas de comunicar a história através do que vem sendo realizado no teatro por diversos grupos que constroem uma dramaturgia documental, a qual se encaixa muito bem com a história pública. Esse primeiro movimento que fazemos é uma proposta para que mais historiadores considerem o teatro como um local em que narrativas historiográficas podem ser criadas.

O segundo movimento busca encontrar alternativas para que essas investidas em história pública no teatro possam acontecer com financiamento e saiam do lugar comum no qual realizamos muitos projetos sem qualquer tipo de apoio. Talvez, por isso, vemos um grande movimento de história pública realizado dentro ou por pessoas vinculadas à academia. As universidades, ao menos para os professores, são lugares seguros e estáveis para experimentar novos projetos em história pública. Apesar disso, ainda hoje, muito do que é produzido como história acadêmica não está preocupado na ampliação de novas audiências, em comunicar para o grande público. Se interessa, principalmente,

em encontrar uma revista que tenha uma classificação satisfatória como critério de qualidade e circulação do conhecimento.

A grande maioria de historiadores não é absorvida pelas universidades e não se sente motivada a lecionar em um ensino público básico tão precarizado. *Cartas de Darcy Ribeiro* mostra que há possibilidades de financiar projetos próprios fora da academia. É um mundo perfeito? Muito longe disso, e os desafios são gigantes. Mas, quais outras saídas podem ser encontradas? Quantas portas podem ser abertas?

Este trabalho não pretende romantizar um mundo perfeito no qual historiadores idealizaram seus projetos para os palcos e os realizam sem enfrentar todos os desafios inerentes a essa jornada rumo a um campo, para muitos, desconhecido. Vivemos um período de desmonte de direitos trabalhistas fundamentais que se expressa em uma precarização avassaladora. O cenário é de quase uma tragédia grega, sem perceber onde nós, historiadores, cometemos nosso erro trágico.

Como professor de história, os salários não permitem viver com o mínimo de dignidade se o historiador não acumular contratos, matrículas, dobras de carga horária e, mesmo assim, pode não ser o suficiente. Fora o cenário do ensino em si, que desanima por uma precarização sistêmica que não permite as condições mínimas para o exercício da função em salas lotadas, insalubres, sem climatização adequada. Os professores são profissionais sobrecarregados que enfrentam a depressão e diversos outros problemas emocionais que os tiram da sua função (Silveira, 2020, p. 6).

Lançar-se como historiador em um mercado de trabalho fora da sala de aula pode ser igualmente frustrante. As mudanças no mercado de trabalho têm afetado diversos profissionais de áreas distintas, e os historiadores fazem parte dessa massa de precarizados. Trabalhar em um projeto de história pública é não ter estabilidade e, muitas vezes, acumular funções para que o projeto avance sem qualquer remuneração. Isso pode gerar, em muitos, ansiedade, estresse e depressão. Porém, o cenário não é dos melhores nas universidades pelo Brasil, tampouco nas salas de aula do ensino básico. (Silveira, 2020, p. 16).

O PROCESSO CRIATIVO EM *CARTAS DE DARCY RIBEIRO*

O objetivo da produção era contar a história de Darcy Ribeiro, mas não de forma cronológica ou biográfica no sentido mais tradicional de uma narrativa. Além de contar a sua história e trazer para cena um importante personagem da história do século XX no Brasil, era também objetivo aproveitar sua história para trazer momentos da história do Brasil em que Darcy esteve presente.

Falar de Darcy era uma forma que tínhamos de discutir o Brasil de 2023 com todos os seus problemas na educação, as desigualdades sociais, os ataques aos povos originários que acontecem ainda hoje. Tínhamos uma personagem fio condutor que nos permitia, através de sua trajetória tocar em todas essas questões em perspectiva com os dias atuais.

Para isso, além de uma narrativa fragmentada, o próprio ator, como já citado, emprestou a sua vivência em sala de aula como professor de história e suas lembranças de infância. Mas, até chegar a esse formato, foram meses de ensaios, experimentações exaustivas, cenas que surgiam a partir de um documento histórico, uma foto, um objetivo, uma música, uma partitura corporal, uma fala de Darcy, um episódio da sua vida, entre outros estímulos utilizados durante o processo de criação. É isso que veremos mais detalhadamente nas próximas páginas.

O edital pedia que o proponente criasse projetos sobre Darcy Ribeiro em qualquer formato. Logo, a opção por um espetáculo teatral se deu por ser a linguagem investigada pelo projeto Poeira da História. Foram 191 propostas inscritas, 20 ficaram empatadas entre as mais bem avaliadas e 5 foram selecionadas.

Imagem 4: Parte da equipe de *Cartas de Darcy Ribeiro*¹⁰



Fonte: <https://www.100anosdarcyribeiro.com.br/>

Entre os selecionados havia um projeto de *Podcast*, um mural mosaico de azulejos, um livro para crianças e outro espetáculo teatral. Os projetos foram avaliados de acordo com alguns critérios que versavam sobre: originalidade e importância da proposta; profundidade dos conceitos explorados; clareza, segurança e entusiasmo da apresentação em vídeo dos representantes da empresa candidata; viabilidade percebida para realização da proposta; aderência da proposta com a experiência da empresa candidata, além de critérios de diversidade, ou seja, “propostas que previam a participação de pessoas LGBTQIA+, Pessoas com Deficiência (PCD), mulheres, negros e/ou indígenas em posição de protagonismo na estrutura da equipe”¹¹. Cada projeto foi contemplado com R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a sua realização no prazo máximo de seis meses a partir do recebimento da primeira parcela do prêmio.

Durante os ensaios que aconteceram, primeiramente, no *Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, ao lado do *Sambódromo* que leva o seu nome, Professor Darcy Ribeiro. No andamento dos ensaios, com as experimentações propostas pela diretora Carmen Frenzel e os objetos pessoais trazidos pelo ator, ficou claro que Darcy não escreveria cartas no sentido literal. Assim, o seu legado, aquilo que Darcy deixou para a

¹⁰ Imagem apresentada pela equipe de produção do edital no momento da publicação do seu resultado. Nela vemos o mesmo trecho do texto citado anteriormente e fotos de parte da equipe do projeto antes de seu início efetivo. O nome também aparece apenas como *Cartas de Darcy*. De cima para baixo: Gaby Freitas (produção), (idealizador, roteirista e ator), Fabrício Branco (supervisão de dramaturgia), Carmen Frenzel (direção artística), Thiago Prado (produção) e Daphne Cordeiro (pesquisa).

¹¹ Trecho extraído do regulamento do edital “100 anos de Darcy Ribeiro”, p. 4. Último acesso em 26 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.100anosdarcyribeiro.com.br/>.

posteridade encontrava reverberação em um processo de atravessamento que suas ideias produzem até hoje.

É justamente esse atravessamento, em como suas ideias nos tocam, nos afetam e nos fazem repensar o presente, que transformou a concepção do que seriam as cartas inicialmente pensadas. Para dar um pouco mais de concretude à narrativa, é preciso apresentar as linhas narrativas do espetáculo.

Um professor de História em sala de aula se tornou o plano narrativo guia do espetáculo. Derivando dele todos os outros planos. A sala de aula também é o próprio teatro e o público seus alunos. Ele reclama das suas condições de trabalho e fica indignado por ser obrigado a dar aulas de educação financeira *Torne-se um milionário* e de culinária *Quitutes da minha terra*¹².

Um segundo plano, o que chamamos plano das memórias autobiográficas, o ator, trazia para cena suas lembranças de infância projetadas a partir de fotos pessoais. O mesmo recurso foi utilizado em alguns documentos históricos, como um documento que registrava um depoimento dado por Darcy durante a Ditadura Militar. O registro de entrada de estrangeiros de Berta Gleizer, sua esposa¹³. Além da certidão de casamento e desquite que era projetado na parte final do espetáculo.¹⁴

O depoimento dado em 1 de outubro de 1968 por Darcy para o *Departamento de Polícia Federal -DR/GB*¹⁵ foi encontrado no acervo do Arquivo Nacional durante a pesquisa de Daphne Cordeiro, antropóloga contratada para a empreitada. Tínhamos uma cena apenas baseada em partitura corporal. Ao chegar esse depoimento o inserimos na cena.

De uma forma poética, o espetáculo apresentava Darcy Ribeiro através das lembranças que o ator tinha sobre os anos em que acompanhou seu pai em sua trajetória de atuação na política. A foto em que ele aparece, ainda criança, brincando com uma bola, no quintal de casa com seu pai e a data presente na foto era o disparador de uma

¹² Os nomes dessas disciplinas são reais e foram retiradas de notícias de jornais sobre o novo ensino médio.

¹³ O sobrenome Gleiser aparece comumente com a letra “z” no lugar do “s”. Mas, no site da Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR) aparece Gleiser. Por ser a fundação dedicada à memória de Berta e Darcy, optamos por utilizar a mesma grafia da FUNDAR.

¹⁴ A ampliação de documentos, fotos e objetos através de projeção é um recurso comumente utilizado no teatro documentário.

¹⁵ Nome do arquivo no acervo do SIAN do Arquivo Nacional: Interrogatório de DR na delegacia em 68_br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_68019637_d0001de0001.pdf

lúdica e, ao mesmo tempo, politizada narrativa sobre trabalho e desigualdade social nos anos de 1980.

Imagem 3 - São Gonçalo, maio de 1987 / Imagem 4 - Foto de cena, junho de 2023



Fonte: Acervo pessoal (imagem 3) e acervo Poeira da História (imagem 4)

Esse momento do espetáculo trazia o terceiro plano narrativo que era onde Darcy Ribeiro surgia em cena contando momentos importantes da sua vida de forma não cronológica. Esses depoimentos em primeira pessoa foram inspirados em diversas de suas entrevistas, muito do que escreveu e, principalmente, em seu livro aqui já citado, *Confissões*.¹⁶ Os planos se intercalaram durante todo o espetáculo, o que deu uma dinâmica para o espetáculo bastante rica.

¹⁶ Ver nota de rodapé número 5.

A EQUIPE DE CARTAS DE DARCY

Um projeto de história pública é também um projeto interdisciplinar, pois agrega profissionais de diversas áreas¹⁷. É importante que o historiador envolvido tenha isso em mente. A forma como ele deve se relacionar com os outros da equipe é diferente de como ele interage com os seus pares na academia. Ali, como em uma sala de aula, sua fala deve ter um caráter didático, considerando que estará se dirigindo a um público que não é da área.

E onde está o historiador na estrutura do projeto? Aqui a proposta é realizar uma reflexão onde o historiador é também um dos idealizadores do projeto, saindo da condição de contratado e sendo o contratante líder do projeto. Por que isso é importante? Ser independente na criação e realização dos seus próprios projetos dá ao historiador a liberdade criativa de propor aquilo que lhe interessa, falar daquilo que o motiva. Claro, sem perder de vista as oportunidades de investigar outros objetos a partir de editais temáticos abertos¹⁸.

Cada projeto de história pública tem suas especificidades. Em *Cartas de Darcy Ribeiro*, a equipe foi planejada para criar um espetáculo teatral. Portanto, é essencial conhecer o produto proposto, pois uma equipe para documentário ou podcast será diferente daquela para uma peça de teatro, embora alguns profissionais possam se repetir.

Para a criação de uma peça teatral foi preciso a contratação de um profissional responsável pela direção artística do projeto. A diretora e atriz Carmen Frenzel foi escolhida por sua ampla atuação no mercado artístico carioca. A direção artística de uma peça teatral é responsável por articular as diversas áreas que envolvem a cenografia, a música, a iluminação, entre outros elementos. Suas escolhas devem

¹⁷ A equipe era composta de um iluminador responsável pela concepção de luz, um operador de luz, uma produtora cultural, uma antropóloga, um historiador, um cenógrafo e figurinista responsável pela direção de arte, um designer, um assessor de imprensa, uma diretora artística e outros profissionais envolvidos como, por exemplo, marcenaria para a construção do cenário.

¹⁸ É importante pontuar que da mesma forma que diversos editais estão disponíveis para uma elite acadêmica e, portanto, deixando de fora todos os outros historiadores sem esse vínculo. Muitos editais culturais funcionam, infelizmente, com a mesma lógica de contemplar artistas mais famosos e com carreiras já estabilizadas. É preciso aumentar a democratização de acesso a editais acadêmicos e culturais.

cenicamente harmonizar essas diversas áreas com o objetivo de favorecer a narrativa encenada no palco.

Os cenários e o figurino do espetáculo ficaram sob a responsabilidade de Oswaldo Lioi que é um experiente e premiado diretor de arte de diversos filmes e peças teatrais. Trabalhou em projetos como *Hilda Furacão*, *Os Maias*, entre outros. O diretor de arte é responsável, por exemplo, por pensar qual a paleta de cores será usada em cena, o tipo de material. Para isso, a pesquisa histórica pode entrar em cena e ajudar sobre quais tipos de tecidos, tingimentos, roupas, eram utilizados. Para *Cartas de Darcy Ribeiro* as roupas utilizadas por Darcy em vida, as cores que ele mais aparecia em público, foram inspiração na composição cênica e na escolha dos tons. Lioi apresentou alguns esboços tanto para o cenário quanto para a roupa que o ator em cena usaria.

Imagem 5: Paleta de cores escolhida para composição cênica.

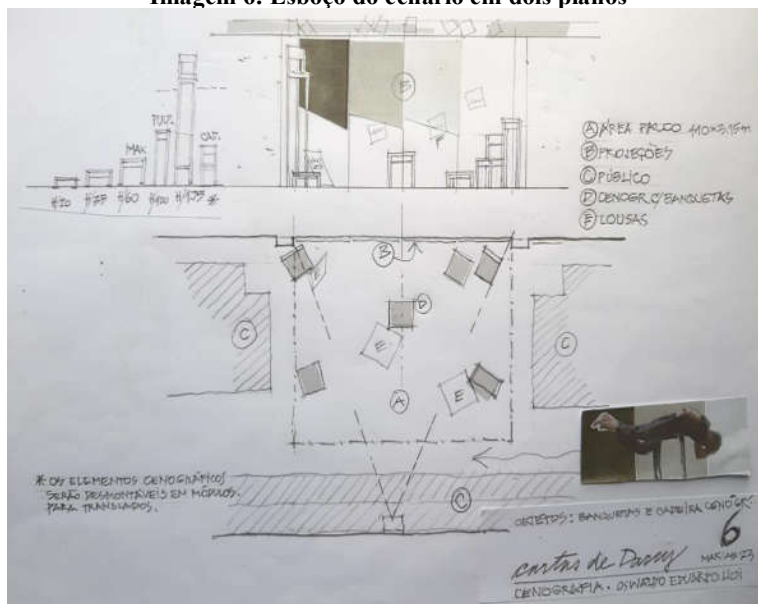


Fonte: Acervo Poeira da História, *Cartas de Darcy Ribeiro*, 2023.

A paleta de cores estava em diálogo com as roupas utilizadas por Darcy Ribeiro e criaram no fundo do palco, numa espécie de rotunda montada, uma grade onde também seriam projetadas imagens como fotos e vídeos da vida do personagem central da peça. Na imagem acima, é possível ver algumas anotações que orientavam sobre o tamanho e espessura ideal para que os tecidos tivessem o efeito desejado em cena. Os tecidos, normalmente, sofrem as influências das projeções sobre eles. Sofrem também

com a mudança na iluminação cênica e poderiam torná-los transparentes demais, perdendo o efeito esperado. Suas cores originais também podem ser alteradas em diversos tons de acordo com a luz escolhida para cada uma das 18 cenas que compunham o espetáculo.

Imagem 6: Esboço do cenário em dois planos



Fonte: Acervo Poeira da História, *Cartas de Darcy Ribeiro*, 2023.

Na imagem acima, Lioi apresenta uma visão geral do cenário em dois planos diferentes. O primeiro é um plano frontal no qual é possível observar a posição em que os tecidos seriam colocados no fundo do palco, na área B, onde aconteceriam as projeções. No centro da imagem, um pequeno banco sem encosto, do lado direito do palco, uma sequência de móveis, um banco, uma cadeira e um púlpito. Do lado esquerdo aparece uma cadeira com as pernas muito compridas e mais um banco.

No segundo plano, uma planta baixa que apresenta a posição em que o cenário seria disposto cenicamente, onde também podemos observar em profundidade em relação ao público representado pela área C frontal e laterais. Dessa forma, observa-se que o público assistiria em três ângulos diferentes. Por uma dinâmica comum à cena, ao longo do espetáculo, mudanças na disposição cênica aconteceriam.

Na próxima imagem aparece o figurino em tons que interagem com o cenário e a projeção. Lioi propõe um figurino base a partir de uma pesquisa em acervos de imagens e vídeos em que Darcy Ribeiro aparece vestido para entrevistas e em ocasiões públicas.

Imagem 7: Figurino

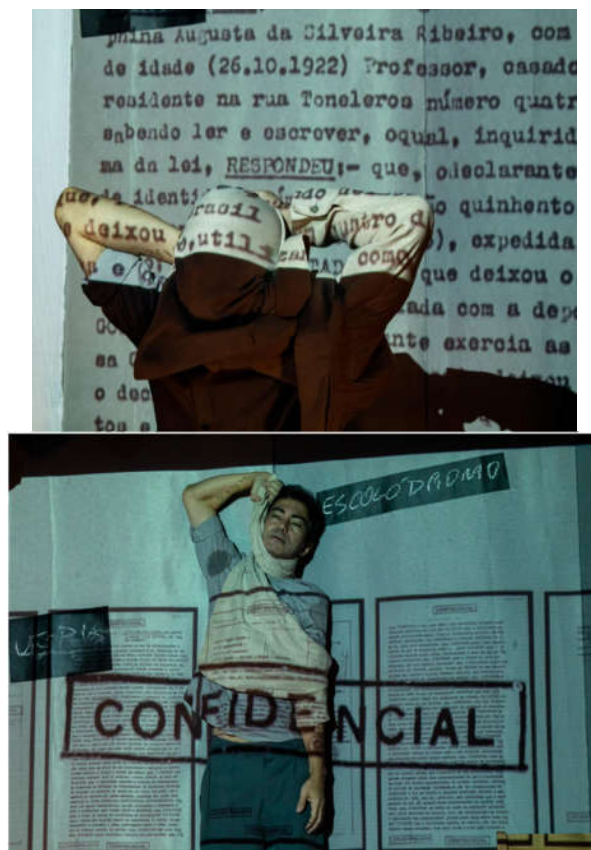


Fonte: Acervo Poeira da História, Cartas de Darcy Ribeiro, 2023.

A iluminação ficou sob a responsabilidade de Hebert Said, um experiente iluminador de teatro que criou a luz que produzia uma mudança de atmosfera para cada momento do espetáculo. As cores, a intensidade, tudo foi testado durante os ensaios que duraram aproximadamente dois meses. A luz deveria levar em consideração também as projeções, como é possível observar na imagem a seguir. Em cena, o ator representa um momento da vida de Darcy Ribeiro em que ele é convocado pela Ditadura Militar para prestar depoimento para a Polícia do Distrito Federal relatado anteriormente¹⁹. Ao fundo há a projeção do mesmo documento que deu origem à cena, ampliando e mostrando para o público um dos documentos históricos usados para a construção da dramaturgia.

¹⁹ Ver página 12.

Imagem 8 e 9: Projeção de documento histórico



Fonte: Foto acervo Poeira da História, *Cartas de Darcy Ribeiro*, 2023.

Daphne Cordeiro, doutora em Antropologia, ficou responsável pela pesquisa junto à Fundação Darcy Ribeiro e outros acervos como Arquivo Nacional, Hemeroteca Digital etc.. Sob a coordenação de um historiador idealizador e diretor de produção do projeto, o trabalho de Daphne foi fundamental para a construção da narrativa teatral aqui relatada que levasse em consideração elementos para a construção de um projeto de história pública baseado no teatro documentário.

Diferente de uma peça teatral já pronta que pode ser estudada para observar elementos possíveis para construção de uma história pública. Como, por exemplo, as peças históricas de Chico Buarque estudadas por Miriam Hermeto no artigo *Podem os palcos ser lugares de história pública?* (Bauer, et al. 2018). *Cartas de Darcy Ribeiro* nasceu com esse objetivo e sua construção cênica teve a história pública como farol.

Os documentos históricos que eram encontrados, imediatamente eram levados para a sala de ensaio e experimentadas possibilidades cênicas que permitissem o seu uso explícito para o público, ao mesmo tempo, em que se produziam também efeitos artístico que revestiam a narrativa de uma poesia atravessada por memórias e relatos orais colhidos durante o processo de pesquisa. Várias notícias de jornais serviram de elementos textuais e visuais para a projeção em uma das cenas em que Darcy contava a sua participação na criação do parque do Xingu.

Nessa mesma cena, imagens e vídeos de 2023 sobre a crise humanitária que explodiu nos jornais a respeito das condições desumanas enfrentadas pelos Ianomâmis foram também utilizadas. Assim, ao mesmo tempo em que Darcy narrava algo vivido por ele há décadas — a luta pelos povos originários e pela criação de áreas de preservação —, imagens históricas eram sobrepostas por imagens de 2023, com o objetivo de gerar uma reflexão no público sobre o que mudou e como as causas em que Darcy estava engajado continuam, infelizmente, atuais.

Para além das atividades de pesquisa e artísticas, uma peça de teatro só funciona com uma produção executiva competente e dedicada. Nessas funções ficaram Gaby Freitas e Thiago Prado que tinham em suas mãos uma das mais desafiadoras atividades dentro de uma produção tão heterogênea. A produção executiva, como o nome mesmo diz, executa a produção em seu cotidiano, faz a coisa acontecer, viabiliza as necessidades do projeto.

Quando o iluminador precisa de material para criação da luz, aluguel de refletores, ou quando o diretor de arte precisa de madeiras para produção dos cenários, tecidos para o figurino, o lugar onde o ensaio acontecerá, qual será o lanche do dia, tudo isso está a cargo desses incansáveis produtores.

Imagem 10: Foto de cena.



Fonte: Foto acervo Poeira da História, *Cartas de Darcy Ribeiro*, 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou demonstrar, através do relato de uma experiência recente, que historiadores podem e devem criar seus próprios projetos desde a idealização até a execução do produto final. Muitas vezes, quando pensamos em história pública e na ampliação do campo de atuação dos historiadores, consideramos a possibilidade de trabalhar, como contratados, em produções artísticas como filmes, novelas e documentários. No entanto, não é preciso esperar que uma oportunidade surja. Por que não criar o seu próprio projeto e ser aquele que contrata, aquele que coordena o projeto?

Quando um historiador está na direção geral de um projeto, ele precisa ter uma grande capacidade de lidar com áreas diversas, com pessoas e profissionais que carregam consigo competências tão diferentes. Desde a parte artística criativa com os atores, cenógrafos, iluminadores, até a parte burocrática das contratações, assinaturas, pagamentos e prestação de contas.

Muitas experiências têm sido realizadas em caráter experimental e sem recursos. No entanto, é possível construir um projeto em história pública com financiamento de editais de cultura, longe dos financiamentos acadêmicos, exclusivos para uma elite de

pesquisadores que estão na academia e inacessíveis para a maioria dos pesquisadores sem esse vínculo. Apesar das também difíceis formas de financiamento cultural, que, em muitos casos, servem para a manutenção de artistas já consolidados, enquanto excluem outros.

Este trabalho também apresenta o teatro documentário e o biodrama como linguagens teatrais que dialogam bastante com os objetivos da história pública. A proposta aqui é que historiadores se apropriem dessa relação e construam novas narrativas historiográficas para os palcos teatrais, experimentando novas linguagens e o alcance de novas audiências.

O relato aqui apresentado, em nenhuma hipótese quer estabelecer regras ou afirmar qual caminho é o melhor. O intuito é apenas compartilhar uma experiência que deu certo, que se tornou realidade de forma profissional, com os profissionais recebendo pelo seu trabalho e tendo como idealizador um historiador dedicado à história pública. Se *Cartas de Darcy Ribeiro* foi para os palcos, outras experiências como esta podem também acontecer nos palcos ou nas telas, nas praças e onde mais o historiador quiser.

Referências Bibliográficas

- Benítez Trinidad, Carlos et al.. História em Quarentena: propostas para uma história pública em tempos de pandemia. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 47, n. 2, p. 1-13, 2021.
- Fagundes, Bruno, et al., “Existe um mercado de trabalho para o historiador?” In. Almeida, Juniele Rabêlo de, Rodrigues Rogério Rosa, orgs. *História Pública em Movimento*. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2021.
- Fagundes, Bruno Flávio Lontra. História Pública brasileira e internacional: seu desenvolvimento no tempo, possíveis consensos e dissensos. *Revista NUPEM*, v. 11, n. 23, p. 29-47, 2019.
- Giordano, Davi. O Biodrama como a busca pela teatralidade do comum. *Revista Lindes*, n. 6, Buenos Aires, 2013.
- Hermeto, Miriam. “Podem os palcos ser lugares de história pública?” In. Mauad, Ana Maria; Santhiago, Ricardo; Borges, Viviane Trindade (Org.). *Que História Pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo de; Santhiago, Ricardo (Org.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- Mauad, Ana Maria; Santhiago, Ricardo; Borges, Viviane Trindade (Org.). *Que História Pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- Magaldi, Sábato. *Iniciação ao teatro*. Buri, 1965.
- Ribeiro, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

Santos, Ivan de Melo. *A performance do historiador: práticas do teatro documentário para uma história pública em cena*. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado em História Pública) -- Universidade Estadual do Paraná, 2023. 126 f.

Santhiago, Ricardo. História pública e auto reflexividade: da prescrição ao processo. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23. p.286 - 309, jan./mar. 2018.

Small, Daniele Avila. *Historiografias de artista - Escritas da história no teatro documentário contemporâneo*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, 2019.

Silveira, Pedro Telles. O historiador com CNPJ: depressão, mercado de trabalho e história pública. *Revista Tempo e Argumento*, v. 12, n. 30, p. 1-28, 2020.

Valença, Ernesto Gomes; Schinelo, Letícia Pavão. O processo documental no espetáculo *Mi Vida Después*: a transformação da vivência em experiência. *Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas*, v. 2, n. 44, p. 1-23, 2022.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 01/03/2024
Aprovado em: 20/07/2024

Entre a Nova e a Velha república: as representações da História do Brasil na TV Senado¹

Isadora DUTRA DE FREITAS²

Resumo: Uma das características da historiografia é, fundamentalmente, seu estado de constante transformação. O desenvolvimento de novas perspectivas, influenciadas por paradigmas conjunturais, ressignificam antigos objetos. Bem como a incorporação de novas fontes e acervos, sobretudo na era digital. Dessa forma, o objetivo central desse artigo é analisar as (re)leituras da história pátria brasileira através da produção audiovisual da TV Senado: “Histórias do Brasil” (2017-atual). Inserido numa interface entre a História Pública e Política buscamos contribuir para a compreensão das representações sobre o país e suas elites políticas através da análise de conteúdo dessa produção, elaborada pela emissora oficial do Legislativo brasileiro. Para isso, restringimos nosso recorte temático à Proclamação da República e a Revolução de 1930, eventos que influenciaram diretamente a formação da nação brasileira e sua relação com o passado. Estabelecendo diálogos com os conceitos de Centralismo e Federalismo, buscamos elucidar como ambos continuaram em pauta nos debates públicos e políticos, ainda que sob a luz de diferentes ideias e sentidos. Assim, por meio de uma breve discussão historiográfica, partimos para a análise empírica da fonte, objetivando compreender a importância da produção pública dessas narrativas e quais matrizes foram mobilizadas nessa construção.

Palavras-chave: História Pública, TV Senado, Brasil República.

¹ Pesquisa realizada com financiamento da CNPq.

² Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em História da PUCRS. Mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com bolsa CNPq. Graduada em História - Bacharelado pela mesma instituição. PUCRS. Porto Alegre. RS. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5007-417X> E-mail: isadorafre95@gmail.com

Between the Old and the New Republic: the representations about the History of Brazil on the TV Senado

Abstract: One of the characteristics of historiography is, fundamentally, its state of constant transformation. The development of new perspectives, influenced by conjunctural paradigms, give new meaning to old objects. As well as the incorporation of new sources and collections, especially in the digital age. Thus, the main objective of this article is to analyze the (re)readings of Brazilian homeland history through the audiovisual production of TV Senado: “Histórias do Brasil” (2017-current). Inserted in an interface between Public and Political History, we seek to contribute to the understanding of representations about the country and its political elites through the analysis of the content of this production, prepared by the official broadcaster of the Brazilian Legislative. For this, we restrict our thematic focus to the Proclamation of the Republic and the Revolution of 1930, events that directly influenced the formation of the Brazilian nation and its relationship with the past. Establishing dialogues with the concepts of Centralism and Federalism, we seek to elucidate how both remained on the agenda in public and political debates, albeit in the light of different ideas and meanings. Thus, through a brief historiographical discussion, we started with the empirical analysis of the source, aiming to understand the importance of the public production of these narratives and which matrices were mobilized in this construction.

Keywords: Public History, TV Senado, Brazilian Republic.

É característico da historiografia enfrentar constantes transformações e mudanças de paradigma. Atualmente, convivemos com o amplo desenvolvimento da História Pública no Brasil, sobretudo de seus diálogos e aproximações com diferentes áreas. Nesse sentido, nossa pesquisa propõe um diálogo direto entre a História Pública e a História Política brasileira. Para isso, vamos analisar os usos políticos do passado através das produções audiovisuais da TV Senado, mais especificamente da série “Histórias do Brasil”. Produzida desde 2017, tem como finalidade a produção de leituras sobre a história pátria por meio de animações de curta duração. Com uma média de seis minutos, os vídeos narram alguns dos principais eventos nacionais, alternando imagens animadas e a apresentação de fontes históricas pela narração em voz *over*³. Para este artigo, selecionamos duas edições, “A Revolução de 1930” (2017) e “A Proclamação da República” (2019), que dialogam com a formação republicana do país e os conceitos de centralismo e federalismo, aprofundados a seguir.

A princípio, a TV Senado foi criada para a produção de conteúdos referentes às ações empreendidas pelo Senado brasileiro⁴, mas também passou a produzir conteúdo de História e Geografia pátrias para o amplo público, em especial, através de documentários temáticos⁵. Consideramos essas produções audiovisuais como uma tentativa de construção de uma narrativa oficial da História do país, coordenada por profissionais especializados e voltada para um público diversificado. Nesse sentido, a instituição demonstra uma preocupação do Estado com a difusão responsável de certas narrativas históricas, com destaque para os temas considerados fundamentais na construção política do país e na participação do papel do Senado na consolidação democrática. Portanto, essa produção também deve ser situada no contexto político que lhe influencia diretamente.

No Brasil, o ímpeto da História Pública nasce na chamada Nova República, período pós-promulgação da Constituição de 1988 – a Constituição cidadã – e de maior

³ Técnica muito utilizada no audiovisual, sobretudo no caso de documentários. Consiste na sobreposição da voz de atores ou narradores ao áudio original, ouvido em segundo plano, enunciando asserções sobre o assunto.

⁴ Resolução do Senado Federal nº24, de 1995, cumprindo o que determina a Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, a Lei de Cabodifusão.

⁵ O Ato da comissão diretora do Senado Federal nº 15 de 2002, determinou a veiculação de programas de caráter jornalístico, cultural e educativo de produção autoral ou cedidos por terceiros, o que diversificou a programação para além da exibição exclusiva das sessões solenes.

escuta social para lutas e movimentos políticos. Assim, sua característica essencial pode ser classificada como uma: “(...) possibilidade de difundir o conhecimento histórico - de maneira responsável e integrada - para amplas audiências” (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p. 9), mas, sobretudo, preocupando-se com questões sociais e educativas. Essa busca pela democratização do conhecimento histórico, portanto, apresenta um expressivo compromisso com a cidadania. Para o historiador Thomas Cauvin: “O passado pode ajudar a interpretar quem somos e por que fazemos as coisas” (CAUVIN, 2016, p. 1)⁶. Logo a produção e divulgação de histórias públicas responsáveis contribuem para a consciência histórica dos cidadãos. Nesse sentido, a iniciativa do Estado em promover espaços de diálogo e narrativas sobre o passado é fundamental.

Contudo, cabe avaliar quais as narrativas históricas estão sendo mobilizadas e fim de identificar os meandros desse conteúdo. Afinal, como afirma Michel De Certeau: “A escrita da história se constrói em função de uma instituição” (CERTEAU, 1982, p. 66) e, nesse caso, trata-se da emissora responsável pela comunicação do Poder Legislativo brasileiro. Nesse sentido, salientamos o papel do historiador em historicizar objetos e identificar os “não-ditos”. Assim, objetivamos analisar nessas duas produções quais elementos ganharam mais destaque e quais foram silenciados, nos aproximando da concepção de Sara Albieri de que: “Quando se vê a história publicada, não se pode esquecer que a omissão ou adaptação de informações faz parte do processo de publicação; isto é, cabe ao intérprete decidir previamente o que vai ou não vai fazer parte do corpo histórico” (ALBIERI, 2011, p. 22). Portanto, apresentaremos uma breve discussão historiográfica a partir de algumas referências sobre os temas históricos analisados e, em seguida, propomos uma revisão crítica da nossa fonte.

(Re) Pensando o Centralismo e Federalismo: um breve debate historiográfico

Os debates em torno do modelo político ideal para o país foram, e ainda são, temas em aberto. Constantemente (re)visitados pela intelectualidade e pelas elites políticas, conceitos como o federalismo e centralismo tendem a ser ressignificados conforme a conjuntura política. Contudo, há elementos estruturais que compõem os

⁶ Tradução da autora. Citação original: “The past can help us interpret who we are and why we do things”.

debates a seu respeito, sobretudo através de dicotomias como tradição *versus* modernidade, conservadorismo *versus* liberalismo e autoritarismo *versus* democracia.

Conforme afirma José Murilo de Carvalho (2017), desde o início do século XIX os debates a respeito do modelo republicano já eram eivados de contrariedades. Indubitavelmente, os debates que constituíram a Proclamação da República e a instalação de um novo modelo político, já estavam em pauta décadas antes e chegavam ao Brasil por meio dos seus bacharéis, formados no continente europeu.

Para Ivo Coser (2011), o cerne desse debate se localizava nas disputas entre centralistas e federalistas no século XIX e, principalmente, as suas transformações. Portanto, utilizaremos esses conceitos e as suas ressignificações como ponto de partida da nossa análise. Coser destaca que a partir de 1860 houve uma significativa mudança nos argumentos centralistas e federalistas. Se o debate do início do século fundamentava-se, em linhas gerais, na disputa de soberania entre os interesses provinciais e nacionais, os argumentos foram ampliados a partir da década de 1860. No caso centralizador: “(...) o conceito foi ampliado englobando o tema da precedência do interesse público em face dos interesses particulares” (COSER, 2011, p. 203). Na vertente federalista, a defesa dos interesses individuais por meio da liberdade política se estendeu para os interesses provinciais, e não mais particulares: “A mudança do conceito de confederação para federalismo implicou numa maior ênfase ao tema da competição pacífica entre os interesses provinciais” (COSER, 2011, p.203).

Após a Proclamação da República os debates continuaram no centro das disputas políticas, principalmente as expectativas com a promulgação da nova constituição de 1891. Segundo Christian Lynch (2016), as memórias da elite política sobre a constituição anterior eram de que o documento continha vícios de origem. Então: “Derrocada a monarquia unitária que supostamente entravava o progresso adotada a república federativa, legitimada por uma constituição elaborada pelos representantes do povo, o país seria refundado” (LYNCH, 2016, p.23). Em seguida, o autor afirma que a nova constituição aspirava uma nova era de grandeza, democracia e prosperidade. Contudo, o que podemos identificar são novas ressignificações de debates anteriores, que permaneceram intrínsecos à promessa de refundação do país. Essa conjuntura de continuidades pode ser claramente percebida pelo rearranjo de atores

políticos acomodados na nova ordem, mas que mantinham antigos dilemas políticos, sociais e econômicos.

A análise de Lynch demonstra que a dicotomia entre o moderno e o atrasado se mantinha exacerbada, amparada nas promessas da nova constituição. Entretanto, seu resultado foi a consolidação de um governo forte, de caráter autoritário e oligárquico. Enquanto as disputas sobre o tema da (des)centralização seguiam em pauta no jogo entre unitaristas e ultrafederalistas, alguns aspectos foram intocados, representando pontos de concordância entre eles. Nessa lógica, ressaltamos que a defesa pela democracia não significava a defesa por igualdade, da mesma forma que não havia espaço para o sufrágio universal. Por conseguinte, ainda que a nomenclatura não se refira mais a centralismo e federalismo, essencialmente, o debate seguiu o mesmo após a Proclamação da República, aspecto que reforçou o acomodamento de elites políticas:

Uma vez consolidados no poder, os radicais tornados conservadores se contentaram em reconhecer a natureza oligárquica do regime, alegando, ou que todos os governos, mesmo os democráticos eram oligárquicos, como queriam Ostrogorski e Michels, ou que o povo brasileiro ainda não tinha condições de dispensar o governo de suas elites, incumbidas de garantir a ordem, condição de progresso contra seus ‘anárquicos’ opositores (LYNCH, 2016, p. 53).

Argumentos como a incapacidade do povo brasileiro em participar das decisões políticas, bem como definições que afastavam a democracia da busca por igualdade, permaneceram como elementos em comum a liberais e conservadores. Nesse sentido: “(...) enquanto valor, a liberdade estava acima da igualdade; por conseguinte, o liberalismo, entendido agora no sentido amplo, era mais importante do que a democracia” (LYNCH, 2016, p.51). Assim como Coser (2011) identificou que as definições de centralistas e federalistas eram algo muito mais complexo, percebemos que o mesmo se aplica ao caso dos liberais e conservadores da república. O cerne para a nossa análise reside nos arranjos políticos e na acomodação das elites que, historicamente, formaram e transformaram temas estruturais da nossa sociedade de acordo com a conjuntura e seus interesses.

Nesse campo de disputas intelectuais, as representações ocuparam lugar de destaque. Associado às inspirações de uma refundação nacional, a escrita de uma história pátria e de seus símbolos e tradições era fundamental. Sobre isso, Ângela

Alonso (2016) destaca como a legitimação do novo regime mobilizou intérpretes de diferentes correntes. Introduzindo as origens desses debates na República, Alonso apresenta o ponto de vista dos dois grupos em desataque naquele momento, salientando a formação de identidades a partir de modelos dicotômicos, definindo que: “As identidades políticas são essas identificações sociais construídas em meio a uma interação conflitiva e só inteligíveis se reportadas à conjuntura. São, pois, contextuais, nascendo aos pares, numa relação binária de oposição” (ALONSO, 2016, p. 66). Nesse sentido, a autora demonstra como as grandes matrizes conceituais dos monarquistas aristocratas e republicanos ascendentes foram forjadas e disputadas no campo das narrativas, durante a primeira década republicana.

O ponto central da análise da autora é a compreensão de uma história das ideias a partir da leitura dessas grandes matrizes. O que podemos identificar logo em um primeiro momento é que o debate acerca do modelo ideal – monarquia x república – não era mais o foco das narrativas. Mas, sim como o novo modelo político deveria organizar a sociedade sob a égide do progresso *versus* atraso. Novamente, percebemos a retomada dos debates a respeito de um governo forte e centralizador, ou federalista. Nesse ínterim, Alonso demonstra quais os argumentos, símbolos e tradições foram mobilizados na tentativa de cada grupo em legitimar seu ponto de vista, resultando no fortalecimento de uma versão da história pátria. Por conseguinte, produziram-se o que a autora define como: “(...) histórias antagônicas do presente republicano e do passado imperial. Uma atribuindo crédito à tradição, outra amaldiçoando-a” (Alonso, 2016, p. 87). Finalmente, conclui que na longa duração os monarquistas lograram a luta simbólica, afinal, foi um período de formação de imaginário da república que fortaleceu heróis, imagens e símbolos. Como veremos, esse saldo teve revérberos nas décadas seguintes, principalmente estigmatizando a sociedade da primeira república, como apontam Alonso (2016) e Carvalho (2017).

Assim, após o estabelecimento do regime político republicano, houve momentos de forte instabilidade, principalmente a retomada das disputas acerca de um modelo político que implementasse um poder centralizado, ou mais autonomia para os estados. O ponto que buscamos analisar nesse sentido é o estabelecimento de pactos entre os estados – principalmente Minas e São Paulo – na consolidação das oligarquias da

Primeira República e como isso se conformou como uma matriz historiográfica comum às representações da História do Brasil. Claudia Viscardi (2001), após exaustiva análise historiográfica, afirma que é equivocado atribuir à aliança entre mineiros e paulistas o equilíbrio político e econômico. Conforme a autora defende, havia sim uma aliança consolidada, mas isso não significa que não havia rugas entre os estados atores. Sobre isso, deixa clara sua crítica não à alcunha “República Velha”, mas à denominação “Café com Leite” para se referir ao período:

O fato de contestarmos a aliança *café com leite* não implica em contestar a ocorrência de alianças conjunturais entre Minas e São Paulo, ao longo da República Velha. (...) O que se contesta é que a aliança entre mineiros e paulistas tenha sido preferencial, permanente e isenta de conflitos (Viscardi, 2001, p.38).

A partir desse questionamento, Viscardi empreende uma revisão crítica a respeito das teses que atribuíam o controle das decisões políticas e econômicas ao eixo São Paulo e Minas Gerais, desconsiderando a participação dos demais estados. Igualmente, aponta para a participação do Rio Grande do Sul e sua caracterização como desagregador do equilíbrio nacional. Portanto, apresenta algumas das principais correntes historiográficas, suas origens e influências na construção de narrativas sobre o período. Neste caso, salientamos algumas, que poderão ser identificadas na análise das nossas fontes. Segundo a autora, uma das principais tendências historiográficas dedicadas à compreensão da Primeira República, diz respeito à hierarquia dos estados na Federação. Nessa corrente, a leitura acerca da dinâmica brasileira recai sobre a lógica econômica e a influência das elites internas no Parlamento. Ocupando o topo estariam São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em relação aos outros estados, afirma que: “As demais [oligarquias dominantes] caminhavam ao reboque da História, disputando, entre si, as migalhas de soberania, distribuídas pelo ‘triumvirato’ hegemônico” (Viscardi, 2001, p. 28).

Essa corrente se tornou uma das mais difundidas na produção histórica sobre o período. Formulando uma relação de causalidade entre o pacto dos paulistas e mineiros, rompido com a indicação de Júlio Prestes à presidência, e o estopim para a Revolução de 1930. De acordo com Viscardi, essa corrente se aproxima diretamente das matrizes que afirmam que: “(...) tivesse havido um planejado revezamento entre Minas e São

Paulo na ocupação de cargos presidenciais e na efetivação da aliança *café com leite*” (Viscardi, 2001, p. 37). Contudo, salienta que reconhece a existência de alianças circunstanciais entre os dois estados, mas sim a partir da ótica de que se constituía como uma aliança planejada *a priori* e responsável pelo período de estabilidade do país. Ao longo da obra, explicita o quão complexa eram essas relações, influenciada por fatores internos às elites estaduais e externos, sobretudo no que tange o papel da União.

Em síntese, ressaltamos que o modelo político estabelecido após a Proclamação não significou o estabelecimento de aspirações democráticas. As disputas entre grupos liberais e federalistas mantiveram muitas continuidades do período imperial, como o sentido atribuído às liberdades individuais, autonomia dos estados e participação política. O fortalecimento das oligarquias resultou em uma atomização da política nacional. Entretanto, notam-se transformações significativas no pensamento liberal, muito criticadas pelos intelectuais da Revolução de 1930: a principal discordância dos revolucionários era em relação à inexistência de um governo central forte, incapaz de realizar articulações regionais com as oligárquicas locais. Iniciada ainda na década de 1920, com o fracasso da Política dos Estados, as alianças circunstanciais eram, então, reações a esses momentos de crise, e não símbolos de estabilidade. Portanto, essa alternância pode ser considerada uma acomodação das elites políticas, rompida em 1930.

O processo revolucionário foi fruto de políticas conservadoras que buscavam o (re)estabelecimento de um Estado centralizador. Para tanto, a modernização econômica e autoritária foi uma das principais bandeiras. E, não à toa, intelectuais como Oliveira Viana definiam-na como uma “democracia autoritária”, baseada no sentido de autoridade e não igualdade. Por conseguinte, os primeiros anos de Governo Provisório (1930) significaram o rompimento com a experiência liberal através da “reorganização da república”: Estado de compromisso, dissolução dos Poderes e presidencialismo discricionário. Na contramão, determinou-se uma maior autonomia estadual, ainda que tutelada pelo Governo Central e a institucionalização do modelo corporativista como ideal. Associado a isso, o processo de destituição do presidente eleito pela via armada e a mobilização conspiratória de seus adversários políticos, colaboram para a tese de que se tratou de um golpe, e não uma revolução.

É interessante salientar que os revolucionários de 1930 se tornaram os constituintes de 1934. E, igualmente importante, ressaltar o papel da intelectualidade na elaboração da constituição e sua participação nos debates políticos. Afinal, é possível perceber o alto grau de influência de suas teses na formulação historiográfica a respeito do período. Outro ponto fundamental na compreensão das matrizes sobre o tema é a memória que se consolidou sobre o Varguismo. Institucionalizado por meio de um golpe e, posteriormente, com a instituição da ditadura do Estado Novo, é interessante observar as contradições em relação às memórias positivas e negativas sobre a conjuntura. Neste caso, voltamo-nos especificamente à Revolução de 1930, seus antecedentes e resultados. Por isso, salientamos como a nova constituição colaborou para o aumento da popularidade do regime, ainda que o autoritarismo fosse uma característica central.

Portanto, o debate historiográfico atravessou constantes influências e mudanças de paradigma nas produções sobre a República no Brasil. Como pudemos perceber, o debate sobre centralismo e federalismo acompanhou diretamente essa trajetória, sendo ressignificado em diversos momentos. Além disso, uma série de outros argumentos continuaram sendo mobilizados e repaginados, associados ao acomodamento das elites políticas no poder, tais como a incapacidade do povo em participar das decisões política e a dicotomia atraso *versus* modernidade. Dicotomia esta que repetidas vezes foi – e continuou sendo, em períodos posteriores – utilizada como critério de legitimação para intervenções e golpes autoritários. Assim, além de propormos uma análise sobre como isso é representado pela produção “Histórias do Brasil” da TV Senado, buscamos demonstrar como a História Pública é uma ferramenta profícua para entendermos a formulação da História Política e como alguns temas tendem a ser revisitados e repensados.

A Representação da República na série “Histórias do Brasil”, da TV Senado

A partir desse breve panorama historiográfico de obras que tratam a respeito dos modelos políticos baseados nas vertentes centralista e federalista, propomos uma análise

empírica das nossas fontes de pesquisa⁷. Como definido na introdução, buscamos analisar como a TV Senado representa dois eventos fundamentais para a História do Brasil. Para isso, selecionamos duas edições da série “Histórias do Brasil”: “A Proclamação da República” e a “Revolução de 1930”. Por meio da leitura de especialistas no tema, objetivamos identificar versões e narrativas que permaneceram nessas leituras elaboradas no presente sobre a história nacional. Além da análise de conteúdo dos vídeos, nos dedicamos a observar as imagens mobilizadas para a formação dessa narrativa, afinal, foram utilizadas charges, pinturas e recortes da imprensa da época para ilustrar e legitimar a produção. Portanto, prospectamos compreender quais elementos foram mantidos na construção da história republicana e quais foram negligenciados. Outrossim, considerando que essa produção é associada ao Poder Legislativo, também é uma oportunidade de compreender o posicionamento das elites políticas atuais sobre os eventos.

Temas ligados às transformações políticas do país são recorrentes na série “Histórias do Brasil”, sobretudo estabelecendo diálogos entre o passado e o contexto atual. Dessa forma, consideramos que essa produção contribui para a divulgação do conhecimento histórico para amplos públicos, principalmente propondo leituras atualizadas sobre temas recorrentes da historiografia nacional. Por meio de debates caros à conjuntura atual identificamos nesse *corpus* documental uma relação entre práticas públicas da História e o Tempo Presente, conforme definem Rogério Rosa Rodrigues e Viviane Borges sobre a relação entre esses dois campos:

As discussões que cercam os usos do passado e a possibilidade de criar um conhecimento que seja aplicado ao presente, estabelecendo uma justificativa de caráter social, com alcance para além dos muros acadêmicos, são também características que tornam os dois campos uma espécie de trincheira para o posicionamento fundamentado de historiadores e historiadoras diante das demandas coletivas de passado, de memória e de história (Rodrigues; Borges, 2021, p.9).

Nesse sentido, sob as perspectivas da História Pública, entendemos que se trata de uma história feita *para* o público, conforme a definição de Ricardo Santhiago (2016, p.28), que visa a ampliação de audiências sem que haja um diálogo ou colaboração. Ao

⁷ A pesquisa de doutorado, que se encontra em desenvolvimento, analisa a produção de representações sobre a História do Brasil através das produções audiovisuais da TV Senado. Para este artigo, propomos um recorte de duas edições da série “Histórias do Brasil”, produzida a partir de 2017.

mesmo tempo, se aproxima das dimensões dos usos políticos do passado, na medida em que é elaborada por uma emissora oficial do Estado. Por isso, cabe analisar que passado é esse representado pelas produções audiovisuais da TV Senado. Ao se referirem aos documentários históricos produzidos pelo canal *Encuentro*, vinculado ao Ministério da Educação da Argentina, Gerson Fraga e Tatyana Maia ressaltam que:

As representações desse passado revelam também os projetos políticos em curso e as batalhas pela autoridade sobre determinada leitura do passado. A cultura da memória também favorecia o interesse do grande público em produtos culturais que funcionam como produtores de sentidos sobre o passado (Fraga; Maia, 2020, p.310).

Logo, buscamos analisar como a série apresenta os dois fatos da história política brasileira e quais os diálogos possíveis com o tempo presente. O episódio “A Proclamação da República” foi publicado em 15 de novembro de 2019, aniversário de 130 anos da Proclamação. Com uma curta duração – 3 minutos e 33 segundos - a animação apresenta alguns pontos do fato decorrido em 1889. Como veremos, há claramente elementos centrais da historiografia que foram mobilizados para a construção dessa representação. O narrador inicia:

O Baile da Ilha Fiscal foi a festa de arromba do império brasileiro, e também o seu canto de cisne. Enquanto D. Pedro II e a realza comemoravam as bodas da princesa Isabel, a poucos quilômetros de distância, no clube militar, o positivista Benjamin Constant conspirava para derrubar a monarquia (A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA, 2019).

No trecho inicial podemos identificar dois aspectos apontados anteriormente através do debate historiográfico: a referência à monarquia como uma sociedade de corte, altamente elitizada, semelhante ao modelo francês e, por outro lado, as manobras conspiratórias manejadas pelos principais atores das elites políticas. A narrativa segue com a afirmação de que o império já colecionava adversários, definindo os republicanos como um grupo formado por setores e interesses muito diferentes. O discurso é construído a partir da apresentação dos três “inimigos do Estado”: A Igreja, contrária à liberdade de culto, especialmente da maçonaria; os grandes fazendeiros, revoltados com o fim da escravidão e cobrando indenizações dos cofres públicos; e, finalmente, os militares, desgostosos com o desprestígio e as baixas remunerações após a vitória na Guerra do Paraguai, reclamavam o direito de se manifestar politicamente.

Assim, o episódio apresenta quais seriam as motivações que culminaram na Proclamação de República brasileira e a mudança substancial da estrutura política, social e econômica do país. Ressaltando a diversidade dos opositores do Império, afirma que: “Os republicanos eram formados por grupos com interesses bem diferentes, mas com um objetivo em comum: a descentralização do poder. Mas como não tinham nem apoio popular e nem político – apenas três deputados defendiam a causa – resolveram tomar o poder à força” (A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA, 2019). Nesse trecho, podemos observar a referência às matrizes que definem o caráter autoritário da política brasileira, cuja República foi proclamada através de um golpe e não democraticamente. Igualmente, deixam implícitos que os interesses dos grupos que articularam a derrubada da monarquia eram individuais, sem menção às liberdades dos indivíduos, por exemplo. Ou seja, reforça as perspectivas historiográficas sobre os limites da participação do povo nas decisões políticas nacionais.

Nos minutos seguintes a narrativa ressalta a participação de militares republicanos ligados, sobretudo, ao projeto positivista, ainda que não tenha nenhuma citação na narrativa ou nas imagens sobre a corrente. A participação de Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant foi central na desestabilização de D. Pedro II, contudo, a representação aqui apresentada apoiou-se mais no argumento conspiratório e, de certa forma, sensacionalista. Ao descrever a deposição do Visconde de Ouro Preto, afirma que: “Em 1889 não havia internet, mas já havia *fake news*. Um boato começa a circular, dizendo que D. Pedro II havia escolhido Gaspar Silveira Martins como novo primeiro-ministro. Acontece que ele era inimigo mortal de Deodoro. Tudo mentira” (A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA, 2019). Finalmente, prossegue com a afirmação de que a indicação de D. Pedro II era, na verdade José Antonio Saraiva, porém, a essa altura a família real já havia sido exilada.

Por fim, o último tópico apresentado pelo episódio se refere à criação de símbolos, à necessidade deles para a legitimação do novo modelo político e a influência de elementos franceses e estadunidenses. Como salientam Alonso (2016) e Carvalho (2017), a influência das matrizes francesa e estadunidense não foi apenas nos elementos políticos e discursivos. Igualmente, os dias que seguiram após a Proclamação ainda faziam parte da continuidade daquela sociedade monárquica. Assim, após a instalação

do novo regime, foi necessária a incorporação de novos símbolos e tradições, que demoraram a serem consolidados:

Um fato curioso é que nos primeiros dias do novo regime, na falta de um hino, cantou-se a *Marselhesa Francesa* e na falta de uma bandeira, adaptou-se a dos Estados Unidos. Como muita gente reclamou, um concurso foi lançado para a escolha de um novo hino nacional, mas diante de muita pressão o antigo hino de império, que não estava concorrendo, continuou como hino oficial brasileiro, mas sem os versos originais (A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA, 2019).

Consideramos que, apesar de citar algumas temáticas importantes para o processo, a escolha dos eventos que foram apresentados, associados à abordagem da narrativa, resultou em uma história simplificada. É possível identificar fatores como o projeto descentralizador e a importância de setores da elite que, apesar de interesses dessemelhantes, acomodaram-se entre si. Entretanto, alguns silenciamentos e a simplificação demasiada culminaram numa representação reduzida do processo da Proclamação da República. Por outro lado, um aspecto muito positivo do episódio é a utilização de charges do final do XIX e início do XX, a fim de ilustrar a narração em voz *over*. Entretanto, careceu de contextualização e de referências aos documentos imagéticos utilizados no vídeo, apesar de encontrarmos referências aos acervos, jornais e trilha sonora utilizados nos créditos finais da produção. Ainda assim, destacamos que foram escolhidas representações muito interessantes sobre o Poder Moderador, a Monarquia e os Republicanos⁸, como no exemplo a seguir:

⁸ Para evitar o alongamento do artigo, optamos por não incluir as imagens. Contudo, podem ser acessadas através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=T2gMKpADSQU>, acesso em 20 Jun. 2022.

Figura 1 Charge de Aragones de Farias para a revista *Mequetrefe* 9/1/1878⁹



BRASIL. TV Senado. **Histórias do Brasil: A Proclamação da República**, 2019.

A utilização de documentos que datam as vésperas e os anos subsequentes à Proclamação demonstram a existência de um cenário político instável que culminou na instauração do novo modelo. Ademais, também deixa indícios da falta de um consenso a respeito da nova forma de governo, amplamente disputado intra-elites. A mobilização dessas fontes pela produção enriquece a análise da TV Senado, ainda que seja pouco explorada na narrativa audiovisual. Contudo, sob o olhar do professor ou mediador, é um material muito rico para reflexões e atividades em sala de aula. Igualmente, a perspectiva apresentada nesse caso apresenta temas e problematizações atuais sobre a história pátria, característica presente em outros episódios da série.

Igualmente, o episódio “A Revolução de 1930” teve elementos positivos e outros nem tanto, no que se refere à representação histórica. Exibido em 07 de Fevereiro de 2017, apresenta ao longo de 6 minutos e 14 segundos o processo, os momentos que o antecederam e seus resultados nas décadas seguintes. Logo no início da narrativa é possível identificar uma explicação muito recorrente sobre as causas da revolução: o assassinato de João Pessoa, vice de Getúlio Vargas. Todavia, apesar de apresentá-lo como um dos elementos fundamentais alguns pontos são aprofundados e problematizados:

Em 1930, três tiros à queima roupa mudam radicalmente a história da política brasileira. João Pessoa, companheiro de Getúlio Vargas na chapa derrotada nas

⁹ Nessa representação, D Pedro II aparece como pilar de um carrossel ocupado pelos partidos Liberal e Conservador, num período marcado pela forte instabilidade política. Para Lidia Souza (2021): “analogia da situação do governo naquele momento a um carrossel, em que os cavalos giram: os partidos políticos também “(...) giravam” revezando-se no poder, num jogo político de diplomacia comandado pelo imperador” (SOUZA, 2021, p.87).

eleições presidenciais daquele ano, é assassinado. A sua morte é o pretexto para que Vargas tome o poder e instaure a chamada Revolução de 30. Mas o motivo do crime não tinha nada a ver com isso (REVOLUÇÃO DE 1930, 2019).

Interessante observarmos que a construção da imagem do político nessa representação aborda como seu assassinato foi utilizado como pretexto para a revolução posteriormente, mas deixa claro que se tratou de uma manobra política, tendo em vista que não havia relações diretas entre os eventos. Além disso, expõe seus problemas com chefes locais no estado da Paraíba, onde era governador, debatendo a realidade nacional sob o fenômeno do coronelismo. A respeito disso, o narrador anuncia que após a derrota nas eleições presidenciais João Pessoa retornou ao governo estadual e, consequentemente, aos problemas que enfrentava:

Um deles é o coronel Zé Pereira chefe político de Princesa, uma cidade no interior do estado. Ele se revolta contra os impostos estaduais criados por João Pessoa e inicia uma verdadeira guerra civil ao declarar a independência de sua cidade. O outro problema é João Dantas, um advogado que faz duras críticas ao seu governo e apoia Zé Pereira. João Pessoa descobre que Dantas tem um caso secreto com a professora Anayde Beiris e publica no jornal cartas eróticas entre os dois, roubadas numa invasão à casa do advogado. Mesmo sendo solteira, Anayde cai em desgraça diante da sociedade machista da época. E Dantas, vigiado pela polícia paraibana, vai embora para Recife. Um dia, ao visitar a capital pernambucana, João Pessoa resolve tomar café em uma cafeteria. Ao saber disso, João Dantas vai até lá, se apresenta e atira três vezes no homem que o difamou. O crime ganha repercussão nacional, mas por um motivo bem diferente (REVOLUÇÃO DE 1930, 2019).

Esse trecho apresenta ao espectador dois pontos importantes. O primeiro deles é influência dos chefes das oligarquias locais e seus constantes conflitos de interesse com o governo central, características fundamentais do fenômeno coronelista. Percebe-se que havia uma lógica própria das elites regionais em resolver problemas de ordem jurídica e constitucional, escancarando a dificuldade do governo federal em alcançar esses espaços. Motivo de crítica dos apoiadores de Vargas à inexistência e necessidade de um Estado centralizador que para eles deveria ser de cunho autoritário e corporativista. Também é possível identificar a continuidade de tradições e valores herdados da sociedade monárquica, como as relações de gênero e misoginia. Ademais, é nesse ponto que a morte de João Pessoa passou a ser problematizada como elemento causal da revolução, dada à complexidade do processo.

A abordagem narrativa sobre o assassinato do principal aliado de Getúlio Vargas constitui um elemento interessante do episódio. Por muitas décadas tornou-se consensual, e até mesmo popular, atribuir a função de estopim da revolução a esse acontecimento. Contudo, ao longo dos anos, a historiografia demonstrou que se tratou de um uso político *a posteriori*, sem ligações diretas com o cenário eleitoral. Nesse sentido, o documentário, por meio de uma narrativa jocosa que instiga a curiosidade dos espectadores, desconstrói essa versão. Apresentando de maneira teatral as intrigas entre João Pessoa, João Dantas e Zé Pereira, representa as redes de relações e os conflitos locais derivados do coronelismo e do modelo político oligárquico vigente, principalmente nas localidades distantes das grandes capitais. Nesse caso, além das rusgas econômicas, elementos da vida privada misturam-se com usos públicos e políticos. E, dessa forma, o conteúdo da produção demonstra que Vargas, valendo-se do fato, utilizou-o em campanha a fim de lograr sua vitória em 1930, apesar de não haver uma relação causal entre ambos.

Em seguida, a explicação apresentada retoma aspectos da conjuntura internacional, marcada por um lado pelo grande desenvolvimento econômico e industrial do pós-guerra e, por outro, pelo seu declínio com a queda da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929. Inserido nesse plano, mas com uma realidade diferente do hemisfério norte: “(...) o Brasil continua no século XIX. Os barões do café de São Paulo e as oligarquias de Minas Gerais se revezam na presidência da República, num pacto denominado Política do Café com Leite” (REVOLUÇÃO DE 1930, 2019). Neste caso, a apresentação com a matriz historiográfica criticada por Claudia Viscardi é evidente, atribuindo à aliança entre paulistas e mineiros uma estabilidade e planejamento que não condiziam. Contudo, percebe-se que essa vertente ainda se encontra em evidência nas representações sobre o período.

Igualmente, o episódio deixa claro que a democracia e a igualdade não eram elementos constituintes da primeira República. Ao descrever o processo eleitoral, define-o como um período em que: “(...) o voto não era secreto, as mulheres não votavam e muitos deputados e senadores eleitos não tomavam posse por não agradarem o novo presidente da república, num processo conhecido como degola” (REVOLUÇÃO DE 1930, 2019). Ou seja, o modelo conservador e oligárquico havia sido mantido,

mesmo após a Proclamação e implementação da constituição de 1891. A partir desses dados, dá segmento à narrativa do processo e afirma que a Revolução de 1930 foi empreendida através de um golpe liderado por Vargas e apoiado pelo Tenentismo. A respeito disso, salienta a importância dos militares, principalmente dos quartéis do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, que estabeleceram um apoio mútuo após a vitória paulista nas eleições.

Finalmente, a produção avança para o último ponto central do episódio, descrevendo os resultados imediatos e futuros dos eventos. Ao afirmar que a revolução não foi uma *revolução*, mas sim um golpe, prossegue destacando que, apesar disso, trouxe muitos resultados aspirados pela população brasileira: “(...) voto secreto, voto feminino e leis que garantem aos trabalhadores direitos nunca antes conquistados, como férias e jornada de trabalho de 8 horas. Tudo isso dá a Vargas uma popularidade nunca antes vistas em nossa história” (REVOLUÇÃO DE 1930, 2019). Percebemos o reforço de memórias otimistas e muito popularizadas em relação ao varguismo, apesar de seu governo autoritário e da ditadura do Estado Novo. Porém, salientamos o esforço da produção em problematizar a alcunha de “revolução” e não silenciar o caráter golpista do regime, aspecto fundamental para a construção historiográfica do período.

Ainda que não seja o tema principal, a produção discorre também sobre o carisma e as políticas personalistas, evidenciando nas imagens o emprego da propaganda oficial e a construção da imagem do regime junto à população civil. Com a utilização de imagens propagandísticas da época, aliadas as animações, demonstra-se que havia influências da propaganda dos regimes nazifascistas ao governo de Getúlio Vargas, sobretudo a existência de uma pedagogia cívica empreendida pelo discurso oficial:

Figura 2 Propaganda de Getúlio Vargas durante o Estado Novo



BRASIL. TV Senado. Histórias do Brasil: A Revolução de 1930

Em consonância com as imagens, a narrativa em voz *over* afirma que: “Inspirado em regimes nacionalistas que conquistavam a Europa, ele [Getúlio Vargas] usa o prestígio popular para se isolar cada vez mais no poder” (REVOLUÇÃO DE 1930, 2019). Interessante ressaltar a montagem audiovisual que, nesse trecho, apresenta em sequência imagens de Mussolini, Hitler e Vargas com crianças, evidenciando a existência de uma cultura visual muito semelhante. Além disso, legitima a aproximação com correntes historiográficas que atribuem ao regime características fascistas. Finalmente, encerra o episódio afirmando que: “Em breve, acabaria com as eleições, fecharia o congresso e controlaria o país como um protótipo de Big Brother, durante longos 15 anos” (REVOLUÇÃO DE 1930, 2019).

Assim como percebemos no episódio anterior, há a presença de expressões atuais como “*fake news*” e “*big brother*”, aspecto que confere mais inteligibilidade ao público. Além disso, demonstra como o Estado brasileiro pós 1930 passou por mudanças estruturais em relação à Primeira República, como a substituição do modelo federalista e liberal para um governo centralista, autoritário e corporativista. Por outro lado, colabora com uma leitura linear da Revolução de 1930 e os anos do Estado Novo, contribuindo com perspectivas equivocadas de que a Era Vargas iniciou logo após o primeiro evento.

O último aspecto que destacamos na produção é a utilização de documentos da época como charges, fotografias oficiais e capas de jornal. Apesar de não apresentar a referência completa dos acervos, apresenta uma contextualização mais eficiente por meio dos diálogos entre a narrativa e as imagens. O uso de acervos históricos aparenta

maior seriedade à produção, que demonstra o valor desses arquivos para a produção da série. Além disso, ao final de cada episódio são citados os documentos utilizados, a trilha sonora e os participantes da produção, vinculados ao setor de acervos da TV Senado. Entretanto, assim como no caso do episódio da Proclamação da República, não há uma contextualização direta entre a apresentação dos documentos e a narrativa em voz *over*.

Considerações Finais

A relação da História Pública com a História Política Renovada ganhou fôlego no Brasil, sobretudo na última década. Através de um olhar pluridisciplinar e metodologias horizontais, busca-se colaborar com a democratização do conhecimento histórico, tanto no âmbito da difusão, quanto na produção. Contudo, como especialistas no tema ressaltam essa divulgação não deve ser sinônimo de simplificação da análise. O rigor metodológico e a análise crítica das fontes devem ser sempre prioridade. Por isso, antes de partir para o estudo empírico das nossas fontes, buscamos apresentar um panorama bibliográfico sobre a história republicana brasileira, a fim de cumprir nosso objetivo central: analisar a representação da História do Brasil na série da TV Senado. Relacionando nosso *corpus* documental com os debates historiográficos, foi possível avançar na pesquisa por meio de duas edições sobre a Proclamação da República e a Revolução de 1930.

Assim, identificamos na narrativa referências à algumas das principais matrizes historiográficas, principalmente a ressignificação de alguns conceitos e ideias chave para a compreensão do período. O debate centralismo *versus* federalismo, por exemplo, pode ser visto através de diferentes roupagens na representação da TV Senado. Assim como o vemos ainda nas principais decisões políticas do país no que tange os limites e as relações entre os estados e os Poderes, por exemplo. Igualmente, foi possível perceber as características autoritárias da política brasileira, que estruturalmente associa projetos de modernização com governos intervencionistas. A formulação de discursos dicotômicos colabora com teses que desassocia, por exemplo, períodos democráticos com desenvolvimento e modernização econômicos.

Aspectos como estes foram claramente aprofundados pelos textos debatidos, mas também podem ser vistos por olhares mais atentos nos vídeos analisados. Ainda que existam equívocos conceituais ou conteúdos superficialmente abordados, a TV Senado apresenta problematizações importantes sobre os assuntos. O reconhecimento de que houve movimentos golpistas tanto no caso da Proclamação, quanto na revolução de 1930, demonstra avanços importantes, principalmente por se tratar de uma produção oficial do Legislativo brasileiro. Por outro lado, um ponto que permaneceu intocado nessas narrativas, foi a acomodação das elites políticas brasileira. Historicamente, esses arranjos influenciam diretamente a estrutura e as decisões do país, contudo, percebemos que é um aspecto silenciado. Na contramão disso, há claramente a exaltação de uma suposta vocação democrática do Senado brasileiro, explícita na construção da representação.

A carência de referências sobre a participação de grupos populares ou movimentos sociais nos dois eventos também diz muito tanto sobre a construção da narrativa, quanto aos processos históricos analisados. É compreensível que existam recortes a serem feitos em qualquer análise histórica, como Sara Albieri ressalta, trata-se de escolhas do produtor. Porém, sob o olhar atento dos historiadores, os silenciamentos e “não-ditos” são muito expressivos na produção dos sentidos. Afinal, assim como as produções não mencionam a participação popular, ambos os processos foram conduzidos numa lógica intra-elites. Levando em conta esses apontamentos, as produções constituem uma iniciativa inovadora e bem produzida, com muito potencial para ser utilizado nas salas de aula. E, além da relação com a História Pública, contribui para reflexões sobre a História do Tempo Presente e os usos políticos do passado, considerando que propõe perguntas e visões caras à realidade atual da Nova República. Ao mesmo tempo em que alguns temas e perguntas são atualizados, outras matrizes e silenciamentos são mantidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albieri, Sara. História pública e consciência histórica. In: Almeida, Juniele Rabêlo de; Rovai, Marta Gouveia (Org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.19 – 28.
- Almeida, Juniele Rabêlo de; Rovai, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

- Alonso, Ângela. Arrivistas e Decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. In: Viscardi, Cláudia Maria; Alencar, José Almino Alencar. *A República Revisitada*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 63-91.
- Brasil. TV Senado. *Histórias do Brasil: A Proclamação da República*, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T2gMKpADSQU>, acesso em 22 Jun. 2022.
- Brasil. TV Senado. *Histórias do Brasil: A Revolução de 1930*, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xYq1mMPg6d8>, acesso em 22 Jun. 2022.
- Carvalho, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- Cauvin, Thomas. *Public History: a textbook of practice*. New York: Routledge, 2016.
- Certeau, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- Coser, Ivo. O debate entre centralizadores e federalistas no século XIX: a trama dos conceitos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 76, junho 2011, p. 191-227.
- Lynch, Christian. O momento oligárquico: a construção institucional da República. In Viscardi, Cláudia Maria; Alencar, José Almino. *A República Revisitada*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 23-62.
- Maia, Tatyana do Amaral; Fraga, Gérson Wasen. Estado, audiovisual e políticas de memória. As ditaduras latino-americanas nos documentários do canal argentino *Encuentro* (2016). *Revista Eletrônica Da ANPHLAC*, n.20, v.28, p.282-312. 2020
- Rodrigues, Rogério Rosa; Borges, Viviane. *História Pública e História do Tempo Presente*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.
- Santhiago, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo de; Santhiago, Ricardo (Org.). *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- Souza, Lidia Lerbach de. Representações de D. Pedro II nas Charges e Caricaturas de seu Tempo. In. *Itinerários Investigativos História das Ideias Linguísticas: Apropriação e Representação*. São Paulo, Blucher, 2021, pp. 81-94.
- Viscardi, Cláudia. *O Teatro das Oligarquias*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 30/01/2024
Aprovado em: 20/05/2024

História Pública e Mareatórios: percursos participativos de uma pesquisa sobre a pesca artesanal em Niterói/RJ¹

*Ademas PEREIRA DA COSTA JR*²

Resumo: Este artigo tem como objetivo justificar a relevância dos mareatórios para os novos estudos de história pública no Brasil. Apresentar tendências de pesquisa e desdobramentos da mobilização histórica das comunidades de pesca artesanal propondo ao leitor adentrar a uma investigação historiográfica com base na pesquisa participativa desenvolvida no LABHOI-UFF. Ao longo do artigo se coloca em evidência a episteme que orienta uma narrativa historiográfica de síntese filiada a questões socialmente vivas em comunidades de pesca artesanal. O artigo apresenta um debate público do tempo presente através do trabalho do autor, historiador, em colaboração com a Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais da Reserva Extrativista de Itaipu e Lagoa de Itaipu - APPREILI.

Palavras-chave: Mareatórios, Comunidades, Pesca, História Pública, Memória.

¹Esse texto foi escrito no contexto de início do projeto Acervo Audiovisual dos Mareatórios (AAM), contemplado pelo Edital Paulo Gustavo do Ministério da Cultura para a valorização da Memória, Pesquisa e Preservação Audiovisual para ser executado com o apoio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2024-2025. Acessível em: www.maretorios.org

² Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Acervo Audiovisual dos Mareteórios (AAM). Pesquisador associado ao Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI-UFF). UFF. Niterói. RJ. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5473-2798> E-mail: ademasprod@gmail.com

Public History and Maretórios: participatory paths of research on artisanal fishing in Niterói/RJ

Abstract: This article aims to present the relevance of tidal waves for new studies of public history in Brazil. It considers presenting research trends and developments in the historical mobilization of artisanal fishing communities. The reader is invited to enter into a historiographical investigation based on participatory research developed at LABHOI-UFF. Throughout the article, the episteme that guides a synthetic historiographic narrative affiliated with socially alive issues in artisanal fishing communities is highlighted. The article presents a public debate of the present time through the work of the author, historian, in collaboration with the Association of Artisanal Fishermen and Fisherwomen of the Itaipu and Lagoa de Itaipu Extractive Reserve.

Keywords: Tidestory, Communities, Fishing, Public History, Memory.

Apresentação

Neste artigo, apresento um tema pertinente aos estudos da história pública no Brasil. Essa pertinência se apresenta ao longo do artigo através de um diálogo que explicita relações entre demandas comunitárias com o lugar que o historiador profissional pode ocupar atualmente. A pesca artesanal, tema com o qual me envolvi ao longo dos últimos 7 anos no LABHOI/UFF, foi observada em uma localidade vizinha à minha casa na praia de Itaipu, no município de Niterói/RJ. Ao começar a pesquisa, considerei o diálogo com a comunidade como ponto de partida, construindo um acervo de entrevistas. Do ponto de vista da pesquisa acadêmica não foi necessário esforço para me dar conta que os historiadores não estavam esclarecidos até então sobre essa pertinência. Isso porque a produção da historiografia sobre a pesca artesanal, desde a criação dos primeiros programas de pós-graduação na década de 1970, era tão escassa que foi possível ler comentários de especialistas de outras áreas acusando - com perplexidade - a ausência dos historiadores nesse debate (Silva, 2015).

Com a expansão dos itinerários da história pública no Brasil, desde a instituição da Rede Brasileira de História Pública em 2011, tem se observado que os historiadores se mostram mais dispostos a trabalhar com memórias locais, comunidades e demandas socialmente vivas. Algumas dessas demandas encontram-se profundamente enraizadas em seus territórios, produzindo diferentes tipos de vínculos com o passado de seus personagens que valorizam uma parceria com a prática profissional do historiador público.

Neste artigo objetivo realizar uma breve apresentação da minha relação de pesquisa, iniciada em 2017, na comunidade de pescadores artesanais de Itaipu, até o momento da fundação da Associação de Pescadores e Pescadoras da Reserva Extrativista Marinha e Lagoa de Itaipu - APPREILI, que se deu em 25 de abril de 2023. O presente texto expõe uma narrativa de síntese, que tem com o objetivo contextualizar historicamente as condições políticas, institucionais, e socioculturais relacionadas à pesca no Brasil até o momento recente, e socialmente vivo, no qual emerge e se estabelece a categoria dos “maretórios”. Buscarei esclarecer como essa categoria se apresenta como uma representação historiadora (Ricouer, 2007, p. 247-250) dos

pescadores, interlocutores que contribuem para novas epistemologias e práticas de pesquisa (Silva, 2014, p. 16-18) favorecendo o debate público da historiografia. Nesse diálogo com a comunidade de Itaipu tornou-se possível temporalizar um estado da arte das abordagens sobre a pesca artesanal no Brasil, elencando algumas tendências. A escolha por apresentar as tendências nos serve apenas como um pano de fundo esquemático, facilitando a compreensão do leitor para o momento histórico atualmente vivido por essas comunidades, em sua busca por narrativas de autonomia sobre os Maretórios.

Metodologia

O artigo contribui com relatos que servem de demonstração dos resultados da metodologia participativa, que envolveu um esforço colaborativo, sensível e reflexivo, para a construção de uma história pública da pesca. Isto é o processo de pesquisa foi sobretudo relacional, participativo (Da Mata & Almeida, 2019; Rovai & Kobelski, 2024) no qual presenças, corpos e alteridades de perspectivas e diferentes potências de narrativas históricas dialogam com a pesquisa. Vinculado aos debates do Laboratório de História Oral e Imagem, a construção de um acervo de entrevistas de história de vida e temática foi geradora de uma via de acesso a comunidade pesqueira, exigindo da pesquisa um procedimento historiográfico desafiador, a começar pela busca do sentido de pertencimento para a comunidade de Itaipu em suas narrativas públicas (Rabelo, 2015). Me dediquei ao movimento de escuta que identificou as demandas socialmente vivas dos pescadores de arrasto através do aprendizado da pesca, cujas memórias davam forma a uma comunidade de sentido³ (Meihy, 1997), em Itaipu.

Como um instrumento vital para a reprodução social da comunidade, o arrasto se tornou um termômetro das transformações sociais que ocorreram na comunidade desde meados dos anos 1970. Quando grandes empreendimentos imobiliários executados na região atual Região Oceânica de Niterói, conhecida até então como Itaipu, transferiram

³ O arrasto é uma técnica tradicional que para esses pescadores da comunidade resume o que é a geografia e a história de “Itaipu”. Remete a uma história local de aproximadamente 200 anos, vinculando a comunidade em laços de parentesco. O arrasto é uma técnica tradicional que, para esses pescadores, reflete na comunidade o que é a história “de Itaipu” sendo uma técnica geradora de narrativas por onde estão cruzados os vínculos familiares à paisagem do cotidiano

algumas famílias de pescadores para localidades e regiões de Niterói mais afastadas da beira da praia e transformando também a paisagem local com a divisão da praia através da abertura permanente de um canal que ligando a lagoa ao mar. Quando decidi pesquisar a história de Itaipu, condicionei as entrevistas à uma integração participativa ao cotidiano da pesca da comunidade. O convívio passou a ser cada vez mais apurado, isto é, enquanto no dia-a-dia aprendia a pescaria de arrasto de praia junto a Robinho e seus companheiros. Os significados peculiares que eles davam a alguns pontos da história enquanto interagiam com a paisagem local dava a entender que o território de Itaipu em suas narrativas era muito maior do que o limite de um pequeno bairro. Itaipu era a imagem de um passado, uma paisagem que a comunidade compartilhava até onde o peixe ali pescado poderia chegar. Assim, o afastamento provocado pela companhia imobiliária era justificado por alguns pescadores na medida em que esse deslocamento ainda era dentro “de Itaipu”.

Robinho, um reconhecido mestre do arrasto, foi para mim um tipo de iniciador (Barth, 2000) tanto na arte de pesca tradicional quanto da apresentação das memórias da comunidade de Itaipu. Em uma entrevista⁴ realizada na beira da praia ele narra a sua relação com a pesca e o local que estende à uma visada sobre a história da comunidade:

A pesca da Tainha é uma pesca mais detalhista. A gente tem que ter o vigia, que era o olheiro que ficava lá embaixo em Camboinhas. Na verdade, a gente fala Camboinhas, mas isso é uma praia só né. Camboinhas e Itaipu é uma praia só. Não existe Camboinhas e Itaipu. Para o pescador é uma praia só. O que me marcou quando pequeno foi a pesca da tainha. Era, o pescado do inverno era a tainha. Hoje não, a pescaria de arrasto, a pesca de lanço. Que é o lanço a sorte é hoje o ano todo, pela dificuldade, pela escassez. Então a gente vai o ano todo com essa pescaria de lanço a sorte. Mas antigamente não. Antigamente que eu falo é a 15, 20 anos atrás. Tinha a pesca da Tainha, esperava chegar em maio e abril pra gente pescar até agosto. Hoje não tem mais essa tainha. Hoje não tem mais... aí você vai me perguntar por quais motivos? São n motivos. Escassez do pescado. A pesca industrial. Enfim, a falta de material humano. Não tem mais o pescador. Pela dificuldade que a gente enfrenta aqui na beira da praia, os pescadores tradicionais vão saindo para trabalhar em condomínio. Trabalhar em jardinagem. Trabalhar em supermercado. Entre outras coisas (Robson Dutra Santos - Mestre Robinho, 2018).

São inúmeros os pontos que podemos destacar do trecho da entrevista. A construção da narrativa do pescador como integrante da comunidade de Itaipu exalta uma relação estabelecida entre o passado e o presente que se dá mediante a prática de

⁴ A entrevista está acessível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=ozcDLVVOk5Q>

pescaria de arrasto e a presença da Tainha. Natureza, cultura e história se relacionam na narrativa do pescador através da percepção da paisagem, aos impactos ambientais e demandas sociais. A vontade do narrador de explicar o passado deste modo me pareceu inúmeras vezes a reafirmação de um vínculo histórico, e que pude assistir de perto como um movimento comunitário que tem sentido em expressões específicas e vividas durante a prática de pesca. Elas são dados de reconhecimento, que alimentam narrativas em que, se expressar como pescador artesanal tradicional, é perceber Itaipu, como diz Robinho como “uma praia só”. Esse fenômeno narrativo acontece na comunidade desde meados dos anos 1990, como foi observado no documentário de Eliana Leite “Itaipu era uma praia só”. As implicações na subjetividade e na saúde mental da comunidade e dos corpos de seus integrantes foram relatadas em diagnósticos de síndrome do pânico, depressão e luto (Barbosa, 2004), ocasionada pelo afastamento de algumas famílias da beira da praia ou dos pescadores de suas pescarias e suas relações cotidianas com a paisagem de Itaipu. Essa dimensão subjetiva da história narrada no território de pesca conduz a um vigoroso debate público.

Esse debate ao qual me refiro vem sendo notado em diferentes contextos geográficos locais, regionais, nacionais e mesmo globalmente. O que a literatura dos estudos de memória tem chamado de “territorial phantom pains” (Lakianow & Wells, 2024) é vislumbrado em um contexto de produção das memórias emocionais relacionadas ao deslocamento de comunidades de seus territórios. O que Malgorzata Lukianow e Chloe Wells colocam em questão com o uso do termo é que essas memórias emocionais não são uma noção meramente aplicável ao diagnóstico médico, como é considerado o uso do termo “dores da alma” apresentado no artigo de Barbosa em seu estudo sobre Itaipu. Para essas autoras, essa noção surge de um fenômeno social observável no tempo presente, relacionado a locais que possuem testemunhos comunitários de migração ou transferência forçada de suas localidades. Por razões diversas em Itaipu, os pescadores se veem incapazes de explicar a totalidade das transformações vividas a partir de suas referências de memória e aportes de conhecimento adquiridos em sua cultura. É na medida em que esse debate ganha vigor, que se percebe que essas transformações periféricas não são interpretáveis de modo

independente, pois estão conectadas a nível global com aspectos da dinâmica política e econômica do neoliberalismo.

Nesse sentido, creio ser possível contextualizar o surgimento e a emergência da noção de Maretórios por comunidades de pesca artesanal no presente. Sendo um fenômeno social amplo, mas localizado, que representa de forma abrangente as demandas por reparação histórica dessas comunidades em diferentes contextos. No caso brasileiro, a apropriação dessas demandas relacionadas ao modo de vida das comunidades pesqueiras acompanha o processo de institucionalização das Reservas Extrativistas Marinhas, como a de Itaipu (Decreto Estadual nº 44.417, 30 de Setembro de 2013). No Brasil existem outras 32 Resex, sendo 12 delas marinhas, além de outros 87 territórios em busca dessa formalização.

Os Maretórios são também, nesse sentido de representação, a forma do tempo vivido por essas comunidades que demandam atualmente do historiador profissional a contribuição da operação historiográfica e do método científico em suas causas. Pois, o que se demonstra com essa demanda da passagem da memória a uma história da pesca, que parte comunidades em seus maretórios, é a constatação de que ela ainda não foi escrita. O conflito se estabelece justamente por isso. Essa proposta de interpretação dos maretórios começa com a produção das fontes orais, mas não apenas, que dentro do itinerário do LABHOI, possibilitam a construção dos resultados da história pública expostos neste artigo. Assim os Maretórios surgem como uma forma de representação (Ricoeur, 2007), tal qual uma explicação do passado que antecede à roupagem escrita da operação historiográfica em si.

Tendências de abordagem da pesca artesanal no Brasil Republicano (Séc. XX - XXI)

Considerando a apresentação de tendências, nessa parte do artigo considero relevante para o leitor um entendimento sobre o estado da arte das abordagens que ao longo do tempo solidificaram o entendimento comum da pesca no Brasil. Assim apresento brevemente a relação entre campanhas de nacionalização da pesca, a formação de núcleos eclesiais de base, pesquisas acadêmicas até a criação das primeiras

entidades de representação a nível nacional, focadas na defesa dos territórios tradicionais e emergência dos maresmórios.

Tanto na cultura popular brasileira quanto na literatura se naturaliza a imagem das origens da prática da pesca no território associada às comunidades indígenas. Essa é uma consideração que se vale de algumas adaptações às características do território e execução de técnicas e conhecimentos específicos de captura que foram preservadas (Holanda, 1945). De fato, essa participação comunitária no litoral e na beira dos rios era de fato imprescindível visto que desde os tempos mais antigos até os mais remotos territórios brasileiros da atualidade a base de subsistência de proteínas viável às camadas populares se dá sobretudo através das da caça e da pesca. Alimento também ao imaginário que atravessou diferentes contextos políticos ao longo dos séculos. Forjando além de elementos culturais, colaborações que solidificaram as próprias instituições de Estado.

No caso da introdução de técnicas de captura de pescado por portugueses, o modelo tinha como objetivo a ocupação e controle territorial abastecendo o projeto colonial. Há alguns indícios que permitem relacionar uma técnica semelhante presente em Portugal e na Índia até os dias atuais. Para se ter um exemplo, suas características comuns envolvem a presença de embarcações que possuem entre 8 e 12 metros de comprimento - que variam em seu modo de fabricação - usando redes imensas de fios de algodão que só garantem uma alta capacidade de captura de cardumes se for praticada por especialistas, envolvendo assim o desenvolvimento de comunidades inteiras. Essa técnica a qual me refiro, conhecida como arrasto de praia praticada em Itaipu, onde realizei minha pesquisa de campo, pode ser vista nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, desde Florianópolis à Arraial do Cabo.

Sem especificar, é possível considerar que no caso brasileiro sua origem remeta ao processo de aldeamento dos povos indígenas do litoral e formação dos núcleos habitacionais de integração comunitária, com subsequente introdução de negros que se especializaram, o que possibilitou certas adaptações através do convívio imposto pela dieta religiosa, onde o fenômeno da miscigenação e do sincretismo ganharam forma conjuntamente ao processo de surgimento de vilas e arraiais de pesca no litoral.

Ao considerar esses elementos, relacionando-os de forma crítica, à imagem típica do pescador, percebemos no imaginário popular, aquele homem simples, a vila, a pele morena, profundamente devoto de sua comunidade e igreja. Uma imagem construída pelo senso comum, e que é muito útil, atinge o cenário do debate público atual tornando já necessário um maior aprofundamento dos historiadores sobre o tema da história das comunidades de pesca e dos modos de vida dos pescadores e pescadoras no Brasil.

Em 2006 o biólogo Melquíades Pinto Paiva dedicou-se em seu discurso de posse como sócio honorário do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro a falar sobre o tema. Intitulado “O Estado e as pescas no Brasil: séculos XVI-XX”, o documento reforça a perspectiva de uma abordagem institucional sobre a prática de pesca no Brasil e o papel do Estado como ente fiscalizador e organizador do processo de industrialização da pesca. O documento que não apresenta nenhuma organização cronológica, é um rico compilado de normativas e leis de tributação. Ele aponta a continuidade das práticas do período colonial que tornam-se tendências no trato da pesca em território nacional como consta na passagem:

Os principais atos emanados do poder público, após a independência, referentes ao setor pesqueiro, tratam da subordinação ao Ministério da Marinha e regulamentação do dízimo incidente sobre o pescado, com pouca atenção a outros assuntos. Desde o começo do Império, ficou evidente a *tendência* da centralização da competência dos assuntos relacionados com as pescarias, pela imposição da legislação de abrangência nacional. (Paiva, 2006, p. 121).

É perceptível a orientação da tendência de nacionalização da pesca e a construção das categorias de Estado (Resende, 2014, p. 43-67). Como diz o trecho, tornou-se funcional por uma lógica de aplicação retroativa, capaz de mover elementos de busca da nação, através do controle institucional e de jure do território, reproduzindo a ideologia industrial para o qual a pesca era objeto. Evidenciada pela série de leis e decretos estabelecidos pelo Império do Brasil e a República Brasileira. O que Pinto Paiva descreve como nacionalização da pesca é também um potencial indício para reflexões ulteriores. Visto que o autor reafirma que tais práticas caíam na morosidade, sem condições reais de serem aplicadas pelo poder público. Acompanhando atos ineficazes, transferência de gestão entre órgãos, instável e transitória. Mas porquê? Essa resposta vem através do próprio autor. Arriscando sobre o presente e o futuro das pescas

no Brasil, ele reconhece que esta omissão recai sobre as condições de vida das comunidades de pesca artesanal, que só ao final são citadas em seu texto⁵.

Creio que compete a essa investigação familiarizar o leitor melhor com as tendências que dizem respeito a imagens públicas da pesca que foram produzidas ao longo da história do Brasil. Na medida em que ao meu ver elas naturalizaram interpretações que hoje podem dificultar o trabalho do historiador profissional. Como foi possível verificar, a primeira tendência está associada à delimitação da pesca como objeto de atenção para definição de políticas de Estado de ordem técnica e econômica. Inicialmente associadas a questões de defesa do litoral e exploração de seus recursos produtivos. Isto se dá principalmente através de uma abordagem que coloca o aspecto artesanal da pesca como um momento de transição para essas comunidades, com o objetivo de implementar um padrão industrial. Este fenômeno da época, a nacionalização da pesca, torna desde então uma tendência que tem influência no sentido público da pesca artesanal no Brasil. Essa tendência ressoa nos propósitos das pesquisas acadêmicas, que surgem sob demanda a partir do interesse de ordem econômica produtiva, sanitária, ou em linhas gerais associada aos aspectos da regulação institucional da técnica e para fins do seu planejamento.

Uma segunda tendência vai em uma direção diferente, dando atenção à formação cultural dessas comunidades na busca de estabelecer as referências culturais e populares do Brasil. Essa tendência apresenta as comunidades de pesca segundo o prisma da busca pelo nacional-popular nos saberes tradicionais. Fruto do trabalho base eclesial, essa atenção dada às comunidades de pesca funda o Conselho Pastoral dos Pescadores em 1968. Atravessando uma série de questões sociais mais amplas relacionadas à busca da brasilidade e a formação da sociedade de classes, vinculada às influências da teologia da libertação e a teoria marxista. Essa tendência também é contextualizada e relevante ao seu próprio tempo com a consolidação da urbanização brasileira, em um momento de abertura de estradas litorâneas, que passam a ligar por exemplo o eixo metropolitano Rio-São Paulo. Algumas dessas comunidades e suas localidades são percebidas desde

⁵ Em meados de 2006 o reconhecimento público desse fato emergiu em seu próprio tempo, oportunamente um contexto no qual essas comunidades já estavam se organizando em associações locais e nacionais, reivindicando seus direitos de manutenção de seu modo de vida tradicional e de permanência em seus territórios.

então, convivendo em conflito com os aspectos da tradição e chegada da modernidade. A busca pelo sentido do nacional popular na realidade das comunidades de pesca torna-se um tema com capilaridade no contexto do debate sobre a cultura brasileira representando ao lado das comunidades que viviam no campo. No Cinema Novo, por exemplo, o filme “Barravento” de Glauber Rocha, lançado em 1962, traz a diáde modernidade e tradição como elemento essencial da busca por identidade do protagonista, um ex-pescador, que ao retornar à sua vila localizada em Itapuã, na Bahia, tenta impor noções da modernidade na brasilidade em desenvolvimento na época.

A terceira tendência consiste no momento de desenvolvimento de pesquisas realizadas no âmbito e dos programas de pós-graduação⁶ das universidades brasileiras a partir da década de 1970, e coincide com a difusão dos meios digitais de telecomunicação⁷.

A aproximação dos acadêmicos nesses territórios contribui com o surgimento de uma nova perspectiva sobre a pesca artesanal no Brasil, que contorna as tendências anteriores. Ela não está afastada das intenções estabelecidas pelos interesses para o controle e organização da capacidade produtiva do setor da pesca, e toma como ponto de partida as comunidades e seu conhecimento, para construir interpretações de pesquisa.

De um modo geral, as pesquisas realizadas por cientistas sociais e antropólogos no eixo Rio-São Paulo, orientadas tanto no Museu Nacional por Castro Faria, quanto na USP por Diegues, supriam necessidades do Estado e da própria academia, quanto ao aspecto de interação com essas comunidades, que sustentavam tanto as práticas institucionais para a nacionalização e industrialização da pesca artesanal quanto sustentava suas filiações teóricas e capacidade de abordagem. Esses trabalhos, da academia para a academia, realizados com fomento de programas estatais no contexto da capacitação para a industrialização das comunidades de pesca do litoral, deram forma

⁶ Onde estavam os historiadores? Também é nesse contexto que se dá o maior interesse dos historiadores por comunidades tradicionais, contudo direcionando sua atenção o debate sobre a escravidão no Brasil, no qual a busca pela memória dos núcleos remanescentes quilombolas dá origem trabalhos seminais de história oral

⁷ No âmbito midiático o tema ganha uma considerável relevância. Em músicas no rádio e na televisão, é reforçada uma visão quase pitoresca do convívio das tradições da pesca com a modernidade. Novelas que retratam essas comunidades de pesca entre as décadas de 1990 e início dos anos 2000, como Tropicaliente e Porto dos Milagres dão audiência romantizando ao modo de vida das comunidades de pesca.

a grupos de pesquisa universitários. Contudo se considerando as demandas dessas comunidades pouco foi proposto.

História Pública dos Mareatórios: por uma nova tendência:

É nas últimas três décadas que uma nova tendência ganha substrato em torno da defesa dos territórios de pesca. A partir desse movimento são representados os Mareatórios, um neologismo que se refere à dinâmica territorial das comunidades extrativistas costeiras, que existem no tempo das marés. Mais do que um novo conceito ou categoria em construção, é uma expressão viva e representativa dos saberes empregados para a manutenção da existência tradicional que implica em relações socioecológicas. Tomei conhecimento dessa expressão através de Jairo Augusto de Souza, uma das lideranças da comunidade de pescadores da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu - RESEXMAR, atualmente presidente da APPREILI, que colaborando com o desenvolvimento da pesquisa também me introduziu à história local através da sua história de vida.

Nascido em 1969, em um momento sensível para a história local de Itaipu, esse pescador viu de perto a transformação urbana perpetrada pela companhia imobiliária que, com o apoio da ditadura, transformou sua localidade com planos de privatizar a beira-mar expulsando as famílias de pescadores com o intuito de construir um mega-condomínio de luxo. Ao longo da sua infância, ele conta, viu a tradição das campanhas de pescaria de arrasto de praia ser ameaçada pela ausência do pescador e pela falta do pescado. Resultado das desigualdades socioambientais que se tornaram uma constante desde então. Por volta dos 18 anos de idade, ele participava das reuniões da primeira associação de pescadores em Itaipu, a Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu - ALPAPI, fundada em 1985. A associação comunitária emergia em um contexto público propício à participação das camadas populares na política, cujas demandas por representatividade encontravam lastro no processo de redemocratização a nível nacional. Nesse cenário, em Itaipu, assim como em outras comunidades, estavam em curso um processo de formação política dos representantes das comunidades, que reivindicavam uma noção de autodeterminação, inspirados na experiência pioneira de

unidade de conservação de uso sustentável concebida para os seringueiros no Acre, através do ativismo de Chico Mendes.

De todo modo, mobilizadas por objetivos comuns, comunidades de pescadores começaram a se reunir em torno de entidades aos moldes das representações sindicais a nível nacional, dando forma em 1990, ao primeiro Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE, assimilando uma identidade de classe, inspirada pela mobilização das camadas populares ao redor do Partido dos Trabalhadores. Implementada em Pirajubaé, no estado de Santa Catarina, no ano de 1992, a primeira RESEX-MAR do Brasil, abre um precedente que orienta a mobilização geral e a ação das comunidades de pescadores desde então. Mesmo que nesse contexto o termo maretório ainda não existisse, uma consideração diferente sobre seus territórios passava a ganhar forma no interior dos processos de formalização dessas UCs.

Essa mobilização em busca da autodeterminação desde meados dos anos 1980 e 1990 é protagonizada pelas próprias comunidades, atravessando as décadas seguintes sensível aos rearranjos institucionais, assimilando identidades e normativas estabelecidas pelo Estado brasileiro. É preciso esclarecer que a categoria artesanal é um resultante das políticas do Estado uma vez que essa perspectiva é institucionalizante dos saberes dessas comunidades. Nesse amplo contexto das intenções de modernização e industrialização de seus modos de vida classificados como “artesanais” e “tradicionais” essas comunidades passam a fazer uso desses termos para garantir direitos.

A ação dessas comunidades, em outras localidades se desdobra na criação de entidades de representação a exemplo do Fórum de Comunidades Tradicionais - FCT, que inclui remanescentes de quilombolas, pescadores caiçaras e indígenas da região de Angra, Paraty e Ubatuba, na Costa Verde sob um lema ativo: “Preservar e Resistir”. A nível nacional, desde 2009 o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP, vem trabalhando na articulação das demandas públicas dos pescadores, lançando em 2014 a “Campanha pelo Território Pesqueiro”. Um processo que culmina em outubro do mesmo ano, na sede da CNBB de Belém do Pará, na constituição da Confederação Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas - CONFREM. Uma entidade que estabelece em seu princípio fundador a

busca pela legitimidade de suas demandas no espaço público com o plano de ação pela “defesa do território”, onde se formaliza o uso da expressão “Maretórios”.

A expressão é hoje utilizada em diferentes áreas de saber na academia. E mesmo ganhando notoriedade encontram-se pouquíssimos trabalhos publicados especificamente sobre os maretórios, meia dezena de artigos publicados são encontrados em pesquisas na internet. No final do ano de 2023, quando foi lançado o livro “Terra: antologias afro-Indigenas”, os Maretórios se apresentam como um capítulo, e quem tem a fala é justamente um pescador, Carlinhos da Resex de Canavieiras. Em uma demonstração que o movimento tem força para se autodeterminar também intelectualmente, ele considera uma diversidade de questões que envolvem a realidade das comunidades de pesca artesanal no Brasil. Não escapa uma análise sobre um posicionamento firme para o momento atual dessas comunidades, que Carlinhos reconhece como construída historicamente de fora para dentro. Ele diz, quase como uma provocação aos historiadores públicos, com a intenção de indicar uma necessária mudança e o surgimento de uma nova tendência:

Há um grande debate levantado por nós, das comunidades tradicionais, sobre o objetivo da reserva extrativista. Na lei, esse objetivo está claro, mas os órgãos que cuidam das unidades de conservação são normalmente os órgãos ambientais, há uma forte tendência de priorizarem a questão ambiental e não necessariamente garantir sua equiparação com a proteção da cultura e do modo de vida. Há uma disputa conceitual entre preservação e conservação: o modelo pensado historicamente para a criação das unidades de conservação exclui as pessoas. A luta pela criação das Resex quer romper com esse modelo a partir das demandas das comunidades tradicionais. (Carlinhos da Resex de Canavieiras, 2023)⁸

Esse trecho por si já justifica a necessidade de uma história pública dos maretórios e das comunidades de pesca artesanal no Brasil. Algo ainda por ser construído.

Discussão: percursos de uma história pública dos maretórios participativa

Há nos maretórios um desafio lançado aos historiadores públicos. É um tema que sugere o uso da expressão ao lado das questões historiográficas do tempo presente.

⁸ Cf. Maretórios. in. Terra: antologias afro-indigenas. Orgs. Felipe Carnevali, Fernanda Regaldo, Paula Lobato, Renata Marquez, Wellington Cançado. São Paulo/Belo Horizonte: Ubu Editora/PISEGRAMA, 2023 - 301

O tempo em que o historiador profissional também habita, participa, se sensibiliza sobre ações e acontecimentos que dão sentido à história. E é na medida em que se participa, e investiga. Acredito, observando através das histórias de vida é possível compreender a tomada de consciência das comunidades do seu território como tempo-maré. Que na expressão de seus corpos coletivos, também é tempo de histórias. E é em meio a esse movimento que o historiador se coloca a pensar em suas relações, através das transformações que o envolvem em própria prática de pesquisa. Pois essa demanda que acompanha a formação dos maretórios, das histórias locais das comunidades de pesca no Brasil são evidência de regimes de historicidade (Hartog. 2015) e de experiências do tempo contemporâneo.

As mais recentes diretrizes de mitigação dos impactos globais ao meio ambiente espelham estratégias comunitárias de povos tradicionais. Mas mesmo assim, a relevância das demandas socioambientais só ganharam notoriedade com a ascensão do movimento ambientalista (Almeida & Gusmão, 2015). Revelando por trás dessas estratégias um quadro complexo de desigualdade epistêmica. O que acontece quando instituições públicas, privadas, órgãos locais, regionais, nacionais e internacionais de diferentes segmentos estão adotando uma postura de governança que valoriza cada vez mais práticas conservacionistas? Relatórios da ONU para a Alimentação e a Agricultura - FAO e do Fundo para Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e Caribe - FILAC⁹ de 2015, mencionam a importância desses territórios tradicionais coletivos como contraponto aos quadros atuais de propagação das desigualdades sociais e climáticas. Para se ter um exemplo, a Organização das Nações Unidas - ONU estabeleceu em 2020 as orientações para o início da Ocean Decade¹⁰. Um guarda-chuva para toda a sua Agenda 2030 de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS. É uma demanda que coloca as lideranças em posse de uma consciência de que os maretórios são muito mais do que uma provável pauta de ONGs que buscam instrumentalizar seus modos de vida em suas ações orientada pelo padrão Environmental, Social, Governance - ESG. São muito mais do que um novo pólo de

⁹ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/123183-novo-relat%C3%B3rio-da-onu%C2%A0povos-ind%C3%ADgenas-e-comunidades-tradicionais-s%C3%A3o-os-melhores-guardi%C3%B5es>

¹⁰ Disponível em: <https://oceandecade.org/pt/>

exploração mercado financeiro interessado em especular sobre boas práticas e ações compensatórias às emissões de carbono na atmosfera.

Fruto de um debate que envolve diretamente o potencial da prática de história pública no Brasil, a Lei 14.038 de 17 de agosto de 2020 recoloca o historiador na sociedade como um profissional regulamentado. Essa posição assumida pelos historiadores profissionais com os temas socialmente vivos vêm se desdobrando. Em maio de 2023 o curso “História Oral: produção, difusão de temas socialmente vivos”, oferecido pela Associação Brasileira de História Oral - Regional Sudeste, foi caracterizado, em suma, por questões quanto ao lugar do historiador profissional na sociedade atual. Num entre-tempo, em agosto do mesmo ano, o Governo Federal através do Ministério da Pesca e Aquicultura lança o inédito Programa Povos da Pesca Artesanal¹¹. Um programa sem paralelo na história, que compreende diferentes linhas de ação, promovendo a colaboração entre ministérios e entidades de pesquisa com as demandas das comunidades de pescadores indígenas e quilombolas.

Essa linha participativa encontra-se tão presente e experimental quanto nunca, e permite um alto nível de teorização na mesma medida. Torna possível a compreensão de que o historiador é capaz de produzir uma tecnologia social enquanto investiga, examina, e quer compreender e explicar os motivos públicos que movem e se manifestam entre os cidadãos. E através da sua prática também quer compreender como se formam os discursos históricos, quer realizar um diagnóstico. Evidenciar uma presença no tempo da narrativa. Usa as ferramentas de linguagem, e para isso investiga o curso de um texto, da oralidade, de uma imagem, de um gesto. Nesse sentido, através da prática historiadora e da teorização desse lugar como autor-autoridade que participa, se reforça a atitude científica de investigação e se evidencia os sentidos do tempo humano no texto historiográfico.

Como se pode perceber desde “Que história pública queremos?”(Mauad; Santhiago; Borges, 2018), realçou a visão dos temas possíveis ao campo de atuação do historiador público como multiplicidade, como um fazer plural. Trazendo reflexões da

¹¹ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/governo-lanca-programa-povos-da-pesca-artesanal>

Rede Brasileira de História Pública, o livro-manifesto, destaca a presença de um novo lugar aos historiadores:

Por estas razões, *a história pública que queremos* não se pensa como um campo disciplinar para erguer novos limites; longe disso propõe-se como uma plataforma de onde se observam a confluência de atitudes em face ao tempo e às temporalidades históricas, disseminadas por diferentes instituições, por meio de temas diversos, combativos e difusos, potencializada pela diversidade cultural do nosso país de dimensões continentais. (Mauad, Santhiago, Borges, 2018, p. 11).

Através da amplitude desses recursos fornecidos pela história pública que pude adentrar à pesquisa de campo reconhecendo também o meu lugar como historiador, em uma atitude de redescoberta na pescaria, a cada entrevista de história oral realizada, adentrando aos sentidos do tempo histórico da comunidade, do próprio lugar onde cresci, em Itaipu.

Atento a esse fio de memória proporcionado pelo pescador, pude acessar no cotidiano e em suas lembranças como eram feitas as pescarias e como era a vida dos pescadores do Arrasto. Ouvia Robinho dizer, olhando pra mim “hoje não tem mais a Tainha e não tem mais o pescador para a Tainha”, gozadamente insinuava uma piada, “hoje qualquer um vem aqui, entra numa canoa dessa e rema. Qualquer um não! Pode ser um aprendiz!”. Dizendo com isso que eu mesmo poderia vir a ser ali um aprendiz de pescador, compartilhando da sua autoridade comigo (Frisch, 1990). A escuta é exercício cotidiano, é uma forma de ver a oralidade como texto, capaz de acessar a história da comunidade, um elemento que representa para a sua vida uma história. Revela sobretudo o seu lugar no mundo, e seu modo de lembrar como mestre de arrasto, tal como faziam os mestres de Itaipu que habitam a memória, e fazem parte do passado dos pescadores.

Através do trabalho do historiador essa memória torna-se acessível no sentido do texto historiográfico. Essa intertextualidade da memória é fundamentalmente co-habitada tanto pelo indivíduo, quanto pela comunidade, pois se dissolve no tempo como comunidade de sentidos (Meihy, 1997) que neste ato de representar seu passado e dizê-lo por si-mesma, leva o historiador a assumir a perspectiva de que:

[...] o estatuto da objetividade científica é redefinido através da produção de uma autoridade compartilhada entre sujeito e objeto do conhecimento, que dividem e vivenciam a mesma condição de sujeitos da experiência histórica. O que de fato se propõe, nessa perspectiva de estudo, é que o historiador se alie à prática social na

produção de um conhecimento compartilhado e reconhecido como válido pelos sujeitos históricos. (Mauad & Dumas, 2011, p. 89)

Esse sentido, ou essa dimensão pública, do trabalho realizado através da oralidade deve ser encontrada em comunhão com a comunidade (Rovai & Kobelinski, 2024). Ao seu modo, cada comunidade conduz suas relações com o passado e com o presente de seus temas sensíveis. É dessa dimensão pública dos maretórios, isto é, de suas questões socialmente vivas, que se lança ao historiador profissional um desafio que não é resolvido por um texto ou narrativa sobre os acontecimentos, mas talvez já exija a produção de um conhecimento sensível que implica em compromissos assumidos com o público, por meio de debates e processos de reconhecimento (Rabelo, 2018, p. 102). Quer seja na produção de projetos acadêmicos de acervo que sejam potencialmente úteis e catalisadores para essas e outras comunidades, quer seja através da ação local das próprias comunidades em relação às suas demandas públicas, está explícito um dever ético e profissional que envolve a participação dos historiadores na contemporaneidade. Não vejo outra forma do historiador pertencer ao espaço público se não na medida em que contribui com a construção da cidadania e fortalece a democracia. É esse princípio ético que reaproxima a história da sua tarefa norteadora, da ordem da prática. Uma ética e uma prática potencial, que encontra orientações comunitárias, que toca em temas socialmente vivos, que explicita com o dever um ato de reconhecimento do próprio lugar dos historiadores no tempo público, que instiga a produzir metodologias, e que quer na investigação compreender o papel dos maretórios em uma realidade global de transformação de paradigmas históricos e climáticos.

Parcerias e resultados

Em 2023, como resultado da pesquisa¹² desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social Contemporânea da UFF, fui provocado a pensar a pesca em Itaipu através de imagens. Reforçando que as imagens foram produzidas através da minha percepção participativa da pesca artesanal de arrasto de praia realizada em Itaipu. Como resultado as imagens foram incluídas na curadoria em parceria com o

¹² A dissertação “Aqui é Itaipu!? Pescadores artesanais e os sentidos da expansão urbana da cidade de Niterói - História pública e incertezas” foi defendida em Julho de 2023.

selo da produtora cultural Julia Botafogo, a Arte Pública Cerâmicas, transformando a pesquisa em parte de uma exposição permanente que hoje está nas paredes dos antigos barracões dos pescadores, no caminho entre as vielas que contornam a beira da praia de Itaipu. Com base na pesquisa as imagens foram produzidas, ganharam a sua dimensão pública. Esse processo se deu com uma seleção de fotos autorais realizadas na praia em fevereiro de 2023, com as quais criei uma página de divulgação no instagram: o @inventariogestualidadesdapesca. A página contribuiu para a arrecadação de doações de valores suficientes para a formalização institucional da APPREILI.

Nesse sentido, a produção das imagens fundamentam reflexões históricas que são cotejadas na participação com fenômenos da comunidade, que expressam sua dimensão socialmente viva. São gestos! No gesto a relação tempo e narrativa coloca em evidência a estética de uma ação na configuração do tempo histórico vivido como sentido (Ricoeur, 2007, p. 162). Essa perspectiva ao meu ver respalda o trabalho de exame e produção das fontes pelo historiador público profissional. Este é um exemplo da superação da historiografia convencional por uma perspectiva de revolução documental em curso, que gera novas relações entre os historiadores e as suas fontes, como reforçam Ana Maria Mauad e Fernando Dumas em Introdução à História Pública (Almeida & Rovai, 2011). Uma abordagem em que resultados de pesquisa se desdobram, criando um escopo científico da história interessada na produção de conhecimento que a sociedade como um todo possa se apropriar.

Entre ao longo do ano de 2023, através de uma parceria construída com a ONG de direitos humanos Witness Brasil e com seu programa de acervos foi identificada a necessidade de construção de um acervo audiovisual para essas comunidades de pesca.

Essa parceria deu ensejo para a criação de um Acervo Audiovisual dos Marelórios. Projeto que atualmente é fomentado pelo edital de Pesquisa Memória e Preservação Audiovisual da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro - SECEC/RJ, através da Lei Paulo Gustavo do Ministério da Cultura - Minc. O projeto que em diversos aspectos é inédito está em plena fase de execução e tem como objetivo a criação de estratégias de preservação da memória e dos saberes dessas comunidades; a catalogação e descrição do acervo com a participação ativa das comunidades; criação de um repositório e catálogo através do uso do Tainacan; a

mobilização das comunidades na coleta de registros e a comunicação e divulgação acessível para o público em geral.

O Acervo Audiovisual dos Maretórios, tem como objetivo estabelecer vínculos entre as demandas das comunidades com políticas de reconhecimento e patrimonialização capazes de garantir direitos de permanência em seus territórios. Para isso, será utilizado como base de coleta o Inventário Nacional de Referências Culturais (IPHAN, 2020), como instrumento de identificação de bens imateriais nos registros audiovisuais e outras fontes coletadas. Através dessa linha de abordagem, diálogos com a história pública, entre a academia, ativistas e comunidades se mostram possíveis:

Assim, podemos afirmar que é estabelecido um diálogo com a história pública quando o uso do passado – ou de sua narrativa – torna-se útil para o presente e no desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao patrimônio material e imaterial (Almeida; Rovai, 2013). (Magalhães *et al*, 2024, 50)

Creio que os aspectos envolvidos no trabalho do historiador com os recursos oferecidos pela a história pública atualmente conduzem a criação de novas possibilidades de diálogos que já estão em curso. Importa sim a preservação dos saberes dos maretórios se isso significar criar parcerias e vislumbrar a pertinência dos resultados das pesquisas para que elas se tornem socialmente vivas. Deste modo, me parece justo afirmar que o historiador estará demonstrando sua capacidade profissional através da criação de uma tecnologia social inovadora e acessível na mesma medida em que ela será potencialmente disruptiva.

Considerações Finais

Ao longo do artigo se assume a perspectiva da prática científica da história pública. Uma perspectiva que usualmente faz os demais campos da história e as outras ciências acusarem que essa é de certa forma atitude paternalista¹³. A resposta a essa pergunta coloca o historiador consciente de sua atitude profissional, reconhecendo o seu lugar entre as ciências. É uma resposta em um momento de crise. É também uma

¹³ Ouvi a expressão “paternalista” na 5ª Conferência Nacional da SBPC realizada na UFF em 2024 ao questionar qual o papel das ciências diante da realidade das comunidades de pesca em um painel que discute Inovação pelo Oceano. A reação veio junto com a constatação do permanente distanciamento da academia.

resposta para a superação do relativismo histórico. É uma resposta à tendência de se isolar a academia do mundo.

É na mesma medida uma tarefa pioneira, por encarar um tema que até o momento trouxe pouco interesse aos historiadores. Colocando em evidência o mar por considerar a relevância da sua dimensão de interesse público e histórico. Por ser reveladora das contradições e desigualdades por trás do sentido de discursos históricos dominantes. Traz a dimensão dos locais, a narrativa das comunidades de pesca por quem quer acessar o fluxo cotidiano dos maretórios. Aí se justifica o interesse científico de documentação, que é atributo do historiador profissional. Não é uma história que se pretende única. É necessariamente plural, porém isso não significa que seja relativista. Compreende o passado à medida que o presente lhe propõe questões. Coloca-se ao dever da explicação, e menos no papel de autoridade.

O texto historiográfico permanece a legítima preocupação do historiador. E agora? Como começar a escrever essas histórias públicas dos maretórios? Essa é uma questão que deixo ressoar não mais apenas em minha cabeça. E não há porque aqui lançar agora além dessas questões nenhum outro tipo de consideração. A tarefa científica do historiador público profissional tem um crivo espontâneo, é uma abertura ao passado. Desdobram recursos práticos e teóricos para a construção da narrativa histórica. E por essa razão são recursos para a manutenção do exercício científico da historiografia contemporânea. Possibilitando acesso a um tema antes negligenciado pelos historiadores em um contexto tão importante e propício como a Ocean Decade da ONU e o Programa Povos da Pesca do Governo Federal.

Finalmente, essa investigação quer ser lida apenas como um exemplo de percurso que reintroduz a ciência da história no campo da experiência. E por fim, também sugere ao leitor paciência para colocar esse texto historiográfico em contato com o seu mundo da vida. Com total liberdade de avaliar proposições aqui formuladas, considerando-as aplicáveis onde elas alcançam bons resultados, e sugerindo também em que medida precisa se aprimorar.

Referências Bibliográficas

- BARTH. Fredrik. *O guro, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria. 2000.
- CANAVIEIRAS. Carlinhos da Resex. *Maretórios*. in: Terra: antologias afro-indígenas. Orgs. Felipe Carnevalli, Fernanda Regaldo, Paula Lobato, Renata Marquez, Wellington Cançado. São Paulo/Belo Horizonte: Ubu Editora/PISEGRAMA, 2023 - 301
- FRISCH. Michael. *Essays on the craft and meaning of oral and public history*. New York: State University of New York Press. 1990.
- LUKIANOW, Malgorzata; WELLS, Chloe. Territorial phantom pains: third-generation postmemories of territorial changes. in: *Memory Studies Journal*, vol. 17(2), 2024. 177-192
- MAGALHÃES et al. *História Pública e Patrimônio - a festa do marolo e o compartilhar de saberes de produtores rurais em paraguaçu, Minas Gerais*. in: *História Pública - Para quem, para quê, como e com quem?* Guarapuava: Editora Unicentro, 2024
- MAUAD. Ana. M; DUMAS. Fernando. *Fontes orais e visuais na pesquisa histórica*. In: *Introdução à História Pública*. Org. Juniele Rabelo de Almeida, Marta Gouveia de Oliveira Rovai. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 81-96.
- MAUAD. Ana; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane, T. *Que história pública queremos? What public history do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- MEIHY. José. C. S. B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 9.
- PAIVA. Melquidades. P. *Discurso de posse: o Estado e as pescas no Brasil - séculos XVI-XX* In: RHIGB, Rio de Janeiro, a. 167. n. 431, pp. 07-302, abr./jun. 2006.
- RABELO, Juniele. *O que a história oral ensina à história pública?* in: *Que história pública queremos*. Org. Ana Maria Mauad, Ricardo Santhiago, Viviane Trindade Borges. São Paulo: Letra e Voz. 2019, p. 101-11.
- RABELO, Juniele.; ROVAI, Marta. G. O. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- RABELO, Juniele.; DA MATTA, João. *Corpo-História e resistências libertárias*. São Paulo: Letra e Voz, 2019.
- RABELO. Juniele.; GUSMÃO, Cainã. *O movimento ambientalista*. In: *História Pública e movimento sociais: narrativas públicas*. (Org) Juniele Rabelo de Almeida. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 135-64
- RESENDE. Alberto, T. *A origem da institucionalidade da pesca artesanal*. in: *Pesca Artesanal e produção do espaço - desafios da reflexão geográfica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- RICOEUR. Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et.al] Campinas: Editora da Unicamp. 2007. p. 162-70
- ROVAI. Marta. G. O; KOBELISKI. Michel (Orgs). *História Pública - Para quem, para quê, como e com quem?* Guarapuava: Editora Unicentro, 2024.
- SILVA. Cátia. A. *Política pública e território - passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil*. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- _____. *Elementos epistemológicos e metodológicos para uma geografia das existências*. In: *Pesca Artesanal e produção do espaço - desafios da reflexão geográfica*. Orgs. Catia Antonia da Silva. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

Fontes orais:

Robson Dutra Santos. Entrevista do Acervo Pescadores de Itaipu LABHOI/UFF. 2018

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5uLd0HnMSyA>



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 06/03/2024
Aprovado em: 22/05/2024

Entre *lives* e dossiês: o uso das redes sociais digitais por revistas acadêmicas de História

Raquel SILVEIRA MARTINS¹

Resumo: Este artigo foca nas revistas acadêmicas de História e procura entender como a pandemia de COVID-19, entre 2020 e 2021, estimulou a presença desses periódicos nas redes sociais digitais. Para isso, foram analisadas as redes de revistas classificadas como A1 pelo sistema Qualis Capes na área de História. O objetivo não é apenas apresentar dados quantitativos, mas explorar as formas de uso das redes por essas revistas, considerando postagens, comentários e links como fontes de análise histórica. O que se evidencia é que as revistas têm aproveitado o potencial das redes sociais para divulgar suas publicações e criar novas formas de diálogo e discussão com a comunidade de leitores e autores. O contexto da pandemia intensificou essa produção, graças a ferramentas como transmissões ao vivo, maior tempo de interação nas redes e a oportunidade de alcançar um público geograficamente distante, mas interessado. Além disso, destaca-se que a presença das revistas nas redes sociais digitais desenvolve novas formas de comunicação, ampliando o alcance entre leitores e pessoas interessadas nas pesquisas acadêmicas de História.

Palavras-chave: Redes sociais digitais; Pandemia COVID-19; Publicações acadêmicas.

¹ Doutoranda em História e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto. Graduada em História pela mesma universidade. UFOP. Ouro Preto. MG. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5250-7645> E-mail: raquel.silveira@aluno.ufop.edu.br

Between lives and dossiers: the use of digital social networks by academic History journals

Abstract: This article focuses on academic History journals and aims to understand how the COVID-19 pandemic, between 2020 and 2021, boosted the presence of these periodicals on digital social networks. To achieve this, the networks of journals classified as A1 by the Qualis Capes system in the field of History were analyzed. The goal is not just to present quantitative data, but to explore how these journals use social networks, considering posts, comments, and links as historical sources. It is shown that journals have been leveraging the potential of social networks to promote their publications and create new forms of dialogue and discussion with the community of readers and authors. The pandemic context has intensified this production through the use of tools like live streaming, increased time and engagement on social networks, as well as the opportunity to reach an interested but geographically distant audience. Furthermore, it is emphasized that the presence of journals on digital social networks develops new forms of communication, expanding the reach of readers and those interested in academic History research.

Keywords: Digital social networks; COVID-19 pandemic; Academic publications

Introdução: separados, mas não isolados

O que está acontecendo em 2020? Quem pode nos explicar? Quem poderia indicar o que nos espera nos próximos meses? O que foi mesmo que nos aconteceu nos últimos dias? (Sá *et al.*, 2020, p.9)

Em 18 de setembro de 2020, as perguntas da historiadora Dominichi Miranda de Sá publicadas inicialmente online entrelaçavam a perplexidade diante de uma sucessão de acontecimentos em um ano que chocou as perspectivas de presente, passado e futuro, atropelou meses e suscitou um interminável encadeamento de dias iguais. O alerta recebido de uma nova pneumonia em Wuhan (China) pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em dezembro de 2019 em dois meses se caracterizou como uma nova pandemia. Em janeiro daquele ano, as autoridades chinesas já haviam confirmado que se tratava de um novo tipo de coronavírus.

Naquele março de 2020 a maioria dos brasileiros desconhecia o conceito de pandemia, afinal a última vez que a OMS havia usado esse termo fora em 2009 quando da pandemia da gripe H1N1. No entanto, logo essa palavra junto a conceitos como *lockdown*, isolamento e variante se tornaram rapidamente comuns, como relembra Dominichi de Sá sobre aquele primeiro semestre de 2020:

Houve uma corrida aos mercados em diversos países, para estocamento de alimentos, pois imperativos como “achatamento da curva epidemiológica”, com vistas à preparação dos sistemas de saúde para o recebimento gradativo de pacientes graves, “isolamento social”, “distanciamento social”, “quarentena” e “lockdown” ganharam as páginas de veículos diversos de informação. Também se tornaram decretos governamentais e esvaziaram as ruas do planeta. Estima-se que em torno de 3 bilhões de pessoas tenham entrado em quarentena no mundo nos primeiros meses da doença. (Sá *et al.*, 2020, p.11)

As medidas sanitárias de mitigação da crise incluíam cuidados de higiene pessoal – lavagem das mãos com sabão, higienização com álcool em gel e uso de máscaras – e principalmente, de forma coletiva, controle de aglomerações e distanciamento o que levou a medidas de quarentena e *lockdown*. Escolas e universidades foram fechadas, eventos e festas populares cancelados, toda sorte de encontro que incluísse o contato de mais pessoas foi quase instantaneamente evaporado.

O termo “isolamento” que antes designava uma orientação médica para pacientes doentes acabou sendo várias vezes replicada como “isolamento social” indistinguível

entre doentes e não-doentes. Acabou, por fim, a caracterizar o modo de vida naqueles tempos pandêmicos. No entanto, recordando o envio do primeiro email em 1971 que inaugurou o uso da @, Trazíbulo Henrique (2020) assinala que o isolamento era físico e não social, ao contrário, pois atitudes de viés social e/ou profissional “promoveram um grande espalhamento social, aqui na acepção de difusão social, irradiação social e alastramento social.” (Henrique, 2020, p.6)

A autorização para consultas em telemedicina; as recomendações de que as crianças participassem de interações com familiares através do uso de tecnologia (Alvarenga *et al.*, 2020) ou ainda um cortejo com a imagem do Senhor do Bonfim em Salvador/BA demonstravam que socialmente as pessoas não estavam isoladas, pois se conectavam de inúmeras formas criadas dentro da nova dinâmica. Dessa forma, tal qual o e-mail enviado a distância, a internet se descortinava como possibilidade potente de conexão.

Uma vez que universidades estavam fechadas, o trabalho, encontros e debates em ambientes acadêmicos também foram prejudicados. Entretanto, a comunidade acadêmica também não esteve isolada. Atividades diversas foram engendrados em meio ao medo da infecção, falta de financiamento e o desenvolvimento de habilidades nunca antes exigidas. Nesse contexto, os historiadores acadêmicos também se reinventaram e o presente artigo busca lançar luzes sobre a presença das revistas acadêmicas de História no ambiente das redes sociais digitais para a aproximação e ampliação de um público leitor-autor e na construção de novos objetos de debate da pesquisa histórica.

Pereira, Marques e Ramalho (2022) acrescentam que diversas iniciativas que nasceram na comunidade acadêmica apartada pelas medidas de isolamento social físico pretendiam manter uma sensação de comunidade entre determinados grupos que haviam perdido a convivência dentro do ambiente universitário. Dentre essas muitas – pra não generalizar em todas – usavam os serviços de plataformas digitais e redes sociais.

As redes sociais digitais são novas formas de ser “social” com impactos diferentes na sociedade contemporânea a partir das limitações e possibilidades oferecidas no ciberespaço. Desse modo, as conversações, interações e outras formas de sociabilidade são constantemente modificadas, adaptadas, utilizando as possibilidades e características das ferramentas digitais. (Recuerdo, 2012)

Várias instituições oficiais também passaram a criar e interagir no ambiente das redes sociais digitais. Em algum momento durante a primeira década do século XXI, esses espaços passaram a ser usados tanto de forma privada quanto de forma profissional e institucional. Ao criar um perfil em uma rede social digital e manter ativos os canais de interação com outros usuários/perfis, esses “perfis oficiais” também se apresentam à sua comunidade num espaço de cena pública, além de buscar impulsioná-la.

Tendo em vista que várias revistas acadêmicas de História com públicos leitor e autor bastante específicos também aderiram a essas plataformas busca-se aqui compreender as estratégias para manter essa comunidade em conexão num período de isolamento físico originaram iniciativas importantes nas redes sociais digitais. Na esteira desse pensamento compreende-se que as revistas acadêmicas formam laços sociais e acadêmicos tanto entre os envolvidos com a construção da publicação quanto entre os autores-leitores, como é bem discutido no trabalho de Wagner Geminiano dos Santos (2018). Nesse sentido, vale destacar que antes do contexto pandêmico já havia inserção de iniciativas de história pública digital pelas revistas, no entanto o contexto evidentemente impulsiona esse movimento, tornando-o mais diverso.

Recorte Metodológico: revistas de História ontem e hoje

De modo a compreender essas iniciativas dois marcadores foram essenciais: recorte temporal e a delimitação das revistas a serem pesquisadas. Assim, considerando que grande parte da historiografia profissional no Brasil está ligada às universidades, o período em que essas ficaram fechadas devido à crise da COVID-19 foi o marco principal: março de 2020 a dezembro de 2021, respectivamente quando as universidades foram fechadas e quando as aulas retornaram totalmente presenciais.

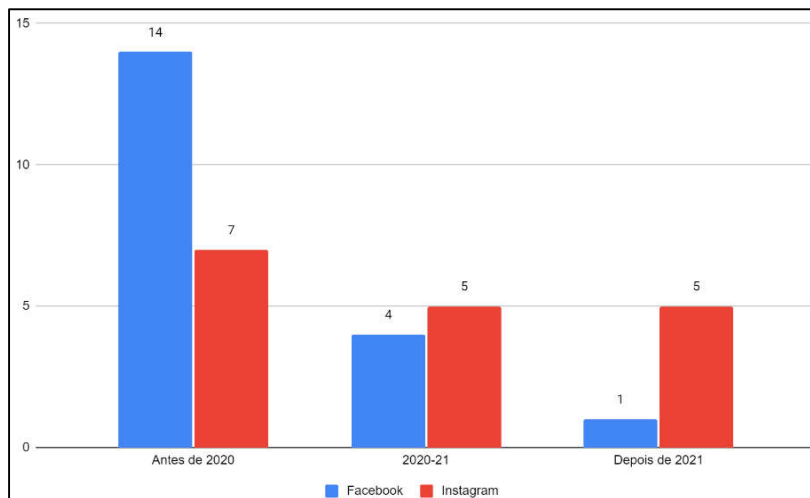
São inúmeras as revistas acadêmicas da área de História, usou-se um marcador reconhecido pela comunidade: o sistema Qualis de classificação de periódicos da Capes. No sistema online Sucupira são arrolados 361 registros de periódicos classificados como

A1 no quadriênio 2017-2020 para a área de História. Desses 36 são de revistas brasileiras que tratam especificamente de estudos na área².

A partir da enumeração dessas revistas buscou-se a presença delas em duas redes sociais – *Facebook* e o *Instagram* –. Ao todo foram encontrados 36 perfis, sendo 19 páginas no *Facebook* e 17 perfis no *Instagram*. Considerando como ativas as contas que receberam postagens depois de julho de 2023, – apenas – 10 páginas estão ativas no *Facebook* e 14 perfis no *Instagram*.

Tendo em vista a data de criação desses perfis/páginas é possível afirmar que ocupar as redes sociais digitais para congregiar leitores e autores é um movimento antes da pandemia em consonância com a recomendação da Scielo de que fosse feita a divulgação dos periódicos “nas redes sociais mais pertinentes, utilizando o Twitter, o *Facebook* e/ou outros sistemas.” (Scielo, 2014, p.20) Observa-se assim que os perfis foram construídos em momentos bem diferentes, como pode ser analisado a partir dos dados do Gráfico 1:

Gráfico 1: Época de entrada



Fonte: Elaborado pela autora

² Muitos periódicos arrolados inicialmente ligando-se a estudos específicos da Geografia, Artes Cênicas e outros. Aqui foram analisados aqueles vinculados aos estudos historiográficos ou junto a áreas como Educação e Sociologia.

Percebe-se que os anos pandêmicos foram aqueles em que as revistas modificaram a adesão a uma ou outra rede e inverte-se a criação de novos perfis: antes no *Facebook*, depois no *Instagram*. Essa é uma tendência dos internautas brasileiros, como constataram Silva e Cordeiro (2020), ressaltando a ampliação do uso do *Instagram* no período. Observa-se ainda que algumas revistas abandonaram suas páginas no *Facebook*, mantendo atualizado apenas no *Instagram* ou outras redes.

É o caso, por exemplo, da Revista de História da USP que tem o maior número de seguidores nas duas redes e cuja página no *Facebook* criada em 2012 está abandonada desde setembro de 2020. Assim podemos afirmar que as revistas estão nas redes sociais digitais há tempo considerável a maioria antes da pandemia. E mais, nesse período novos produtos vinculados ao trabalho desenvolvido pelo periódico buscando ampliação de sua comunidade foram constantemente sendo construídos e renovados.

Essa afirmação fica mais clara quando analisamos os diversos perfis da Revista de História da USP³. A escolha da equipe editorial por estender as discussões através das redes sociais digitais é apresentada como uma das ações pela comemoração dos 70 anos de fundação da revista em 2020. Em vídeo da época no canal oficial no YouTube (@RevistadeHistoriaUSP), o então editor prof. Dr. Júlio Pimentel Pinto esclarece que a revista abria novas frentes de diálogo com os leitores através de canais em que a comunicação seria mais ágil e também permitiria novos formatos de texto mais contemporâneos, tais como o próprio canal no *YouTube*, podcast e um blog.

Dialogar é a palavra que está por trás dessas iniciativas novas da revista de História nos seus 70 anos. É dialogar, conversar...é abrir espaço para quem gosta de História, pra quem se interessa por história, pra quem quer conhecer mais. Frequentem, por favor, esses novos espaços. Vai ter coisa bacana aparecendo toda hora pra que a gente mantenha esse lugar, esse espaço, esse canal de diálogo. (Revista de História USP, 2020)

No vídeo curto sem grandes esquemas de cenário ou roteiro, ficam claros os objetivos da revista em investir nas redes sociais digitais. Primeiramente, há a intenção de ocupar esse espaço digital como forma de apresentar textos menos complexos que os

³ Embora aqui tenha-se tomado como exemplo a Revista de História da USP, vale ressaltar que a presença nas redes sociais digitais é uma tendência entre os periódicos.

densos artigos escritos por e para especialistas em História e que por causa da dinâmica da revista nem sempre acompanham as discussões contemporâneas no país.

A palavra-chave para entender a posição da equipe editorial é sem dúvida: diálogo, repetida algumas vezes pelo editor. Não seria ousado afirmar que a proposta com as redes sociais é alcançar um público mais amplo e menos especializado. Abrir assim espaço de escuta *e fala* para quem se interessa por História e quem a produz na academia.

Provavelmente o vídeo da Revista de História da USP foi produzido bem próximo temporalmente da publicação de Bruno Carvalho e Ana Paula Teixeira (2019) sobre divulgação histórica. Já no início da obra os organizadores afirmam que são poucos os historiadores que se dedicam a divulgar o próprio trabalho para o grande público. Aqueles que o fazem não tinham uma grande audiência. Afirmação mais que reafirmada ao observar o número de seguidores das revistas analisadas que no *Facebook* giram em torno de 5 mil enquanto no *Instagram* quando muito chega ao número de dois mil, com exceção da Revista de História da USP.

Entretanto, nem sempre foi assim, no século XIX a presença de historiadores em instituições de imprensa – veículos que atingiam um público maior – era largamente difundida através da escrita de uma gama diversa de documentos desde obituários à documentação de viagens que poderiam posteriormente ser lançados em formato de livro. É daquele século também práticas que podem ser hoje consideradas de divulgação histórica como os conhecidos concursos sobre História do Brasil do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e outros escritos. (Carvalho; Teixeira, 2019)

Carvalho (2021) assinala que apesar de existir o termo divulgação científica, o mais comum na época era o uso da expressão “vulgarização científica” que seria difundir os conhecimentos científicos para a sociedade que surgia depois da segunda revolução industrial concentrada em cidades e informada pelos meios de comunicação de massa. Vergara (2008) esclarece que o termo “vulgarização científica” usado no século XIX foi no decorrer do tempo caindo em desuso, sendo gradativamente substituído por “divulgação científica” e, por fim, considerado de forma pejorativa.

No que tange ao contexto brasileiro a vulgarização científica vai ganhar novo e importante salto com o processo de modernização do mercado editorial em especial com a fundação da Companhia Editora Nacional, em 1925. A editora investiu na produção de

coleções, muitas delas voltadas ao conhecimento histórico, bem como lançou sob o selo “Brasileira” importantes obras da historiografia brasileira escritas por Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, por exemplo. (Carvalho; Teixeira, 2019)

“A ‘revolução’ editorial da companhia Editora Nacional, foi fundamental para conectar os historiadores e a sua produção com o público-leitor da primeira metade do século XX.” (Carvalho; Teixeira, 2019, p.11). Somados a novas formas de gerir e produzir livros, – como a qualidade de ilustrações, do papel e novas formas logísticas que impactaram na circulação de livros no Brasil – os negócios editoriais só se expandiram durante o século XX, embora com a presença ocasional de historiadores como constatarem Carvalho e Teixeira (2019) e Perli (2021).

As iniciativas editoriais voltadas a divulgação de História que emergem no século XXI tem outro caráter, inúmeras estão na verdade associadas a nichos editoriais comerciais. Nas reflexões de Jurandir Malerba (2014), as diversas revistas de divulgação histórica surgidas no início da década de 2000 chamaram a atenção de “editores, publicitários e homens de mídia em geral [que] descobriram que o passado pode representar bons negócios.” (Malerba, 2014, p. 29). São projetos que objetivavam lucrar com edições em larga escala e qualidade científica no mínimo duvidosa.

Em estudos sobre revistas de divulgação histórica de ampla circulação, Fernando Perli (2021; 2017) distingue dois tipos dessas publicações ligadas a projetos editoriais bastante distintos:

Algumas, dentre as mais antigas, se projetaram no segmento de revistas com temáticas de história, tendo o suporte de editoras e de grupos econômicos interessados no negócio. Suas composições, em grande parte, resultam do envolvimento de editores jornalistas e colaboradores com formação em comunicação social e história, dispensam conselhos editoriais ou científicos e objetivam a publicação do que se convencionou denominar “reportagens de história” articuladas com ilustrações diversas. Outras, idealizadas a partir de demandas que surgiram do ambiente acadêmico para divulgar a história para públicos mais amplos, contaram com o engajamento de editores e colaboradores da história e de outras áreas de conhecimento, tendo em suas estruturas de produção conselhos editoriais e consultivos compostos por especialistas, publicando artigos e imagens de fontes. (Perli, 2017, p.3)

Embora nitidamente um dos segmentos estivesse ancorado em pretensões comerciais, ambos os projetos que tem nas revistas *Aventuras na História* (2003- atual) e *Revista de História da Biblioteca Nacional* (2005-2016) os principais expoentes

antagônicos, buscavam de alguma forma levar o conhecimento histórico a linguagem popular.

O projeto da *Aventuras na História* destacava o trabalho de editores e escritores jornalistas com capas atrativas e chamadas apelativas. Muitos jornalistas que escreviam para a revista como Laurentino Gomes e Leandro Narloch são sucesso de vendas, “o que sustentou a concepção de que boas publicações de história, incluindo-se a revista, eram as que vendiam mais.” (Perli, 2021, p.4) Essas produções se enquadram nas criticadas por Malerba (2014) como retrógradadas, reacionárias, conservadoras e preconceituosas, além de carecer de bons referenciais de pesquisa historiográfica.

Por outro lado, a *Revista de História da Biblioteca Nacional* nasceu a partir do Conselho de Pesquisa da Biblioteca Nacional como uma demanda do meio acadêmico por divulgação histórica. Seu conselho editorial era formado por historiadores atuantes nas universidades brasileiras, “como resultado, os leitores tiveram acesso a uma revista que conciliou textos de especialistas com ricas imagens de fontes históricas da Biblioteca Nacional.” (Perli, 2017, p.8) Embora não sejam periódicos científicos na área de história, essas revistas apresentam uma tendência de aproximação ao público leitor, bem como uma mudança sensível nos textos escritos por historiadores.

Segundo Roberta Cerqueira (2019), a popularização da Internet na década de 1990 complexificou consideravelmente outros aspectos da produção, como “índices de impacto, indexações, mensuração de citações e outros recursos bibliométricos surgidos na área digital. Novas formas de divulgação das revistas acadêmicas também surgiram.” (Cerqueira, 2019, p.59) Assim, impõem-se mudanças na forma de leitura, de suporte e principalmente de divulgação. Esse é o uso principal das redes sociais digitais pelos periódicos acadêmicos.

Figura 1: Postagem da Revista Varia Historia em 30 de outubro de 2020



Fonte: Instagram, 2020.⁴

A figura 1 nos remete à importância das redes para os periódicos científicos enquanto referência acadêmica. Mais, assinala como esse espaço também é usado para engajamento nas redes e aproximação com o público leitor. Na legenda da publicação em questão o perfil da revista convida o seguidor a relatar suas experiências com o periódico em um convite simples “Já leu algum desses? Conta pra gente nos comentários!”

Em texto editorial da Varia História, a professora Mariana de Moraes Silveira (2022) destaca que a importância da presença dos periódicos científicos nas redes sociais fica explícita quando a atuação nelas passa a ser também um parâmetro de avaliação de alguns editais de fomento. Fachin *et al* (2022) esclarecem que a Scielo propõe novas formas de avaliação considerando o impacto das publicações entre os pares acadêmicos e a sociedade em geral considerando o número de citações em três bases: *Scopus*, *Web of Science* e *Google Scholar*.

Isso quer dizer que, as redes sociais e acadêmicas, podem ajudar a alavancar os indicadores de mensuração da revista, conforme os novos parâmetros SciELO e de citação do Qualis no Brasil, já que prioriza o Google Scholar. (Fachin *et al.*, 2022, p.189)

⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CG-TIONjA4m/> Acesso em 15 set. 2024.

Nesse sentido, outros usos do conhecimento científico são considerados, analisando as repercussões e a utilização dos dados por toda a sociedade. A figura 1 também as assinala, pois, ao apresentar o quanto a revista é acessada, a postagem exhibe ao seguidor a sua importância para além das redes embora dentro delas também. Ao mesmo tempo que a figura realça os dados de acesso da revista demonstrando o quanto ela é lida, logo referenciada, também destaca – canto inferior da publicação – todas as redes sociais da revista em fundo de cor diferente dos números dos gráficos.

A figura 1 corrobora ainda para as reflexões sobre a circulação dos artigos na comunidade acadêmica. Vale recordar que o uso do formato *Portable Documento Format* – PDF a partir da década de 1990 desencadeou uma verdadeira mudança nas formas de ler e escrever em especial no meio acadêmico. A popularização dessa nova configuração aumentou expressivamente a circulação dos textos pelas inúmeras possibilidades de carregar, guardar e compartilhar cada vez mais diversas e dispersas no decorrer dos anos 2000. Pode-se afirmar que essas mudanças junto ao acesso às revistas pela internet fazem uma revolução nos periódicos sempre em direção à ampliação do público leitor e autor. Os dados de alcance se tornaram mais claros e quantificáveis, como o gráfico (fig. 1) usado na postagem da Varia Historia. Os milhares de acessos aos dossiês dão apenas pista do alcance dos textos pois, é impossível precisar os inúmeros compartilhamentos.

Ao defender o estudo das revistas especializadas de História, Bentivoglio (2017) argumenta que no decorrer do século XX elas são espaços privilegiados de constituição de novos campos, redes de intelectuais, temáticas e metodologias, influenciando sobremaneira na historiografia, haja vista por exemplo as publicações dos *Annales*. A figura 1 também dialoga com essa percepção ao apresentar como dados importantes aqueles dossiês mais lidos contribui para a compreensão dos temas mais importantes para a revista e sua comunidade construindo uma identificação entre os estudiosos ao mesmo tempo em que sinaliza suas esferas de debate.

Figura 2: Duas postagens de 2020, Revistas Almanack e Topoi



Fonte: Facebook, 2020.⁵

A presença nas redes sociais digitais também impulsionou novas formas de divulgação das publicações como pequenos vídeos com organizadores de dossiês. No destacado na Figura 2, à esquerda, uma das organizadoras do dossiê nº 24 da Revista Almanack o divulga e convida a comunidade a explorar as páginas publicadas. A professora Mariana Dantas argumenta ainda que o tema do dossiê - O Urbano e o Global na Era Moderna em uma perspectiva comparativa - está intrinsecamente ligado ao contexto pandêmico que se vivia e as consequências para cidades em perspectiva ampla, complexa e comparativa que só poderiam ser compreendidas com uma mirada com viés histórico.

Há de se considerar que a construção de dossiês temáticos dialoga com a atualidade de tópicos e demandas tanto dos autores quanto do público leitor que inúmeras vezes se confundem. Nesse cenário, as redes sociais digitais se projetam como uma maneira de ampliar o público e de fomentar a discussão de novos temas ou de pautas sensíveis a sua comunidade num determinado contexto.

⁵Compilação a partir de postagens disponíveis em https://fb.watch/pzE_c0viM8/ e <https://www.facebook.com/revistatopoi/photos/a.235019156618941/3511815895605901/>. Acesso em 15 set 2024.

Cerqueira (2019) relembra que o lançamento dos perfis nas redes sociais da revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos ocorreu durante manifestações de protesto em 2013, quando diversos historiadores foram convidados para discutir os acontecimentos através de entrevistas divulgadas nas novíssimas redes sociais digitais da revista. Assim, além de publicizar os novos espaços de interlocução e artigos já publicados que dialogavam com o contexto, propunha-se “estender à revista o alto interesse do público pelo tema já em voga como também o incremento das discussões a partir de conhecimentos científicos e análises mais aprofundados.” (Cerqueira, 2019, p. 62)

É nesse sentido que o tempo pandêmico também invade as publicações e iniciativas das revistas científicas de História. A proposta de dossiês ou números temáticos sobre História da Saúde, pandemias na História ou específicos da COVID-19 estiveram presentes em 5 das revistas analisadas como a revista Topoi em setembro de 2020 anunciando a chamada para novo dossiê a ser publicado em 2021 (Fig. 2, à direita).

Considerando das 19 páginas pesquisados no *Facebook*, 12 tem alguma postagem relativa ao contexto pandêmico; dos 16 perfis ativos no *Instagram*, 8 tem postagens com alguma alusão ao tema em diferentes formatos e objetivos, como uma simples divulgação de artigos que tinham alguma relação com temas doenças, epidemias e afins. Nesse mesmo item, entram também publicações que chamam a atenção do seguidor-leitor-autor para a oportunidade de usar o tempo de isolamento físico para a leitura de obras. Nesse caso, algumas revistas usaram como recurso a publicação de dicas de livros que poderiam ser baixados gratuitamente na internet ou usam a oportunidade para divulgar a produção da revista em outros formatos.

A figura 3 é representativa dessa circunstância. A revista Almanack divulgava uma ação no seu canal do *YouTube* em que o tema da efeméride dos 200 anos da Independência do Brasil seria explorado com a fala de três renomados historiadores. O texto que acompanha a imagem divulga dossiê que será lançado e já na primeira frase faz referência ao tempo de isolamento físico quando “grande parte das pessoas estão em suas casas preservando suas vidas e saúde”.

A legenda postada ainda ressalta que as falas do vídeo serão publicadas em dossiê pela revista, no entanto importa refletir que não são iguais aos artigos, especialmente pelo suporte de vídeo, afinal um artigo escrito, (re)pensado, revisado e avaliado por pares é

bem diferente de uma conversa ao vivo. Nesse sentido, mesmo atreladas à produção da revista, as redes sociais digitais das revistas constroem mais que divulgação, legitimando uma nova forma de produção historiográfica que perpassa o repensar sobre o público, o suporte e se entrelaça ao contexto em que é apresentada ao público leitor-autor.

Figura 3: Postagem da Revista Almanack no Facebook em abril de 2020



Fonte: Facebook, 2020⁶

Considerando ainda como o tempo pandêmico invade os periódicos e diversificam a produção nas redes, as revistas científicas de História também propuseram *lives*. O termo em inglês se remete inicialmente a qualquer gravação feita ao vivo, especialmente transmissões televisivas. Lupinacci (2021) acrescenta que o vocábulo havia sido adotado pelos maiores conglomerados do capitalismo digital que passaram a incorporá-lo junto a sites e aplicativos como novas funcionalidades que permitiam aos usuários ver e transmitir vídeos ao vivo. Apesar dos esforços mercadológicos, a adesão até meados de 2020 foi pequena.

6

Disponível em: <https://www.facebook.com/RevistaAlmanack/photos/a.2793088950781119/2959334324156580/> Acesso em 15 set. 2024.

Todavia em tempos pandêmicos essas funcionalidades tomam outra dimensão. O sentido de *live* ou *lives* alude a iniciativas diversas que propunham de alguma forma conectar os sujeitos:

Se a condição existencial do brasileiro passa pela relação com o outro, a quarentena trouxe um profundo e doloroso corte na nossa forma de existir. É nesse contexto que as *lives* adquirem novo sentido. Tornam-se rapidamente uma possibilidade — a única, em alguns casos — de viver novamente as situações de coletividade desejadas. Representam, mesmo que de forma diferente, a alternativa possível de se ter acesso aos sentidos interrompidos de identificação e pertencimento. As *lives* assimilaram aspectos importantes de coletividade, sugerindo mobilização, sensação de pertencimento e legitimação. (Perez *et. al*; 2021, p.2)

Na esteira das reflexões apontadas por Henrique (2020) grande parte dos brasileiros estava em isolamento físico, e não social, sendo as *lives* nos diversos âmbitos como mais uma forma de unir os pares. Apesar das *lives* de entretenimento logo serem arrebatadas por grandes marcas — principalmente de bebidas alcoólicas —, é pertinente pensar que a difusão desses eventos está intrinsecamente ligada a um período em que as comunidades estavam apartadas. Como apresentou Lupinacci (2021), a utilização dessas funcionalidades não se limitou a eventos midiáticos e/ou comerciais, mesmo na esfera familiar, os brasileiros aderiram a eventos pequenos de modo a congregar e reunir.

É preciso ressaltar que as *lives* das revistas não objetivavam apenas a um pretensão momento de união entre os pares. Há a importante iniciativa de troca e diálogo. As *lives* como as transmissões televisivas dão a possibilidade de o usuário assistir ao mesmo tempo ou, caso disponíveis, após a sua transmissão. Assisti-las ao vivo permite ao usuário interagir com outros através das ferramentas de chat e de engajamento⁷. A partir dessas interações acontece uma troca entre os seguidores e o perfil da revista.

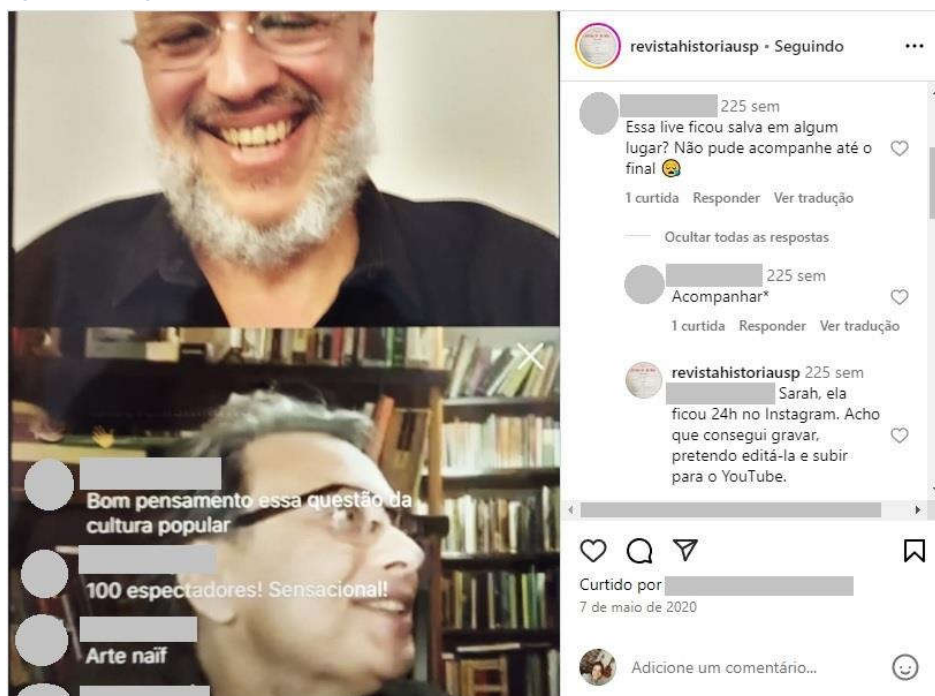
A figura 4 reproduz a imagem que foi publicada no perfil da Revista de História da USP como forma de marcar a primeira *live* feita pelo periódico em 07 de maio de 2020, eventos que se tornaram semanais durante o isolamento físico. Nesses eventos autores são entrevistados, e durante período que o antecede, a produção do entrevistado é destaca

⁷ Nas redes sociais digitais, durante as *lives* os usuários podem se manifestar através do envio de símbolos como coração, palmas e outros, além de permitir comentários ao vivo por escrito, o que gera toda uma conversa entre os visualizadores e destes com os protagonistas da *live*.

nas redes sociais da revista. A divulgação dos artigos pelos periódicos e as entrevistas dão a oportunidade aos autores de falar de aspectos da pesquisa que, pelo limitado espaço no artigo, não estão ali presentes.

Na figura 4, por exemplo, as perguntas dos seguidores são respondidas com novas formas de interação, tanto ao vivo – as interações aparecem junto à foto dos interlocutores – quanto posteriormente com comentários à publicação. Nesse sentido, seria possível afirmar que as transmissões de debates acadêmicos, palestras e discussões podem ter criado, através de seus públicos, comunidades com linguagem comum que permitem o debate entre indivíduos ao mesmo tempo em que os une, mesmo isolados em suas casas. (Pereira; Marques; Ramalho, 2022)

Figura 4: Postagem Revista de História da USP em maio de 2020



Fonte: Instagram, 2020.⁸

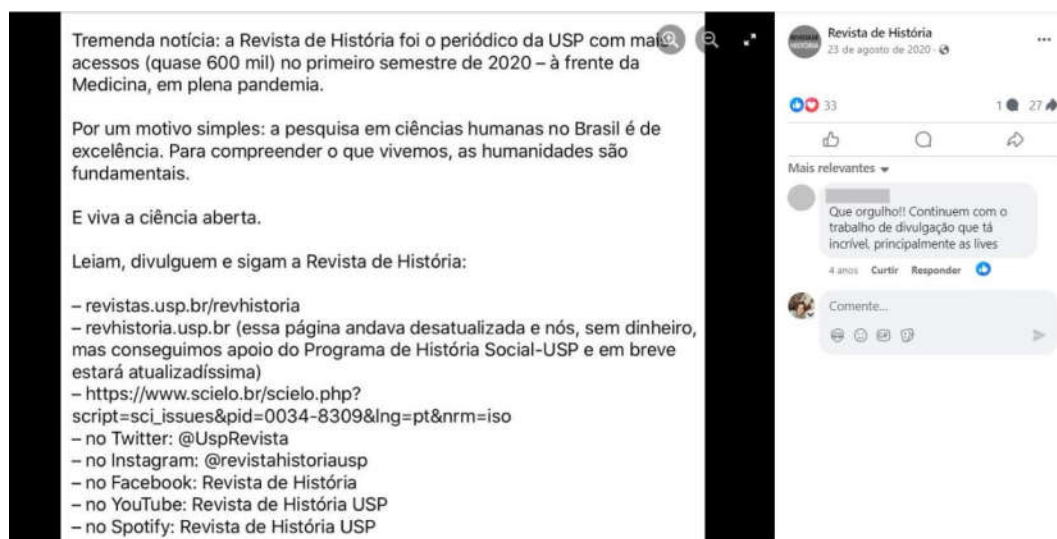
Destaca-se que não se trata apenas de uso de uma nova funcionalidade em um contexto específico, mas, sim de uma postura que coloca o interlocutor acadêmico na posição de diálogo com o público.

⁸ Disponível em https://www.instagram.com/p/B_55Lz0HTQL/. Acesso em 15 set. 2024.

É verdade que um tema não se torna acessível pelo simples fato de estar disponível de forma aberta online; se a sua linguagem não é acessível, isto continuará limitando o público. No entanto, as *lives* ocorridas em redes sociais como *Facebook* e *Instagram* já são um grande passo em direção à expansão do alcance dos temas discutidos, pois os eventos já não se limitam mais a um espaço físico, como o da universidade, mas pode ser acessado por qualquer pessoa através de um computador ou smartphone. (Pereira; Marques; Ramalho, 2022, p.268)

Na visão dos autores a adesão às *lives* também surge como um ponto de mudança em relação à linguagem. Esses eventos por si só já apresentam outra forma de dizer com outro ritmo, bem menos formal. O tempo pandêmico ainda impunha a invasão da esfera pública na privada e a exigência de novíssimos conhecimentos técnicos que transparecem quando o autor entrevistado inicia sua fala apontando o ineditismo em estar naquele espaço ou algum evento/imprevisto cotidiano invade a tela.

Figura 5: Postagem da Revista de História da USP em agosto de 2020



Fonte: Facebook, 2020⁹

Esses canais de interlocução que extrapolam a esfera da escrita e leitura também impulsionam novas formas de discussão, conhecimento e divulgação das pesquisas através de redes sociais digitais que circulam diferentes formatos de conteúdo principalmente os agregadores de áudio como *Spotify* e *Deezer*. Neles, para além da

⁹ Disponível em <https://www.facebook.com/revhist/photos/a.688041041213071/3861448540538956/>
Acesso em 15 set. 2024.

imagem e do texto escrito, outros formatos de conteúdo que partem da publicação da revista, mas não é limitada por ela.

Na figura 5, a revista comemora o número de acessos durante o período da pandemia e divulga os diversos espaços em que a produção pode ser acessada. Lá estão também o canal do *YouTube* e os *podcasts* da revista no *Spotify*. Outras revistas também mantêm perfil nesse agregador, seus *podcasts* apresentam as entrevistas já feitas por diversas ocasiões em outras plataformas como o *YouTube* num outro formato.

A imagem além de arrolar esses espaços transparece uma questão financeira clara, pois o site oficial da revista “andava desatualizado” por falta de recursos financeiros. Embora não seja objetivo desse trabalho importa destacar que é preciso sensivelmente debater quem faz, como faz, quanto (e se) recebe pelo trabalho cansativo e especializado de manter as redes sociais das revistas ativos e atuantes. Considera-se aqui pensar nos custos para a produção da revista financeiros ou não. Pois todo o processo de publicação e divulgação está atrelado à dedicação de tempo e conhecimento de professores que, vinculados a universidades, somam mais essa demanda à agenda de aulas, orientações, pesquisas e produção acadêmica.

Talvez os custos financeiros e a falta de pessoal impeçam que mais dos diversos objetos produzidos pelas revistas acadêmicas sejam divulgados, conhecidos e utilizados. Cita-se aqui como exemplo as planilhas elaboradas pelos bolsistas da revista *Varia História* que categoriza toda a produção da revista e foram divulgadas uma única vez nas redes sociais da revista em 06 de julho de 2020¹⁰. Essa importante iniciativa merece aqui ser divulgada pela qualidade e abrangência do trabalho.

Percebeu-se por fim que como o tempo pandêmico que foi perscrutado por inúmeros desafios e ameaças, as revistas também mantêm uma produção em altíssimo nível tanto no que concerne aos artigos publicados quanto aos diversos produtos engendrados por elas e foram aqui destacados. No entanto, vencer esses obstáculos com criatividade e afincos não estão limitados a um período.

¹⁰ A publicação pode ser acessada em <https://www.facebook.com/variahistoria/photos/a.545461352219381/2893456987419794/> e as planilhas em <http://bit.ly/planilhastematicasvariahistoria>. Acessos em 15 set. 2024.

Conclusão

O interesse pela temática histórica sempre esteve presente haja vista aí os diversos objetos culturais que fazem alusão a História: novelas, filmes, livros até jogos de tabuleiro. O mercado construiu iniciativas comerciais para explorar esse interesse durante a década de 1990 traduzido também em revistas de História com belas imagens, mas conteúdo duvidoso. Destacou-se aqui como exceção a proposta editorial da Revista de História da Biblioteca Nacional como uma iniciativa pioneira de divulgação científica de História propondo apresentar ao público não-especializado pesquisas acadêmicas junto a imagens belíssimas do acervo da Biblioteca Nacional. Apesar dessa iniciativa não ser longínqua, ela demonstra a preocupação com a formação de um público leitor-autor para as revistas de História.

As revistas especializadas de História, por outro lado, também têm construído iniciativas para apresentar novas possibilidade de ampliação e aproximação com o público leitor-autor que envolveram especialmente iniciativas digitais. Como foi destacado, a maioria das revistas acadêmicas já estava presente nas redes sociais digitais antes do período pandêmico, construindo novos objetos e conteúdos que apesar de ligados aos produzidos para a circulação editorial não se limitam a eles. O impacto dessas iniciativas dentro do contexto da pandemia da COVID-19 (2020-2021) foi o mote principal desse trabalho que almejou apresentar como a presença nas redes sociais digitais foi impulsionada em um período que a comunidade acadêmica esteve apartada, assim iniciativas inovadoras foram arregimentadas usando as funcionalidades disponíveis nas redes sociais digitais como as *lives*, a produção de vídeos e *podcasts*.

O trabalho, conteúdos e produtos digitais que as revistas acadêmicas constroem para a rede merecem maior visibilidade por envolver o trabalho inúmeras vezes voluntário de uma equipe sobrecarregada. Num momento em que se discute o fim do fator Qualis para as publicações (Miguel, 2024), as análises quantitativas e qualitativas aqui empreendidas ajudam a compreender como os campos de atuação e impacto das revistas acadêmicas de História se revestem de inúmeras camadas e meandros. Limitados, os trabalhos das revistas acadêmicas de História podem descambar para a elitização do acesso e produção do conhecimento.

Referências bibliográficas

- Alvarenga, P.; Silva, A. C. S.; Coutinho D. G. V.; Freitas, L. M. A., & Soares, Z. F. (2020). *As crianças e a COVID-19: 10 dicas simples que ajudam os pais a lidar com o período de isolamento e quarentena*. Salvador: UFBA. 2020
- Bentivoglio, Julio. Revistas de História: objeto privilegiado para se estudar a história da historiografia?. In. Arrais, Cristiano Pereira Alencar; Bentivoglio, Julio (orgs.). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra/ES: Editora Milfontes, 2017, p. 7-31.
- Carvalho, Bruno Leal Pastor de; Teixeira, Ana Paula Tavares. Introdução: os lugares do historiador-divulgador. In. Carvalho, Bruno Leal Pastor de; Teixeira, Ana Paula Tavares (orgs.). *História pública e divulgação de história*. São Paulo/SP: Letra e Voz, 2019. p. 9-24
- Carvalho, Bruno Pastor Leal. História e historiadores na vulgarização científica do Brasil oitocentista: as “Conferências Populares da Glória”. *Hist. Historiogr.*, Ouro Preto, v. 14, n. 37, set.-dez. 2021. p. 135-170
- Cerqueira, Roberta. Pesquisa publicada é pesquisa divulgada? A experiência de divulgação da revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos e seus públicos. In. Carvalho, B. L. P. de; Teixeira, A. P. T. *História pública e divulgação de história*. São Paulo/SP: Letra e Voz, 2019. p. 55-72
- Dos Santos, Wagner Geminiano. *A INVENÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA PROFISSIONAL, ACADÊMICA: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. 2018. 438f. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- Fachin, Juliana; Werlang, Elisabete; Araújo, Ronaldo Ferreira; Blattman, Ursula. Visibilidade, atenção online e impacto das interações nas publicações científicas. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, Rio Grande v. 36, n. 01, jan./jun. 2022, p. 184-205
- Lupinacci, L. “Da minha sala pra sua”: teorizando o fenômeno das lives em mídias sociais. *Galáxia* (São Paulo), n. 46, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/3B9LNCpBGMn8R7Ppw6vBHPH/> Acesso em 16 jan. 2024.
- Malerba, J. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da historiografia*, Ouro Preto/MG, n. 15, ago/2014. p. 27-50.
- Miguel, Luis Felipe. *De novo, o fim do Qualis*. [s.l] 26 set. 2024. Instagram: @lfelipe.miguel. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DAYL5_gJTSt/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA== Acesso em 26 set. 2024.
- Pereira, Mateus; Marques, Mayra; Ramalho, Walderez. O atualismo chega à História? Virtualização do ofício do historiador durante a pandemia de Covid-19 (2020). In: Nicodemo, Thiago Lima; Rota, Alesson Ramon; Marino, Ian Kisil. *Caminhos da história digital no Brasil*. Vitória/ES: Editora Milfontes. 2022. p. 258-282
- Perez, Clotilde; Sato, Silvio; Pompeu, Bruno; Orlandini, Rafael. Os sentidos das lives no contexto da pandemia: do escapismo e da filantropia às lógicas identitárias. *Galáxia* (São

- Paulo, online), v. 47, 2022, pp.1-23. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/48dQ8C6mXXn6CtRbHnjFQTD/> Acesso em 29 set. 2024.
- Perli, F. “E ao grande público precisamos nos dirigir”: historiadores e jornalistas em revistas de divulgação histórica. [s.l.: s.n.]. *Anais XXIX Seminário Nacional de História*. Brasília/DF. 2017 Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502922860_ARQUIVO_Perli.pdf. Acesso em 29 set. 2024.
- Perli, Fernando. Projetos editoriais e mediações do passado: a experiência brasileira em uma cartografia de revistas de divulgação histórica. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 47, n. 2, maio-ago. 2021. p. 1 -12. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/39017/27040> Acesso em 29 set. 2024.
- Recuerdo, Raquel. *A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- Recuerdo, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- REVISTA DE HISTÓRIA USP. *A Revista de História está na rede*. [s.l.]: Revista de História da USP, 2020. 1 vídeo (1min 46s) Disponível em <https://youtu.be/p5qKDrLxDcQ> Acesso em 15 set. 2024.
- Sá; Dominichi Miranda; Sanglard, Gisele; Hochman, Gilberto; Kodama, Kaori. *Diário da Pandemia: o olhar dos historiadores*. São Paulo/SP: Hucitec Editora. 2020.
- SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). *Crêterios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil*. São Paulo: SciELO, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/HNvPmkhhgkm6Sngnmn6Xmkq> Acesso em 16 jan. 2024.
- Silva, Bruna. *Associações De Historiadores No Brasil: A SBPH entre lugares, normas e grupos (1961-2005)*. 2019. 293f. Tese (Doutorado em História). Unioeste, Marechal Rondon/PR. 2019.
- Silva, Sabrina Maria Barbosa Quintiliano e; CORDEIRO, Tenório. “Seguindo!” Marketing digital, *Instagram* e consumo. *Cadernos de Gestão e Empreendedorismo*, v. 8, n. 2, 1 ago. 2020. p. 153-164
- Silveira, Mariana de Moraes. Editorial: Periódicos e redes sociais: Desafios e possibilidades. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 38, n. 78, set/dez 2022. p. 637-642.
- Vergara, Moema de Rezende. Contexto e conceitos: história da ciência e "vulgarização científica" no Brasil do século XIX. *Interciencia*, vol. 33, núm. 5, mayo, 2008, pp. 324-330.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 31/01/2024
Aprovado em: 30/09/2024

Quem pode fazer história pública? Um estudo de caso sobre a Brasil Paralelo

Joana MAXIMO DA SILVA¹
Ângelo Aparecido PRIORI²

Resumo: A Brasil Paralelo, é uma produtora gaúcha de documentários, reportagens, filmes, programas, cursos e séries que abordam temas relacionados à política, história, filosofia, economia, educação, artes e atualidades. Na comemoração do bicentenário de Independência do Brasil, a produtora realizou ação em uma escola de nível fundamental em São Paulo para levar ao conhecimento dos alunos alguns heróis da história brasileira, dando vida a personagens ilustres da história do Brasil, tais como: D. Pedro I, Imperatriz Leopoldina, José Bonifácio, D. Pedro II e Princesa Isabel. Assim, este trabalho objetiva apresentar a ação da produtora, apontando os usos do passado, para defesa de interesses de grupos conservadores da sociedade, desqualificando o conhecimento produzido com rigor metodológico, o dominando de “doutrinário”, para legitimar suas produções. Analisar os conteúdos e ações da BP, são imprescindíveis para a produção de um referencial crítico para desmontar/desconstruir ideias não-científicas sobre a História.

Palavras-chave: Brasil Paralelo, História Pública, Revisionismo.

¹ Mestranda em História na Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR). Graduada em História na Universidade Estadual de Maringá (UEM/2024). Curitiba. PR. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1238-892X> E-mail: J.o.hmaximo@gmail.com

² Doutor em História e Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. Atua no Programa de Pós-Graduação em História, no Departamento de História e no Prof-História da UEM. Atua também no Programa de Pós-Graduação em História Pública da Unespar/CM. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9430424742681196>. E-mail: angelopriori@uol.com.br.

Who can make public history? A case study about Brasil Paralelo

Abstract: Brasil Paralelo is a producer of documentaries, reports, movies, programs, courses, and series based in the Brazilian state of Rio Grande do Sul. Its productions address politics, history, philosophy, education, arts, and current affairs. On Brazil's bicentennial independence anniversary, the producer went to an elementary school to "bring knowledge to the students about some 'heroes' of Brazilian history," such as Pedro I of Brazil, Empress Maria Leopoldina of Austria, José Bonifácio, Pedro II of Brazil, and Princess Isabel. This work aims to showcase the producer's actions, which highlight the customs of the past in order to advocate for Brazilian conservative groups, while discrediting knowledge produced with methodological rigor, asserting that it is a form of indoctrination, in an effort to legitimize its productions. Thus, analyzing the works and actions of such a producer is essential to develop a critical framework to deconstruct non-scientific ideas about History.

Keywords: Brasil Paralelo, Public History, Historical Revisionism

Introdução

Com as primeiras manifestações de 2013, o Brasil vivenciou a intensificação de tensões políticas e sociais, que acarretam o golpe que destituiu Dilma Rousseff da presidência, em 2016, e posteriormente a eleição do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, em 2018. Nesse cenário, a internet criou um ecossistema comunicacional em que gradativamente diferentes grupos culturais, religiosos e políticos passam a professar suas ideologias no ciberespaço. Aumentando “o poder de quem propõe articular suas ideias e realizar conversações” (Silveira, 2015, p.125), não somente as alinhadas a defensores do Estado Democrático de Direito, da justiça ou das causas caras para a sociedade, mas também daqueles contrários à democracia e à liberdade.

No Brasil, a partir de 2013 a “internet se consolidou como espaço de disputa política e plataforma de mobilização” (Silveira, 2015). Em que, os grupos que obtiveram maior sucesso, na disseminação de informações, foram os orientados à extrema-direita, que usam e abusam da internet de forma influente para propagação de suas ideias (Maynard, 2013). Diante deste cenário, em que o “racismo ainda se apresenta como um desafio, o indígena é compreendido como ‘indolente’ e ‘preguiçoso’, os delitos graves cometidos pela ditadura são colocados em dúvida, o comunismo perpetua-se como uma ameaça constante” (Ragusa, 2023, p. 119), esses temas tornam-se terreno fértil para que fenômenos como o negacionismo sejam acolhidos, compartilhados e vivenciados. É nesse universo, que centenas de narrativas “revisionistas” ou “negacionistas”, que se configuram como perspectivas não-científicas da história, são empregadas para justificar concepções conservadoras e liberais de acontecimentos do passado. O que vemos hoje é o que João Carlos Escosteguy chamou de “batalhas pelas interpretações do passado brasileiro” (2019, p. 41) que aparecem com muita força em diversos espaços midiáticos, sobretudo nas redes sociais digitais, mas também em parte das mídias tradicionais. Assim sendo, a internet se tornou um verdadeiro laboratório para pesquisadores que buscam analisar o comportamento político de agentes individuais e coletivos, como, por exemplo, as produções da produtora de conteúdo Brasil Paralelo, objeto de investigação dessa pesquisa.

Case de sucesso: a produtora Gaúcha que ganhou o Brasil

A Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A, conhecida pelo nome fantasia “Brasil Paralelo” (BP), é uma empresa fundada na cidade de Porto Alegre em 2016 pelos sócios Lucas Ferrugem, Henrique Viana e Felipe Valerim. Nas informações disponíveis, o grupo declara que é uma empresa privada de jornalismo, entretenimento e educação, com produções originais, filmes e desenhos que abordam temas relacionados: a política, história, filosofia, economia, educação, artes e atualidades. Conforme o site da produtora, "Tudo começa com um propósito. O nosso? Resgatar bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros"³. Para atingir esse propósito, a Brasil Paralelo caracteriza-se enquanto uma empresa de entretenimento e educação, que busca a verdade histórica, por meio da realidade dos fatos, sem quaisquer, categoria de "ideologização" na produção de seus conteúdos.

De acordo com sua página *web*, atualmente a empresa conta com mais de 400 mil membros assinantes, cerca de 3,6 milhões de inscritos em seu canal do *YouTube* e seus seguidores nas redes sociais somadas são mais de 6 milhões. Conforme avaliação divulgada pela Revista Forbes em março de 2021⁴, a BP é descrita como "uma Netflix pró-sociedade livre ou *History Channel*"⁵ que teve o alcance de mais de 1,6 milhões de inscritos no *YouTube*, dos quais cerca de 10% são assinantes. Segundo o colunista da matéria Alejandro Chafuen, devido ao sucesso dos vídeos a empresa tornou-se alvo da cultura do cancelamento, como destaca o fundador Lucas Ferrugem, o grupo é:

alvo frequente de mentiras, calúnias e cancelamento de esforços de grupos partidários e ideológicos. Mas como são trabalhos políticos — muitas vezes ilegais nisso — acabam não tendo nenhum efeito real sobre o público em geral, sem impacto negativo real sobre nós, e no final apenas ajudam a fortalecer nossos esforços contra o establishment brasileiro. (Chafuen, 2021)

Seguidamente a notícia dá ênfase a outras empresas da América-latina que alcançaram relevância nas mídias sociais, voltadas para o movimento conservador/liberal, tais como: O Instituto Millenium, Instituto Mises, *Fundación para El Progreso* e *Fundación Libertad y Progreso*, que competem pela liderança no *Youtube*. É importante ressaltar que, a Brasil Paralelo se encaixa enquanto uma produtora de conteúdos “revisionistas” ou “negacionistas”, não pela sua tendência a direita, mas por suas produções atuarem diferentemente do que seria

³ Disponível em <https://www.brasilparalelo.com.br/sobre>. Acesso em: 15 de jan. de 2024.

⁴ Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/alejandrochafuen/2021/03/30/the-2021-ranking-of-free-market-think-tanks-measured-by-social-media-impact/?sh=335a4b6d77f6>. Acesso em: 15 de jan. de 2024.

⁵ Ibidem

por norma chamar de negacionismo, ou seja, “uma falta empírica, a negação pura e simples de um acontecimento amplamente documentado, registrado e provado” (Avila, 2022).

As produções da BP são formuladas para uma “banalização e silenciamento que não passam diretamente pela asseveração de uma inexistência, isto é, transcendem a falta empírica em direção ao que poderíamos nomear de *irresponsabilidade representacional*”. Uma vez que a, “a negação seria uma decorrência dos enredos escolhidos para dar sentido ao passado” (Avila, 2022). Assim, a Brasil Paralelo, consciente ou inconscientemente, falseia “o pretérito por meios de elipses, omissões, silêncios e deleções que tem lugar no plano narrativo mais do que no documental” (Avila, 2022, p.188). Criando/produzindo narrativas sobre o passado inautênticas, pois “não explicam coisa alguma, embora empilhem “fatos” sobre “fatos” para produzir um simulacro de explanação histórica” (Avila, 2022, p.189).

Assim, “o fundamento ideológico dessa narrativa se assenta em uma perspectiva eurocêntrica de história, a qual define uma política identitária que encontra no conservadorismo cristão e no patriarcalismo oitocentista seus fundamentos principais” (Nicolazzi, 2023, p.3). Objetivando o silenciamento, o apagamento, o ocultamento de narrativas outras, que contradizem, a colonialidade, o racismo, a misoginia, e tantas outras formas de violência simbólica perpetuada nas narrativas históricas. Em vista disso, o objeto de estudo dessa análise é focalizado na ação realizada pela Brasil Paralelo, no aniversário de bicentenário de independência do Brasil.

Sacrifício, Virtude e Coragem: Por que os brasileiros não valorizam sua história?

Para comemoração do bicentenário da Independência do Brasil, a empresa realizou ação em escola de nível fundamental localizada em São Paulo para “levar ao conhecimento dos alunos alguns heróis da história brasileira”⁶. Dando vida a personagens ilustres da história do Brasil, tais como: D. Pedro I, Imperatriz Leopoldina, José Bonifácio, D. Pedro II e Princesa Isabel.

No vídeo de divulgação da iniciativa intitulado “*A Brasil Paralelo chegou nas escolas para entregar um pouco de Brasil para os brasileiros*”, disponível no canal do YouTube da empresa⁷, temos uma sala de aula em que o professor indaga: “quem aqui conhece algum herói brasileiro? Uma pessoa, assim, muito importante, que fez muita coisa legal pelo nosso

⁶ Disponível em: <https://www.conexaopolitica.com.br/politica/brasil-paralelo-nas-escolas-rede-sociais-ofensas-censura/>. Acesso em: 15 de jan. de 2024.

⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YPEMUvpbpws>>. Acesso em: 15 de jan. de 2024.

país? Fala um”. Um aluno levanta a mão e diz o nome de George Washington. O professor responde que George Washington é estadunidense, e o herói tem de ser brasileiro. Seguidamente desse momento é estampado a seguinte frase “é hora de resgatar nossos heróis”, o narrador ressalta que já não se fala mais sobre os feitos dos nossos antepassados, e que boa parte da memória foi apagada. Por isso a necessidade de “entregar um pouco de Brasil para os brasileiros”. Com essa frase, a empresa anuncia o lançamento da nova edição do “maior resgate histórico já feito em nosso país”, a série “*Brasil: a última cruzada*”, relançada no dia 5 de setembro de 2022, em conjunto com ação da Brasil Paralelo.

Com essas informações, temos imagens das crianças tocando nos heróis brasileiros, com muito entusiasmo, “Deixa eu encostar em você?”, solta uma criança, “Por que Dom Pedro I e Dom Pedro II conseguiram muitas medalhas? Como?”, pergunta outra. Assim, o professor começa a contar a história desses heróis da nação, e o narrador reverbera ao fundo que é preciso “reacender o orgulho de ser Brasileiro nas novas gerações”, e a série “*Brasil: a última cruzada*”, chegou para fazer isso. Apresentando imagens das crianças felizes com a iniciativa da BP, eles convidam os telespectadores para resgatarem “os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros”.

Ainda durante o evento, a produtora realizou a leitura em grupo da história em quadrinhos “*O último imperador*” (Imagem 1), obra recém-produzida pela equipe da BP, que detalha os feitos de D. Pedro II. Juntamente a isso, a produtora gaúcha, lançou em conjunto com a LVM Editora, o livro “*Brasil: a última cruzada*” (Imagem 2), que conforme descrição do site, assim como o documentário, “retomam a glória do descobrimento do Brasil e mostram, por meio de entrevistas e de uma extensa pesquisa histórica, que a nação foi construída com sacrifício, honra, coragem e por pessoas das quais devemos sentir orgulho⁸”.

Imagem 1: Capa do quadrinho “O último imperador”, da Brasil Paralelo

⁸ Disponível em: <https://loja.brasilparalelo.com.br/produto/livro-a-ultima-cruzada-edicao-exclusiva_5225-19333/?lang=pt>. Acesso em: 15 de jan. de 2024.



Fonte: <<http://www.revistafacil.com.br/2022/09/brasil-paralelo.html>>

Imagem 3: Capa do livro “Brasil: a última cruzada”



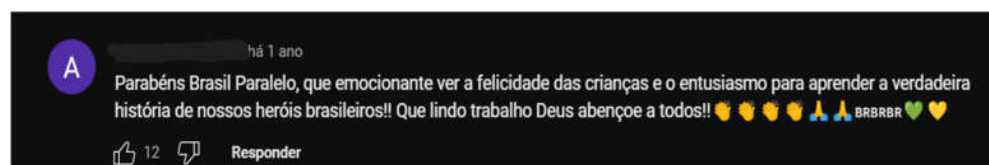
Fonte: <https://loja.brasilparalelo.com.br/produto/livro-a-ultima-cruzada-edicao-exclusiva__5225-19333/?lang=pt>

No prefácio de “*Brasil: a última cruzada*”, intitulado “*A batalha pela História do Brasil*”, Luiz Philippe de Orleans e Bragança afirma que a História do Brasil vem sendo feita por quem não gosta da própria história brasileira, em suas palavras:

“Essas pessoas não aceitam os fundadores do Brasil que, como pessoas reais, tinham defeitos e qualidades e, ainda assim, legaram uma nação. Mas não é de hoje que o Brasil vem travando uma batalha contra a mentira, a falácia, a tentativa de apagamento de sua própria história, do seu passado. Narrativas que tentam transformar heróis em vilões, perverter os fatos e transformar em ficção eventos importantes, além de das ares de realidade a ficções históricas” (BRASIL PARALELO, 2022)

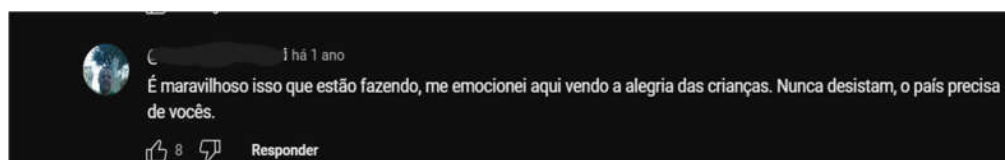
Em uma busca rápida pelo *Google* a respeito da iniciativa da produtora gaúcha, somos tomados pelo seguinte anúncio “Por que querem censurar nosso conteúdo nas escolas?”⁹, e uma matéria da própria empresa dizendo que após ação de divulgar personagens históricos da história do Brasil, eles vinham sofrendo tentativas de censura dos internautas, que acusavam a empresa de ser “mentirosa”, “revisionista” e “canalha”, porém para eles essa revolta era acompanhada de incompreensão, uma vez que as crianças recebem empolgadas os heróis nacionais. A empresa destaca que apesar das tentativas de cancelamento e censura na internet, o propósito da ação era aliar entretenimento com educação para transmissão de um pouco mais de Brasil aos brasileiros. Apesar da existência desses comentários levantados que desacreditaram a boa ação da BP, através da *hashtag*: “#BrasilParalelonasEscolas” no *twitter* (atualmente denominado *X*), eram diversos, também, os comentários que parabenizaram a ação nos comentários no vídeo disponível no YouTube¹⁰ da empresa.

Imagem 3: Comentário do vídeo “A Brasil Paralelo chegou nas escolas para entregar um pouco de Brasil para os brasileiros”



Fonte: *YouTube* (2022)

Imagem 4: Comentário do vídeo “A Brasil Paralelo chegou nas escolas para entregar um pouco de Brasil para os brasileiros”

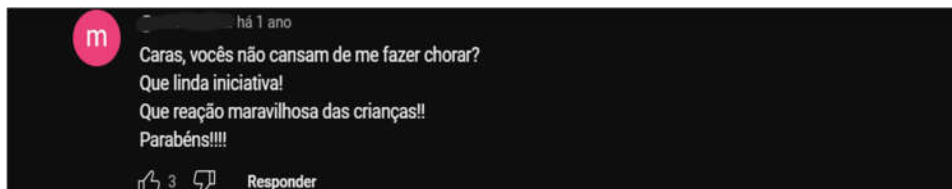


Fonte: *YouTube* (2022)

⁹ Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/censurar-brasil-paralelo-escolas>. Acesso em: 17 de abri. de 2024.

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YPeMUvpvbps>. Acesso em: 17 de abri. de 2024.

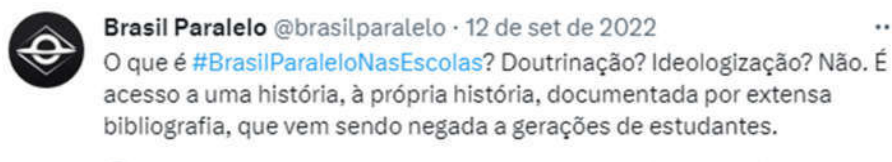
Imagem 5: Comentário do vídeo “A Brasil Paralelo chegou nas escolas para entregar um pouco de Brasil para os brasileiros”



Fonte: YouTube (2022)

Em *tuíte* no X da empresa (figura 6), eles destacam que a iniciativa, intitulada nas redes “#BrasilParaleloNasEscolas”, não buscou uma doutrinação, ou ideologização do conteúdo apresentado, mas apresentar a história que vem sendo negada aos estudantes.

Imagem 6: Print da #BrasilParaleloNasEscolas



Fonte: Brasil Paralelo, 2022

Ao final da análise das ações realizadas pela BP, a pergunta que envolve nossas mentes enquanto professores e pesquisadores na área da história é, sobre qual história é essa que vem sendo negada aos estudantes? Ou melhor, ao povo brasileiro? Uma história que resguarda os ditos “heróis nacionais”, e escanteia as violências perpetradas pelo colonialismo, pelo escravismo e pelo nosso autoritarismo? Uma história que renega corporeidades não-brancas das narrativas históricas?

A narrativa, proposta pela BP sobre a história da independência do Brasil, que resgata os valores perdidos, negados, usurpados pela história, estão inseridas em uma luta pelas representações históricas contemporâneas, uma vez que seus conteúdos tentam, conforme Avila (2022), uma *redisciplinarização da história*, objetivando não a “desordem”, a “irracionalidade”, “mas a eliminação, via representação omitida, de tudo aquilo que possa arriscar uma concepção essencialista, teleológica e autoritária do passado brasileiro” (Avila, 2022, p.204).

Assim:

“[...] o revisionismo não deixa de ter um núcleo coeso em suas narrativas quando se trata de explicar como o Brasil se formou como uma nacionalidade. Seu fio condutor é o entendimento da história do Brasil como prolongamento glorioso de uma idealizada “civilização europeia” ou “ocidental”, que incorpora outras culturas e ancestralidades na condição de contribuintes secundários, reafirmando sempre sua condição subalterna” (Lima, 2019, p.20).

Mesmo com narrativas que ignoram as mazelas sociais, preconiza uma história euro centrada e colonizatória, mas que de certa medida alcança o público, seria a Brasil Paralelo produtora de história pública? Já que:

“A história é “pública” porque sua produção saiu da tutela acadêmica e passou a ser largamente praticada, produzida por leigos, amadores, diletantes? Ou ela é pública pela dimensão da audiência que é capaz de atingir - e cresceu exponencialmente nas últimas três décadas? Tanto uma coisa quanto a outra - a alteração do perfil do produtor de história e expansão vertiginosa o seu público consumido - se explicam em grande parte pelo surgimento de novas mídias, particularmente a internet”. (Malerba, 2017, p.141).

Conforme Moraes e Cleto (2023), a Brasil Paralelo para além de conectar os grupos fragmentados da internet, ela cria narrativas que possam ser instrumentalizadas no presente, uma vez que, “procura fazer do passado um instrumento de autoafirmação no presente, uma vez que se trata não apenas de reconhecer nos heróis do passado os seus antecessores, mas de se identificar com os empreendedores de outrora” (Moraes; Cleto, 2023, p.10).

Na internet, segundo Silveira (2022) os grupos de extrema-direita aprenderam “a trabalhar com seus valores recorçando o senso comum construído em anos e anos de opressão” (Silveira, 2022, p.225), combinando diversos tipos de discursos “do humor que satiriza o pobre, o fraco e o diferente, ao discurso genérico contra as injustiças” (Silveira, 2022, p.225). O avanço das narrativas da Brasil Paralelo pode ser entendido enquanto “uma reação às histórias democratizantes (disciplinadas ou não) das últimas décadas, que trouxeram luz aos derrotados, vencidos e subalternizados, quanto como uma sequência da conversão das democracias liberais neoliberalizadas em sociedades de inimizade” (Avila, 2022, p.191). Mas será que setores conservadores produzem história pública? Ou melhor, a Brasil Paralelo faz história pública?

A Brasil Paralelo na disputa pela História Pública

A história é um campo de batalha, em que, por vezes, não é a narrativa do passado que conta, mas o investimento por trás dessa narração, uma vez que o passado se tornou um “negócio”, e consequentemente, “poder”. Os usos políticos do passado, não é algo novo no campo historiográfico, uma vez que, como já salientamos, a história está em disputa, pois o narrar do passado está em disputa não somente pelos grupos voltados à direita, mas também pelos movimentos sociais e setores progressistas da política. Mas o ponto a ser destacado é que, esse tipo de “história” produzida pela produtora gaúcha silencia algumas informações, deturpa outras, “no sentido de mobilizar estratégias de convencimento sobre determinado tema, delegando a consistência teórico-metodológica do fazer historiográfico” (Ramos; Silva, 2023).

Para Ramos (2018), esses grupos tendem a simplificar a história, relativizando acontecimentos históricos complexos com escolhas de fatos que melhor legitimem suas narrativas. Esses grupos buscam afirmar suas “análises” via “pesquisas”, “documentos” / “fontes” e sujeitos expurgados pela academia por produzirem “verdade sobre a contaminação ideológica do cenário” (Picoli et. al, 2020). Em uma tentativa de utilizar o passado enquanto estratégia defensiva dos interesses de setores conservadores da sociedade, com o intuito de legitimação de suas posições políticas e sociais. Tais discursos “procuram construir representações sobre grupos vulneráveis no processo histórico, culpabilizando-os das injustiças sofridas, naturalizando e simplificando relações sociais complexas num descompromisso com a chamada “verdade” ou “honestidade” histórica” (Rovai, 2020, p.132). Ainda visam desqualificar o conhecimento produzido a partir da objetividade científica da Academia, por vezes o nomeando de “doutrinário”, visando colocarem suas produções em um lugar de legitimidade, como demonstrado na Imagem 6.

Nesse cenário a história e memória, intensificaram-se enquanto um campo de disputa, colocando os historiadores, em posição de incômodo, considerando as exigências de um posicionamento mais ativo da nossa parte e uma maior interação com o público, haja vista as necessidades de elaboração de produções e de um aprendizado histórico mais democrático (Rovai, 2020, p.133). Porém, essa maior interação com o público, não significa abdicar do método, mas de nos propormos “não mais a “traduzir” a história a um público passivo, tratado apenas como audiência” e se relacionar com o “mundo de forma humilde e politizada, levando em conta a necessidade de escuta e interação com outras narrativas e saberes” (Rovai, 2020, p.133).

Em vista disso, a história pública se torna uma demanda de seu tempo, clamando a presença do historiador que deve ser “provocador, mediador e colaborador da reflexão histórica” (Rovai, 2020, p.144). Haja vista que a utilidade do passado está se tornando cada vez mais necessária, assim fazer história pública, não é somente o ensino e divulgação de determinados conhecimentos, mas presume uma pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos, ou seja, é uma nova forma de como se fazer história, não somente interessado na preservação da cultura material, mas no auxílio de uma reflexão da comunidade sobre sua própria história, as relações entre o presente e o passado, tornando o passado útil para o presente (Almeida; Rovai, 2011).

A História Pública é “uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões” (Almeida; Rovai, 2011, p. 7). Sendo construída como uma ponte entre as análises detalhadas, nuances e profundamente investigadas pelos historiadores e uma curiosidade histórica insaciável do público geral (Zahavi, 2011). Assim, história pública, é uma prática voltada para a “divulgação histórica”, com a produção de materiais para circulação e consumo mais amplo, não apenas restrito aos nossos pares acadêmicos.

Com a internet as fronteiras do narrado são rompidas, e a circulação de informações passa a ser cada vez mais veloz, fácil, confundindo por vezes a produção e acesso ao conhecimento científico, haja vista que os sujeitos históricos são transformados a mero espectadores, clientes, produtores e/ou consumidores de “produtos históricos” (Rovai, 2020). O uso do passado nas mídias sociais, conforme Rovai (2020), passaram a ser, extremamente dinâmicos, se tornando concorrentes, por vezes, do tempo mais lento do historiador, lhe tirando a “exclusividade” do fazer historiográfico, assim:

“Constatar esse aspecto não quer dizer que narrativas orais, escritas, imagéticas e virtuais não estivessem há tempo sendo produzidas fora da universidade. Porém, a multiplicidade e a velocidade com que isso tem sido feito nas últimas décadas coloca-nos em posição de atenção, prontidão e de necessária reinvenção. Não é à toa que as discussões em torno da história pública tenham ganhado dimensões cada vez maiores e mais intensas, ampliando espaço e ocupando a agenda de historiadores preocupados com os debates do tempo presente” (Rovai, 2020, p. 131-132)

As “demandas sociais por história e memória, a disseminação de recursos tecnológicos e a popularização da internet, as formas adquiridas pelo chamado “espírito público da história” se multiplicaram, pouco ou nada, dependendo da instituição de um campo

formalizado de debates” (Mauad; et al., 2016, p.24). No presente, “a história não mais se produz somente na academia, muito menos se veicula apenas por meio do livro impresso. As plataformas digitais subverteram as bases da produção e circulação das narrativas sobre o passado” (Malerba, 2017, p.142)

“Reconquistar a memória é o primeiro passo para reconquistar os rumos do próprio destino”, disserta com certa argúcia a BP (BRASIL PARALELO, 2022). A memória, e, consequentemente, a história, é um campo de batalha, “[...] uma arena de disputas vigorosas, na qual adversários ideológicos lutam pelo legado, patrimônio e memória pública de acontecimentos ocorridos há muito ou há pouco tempo, e que ainda estão se desdobrando” (Zahavi, 2011, p. 53). A reconquista da memória por grupos de extrema-direita e/ou conservadores, visa a construção de um destino que continue marginalizando narrativas de justiça social e de defesa dos direitos humanos e preconizando uma história eurocêntrica e colonizatória. Produções como a da Brasil Paralelo, que atingem o grande público, constroem a ideia de uma história paralela àquelas contadas pelos professores nas salas de aula. Esse tipo de narrativa “[...] não recorre às questões ou a problemas; é uma história que quase sempre relaxa, estabiliza; uma história que fornece referências identitárias em conformidade com a expectativa do leitor; reconfortante e que elimina a tensão inerente às relações sociais (Carvalho; Teixeira, 2019, p. 15). É uma visão que enfatiza os preceitos neoliberais e reforça com ênfase as disputas, ao mesmo tempo que ressalta as diferenças, entre o Norte e o Sul global, nesta lógica abissal que divide o mundo entre “eles” e “nós”, entre centro e periferia.

Aquele que tem o controle do passado domina o presente. E o modo como o passado é narrado pela BP, que diz trazer uma “verdade”, um “resgate” da história do país, nada mais é, do que um discurso que intenciona chocar para mobilizar. Sendo essa tática característica de movimentos fascistas, “a mobilização constante de setores de apoio, especialmente das camadas médias urbanas, é o que o diferencia de outras correntes de direita” (Paulo, 2020, p.129).

Em uma busca rápida pela *hashtag* - #BrasilParaleloNasEscolas- no X, é perceptível que esse objetivo de chocar para mobilizar é tangível. São inúmeros os *tuites* de agradecimento, de reconhecimento e incentivo a iniciativa da Brasil Paralelo.

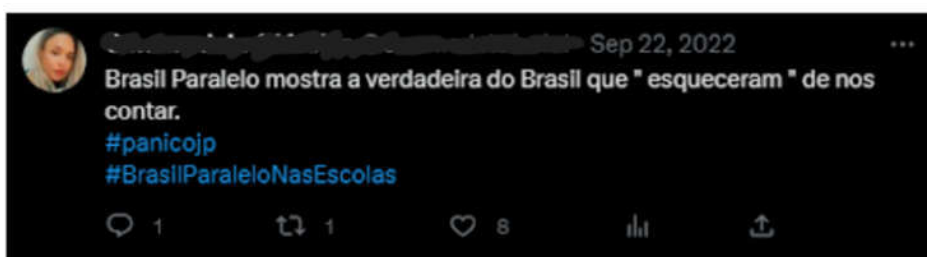
Imagem 7: Print da #BrasilParaleloNasEscolas



Quem critica a @brasilparalelo pelo excelente trabalho que vem fazendo é, para dizer o mínimo, maldoso. A Brasil Paralelo está mostrando aos brasileiro uma visão de Brasil que nunca seria conhecido. Obrigado @brasilparalelo! #BrasilParaleloNasEscolas

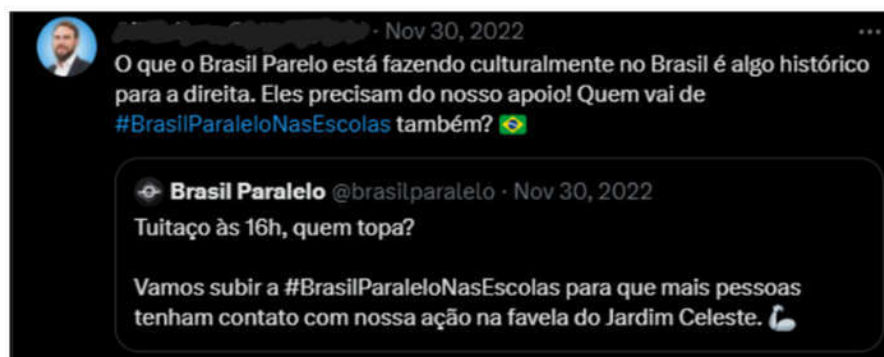
Fonte: Brasil Paralelo, 2022

Imagem 8: Print da #BrasilParaleloNasEscolas



Fonte: Brasil Paralelo, 2022

Imagem 9: Print da #BrasilParaleloNasEscolas



Fonte: Brasil Paralelo, 2022

Teve até aqueles que utilizaram da iniciativa, como proposta eleitoral. Como o caso do candidato a deputado estadual pelo Maranhão, Valter Eloí Cantanhede Junior, do Partido Social Cristão (PSC). Entre as propostas apresentadas pelo candidato para a educação pública estava: educação financeira, inteligência emocional, empreendedorismo e Brasil Paralelo nas escolas.

Imagem 10: Panfleto eleitoral do Deputado Estadual Cantanhêde (PSC)



Fonte: Twitter, 2022

Conclusão

É visível que a extrema-direita vem buscando formas de se apropriar, deturpar e divulgar o passado. Seriam eles os novos produtores de história pública? Conforme Rovai (2020), o passado não deve ser simplificado e/ou reduzido a um mero produto de consumo, sem a reflexão sobre os seus processos de leitura, de construção da narrativa, de procedimentos de acesso e de circulação, e ainda de seus efeitos sobre a sociedade e a consciência histórica.

A história pública é uma área do estudo e ação, que possui quatro engajamentos fundamentais e passíveis de entrecruzamento, sendo: a história feita *para* o público, que prioriza a aplicação de audiência; a história feita *com* o público, que é colaborativa, ou seja, a ideia de “autoridade compartilhada” é central; a história feita *pelo* público, sendo as formas não institucionais de história e memória; e a *história e público*, que incorpora a reflexividade e a autorreflexividade do campo (Mauad et al., 2016, p.28). Desse modo, para ser história pública é preciso que as produções dialoguem com o conhecimento produzido pelos pares acadêmicos, no caso das produções/ações da BP elas são realizadas por sujeitos que manipulam as fontes e obras históricas, para o incentivo da intolerância e mitos de ódio.

As pessoas buscam pela história e o alcance que a Brasil Paralelo possui evidencia isso, mas onde estão os historiadores públicos? É preciso que ocupemos o lugar da publicização do passado, a história não deve ser enclausurada nos portões das universidades, é nosso compromisso enquanto historiadores, o registro e análise de nosso tempo, tão emaranhado de passados vivos, tensões sociais e revisionismos. Obvio que não é tarefa fácil, talvez não possamos pensar em um horizonte de possibilidades no momento, mas a internet é um espaço que oferece oportunidade apesar dos desafios para a criação da história, uma vez que potencializa o alcance histórico, possibilitando um fazer historiográfico mais democrático e aberto. Conforme Marixa Lasso (2016), se nós historiadores somos responsáveis pela memória coletiva, é necessário prestarmos atenção na nossa narrativa, pois precisamos escrever para quererem nos ler, não podemos mais fazer uma escrita sobre o passado só para nossos pares, possivelmente a solução seja fazer história para o público.

Com isso, nós historiadores somos forçados “a confrontar questões de autoridade partilhada e participação do público, porque o passado pode ser – e está sendo – criado, acessado e resgatado à revelia deles nas mídias digitais” (Foster, 2014, p.17 apud Malerba, 2017, p.144-145). Por esse motivo é necessário que – se problematize e questione os usos públicos da história, tendo em vista que a memória pública é um “instrumento político que constrói e reforça identidades coletivas, onde os indivíduos criam narrativas ou discursos sobre quem são e quais as suas origens” (Araújo, 2020, p.4-5 apud Costa, 2021, p.155).

Quais são as histórias sobre o Brasil que vamos perpetuar nas mentes? Quais passados serão escolhidos? O fazer historiográfico, não deve ser um antiquário, que guarda coisas “velhas”, mas um conhecimento sobre o presente. É no hoje, que as vozes mudas, caladas, engasgadas nas gargantas clamam por justiça, clamam pelo narrar do passado. Não podemos deixar que vençam na construção de um futuro de apagamentos, silenciamentos e esquecimentos, por isso, sejamos heréticos e façamos História Pública.

Referências bibliográficas

- Almeida, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- Araújo, Valdeí Lopes de. 2017. “O Direito à História: O(a) Historiador(a) Como Curador(a) de Uma Experiência Histórica Socialmente Distribuída.” In *Conversas Sobre O Brasil: Ensaio de Crítica Histórica*, ed. Rodrigo Perez Gêssica Guimarães, Leonardo Bruno. Rio de Janeiro: Autografia, 191–216.
- Avila, Arthur Lima de. *Fomas/Fórmulas de negação e irresponsabilidade representacional: o caso Brasil Paralelo e o Negacionismo Histórico Contemporâneo*. In: Schurster, Karl;

- Gherman, Michel; Ferreiro-Vázquez (Orgs.). *Negacionismo: a construção social do fascismo no tempo presente*. Recife: EdUPE, 2022.
- Avila, Arthur Lima de. *Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico*. Dossiê – Negacionismos e usos da história. *Rev. Bras. Hist.* 41 (87). May-Aug 2021.
- BRASIL PARALELO. *A Brasil Paralelo chegou nas escolas para entregar um pouco de Brasil para os brasileiros*. YouTube, 12 de set. de 2022. Disponível em: <<https://youtu.be/YPeMUvpvbpws?si=Uj9FWwJRwV9pV5he>>.
- BRASIL PARALELO. *Brasil: a última cruzada*. São Paulo. LVM Editora, 2022.
- Carvalho, Bruno Leal Pastor de; Teixeira, Ana Paula Tavares (org.). *História Pública e divulgação de História*. São Paulo: Letra e Voz: 2019. p. 9-21.
- COMUNICAÇÃO BRASIL PARALELO. *Por que querem censurar o conteúdo da Brasil Paralelo nas escolas? Entenda o caso*. Brasil Paralelo, 20 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/censurar-brasil-paralelo-escolas>>. Acesso em: 09 de nov. 2023.
- Costa, A. A. “*Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém!*”: *escravidão, trauma cultural e consciência histórica*. *Revista História Hoje*, 10(19), 2021, p.140–160. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v10i19.748>.
- Escosteguy Filho, João Carlos. *Batalhas públicas pelas histórias nas redes sociais: articulações para uma educação história em direitos humanos*. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 39-65, 2019.
- Lasso, Marixa. *¿POR QUÉ Y PARA QUIÉN ESCRIBIMOS LOS HISTORIADORES?*. *Tareas*, núm. 154, septiembre-diciembre, 2016, pp. 139-143 Centro de Estudios Latinoamericanos "Justo Arosemena" Panamá, Panamá.
- Lima, André Nicacio. *A nação brasileira entre a cruz e a espada: apontamentos sobre a atual (re)construção de uma identidade nacional supremacista no Brasil*. *Tematicas*, Campinas, SP, v. 27, n. 54, p. 15–38, 2019. DOI: 10.20396/tematicas.v27i54.12336. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/12336>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- Malerba, Jurandir. *Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital*. *Revista Brasileira de História* 37 (74): 135- 54, 2017. doi:10.1017/CB09781107415324.004.
- Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo; Santhiago, Ricardo (org). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016
- Maynard, Dilton Cândido Santos. *Aprender história pela Internet*. NPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009
- Maynard, Dilton Cândido Santos. *Escritos sobre a história e a internet*. Rio de Janeiro: Fapitec, Multifoco, 2011.
- Moraes, Everton de Oliveira; Cleto, Murilo Prado. *A última cruzada: tempo e historicidade na série da produtora Brasil Paralelo*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 15, n. 38, p. e0108, 2023. DOI: 10.5965/2175180315382023e0108. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180315382023e0108>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- Nicolazzi, Fernando. *Negacionismo e usos afetivos do passado no Brasil contemporâneo*. *Passés futurs*, v. 13, p. 1, 2023.
- Picoli, Bruno Antonio et. al. *Revisionismo Histórico e Educação para a Barbárie: A Verdade da “Brasil Paralelo”*. *Revista UFG*. 2020, v.20.

Ragusa, Helena. Expressões antidemocráticas da extrema direita na conjuntura brasileira atual: neonazismo, negação do Holocausto e antissemitismo. *Entropia*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 113-128, 2013.

Ragusa, Helena. *Representações sobre o judeu na história pública: televisão e cibercultura (2000-2018)*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

Ramos, Márcia Elisa Teté. *Considerações sobre a construção da história escrita, ensinada e divulgada através da matriz disciplinar de Jörn Rüsen*. *Diálogos (On-line)*, v. 22, p. 32-54, 2018.

Ramos, Márcia Elisa Teté; Silva, Joana Maximo. *Vidas (Negras) Importam?! - Brasil Paralelo, a Netflix do revisionismo histórico*. In: *Vamos dialogar sobre o poder da educação?*. Dickmann, Ivanio (org.). Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2023. (v.3).

Rovai, Marta a Gouveia de Oliveira. *História Pública: um desafio democrático aos historiadores*. In: *Coleção História do Tempo Presente: volume 2 / Tiago Siqueira Rovai et al. organizadores*. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

Silveira, Sergio Amadeu. *Direita nas redes sociais online*. In: *Direita, Volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. Cruz, Sebastião Velasco e; Kaysel André; Cudas, Gustavo (org.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

Zahavi, Gerald. *Ensinando história pública no século XXI*. In: Almeida, Juniele Rabêlo de; Rovai, Marta G. de O. (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 53-63.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 30/01/2024
Aprovado em: 20/06/2024

História pública produzida pelo povo indígena Paiter Suruí: apresentação da etnia na rede social Instagram @paiter_suruí¹

Juliana de ALMEIDA ROCHA²
Juliano José de ARAÚJO³

Resumo: A história do estado de Rondônia é marcada pelo avanço da colonização e da fronteira econômica. Neste cenário, os Paiter Suruí passaram a usar tecnologias de monitoramento para defender seu território e se apropriaram das redes sociais, que se tornaram grandes ferramentas de comunicação para o povo. Tendo em vista esse contexto, o objetivo deste artigo é analisar as produções do povo Paiter Suruí no Instagram @paiter_suruí, a partir de uma contribuição para a história do próprio povo, buscando também dimensionar a relevância dessa produção da etnia na dinâmica sócio-histórica atual. Este trabalho pensa as publicações dos Paiter Suruí em seu perfil oficial no Instagram como uma forma de História Pública, uma construção que não é feita por profissionais, mas que possui um grande valor histórico. Nesse sentido, foram analisadas 21 postagens feitas sobre o Acampamento Terra Livre no perfil oficial dos Paiter Suruí no Instagram, entre os anos de 2021 e 2022, que permitiram o tensionamento dos conceitos de Autoridade Compartilhada (Frisch, 2016) e História Pública (Carvalho, 2016; Fagundes, 2017; Cauvin, 2019) com base na construção das postagens. Essas publicações mostraram que os Suruí cada vez mais vêm dominando as ferramentas criadas pelos não-indígenas a seu favor e que ocorre uma apropriação do mundo on-line, que serve como uma extensão do mundo off-line, na qual o grupo projeta aquilo que eles querem que mais pessoas tenham acesso e vejam. As redes sociais não conseguem captar exatamente aquilo que os Suruí vivenciam, mas servem como um intermediário entre eles e uma ampla audiência.

Palavras-chave: História Pública, Paiter Suruí, Instagram.

¹ Este artigo foi redigido a partir de um recorte que sintetiza as reflexões do trabalho da autora de conclusão de curso.

² Graduada em História pela Universidade Federal de Rondônia. Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco e bolsista FACEPE. UFPE. Recife. PE. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5935-3914> E-mail: juliana.rochar2d2@gmail.com

³ Doutor em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor associado do Departamento de Comunicação (DACOM) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2407575072406966>

Public history produced by the indigenous people Paiter Suruí: presentation of the ethnic group on the social network Instagram @paiter_surui

Abstract: The history of the state of Rondônia is marked by the advance of colonization and the economic frontier. In this scenario, the Paiter Suruí began to use monitoring technologies to defend their territory and appropriated social networks, which became great communication tools for the group. Based on this, the objective of this article is to analyze the productions of the Paiter Suruí people on Instagram @paiter_surui from a contribution to the history of the people themselves, also seeking to measure the relevance of this production of the ethnic group in the current socio-historical dynamics. This work thinks of the publications of the Paiter Suruí on their official Instagram profile as a form of Public History, a construction that is not made by professionals, but which has a great historical value. In this sense, 21 posts made about the Free Land Camp on the official profile of the Paiter Suruí on Instagram between 2021 and 2022 were analyzed, which allowed the tensioning of the concepts of Shared Authority (Frisch, 2016) and Public History (Carvalho, 2016; Fagundes, 2017; Cauvin, 2019) based on the construction of the posts. These publications showed that the Suruí are increasingly mastering the tools created by non-indigenous people in their favor and that there is an appropriation of the online world, which serves as an extension of the offline world, in which the group projects what they want more people to have access to and see. Social networks cannot capture exactly what the Suruí experience, but they serve as an intermediary between them and a wide audience.

Keywords: Public History, Paiter Suruí, Instagram.

Introdução

A história do estado de Rondônia é marcada pelo avanço da colonização e da fronteira econômica. Desde o início da ocupação da região, os conflitos entre os indígenas e os não indígenas foram constantes. Com o incentivo da migração de pessoas de outros estados para a região Amazônica durante a Ditadura Militar, os contatos ficaram mais frequentes e a violência cresceu (Silva, 2023; Romero, 2014; Romero, 2020). Como o objetivo do governo nesse momento era a ocupação dessa área e os lucros que poderiam ser obtidos, a chegada de novos colonos significou o desmatamento e a destruição da Floresta Amazônica, assim, em pouco tempo grandes territórios foram devastados e a floresta começou a desaparecer com rapidez.

Nessa conjuntura, os indígenas tiveram que lutar pela sobrevivência de seus povos e pela preservação da floresta amazônica. Diferentes etnias buscaram formas de manter viva as suas tradições e cultura, entre elas a apropriação da tecnologia de diversas formas, como os Paiter Suruí que passaram a utilizar para o monitoramento e proteção do seu território, mas também desenvolveram uma presença forte nas redes sociais (Romero, 2014). Esse cenário permite e proporciona reflexões sobre a forma como a História é elaborada.

Partindo dessa perspectiva, o objetivo deste artigo é verificar de que forma os indígenas Paiter Suruí utilizam as redes sociais para apresentar e representar o seu povo. Foram analisadas 21 postagens feitas sobre o Acampamento Terra Livre no perfil oficial dos Paiter Suruí no Instagram, entre 2021 e 2022, que permitiram o tensionamento dos conceitos de Autoridade Compartilhada (Frisch, 2016) e História Pública (Carvalho, 2016; Fagundes, 2017; Cauvin, 2019) com base na construção das postagens, como o que era escrito nas legendas, se era foto ou vídeo, quem e quais objetos apareciam nas publicações, e o discurso que é apresentado.

Essas produções indígenas no Instagram @paiter_suruí foram analisadas tendo no horizonte uma contribuição para a história do próprio povo e para dimensionar a relevância da produção da etnia paiter suruí na dinâmica sócio-histórica. A partir disso, este trabalho começa com uma apresentação e contextualização sobre os Paiter Suruí, apontando a influência da colonização de Rondônia na vida da etnia e as transformações que eles apresentaram ao longo das décadas. Em seguida, os conceitos de História

Pública e Autoridade Compartilhada são discutidos e problematizados, pensando especificamente o objeto de análise do artigo, o perfil no Instagram do povo paiter suruí. Depois é feita a análise das 21 postagens que foram selecionadas, focando nos símbolos que estão presentes nelas, nas legendas e falas em vídeos.

Este artigo entende as produções dos Paiter Suruí em seu perfil oficial no Instagram como uma forma de História Pública, uma construção que não é feita por profissionais, mas que possui um grande valor histórico. Esses materiais criados e publicados pelos Paiter Suruí incluem fotos, vídeos e textos e a maioria deles apresenta um conteúdo informativo sobre o povo ou sobre ações que eles realizam, o que mostra que essas postagens são pensadas e desenvolvidas focando no público que vai consumi-las. Assim, vemos que a intenção do povo é realmente usar as redes sociais como uma ferramenta de comunicação com pessoas de fora da comunidade paiter suruí.

A realidade Paiter Suruí em Rondônia

Estimativas apontam que o povo paiter suruí era composto por cerca de 4.000 pessoas em 1969, ano em que o contato oficial com agentes da Fundação Nacional do Índio, FUNAI, aconteceu, e que de 1970 a 1975 a população se reduziu para 600 indígenas (Romero, 2014). As principais causas de mortes foram doenças trazidas pelos não indígenas, como a gripe, a tuberculose e o sarampo. O povo também teve que lidar com constantes invasões ao seu território e ataques frequentes de colonos armados. Eles lutaram e resistiram, mas aos poucos o modo de vida dos colonos se tornava o padrão e suas tradições iam desaparecendo e se transformando, como a forma de guardar memórias e contar histórias, que antes eram feitas apenas de maneira oral, mas com o contato passaram a acontecer de múltiplas maneiras, como a escrita e a fotografia.

Os Suruí deixaram as suas malocas tradicionais e foram morar em casas de madeira, perto do Posto de controle da FUNAI. Na década de 1980, o posto contava com uma sede, uma casa para o enfermeiro da FUNAI e sua família, uma outra residência era ocupada por um casal de missionários do Summer Institute of Linguistics, religiosos que vinham para o Brasil com o objetivo de traduzir a bíblia para os idiomas indígenas, e outra para uma linguista. Também foi construída uma escola, um paiol para

armazenar o que era cultivado pelos Paiter Suruí, uma beneficiadora de arroz, uma pista para pouso e diversas pequenas casas para famílias indígenas (Romero, 2014; 2020). Havia ainda uma grande roça no posto, na qual os indígenas produziam alimentos que tinham sido introduzidos pelos agentes da FUNAI, como arroz, feijão e melancia.

A produção era organizada pelos funcionários do governo e por isso os indígenas foram aos poucos abandonando o seu jeito tradicional de trabalhar e plantar, para seguir os padrões de produção dos não indígenas. Depois que os colonos foram expulsos da Terra Indígena, os Paiter Suruí ocuparam suas casas e fazendas, passando a produzir nelas alimentos como o café e a castanha, e também se dedicaram à criação de gado.

O contato levou os Paiter Suruí a adquiriram o interesse em comprar roupas, produtos industrializados e a sua alimentação foi totalmente alterada, o que aumentou o número de indígenas doentes devido ao novo tipo de alimentação que contava com muito açúcar e bebidas alcoólicas. Uma das principais mudanças que os Suruí sofreram diz respeito à questão religiosa, com a inserção de não indígenas na sociedade indígena diversos missionários católicos e evangélicos foram até as TIs para tentar converter os indígenas. Isso fez com que muitos deles abandonassem as suas tradições religiosas e se convertessem ao catolicismo, criando um preconceito religioso dentro da própria sociedade paiter suruí, com aqueles que ainda seguiam os ritos tradicionais.

Atualmente, a etnia vive na Terra Indígena Sete de Setembro, que foi homologada em setembro de 1983, por meio do decreto 88.867. A terra fica localizada nos estados de Rondônia e do Mato Grosso, ocupando áreas nas cidades de Cacoal, Ministro Andreazza e Espigão D'Oeste, em Rondônia, e Rondolândia, no Mato Grosso, onde vivem 9,5% dos indígenas (Romero, 2014). A TI possui uma área de 248.146,921 hectares e a maioria da população vive no município de Cacoal (84,93%). Grande parte do território atual da TI se localiza próxima a BR 364, que liga Porto Velho a Cuiabá, o que facilita a entrada e saída da terra indígena.

Em 2011, a população paiter suruí era composta por 1.241 pessoas e saltou para 1.238 em 2022⁴, sendo esse o dado mais atualizado sobre a etnia. Esse crescimento ocorreu devido ao auxílio saúde que o governo passou a oferecer ao povo a partir de

⁴ Censo IBGE: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias>

1988 e também a instituições nacionais e internacionais que financiaram a capacitação de agentes de saúde indígenas. Os dados de 2011 mostram que a maioria dos indígenas eram crianças de 0 a 12 anos, sendo 550, e que nas faixas etárias de 13-19, 20-29 e 30-59 o número de pessoas era cerca de 250 em cada faixa, quanto ao sexo, havia 694 mulheres e 647 homens.

Amazônia: avanço da fronteira econômica e violência

Mesmo com a demarcação finalizada, os povos indígenas ainda sofrem com invasões de seus territórios por parte de mineradores, madeireiros e com ataques e ameaças de fazendeiros que têm interesses em suas terras. As invasões e ataques ocorrem porque o processo de colonização e ocupação dessa região continua acontecendo, como mostra o aumento da população da Amazônia Legal nos últimos 50 anos, que saltou de 6.931.759 habitantes na década de 1970 para 29.627.458 na década de 2010 (Silva, 2023).

Rondônia é um dos estados do Norte do país que tem o seu desenvolvimento ligado aos projetos de colonização agrícola e expansão rodoviária, executados durante a Ditadura Militar (Romero, 2020), o que levou a um fluxo migratório a partir da década de 1970 e o surgimento de diversas áreas de urbanização. Esse processo de urbanização serviu como um meio de inserir as sociedades tradicionais, que habitavam a Amazônia há séculos, ao modo de vida capitalista, transformando a relação que esses povos tinham com o trabalho e o consumo.

Essas mudanças foram muito influenciadas pelos imigrantes que vinham de outras regiões do país. A presença desses imigrantes gerou “uma sociedade migrante que não tem como valor referencial, e não parece ter ainda, a estética amazônica (natureza, rios e florestas, povos originários e comunidades tradicionais) como referência simbólica e valorização cultural” (Silva, 2023, p. 25), o que acabou criando uma sociedade que vive na Amazônia e que tem em sua base econômica a exploração e a destruição da floresta. Isso resulta nos conflitos de interesse que vemos até nos dias atuais, nos quais as singularidades dos povos tradicionais não são respeitadas e seus direitos, principalmente sobre a terra, são questionados e negados, mesmo em áreas que já foram demarcadas e homologadas.

Nas últimas décadas, os agentes do capital vêm se organizando no plano institucional, jurídico e social, para dismantelar as políticas ambientais e os direitos territoriais dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais. Eles buscam se apropriar de todas as terras que não estão servindo aos interesses do capital e gerando lucros; por isso, os territórios que os indígenas vivem, sejam eles homologados ou não, sofrem diretamente pressões de empresas, políticos etc., para que as situações dessas áreas sejam revistas e para que eles possam usufruir delas. A atuação desses indivíduos ocorre em diversas frentes ao mesmo tempo.

No plano institucional, buscam enfraquecer os órgãos públicos que são responsáveis pela fiscalização ambiental; no plano político, tentam por meio do Congresso Nacional, modificar leis ambientais, territoriais e de direitos humanos; eles defendem o agronegócio como sendo o motor do desenvolvimento econômico e social do país. Também realizam ataques diretos aos povos originários, usam a violência contra suas lideranças e população de modo geral, invadem suas terras, queimam seus bens e plantações, financiam o roubo de madeira, garimpos e grilagem. Vemos que o aumento da produtividade e das áreas ocupadas pelo agronegócio se relacionam diretamente com o aumento do desmatamento e da violência contra povos tradicionais, que mesmo aqueles grupos que vivem em territórios demarcados e protegidos por lei, sofrem com a ação do capital privado e que os órgãos do governo não conseguem garantir a segurança e o direitos das etnias indígenas, e nem da Amazônia (Silva, 2023).

Em 2022, o número de casos de violência contra os povos indígenas foi o maior dos últimos 9 anos, sendo que em Rondônia ocorreram 29 casos de invasão de Terras Indígenas com o objetivo de explorar ilegalmente os recursos naturais desses territórios, além disso houve também 2 assassinatos de indígenas (Cintra, 2022; Cruz, 2022). Mas as violências vão muito além da invasão de territórios: os povos nativos convivem com ameaças, sofrem racismo, assassinatos e existem muitas denúncias de violência sexual contra mulheres e crianças indígenas.

Em 2021, na Terra Indígena Sete de Setembro, foi realizada uma operação pela Polícia Federal em conjunto com a então Fundação Nacional do Índio, que levou à prisão em flagrante de 4 pessoas por envolvimento com atividades de desmatamento ilegal. A Polícia informou que foram encontrados diversos pontos com árvores

derrubadas, comunicadores e motos que eram utilizadas para deslocamento dentro da TI (Quatro..., 2021). A ativista ambiental e membro do povo paiter suruí, Txai Suruí, aponta que a destruição da Amazônia não se resume às árvores que são derrubadas ou queimadas, que além de todas as consequências que essas ações têm para o meio ambiente e a humanidade, os indígenas também correm risco quando vão fazer o monitoramento e defesa de seus territórios, ao fazerem isso eles colocam as suas próprias vidas em perigo (Scofield, 2022).

No fim do século XX, os Paiter Suruí passaram a utilizar as tecnologias que estavam disponíveis para travar a sua luta contra o garimpo ilegal, os grandes latifúndios, a extração ilegal de madeira e qualquer outra atividade que levasse à destruição do território que vivem, da floresta amazônica e das diversas populações que dependem dela. E é por meio da luta ambiental que surgiram os primeiros líderes paiter suruí que ganharam um grande destaque nacional e internacional. Com isso, os Paiter Suruí se tornaram uma das principais vozes do movimento ambientalista em todo o globo e ao mesmo tempo travam uma luta para manter viva a sua cultura e suas tradições, e passaram a buscar formas de afirmação de sua identidade (Romero, 2014; Júnior, 2016).

Por isso, a relevância das redes sociais se dá em parte pela autonomia e praticidade que elas trazem para a criação de conteúdos e documentos, sejam fotos, textos ou vídeos, e a proximidade entre quem produz conteúdo e quem consome. Os Paiter Suruí trabalharam com fotografia e vídeo antes de atuarem nas redes sociais, mas foram as mídias digitais que permitiram que a voz dos indígenas fosse ouvida por muito mais pessoas, esse alcance levou as narrativas paiter suruí a disputarem espaço com a História “Oficial” e com os conteúdos gerados pela mídia hegemônica sobre o povo. Essas novas tecnologias vão levar a uma produção mais democrática da história, a uma participação maior de grupos antes silenciados, uma diversidade de novos tipos de documentos e uma relação também mais próxima entre os historiadores e o público.

Os Paiter Suruí na História: História Pública e Autoridade Compartilhada

A internet criou a possibilidade das pessoas se apresentarem e representarem de diversos modos por meio das redes sociais, que possuem em sua maioria estruturas padrões, com um perfil para cada usuário, que contém informações pessoais desses indivíduos, sejam elas verdadeiras ou não, como nome, fotos e uma pequena descrição ou biografia, para citar apenas os mais comuns (Fragoso; Recuero; Amaral, 2011). Com o passar dos anos, o uso dessas ferramentas se tornou algo tão cotidiano e o número de usuários chegou aos milhares, o que levou a naturalização do uso das redes sociais como ambiente de trocas de informações e até mesmo de estabelecimento de relações de amizade, profissionais, entre outros.

As relações do mundo offline e online se influenciam mutuamente, não se podendo estudar as estruturas e acontecimentos que ocorrem nas redes sociais sem relacioná-los com eventos políticos, sociais, econômicos e históricos de fora delas. Podemos perceber essas correlações quando analisamos o perfil oficial dos Paiter Suruí no Instagram e vemos, por meio de fotos e vídeos, parte do seu cotidiano, que é marcado pela relação entre tradição e tecnologia, processo que é vivenciado pelos Paiter Suruí todos os dias no mundo atual. Por isso, ao estudar questões indígenas atualmente, não podemos deixar de pensar nas formas como os povos indígenas vêm sendo representados nas redes sociais, sendo um movimento importante observar tanto a autorrepresentação que eles vêm produzindo, quanto a forma como outras pessoas se referem a eles. O discurso que existe na internet surge com base em questões apresentadas fora do mundo virtual, mas também “através dessa rede discursiva, expressamos e simbolizamos nossa realidade cultural, criamos e incorporamos experiências e nos constituímos enquanto sujeitos sociais” (Medeiros; Souza, 2018).

A história não consegue se isolar das disputas e conflitos que ocorrem dentro das sociedades e, por isso, a forma como ela é elaborada e contada ao longo do tempo é marcada por ideologias e visões de mundo dos grupos dominantes de cada momento histórico. Por isso, a herança cultural que a colonização deixou para a Ciência Histórica no Brasil foi uma trajetória baseada nos ideais dos grupos dominantes, ou seja, em grande parte ela era produzida pela e sobre a elite, o que gerou séculos de silenciamentos e esquecimentos para diversos grupos sociais minoritários. Os povos indígenas foram um dos mais afetados, tanto pelas doenças trazidas pelos europeus no

início da colonização, a escravidão e as guerras, mas também pelo seu apagamento da História do Brasil ou por uma representação ora como selvagens ora como povos “dóceis” (Freire, 2010).

Os indígenas começaram a aparecer mais na historiografia brasileira a partir da década de 1980, mas ainda assim apenas em “raros trabalhos sobre guerras indígenas contra o colonizador, o índio quase nunca foi tratado como sujeito de nossa história” (Vainfas, 1999, p. 10), e ao serem retratados apenas como agentes passivos a sua participação na construção da sociedade brasileira foi apagada. A passagem do século XX para o XXI trouxe diversas questões para os historiadores quanto à história indígena. Muitos deles se ligam à maior participação política e social que os indígenas passaram a ter após a sua inserção na internet e nas redes sociais, na medida em que elas vão potencializar os seus discursos e suas lutas.

As redes sociais tornaram mais perceptíveis que os historiadores não são os únicos a terem domínio sobre a História e a produzirem materiais históricos. As publicações do povo paiter suruí em sua conta oficial no Instagram nos permitem ver uma versão da História do país que durante muitos séculos ficou silenciada e esquecida, mas no cenário atual as vozes indígenas finalmente vêm ganhando espaço. A partir dessas produções é possível pensar a construção de uma história que vem sendo feita por grupos minoritários, na relação dessas produções com o público e de que modo os profissionais podem atuar nesse contexto, pensando a construção de uma História Pública (Frisch, 2016; Carvalho, 2016; Almeida, Rovai, 2011).

A História Pública começou a ser melhor delimitada na década de 1970, quando historiadores dos Estados Unidos pensaram a atuação dos profissionais no mercado de trabalho, para além da academia, e na Inglaterra, que trazia uma perspectiva dos usos públicos do passado e da história voltada para fins políticos e ideológicos, isso diretamente influenciado pela onda de movimentos sociais que o continente estava vivenciando (Carvalho, 2016). Mais de 40 anos depois, os debates sobre essa questão ainda seguem acalorados, em parte devido ao surgimento da internet e das redes sociais, o que colocou em questão diversos aspectos de como a História “Oficial” foi construída não só no Brasil, mas em todos os países.

Um dos marcos iniciais da História Pública no Brasil foi o “Curso de Introdução à História Pública”, oferecido em 2011 pelo professor Ricardo Santhiago, na Universidade de São Paulo. O objetivo dessa atividade era tratar de questões mais práticas, como fazer memória empresarial, como trabalhar em conjunto história e audiovisual e os princípios básicos do trabalho em arquivo. O foco do curso era divulgar esse campo e ao mesmo tempo mostrar as possibilidades de inserção do profissional no mercado de trabalho, além de falar sobre a inserção da história nas mídias. Desde então a História Pública vem sendo trabalhada e entendida de formas variadas por profissionais, alguns aproximam a História Pública e a divulgação científica (Carvalho, 2016), outros buscam discutir as diferentes autoridades que existem sobre a história e as diferentes formas de se produzir conhecimento histórico (Frisch, 2016. Almeida, Rovai, 2011; Fagundes, 2017; Cauvin, 2019).

Nesse sentido, o problema da autoridade (Frisch, 2016) pode ser entendido como a visão de que todos têm conhecimentos sobre a história, seja por ter uma formação profissional, por ter presenciado um acontecimento ou ouvindo sobre a história do seu grupo de pessoas mais velhas. A linha que separa a história da memória é muito tênue, enquanto a história dos profissionais é marcada por métodos, a memória é um dos instrumentos que eles usam para construir a história, mas quando se fala da população de modo geral as duas se misturam e se complementam (Ricoeur, 2007). Assim, a memória é tanto uma elaboração individual quanto coletiva dos indivíduos, mas ela não é uma ciência, ela se constrói com base nas experiências que as pessoas vão adquirindo ao longo da vida e passa por constantes alterações e atualizações, pois as pessoas nunca se lembram de um acontecimento como ele realmente ocorreu, mas criam uma nova versão dele com base no que estão vivendo no presente.

Então, a História Pública e a História Oral se complementam ao trazerem para o centro do debate historiográfico a participação da população e os seus entendimentos sobre o passado e o presente. Os dois campos trazem questionamentos sobre a autoridade que os profissionais têm sobre a história e buscam encontrar formas de trabalhar esses dois tipos de conhecimento em conjunto, como explica Frisch:

A Shared Authority sugere algo que é, que na natureza da história oral e história pública nós não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores. Em vez disso, o processo de interpretação e de construção de

significados é, por definição, compartilhado. Até onde entendo, nós simplesmente não temos autoridade para distribuir por aí. Assim, argumentei, somos convocados nem tanto para “compartilhar autoridade”, mas para respeitar e entender a esta qualidade intrínseca (Frisch, 2016, p. 62).

A relação entre esses diferentes tipos de conhecimento em muitos momentos foi e continua sendo um problema para os historiadores, que não aceitam que a sua autoridade seja questionada. Mas quando os profissionais entendem que eles não detêm o controle e a autoridade total sobre a história, podemos falar em uma autoridade compartilhada entre eles e a população, que não aparece apenas como fonte, mas como detentores de uma autoridade a seu modo (Frisch, 2016; Fagundes, 2017). Assim, esses conhecimentos diversos podem se unir e criar uma história mais acessível, tanto quanto a sua linguagem quanto ao fato das pessoas conseguirem se identificar mais com o trabalho dos profissionais por se verem representadas neles.

Os Paiteer Suruí usam as redes sociais como uma ferramenta para mostrar a sua cultura, tradições e história, apresentando nelas a realidade que eles vivenciam todos os dias, um cotidiano que foi diretamente influenciado pela colonização e as marcas desse processo ainda afetam diretamente a vida desse povo. As redes sociais possibilitam que eles sejam vistos e ouvidos por milhares de pessoas, que muitas vezes não acompanham as pesquisas que os historiadores fazem sobre etnias indígenas, devido a linguagem mais rebuscada que esses materiais científicos possuem, como livros e artigos. Assim, a presença dos indígenas nas redes sociais aparece como uma alternativa e uma fonte mais próxima de informação sobre as culturas e histórias de diferentes grupos.

Seja no Instagram, TikTok ou outras redes sociais, os jovens indígenas se apropriam dessas ferramentas e produzem conteúdos que fogem do padrão do que é criado pela mídia hegemônica. As possibilidades que as redes sociais apresentam são diversas, como a publicação de fotos, vídeos curtos ou longos, textos, a utilização de legendas e músicas nos vídeos. Isso possibilitou aos indígenas uma autonomia maior para apresentar a história, cultura e tradições de seus povos, mostrando e ressaltando a diversidade que existe entre as diferentes etnias (Freire, 2010) e a realidade do que eles vivem nos dias atuais. Neste contexto, Leite aponta que:

O uso de tecnologias móveis vem expandindo as linhas de fuga dentro do contexto mercadológico que se impõem à construção de imagens e de imaginários sobre os povos indígenas. A partir da apropriação de recursos próprios da linguagem

contemporânea presente nas redes sociais, os jovens TikTokers indígenas utilizam o ciberespaço para se reapropriar da potência, individual e coletiva, de criação de imagens que melhor representam a eles e a suas crenças (Leite, 2022, p.14).

A apropriação das redes sociais pelos indígenas possibilita que alguns preconceitos que existem no ideário brasileiro sobre os diferentes povos sejam confrontados, como a ideia de que não existem diferenças entre as etnias indígenas, o que anula a diversidade cultural e histórica que esses povos apresentam (Freire, 2010). Os Paiter Suruí fazem questionamentos sobre esse tema em seu perfil no Instagram, com postagens que discutem o assunto e levam a pensar sobre o apagamento que os diferentes povos indígenas sofreram ao longo da história.

Além disso, muitos ainda enxergam os indígenas como povos congelados no tempo e tem uma visão estereotipada de como deveria ser um indígena, “nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha, tal como foi descrito por Pero Vaz de Caminha. E essa imagem foi congelada. Qualquer mudança nela provoca estranhamento.” (Freire, 2010, p. 14), então a utilização dessas tecnologias é vista como uma negação da sua condição de indígena, o que nega também as transformações sociais que qualquer grupo humano passa ao longo do tempo, principalmente, quando ocorre o encontro de diferentes culturas.

Outro pensamento que ainda é muito forte é o de que os indígenas não fizeram parte da construção do Brasil e do povo brasileiro, o que anula a atuação de diversos povos desde o período colonial, passando pela ocupação mais recente da Amazônia e chegando aos dias atuais. As transformações culturais que os Paiter Suruí passaram ao longo do tempo também aparecem como temas de postagens no perfil oficial do povo no Instagram, buscando refletir sobre como a cultura não é algo estagnado no tempo, mas, sim, que ela está sempre se alterando. Assim, a produção de conteúdos para a internet por jovens indígenas cria um novo tipo de relação com o público, no qual eles fazem perguntas, tiram dúvidas, falam o que eles gostariam de ver e saber sobre essas etnias, e aos poucos os indígenas conseguem desconstruir muitas dessas ideias equivocadas sobre os povos originários.

Apresentação do povo Paiter Suruí na rede social Instagram

Em 2010, Mike Krieger e Kevin Systrom criaram o Burbn, uma rede social que permitia o compartilhamento de fotos, mas logo seus criadores perceberam que o uso dela era muito complicado. Então, no mesmo ano, essa rede foi toda reprogramada e ganhou o nome de Instagram. No primeiro momento, os usuários podiam apenas colocar filtros em suas fotos e compartilhá-las em outras redes sociais como o Facebook e o Twitter. Com três meses no mercado, o Instagram alcançou a marca de 1 milhão de usuários (Entenda..., 2012). Dois anos depois, o Instagram foi comprado por Mark Zuckerberg, que é dono do Facebook, por 1 bilhão de dólares (Facebook, 2012).

A quantidade de usuários e de conteúdos que são produzidos dentro dessa rede social é enorme, e essas informações podem ser entendidas como documentos históricos, a partir do momento em que os usuários projetam e expõem partes selecionadas das suas vidas ou criam materiais para discutir assuntos profissionais, científicos e cotidianos. Nesse sentido, Carvalho (2016) afirma que pensar a relação entre História Pública e as redes sociais é extremamente importante no mundo atual, pois elas reúnem milhares de pessoas de diferentes lugares, que ocupam espaços sociais diferentes e formam um amplo público, em uma dimensão que os historiadores nunca antes tiveram acesso.

Aas redes sociais vão permitir que os sujeitos se apresentem, seja por meio de fotos, vídeos ou textos, o que mostra que as duas formas mais antigas de passar informações ainda são muito utilizadas, a fala e a escrita, o que se altera são as plataformas em que elas acontecem e o alcance que as informações passaram a ter. Assim, conforme os indígenas ocupam as redes sociais e conquistam espaço nas mídias não tradicionais, as diferentes etnias vão tomando o controle da narrativa da sua história, tanto dos acontecimentos do passado quanto do presente, e aos poucos vão encontrando maneiras próprias de se apresentarem e representarem nesses novos espaços.

Nesse contexto, os Paiter Suruí criaram em 2019 um perfil oficial para o povo, que em sua descrição diz ser voltado para narrativas independentes sobre povos indígenas. Isso mostra que o objetivo da etnia com o perfil é tanto ter um local próprio para abordar questões referentes aos Paiter Suruí, mas ao mesmo tempo falar sobre temas que afetam outros povos ou todos os povos indígenas do Brasil.

A primeira publicação foi feita em 10 de fevereiro de 2019 e atualmente o perfil conta com 2.190⁵ mil postagens. Os conteúdos publicados vão desde fotos e vídeos de membros da etnia, da realização de festas tradicionais e rituais, atividades cotidianas, sendo, assim, marcado pela junção do uso de tecnologias e da cultura tradicional dos Suruí. São também compartilhadas postagens de outros perfis e são feitas denúncias de ações ilegais que os afetam, como queimadas e desmatamento.

Devido a grande quantidade de publicações foi delimitado um espaço temporal de 2021 a 2022, anos que foram marcados pela pandemia de Covid-19 e pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que alinhado à extrema direita se colocou diversas vezes contra os povos indígenas e seus direitos. O *corpus* desta pesquisa se deteve nas publicações do povo paiter suruí em sua conta oficial do Instagram, buscando analisar aquelas que falam diretamente sobre o Acampamento Terra Livre, ATL, por se tratar de um tema pertinente à causa indígena no Brasil nas últimas décadas.

O ATL aconteceu pela primeira vez em 2004, quando uma ocupação foi realizada por povos indígenas do Sul do Brasil, na frente do Ministério da Justiça, na Esplanada dos Ministérios (No..., 2023). O movimento ganhou força e diversas etnias de todo o país aderiram à mobilização, que passou a acontecer todos os anos e se tornou um centro de debates, manifestações e de tomada de decisões políticas por parte dos indígenas, que, muitas vezes, devido à extensão territorial do Brasil, não têm contato com grupos de outras regiões.

O Acampamento se tornou um dos principais movimentos políticos dos povos indígenas do Brasil. Em 2022, o movimento reuniu cerca de 8 mil indígenas de mais de 200 diferentes povos de todas as regiões do país em Brasília e os indígenas conseguiram abrir caminho para a eleição das deputadas federais Célia Xakriabá e Sônia Guajajara, além de ter possibilitado a criação do Ministério dos Povos Indígenas.

Essas movimentações políticas dos indígenas nos últimos anos mostram como a relação entre o mundo on-line e off-line estão ligadas e se influenciam mutuamente, nesse sentido Romero aponta que:

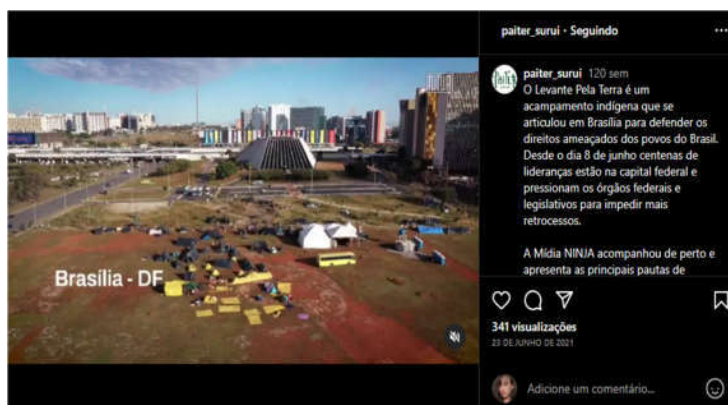
[...] a Internet tornou-se uma ferramenta capaz de articular os protestos de uma forma rápida e espontânea. As câmeras integradas, hoje em dia, em praticamente todos os

⁵ Dado recolhido em 27/12/2023

celulares representam uma arma nas mãos do povo, para lutar contra a manipulação midiática. Postando os vídeos e fotos na Internet, de forma instantânea, abre-se uma janela, diferente das mídias tradicionais, para observar os acontecimentos (Romero, 2014, p. 132).

Assim, as postagens feitas pelos Suruí em seu perfil no Instagram se ligam a outras manifestações e ações que o povo e outras etnias realizaram em prol da luta por seus direitos e territórios. Durante os dois anos analisados foram feitas 21 postagens sobre o ATL, sendo duas em 2021 e 19 em 2022. A primeira postagem de 2021, uma imagem, foi publicada no dia 7 de abril e mostra a ativista Txai Suruí com algumas palavras escritas em seu corpo, como mulher, direito e resistência, em forma de protesto. A segunda postagem, um vídeo, foi feita em 23 de junho e mostra a organização do Acampamento em Brasília, que contou com a presença de indígenas de diferentes etnias, que aparecem usando objetos tradicionais de seus povos, como cocares, colares e pintura corporal.

Imagem 1 - Acampamento Terra Livre



Fonte: Perfil oficial do Suruí no Instagram

O vídeo apresenta, ainda, um texto que fala um pouco sobre as imagens que estão sendo mostradas e sobre o ATL. A legenda ressalta a importância do movimento e relata como ocorreu a sua criação, o que mostra que a intenção dos Paiter Suruí com esse tipo de publicação é realmente levar informação para pessoas não indígenas e apresentar uma parte das lutas que eles enfrentam no mundo atual. O uso do cocar e outros objetos tradicionais aparecem para afirmar a identidade indígena, como afirma Bonin:

Ao se mostrarem para as câmeras portando objetos e ornamentos como cocares, arcos e flechas – mesmo que tais objetos componham também um sistema de signos estereotipados sobre suas identidades na historiografia oficial –, os índios, no contexto da marcha, investiram na produção de uma representação genérica de suas identidades como estratégia para conferir visibilidade às suas demandas sociais e políticas (Bonin, 2018, p. 11).

Vemos que os indígenas usam a representação estereotipada do “índio” que existe no imaginário brasileiro, como uma ferramenta de afirmação de suas identidades e de protesto, pois sabem que ao se caracterizarem desse modo terão uma repercussão maior. Ações como o ATL seguem sendo uma das principais bases do movimento indígena no Brasil e marcam a defesa dos seus direitos. Mas a internet e redes sociais também aparecem como ferramentas essenciais, como podemos ver pelas publicações que foram feitas, apresentando um pouco da forma como os indígenas se organizam no mundo atual e lidam com questões políticas e sociais.

A capacidade de compartilhamento e de alcance de um grande público das redes sociais é essencial para conscientizar a população sobre a história das sociedades indígenas, mas também para combater estereótipos e mostrar que os indígenas não são parte do passado brasileiro, mas, sim, que são populações diversas com culturas diferentes e únicas que ainda fazem parte da sociedade (Freire, 2010).

Desse modo, as produções dos Paiter Suruí em seu perfil oficial no Instagram servem como um meio de acesso a história desse povo, sem a intermediação de um profissional e mostram a tomada da sua narrativa histórica pelos Paiter Suruí. “Em mobilizações como o Acampamento Terra Livre e em marchas que reúnem distintas etnias com um objetivo comum, muitos signos são acionados de modo estratégico” (Bonin, 2018), assim, ao mesmo tempo que eles negam esse estereótipo, eles se apropriam dele em momentos em que percebem que podem ganhar mais visibilidade usando vestimentas e objetos tradicionais.

Em 2022, foram feitas 19 postagens no total sobre o ATL, que começam mais uma vez mostrando a juventude indígena paiter suruí se preparando para a viagem até Brasília e a legenda faz um resumo do que é o acampamento e da sua importância para as etnias indígenas. A segunda imagem mostra as barracas dos Paiter Suruí no acampamento e de novo a descrição apresenta uma explicação sobre o ATL, mostrando

como o Instagram serve como uma ferramenta de apresentação dos Paiter Suruí para o mundo e busca relatar as principais atividades que o povo desenvolve e participa.

Outras nove postagens são imagens de membros da etnia paiter suruí ou de outros grupos participando de atividades durante o ATL e todos se apresentam usando cocares, colares, pulseiras e pinturas corporais que são características desses povos, mostrando mais uma vez como em evento políticos os povos originários se apropriam da visão estereotipada que existe sobre eles na sociedade brasileira. Ao fazerem isso eles conseguem ter um alcance e um impacto maior, fazendo um movimento tanto de apropriação quanto de negação da categoria de “índio”, que a população não indígena os insere. As legendas das fotos sempre buscam dizer qual o contexto da fotografia, a importância do ATL e da luta que os indígenas estão realizando por meio desse movimento. Uma outra imagem traz Almir Suruí junto a outra liderança indígena e a legenda fala sobre a articulação entre diferentes etnias que acontece durante o ATL.

Imagem 2 - Acampamento Terra Livre 2022



Fonte: Perfil oficial dos Paiter Suruí no Instagram

As atividades do acampamento também são retratadas em 7 vídeos. Neles, vemos a preparação para reuniões, danças tradicionais, rituais, rodas de conversa e apresentações musicais, aparecem indígenas de diferentes povos, mostrando como o evento reúne etnias de todo o país e como esse é um momento em que diversas questões

políticas, sociais, culturais e ambientais são debatidas em conjunto, buscando melhorias pelos povos tradicionais.

Questões políticas não aparecem apenas nesses momentos específicos, como o ATL, mesmo quando estão mostrando atividades tradicionais do seu povo, como a pintura corporal e a confecção de artesanato, ou quando apresentam as transformações culturais que o povo sofreu ao longo dos anos, como o uso da tecnologia que passou a fazer parte da defesa da floresta e monitoramento do seu território. O Instagram serve como um arquivo sobre a história do povo e pela primeira vez são eles que decidem quando, o que e como as informações vão ser compartilhadas, a rede social permite uma ligação entre o modo tradicional de apresentar as suas histórias e memórias, a oralidade, junto com os meios que eles foram aprendendo ao longo das últimas décadas devido ao contato com os não indígenas, a escrita e a língua portuguesa.

As redes sociais aparecem como aliadas dos povos originários, que encontraram nelas uma forma de contar a sua história e também de registrar parte da sua luta política, engajando com pessoas de todo o Brasil as suas ações e demandas. A política não aparece apenas em momentos de denúncia, mas mostram as vitórias que eles têm alcançado, como no vídeo publicado em 20 de abril de 2023, que fala que pela primeira vez na história do Brasil os indígenas comemoraram o “Dia dos Povos Indígenas” e não mais o “Dia do Índio”. Essa data que antes simbolizava a ideia de que todos os povos indígenas eram iguais e ajudava a manter vivo no ideário do brasileiro o estereótipo de como deveria ser um “índio”, agora marca a diversidade dos povos originários e o resultado de suas lutas políticas.

Conclusão

A produção dos Paiter Suruí no Instagram foi analisada para entender de que modo o povo usa essa rede social como uma forma de apresentar e representar a si mesmo. Devido a grande quantidade de postagens, foi delimitado que seriam analisadas aquelas realizadas em 2021 e 2022, que se relacionam com o ATL, que aparece como uma das principais ações políticas realizadas pelos indígenas no Brasil. Durante o período delimitado foram feitas 21 publicações sobre o Acampamento e foi observado

que não existe um padrão nessas postagens, pois em 2021 foram encontradas 2 postagens sobre o tema e 19 em 2022.

Ao analisar um tema político que envolve os Paiter Suruí foi possível observar que eles costumam se apresentar usando objetos tradicionais do povo, como cocares, pulseiras e colares, seja nas atividades do ATL em Brasília ou em manifestações dentro da terra em que vivem. Assim, vemos que eles se apropriam da ideia “índio”, que a sociedade brasileira ainda tem, como uma forma de conseguir mais visibilidade para as ações que estão realizando. Eles confrontam esse estereótipo em postagens em seu perfil no Instagram, mas também o utilizam como uma forma de protesto em momentos específicos.

Desse modo, a rede social Instagram é vista como uma ferramenta e uma fonte de História Pública, pois os Suruí usam a rede como uma forma de arquivo vivo, que não apresenta a sua história de forma linear. Temos fotos e vídeos antigos compartilhados juntos com conteúdos do presente, postagens que mostram fotos do momento do contato oficial junto com fotos das atividades cotidianas do povo. Nesse sentido, passado e presente, memória e história se misturam na forma como os Paiter Suruí vem se apresentando e representando no Instagram. Essas formas de representação mostram as transformações que o povo vem passando ao longo dos anos. A sua forma tradicional de narrar acontecimentos é pela via oral, mas a maioria das postagens são compostas por fotos e textos, que buscam mostrar suas vivências no presente, mas também parte do seu passado, que se constituiu em história, que antes era controlado por indivíduos de fora, mas que agora os Paiter Suruí têm acesso e usam ao seu modo.

Os Paiter Suruí usam o Instagram como uma forma de se mostrar para os não indígenas, alcançando assim um público mais amplo e diverso. O objetivo é conseguir aproximação com a população fazendo com ela tenha uma visão mais crítica sobre a história do país, entendendo mais sobre o povo paiter suruí e sobre questões gerais que afetam os povos originários de modo geral. Essas publicações mostram que eles cada vez mais vêm dominando as ferramentas criadas pelos não indígenas e usando elas a seu favor. Eles se apropriam do mundo on-line como uma extensão do mundo off-line e projetam aquilo que eles querem que mais pessoas tenham acesso e vejam, tendo a

dimensão de que as redes sociais não conseguem captar exatamente aquilo que eles vivenciam, mas serve como um intermediário entre eles e uma ampla audiência.

Referências bibliográficas

- Almeida, Juniele Rabelo de; Rovai, Marta Gouveia de Oliveira. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- Bonin, Iara Tatiana; Kirchof, Edgar Roberto; Ripoll, Daniela. Disputas pela Representação do Corpo Indígena no Twitter. Porto Alegre: *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, v. 8, n. 2, p. 219-247, abr./jun. 2018.
- Carvalho, Bruno Leal de. História Pública e Redes Sociais na Internet: Elementos iniciais para um debate contemporâneo. Rio de Janeiro: *Transversos: Revista de História*, v. 07, n. 07, 2016.
- Cauvin, Thomas. A Ascensão da História Pública: Uma perspectiva internacional. Campo Mourão: *Revista NUPEM*, v. 11, n. 23, p. 8-28, maio/ago. 2019.
- Cruz, Jaíne Quele. TI Uru-Eu-Wau-Wau foi a que mais sofreu ameaças de desmatamento na Amazônia Legal em 2021. *GI - Rondônia*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/natureza/amazonia/noticia/2022/04/20/ti-uru-eu-wau-wau-foi-a-que-mais-sofreu-ameaca-de-desmatamento-na-amazonia-legal-em-2021.ghtml>. Acesso em: 25 jun. de 2023.
- CINTA Larga - Povos Indígenas no Brasil, 2021. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Cinta_larga. Acesso em: 24 jun. de 2023.
- ENTENDA a curta história do Instagram, comprado pelo Facebook. *GI - São Paulo*, 10 de abril de 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/04/entenda-curta-historia-do-instagram-comprado-pelo-facebook.html>. Acesso em: 25 abr. de 2023.
- Freire, José Ribamar Bessa. A Herança cultural indígena, ou cinco ideias equivocadas sobre os índios. in: Araújo, Ana Carvalho Ziller de. *Cineastas indígenas, um outro olhar: guia para professores e alunos*. Olinda: Vídeo nas Aldeias, 2010.
- Fragoso, Suely; Recuero, Raquel; Amaral, Adriana. *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- Frisch, Michael. A História não é uma via de mão única ou de A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. in: Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo de; Santhiago, Ricardo. *História Pública no Brasil - Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- Fagundes, Bruno Flávio Lontra. O que é, como e porquê História Pública? Algumas considerações sobre indefinições. in: *VIII Congresso Internacional de História: Bahia*, 2017.
- FACEBOOK anuncia compra do Instagram. *GI - São Paulo*, 09 de abril de 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/04/facebook-anuncia-compra-do-instagram.html>. Acesso em: 24 maio de 2023.
- Júnior, Carlos Fernando dos Santos. Memórias Indígenas e História Pública: Historiografia e emergência étnica no Nordeste contemporâneo. in: *X Encontro Estadual ANPUH - PE: História e contemporaneidade: Articulando espaços, construindo conhecimento*, 2016, Recife.

Leite, Caroline de Souza Ferreira. Do vídeo nas aldeias aos TikTokers indígenas: perspectivas decoloniais de produção de imagens através do vídeo e dos smartphones. Rio de Janeiro: *Concinnitas*, 2022.

Medeiros, Nair Cristina Carlos de. Souza, Claudete Cameschi de. Notas Sobre os Processos de Constituição Identitária de Indígenas Terenas nas Redes Sociais. Dourados: *Revista Arredia*, v.7, n.12, jan./jun. 2018.

NO 19º Acampamento Terra Livre, Joenia Wapichana garante que Funai dará prioridade às demarcações. Ministério dos Povos Indígenas, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/no-19o-acampamento-terra-livre-joenia-wapichana-garante-que-funai-dara-prioridade-as-demarcacoes>. Acesso em: 11 jul. 2023.

QUATRO pessoas são presas em área de desmatamento ilegal na Terra Indígena Sete de Setembro em RO e MT. *GI - Rondônia*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/07/02/quatro-pessoas-sao-presas-em-area-de-desmatamento-ilegal-na-terra-indigena-sete-de-setembro-em-ro-e-mt.ghtml>.

Acesso em: 11 jul. de 2023.

Romero, Zeus Moreno. *Os Paiter Suruí: do arco e flecha às tecnologias do século XXI*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, 2014.

Romero, Zeus Moreno. *Memórias do Contato: os indígenas Paiter Suruí e o avanço da fronteira econômica*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, 2020.

Ricoeur, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

Scofield, Laura. Txai Suruí: “Não estão queimando só a Amazônia, estão queimando as pessoas lá também”. *Brasil de Fato*. São Paulo, 20 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/20/txai-surui-nao-estao-queimando-so-a-amazonia-estao-queimando-as-pessoas-de-la-tambem>. Acesso em: 25 maio de 2023.

Silva, Ricardo Gilson da Costa. *A desamazonização da Amazônia: conflitos agrários, violência e agrobandidagem*. in. Silva, Ricardo Gilson da Costa. *Territorialidades e educação geográfica na Amazônia*. Porto Velho, Temática Editora e PPGG/UNIR, 2023.

Vainfas, Rodolfo. *Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: *Tempo*, 1999.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 22/01/2024
Aprovado em: 11/07/2024

História pública e memória: as faces da memória em Carmo do Cajuru (MG)

Wendy Rabelo SILVA¹

Flávia Lemos Mota de AZEVEDO²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo a discussão sobre a história pública e sua prática no âmbito local, especificamente em Carmo do Cajuru (MG). Sabendo que tal exercício de história e memória vai além da produção acadêmica, o presente estudo busca conhecer as formas de produção de história e memória do município, discutindo também os meios que a comunidade recebe, acessa e compreende a história. Tais discussões permitem identificar, igualmente, memórias privilegiadas e negligenciadas. Assim, com o intuito de reconhecer os lugares de memória, como se dá a produção e preservação daquilo que faz parte da narrativa histórica de Carmo do Cajuru, este estudo procurou contribuir com a História pública local a partir da análise e sistematização das informações produzidas e difundidas sobre a história do município, colaborando com a identificação de uma construção de uma identidade social local.

Palavras-chave: História pública; memória; Carmo do Cajuru.

¹ Graduação em História pela UEMG Divinópolis. Pós-graduada em Gestão e Projeto de Patrimônio Cultural pela UEMG. Universidade do Estado de Minas Gerais. Divinópolis. MG. Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5121434135824366> E-mail: wendysilvahist@gmail.com

² Mestra em História pela Universidade de Brasília – UNB. Professora do curso de graduação em História da UEMG, unidade Divinópolis. Coordenadora do Centro de Memória da UEMG - Unidade Divinópolis. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3003446261916786>. E-mail: flavia.azevedo@uemg.br.

Public history and memory: the faces of memory in Carmo do Cajuru (MG)

Abstract: This article aims to discuss public history and its practice at the local level, specifically in Carmo do Cajuru (MG). Knowing that this exercise of history and memory transcends academic production, the present study seeks to know the forms of production of history and memory in the municipality, also discussing the means that the community receives, accesses and understands history. Such discussions also allow us to identify privileged and neglected memories. Thus, in order to recognize the places of memory, how the production and preservation of what is part of the historical narrative of Carmo do Cajuru takes place, this study sought to contribute to the local public history from the analysis and systematization of the information produced and disseminated about the history of the municipality, collaborating with the identification of a construction of a local social identity.

Keywords: Public history; memory; Carmo do Cajuru.

História pública: desafios e possibilidades

A história, em seu processo de constituição e afirmação como disciplina científica procurou, no final do século XIX, distanciar-se e diferenciar-se dos antiquários, memorialistas, genealogistas e biógrafos, que estavam mais interessados em enaltecer os grandes feitos e personagens. A partir desse distanciamento, empenhou-se em adotar um método histórico ligado ao trabalho documental e à análise crítica como única via para a produção do conhecimento histórico científico. Nesse processo, a história relegou para segundo plano o conhecimento produzido por sujeitos não profissionais, mas diletantes, que se dedicavam ao registro e à narrativa do passado. Entretanto, ao nos dedicarmos ao estudo da história local, especialmente em municípios de menor porte, percebemos que o pouco registrado sobre seu passado está intimamente ligado à atividade dos antiquários e memorialistas. Sem o trabalho desses indivíduos e os registros por eles produzidos, enfrentaríamos consideráveis dificuldades para pesquisar e documentar a história local. Eles podem ser considerados precursores daquilo que hoje denominamos de História Pública.

Embora o termo "História Pública" ainda seja pouco utilizado no Brasil (em parte pelo fato de ter sido introduzido há cerca de 15 anos), a prática que ele representa existe há muito tempo e se manifesta de diversas formas. Essa abordagem pode ser compreendida como a narrativa histórica compartilhada, que transita entre a curiosidade, o deleite e o entretenimento por meio de veículos como jornais, cinemas, teatros e documentários. Além disso, ela se expressa por meio da arte e do meio digital, ocupando espaços em museus, empresas privadas, escolas, política, entre outros setores. E, de acordo com Juniele Rabêlo Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai:

A história pública é uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões. Num esforço colaborativo, ela pode valorizar o passado para além da academia; pode democratizar a história sem perder a seriedade ou o poder de análise (2011, p. 7).

Dessa maneira, compreende-se que a História Pública é elaborada para, com e pelo público. Em certos contextos, pode se configurar como uma "história encomendada", atendendo setores privados e familiares, por meio do trabalho de memória institucional, por exemplo. Isso contribui para a percepção de que existe uma

ampla demanda historiográfica que se dirige a diversos públicos. Essa demanda abrange desde o aluno do ensino fundamental e médio (que ao cursar a disciplina de história, compreende, naquele momento, seu lugar enquanto cidadão que opera em seu meio social e fazendo, assim, parte da relação passada, presente e futuro), ao executivo que valoriza a memória de sua organização e confia, aos divulgadores, a responsabilidade de produzir narrativas históricas a respeito dela. Mauad, Almeida e Santhiago definem a História Pública também como a "possibilidade de compartilhamento de um mundo comum" (2016, p. 13), ressaltando a importância da divulgação histórica para que a comunidade, como um todo, reconheça a memória, as tradições, a história e o patrimônio como elementos integrantes de sua identidade social.

No entanto, podemos perceber uma resistência e, por vezes, uma negligência em relação às produções de registros daquilo que podemos denominar como História Pública pelos historiadores. Isso ocorre mesmo considerando que ela persiste, de forma não institucionalizada, como um horizonte de preocupações que vão além da esfera "científica, formal e burocratizada" (Mauad *et al.*, 2016, p. 12). Nos últimos anos, o trabalho da Rede Brasileira de História Pública – RBHP, originada nos debates na Universidade de São Paulo – USP, em 2012, tem buscado integrar essas questões ao contexto acadêmico e, desse modo, aproximar os historiadores das iniciativas de história e memória de diversos grupos sociais. Assim, a RBHP procura promover a convergência desses domínios, desde a fase "cientificista", contribuindo para o avanço do trabalho histórico e o engajamento dos variados atores e instituições envolvidos na documentação e na escrita do passado. Embora, por algumas vezes, seja erroneamente percebida como uma forma de história inferior – o que não é o caso, pois implica "uma contínua negociação entre conteúdo e apresentação, com cortes, simplificações, reduções e condensações" (Mauad *et al.*, 2016, p. 29) –, essa área busca estabelecer um diálogo profundo e frutífero com a comunidade, atendendo à sua demanda social por uma história significativa. Assim:

Fazer história pública não é só ensinar e divulgar certo conhecimento. Pressupõe uma pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos. É um novo caminho de conhecimento e prática, de como se fazer história, não só pensando na preservação da cultura material, mas em como colaborar para a reflexão da comunidade sobre sua própria história, a relação entre passado e presente. Enfim, como tornar o passado útil para o presente. (Almeida; Rovai, 2011, p. 8)

A História Pública opera com o princípio de se manifestar em diferentes meios e formas, tanto em escala global, quanto local. Trata-se de uma produção que estabelece canais para a divulgação de memórias e narrativas. É com base nessas considerações sobre o potencial da História Pública que o presente estudo busca analisar o trabalho realizado em nível local, no município de Carmo do Cajuru, Minas Gerais. É importante ressaltar que o processo de identificação da própria história e a construção de uma identidade social estão condicionados ao contexto em que ocorrem e operam (Neves, 1997), possuindo, portanto, sua própria historicidade. Dessa forma, tem-se que:

Esse interesse aponta para a possibilidade de fomento de projetos que procurem articular a história em suas esferas global e local, traduzindo-se em discursos historiográficos que não percam o rigor da produção científica, mas que, por outro lado, promovam a construção, compreensão e difusão de múltiplas identidades, levando em conta especificidades regionais, locais e sociais, entre outras (CORREIO, 2014, p. 6-7)

Renata Schittino, ao evocar a discussão arendtiana, destaca a definição da filósofa, na qual "público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele" (Arendt, 2016, p. 129). Portanto, "o mundo público é o próprio vínculo compartilhado" (Schittino, 2016, p. 40). É evidente que existe uma demanda histórica para além dos limites da academia que merece ser reconhecida neste debate, como podemos observar no caso específico da História de Carmo do Cajuru, em Minas Gerais. Apesar da escassez, para não dizer inexistência, de produções historiográficas especializadas, encontramos diversas iniciativas voltadas para registrar, preservar e comunicar a história do município. Dessa forma, em Carmo do Cajuru, é possível identificar alguns atores e instituições que, mesmo fora do âmbito acadêmico, empenharam-se em registrar e comunicar esse passado. José Newton Coelho Meneses resume o que motiva e engaja a população nessa produção de memória e história, ao afirmar que o passado é como "um lugar que todos desejam visitar; um tempo que todos procuram compreender" (Meneses, 2016, p. 328).

Nesse contexto, torna-se evidente a pertinência da relação entre memória – incluindo as heranças patrimoniais – e as manifestações da história local, pois é a partir delas que se constrói a identidade histórica. Conforme destacado por Jacques Le Goff, a memória é "um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou

coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia" (Le Goff, 2003, p. 469). A memória representa um registro do passado e o historiador, o memorialista e/ou o divulgador histórico desempenham um papel significativo na organização das experiências, na construção do que se denomina como memória coletiva:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (Le Goff, 2003, p. 422)

Dessa forma, ao investigar a história pública de Carmo do Cajuru, deparamo-nos com o anseio por memória e história, manifestado por meio de diversos registros e instituições. O presente artigo aborda as iniciativas de construção da narrativa histórica do município, percorrendo diferentes empreendimentos relacionados à memória e à história local. Nosso objetivo é identificar e analisar as estratégias de construção da memória e da história em Carmo do Cajuru, estabelecendo conexões com as possibilidades e desafios da prática da história pública. Para isso, é necessária a análise dos acervos e dos locais de memória da cidade, das produções bibliográficas dedicadas ao local, inventários do patrimônio cultural e o trabalho dos memorialistas. Sendo assim, nos deteremos em algumas iniciativas, em particular: o Museu e Arquivo Sacro-Histórico da Paróquia Nossa Senhora do Carmo; a Casa da Cultura de Carmo do Cajuru; as Fichas de Inventário de Proteção do Acervo Cultural – IPAC e o trabalho dos memorialistas.

No livro *Emancipação de Carmo do Cajuru* (2020), de autoria de José Demétrio Coelho, primeiro prefeito do município, a escrita do memorial, redigido por volta das décadas de 1940 e 1950, é justificada como uma forma de expressar "gratidão pelo bem que alguém tenha feito a esta terra; que sabe reconhecer o valor e devotamento daqueles que trabalham com desinteresse e abnegação pelo seu engrandecimento" (Coelho, 2020, p. 3), refletindo a tradição da cidade em honrar seus antepassados.

Portanto, as discussões a seguir evidenciam a estreita relação entre o conhecimento histórico e a identidade social, que estão indiscutivelmente interligados.

Conforme destacado por Corgozinho, é de suma importância apresentar o patrimônio histórico-cultural como um elemento contribuinte dos diversos segmentos e identidades que se formam em uma localidade, pois isso estimula "o sentimento de pertencimento, enraizamento, e o respeito de todos pelo patrimônio construído" (2003, p. 78).

A história de Carmo do Cajuru segundo seus memorialistas

Registra-se que o povoado teve sua fundação por volta de 1715, inicialmente conhecido simplesmente como Cajuru, integrando uma das vinte freguesias de Pitangui. Diomar (2000) menciona alguns dos primeiros nomes das fazendas que compreendiam o território de Cajuru no século XVIII, a saber: Empanturrado (pertencente a Antônio Rodrigues Pereira), Marimbondo (de propriedade do Capitão Manoel de Medeiros Rosa), Contendas (de Isabel Felícia da Silva), Estiva e Olaria (de Manoel Lopes Ribeiro), além da Fazenda Cajuru (de Manoel Rodrigues Guimarães), entre outras. Estas propriedades, atualmente, abrangem povoados e pontos turísticos, como é o caso da Fazenda do Cajuru, localizada nas proximidades do Morro da Cruz (próximo ao bairro Jardim Alvorada).

Quando buscamos pelas origens de Carmo do Cajuru, nos deparamos com muitas incertezas. São, geralmente, hipóteses enumeradas, principalmente por Oswaldo Diomar (2000). Uma das histórias mais curiosas sobre a fundação do arraial traz à tona um conto popular envolvendo uma fazendeira chamada Felipa Peixota. Segundo esse conto, ela teria obtido uma vasta Sesmaria ao presentear o Príncipe D. João (mais tarde D. João VI) com "um carneirinho feito de ouro extraído de suas minas das Lavrinhas" (Diomar, 2000, p. 28). Essas terras compreenderiam as localidades de Cajuru, Itaúna, São Gonçalo do Pará e Igaratinga. Apesar da incerteza sobre se todo esse território de fato lhe pertencia, Felipa Peixota é descrita como:

[...] mulher muito corajosa e trabalhadora. Saía com seus 200 escravos, abrindo picada no sertão, fazendo estivas sobre os pântanos e pontes improvisadas sobre os córregos. Pernoitava no mato, numa barraca improvisada à margem de um rio ou de um córrego e levantava de madrugada, no outro dia, para continuar a faina diária. Era uma mulher destemida, até meio masculinizada, de acordo com os costumes de hoje. Sobre estivas e pontes improvisadas passava com seus inúmeros escravos, conduzindo mulas

carregadas de carga, que eram alimentos, ferramentas e agasalhos. Nada lhe tapava o caminho. Foi uma verdadeira bandeirante! (Diomar, 2000, p. 28)

A narrativa é um tanto interessante e preciosa, pois nos faz refletir sobre a participação das mulheres nas origens das cidades brasileiras, sobretudo nas áreas interioranas das Minas Setecentistas. Sabe-se que destacar a figura feminina na história tem sido uma luta contra o silenciamento dessas personagens e, sobre isso, Luciano Figueiredo, aponta que:

Os caminhos da história da mulher não se contam de modo claro e definido. São percursos sinuosos, intrincados, ao longo dos quais o historiador precisa dispersar cargas de muito preconceito presente nas fontes, desconfiar de suas lacunas, duvidar de suas verdades (Figueiredo, 2006, p. 142).

Assim, independentemente de ser considerado um conto popular, encontrar tal contribuição para entender as origens de Carmo do Cajuru, realça aspectos constantemente apagados e não aprofundados, discorrendo sobre mulheres em práticas exploratórias e de liderança.

No que diz respeito à história política e administrativa da cidade, temos conhecimento de que, por volta de 1856, com a criação de Pará de Minas, Cajuru foi desmembrada de Pitangui e incorporada a esse novo município. Posteriormente, enquanto arraial, foi anexada à Itaúna, no início do século XX, passando a ser conhecida como Carmo do Cajuru. Como era costume em outras localidades, a cidade se desenvolveu em torno da Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo (Imagem 1), que ainda hoje é um ponto central do município. Essa região teria sido, supostamente, o antigo Arraial dos Teixeiras e propriedade de Juscelino Gonçalves da Silva. No entanto, não existem documentos que confirmem essa crença:

Imagem 1: Rua Tiradentes. Ao fundo, Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo – 1948.



Fonte: Acervo de Célio Cordeiro.

A ferrovia que corta e serve Carmo do Cajuru passa logo abaixo da Igreja Matriz e é frequentemente mencionada nas obras sobre o município, pois representa o desenvolvimento da cidade, que ampliou, ao longo do tempo, o acesso e a economia local. Nas fichas do IPAC acerca das construções, há registros da própria estação (transformada, em 2024, pelo projeto Estação de Memórias em um ponto de memória ferroviária) e da antiga residência do mestre linha (datada de 1911), na Praça Presidente Vargas, além da caixa d'água da rede ferroviária (CULTURA, s/d). O professor, por sua vez, em seus relatos, fornece mais informações sobre a construção da ferrovia e o desenvolvimento da cidade. Ele destaca, por exemplo, que a comunidade de Amoras surgiu em decorrência da construção da estação e da linha ferroviária. Além disso, menciona que, embora o povoado não tenha inicialmente uma igreja, experimentou um considerável crescimento desde a chegada do trem à região (Diomar, 2000, p. 255).

É evidente que, nas primeiras fazendas, a agropecuária constituía a principal fonte de renda. No entanto, a partir da década de 1920, Carmo do Cajuru viu surgir um desenvolvimento significativo no setor industrial, com destaque para a fábrica de manteiga do Sr. Antônio Altivo, cuja sede ocupava o local atualmente ocupado pela Cooperativa dos Produtores Rurais. Essa fábrica fornecia seus produtos para a capital Belo Horizonte, tornando-se uma referência na região e servindo de inspiração para o surgimento de outras fábricas de manteiga, mesmo em menor escala.

A indústria moveleira, que hoje se encontra bastante desenvolvida na cidade, com um grande número de fábricas, sendo a empresa Líder Interiores a mais

proeminente, com mais de 900 funcionários, teve início de forma tímida, ainda no século XIX, sob a habilidade de carpinteiros locais. Contudo, foi a partir da década de 1950 que a fabricação de móveis como indústria começou a se destacar, com a introdução dos primeiros engenhos movidos por eletricidade.

Em 1918, foram iniciados os trabalhos de instalação e captação de água, os quais, na década de 1950, chamaram a atenção do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, para a barragem de Carmo do Cajuru e resultou em sua visita, conforme mostra a Imagem 2:

Imagem 2: Visita de Juscelino Kubitschek em Carmo do Cajuru durante a construção da barragem (Foto colorida por aplicativo) – década de 1950.



Fonte: Acervo de Célio Cordeiro.

O ano de 1948 marcou um momento crucial na história da cidade, pois foi quando a tão almejada emancipação se concretizou. De acordo com Coelho (2020), essa conquista foi resultado de uma intensa luta que vinha ocorrendo há algum tempo. Para alcançar o resultado desejado, uma comissão foi formada, composta por diversos líderes locais que compartilhavam o objetivo de conquistar a independência do município. Foi elaborado um memorial abrangente, contendo informações sobre a população, edificações, renda total, indústrias, comércios, centros de entretenimento, além de dados sobre saúde e educação, entre outros aspectos relevantes. Naquele período, a localidade já demonstrava uma economia dinâmica, comercializando, anualmente, com outras regiões, uma grande quantidade de arroz, milho, feijão, aves, laticínios, entre outros

produtos. Como destaca Coelho (2020, p. 38), "seu comércio de madeiras é bem desenvolvido, sendo este distrito, no oeste de Minas, o maior fornecedor de lenha e dormentes à Rede Mineira de Viação".

O sentimento de pertencimento, conforme relatado pelo primeiro prefeito José Demétrio Coelho, era profundo. Em uma população de dez mil e setecentas pessoas, poucos se mostravam contrários ao movimento de emancipação, culminando em uma celebração pela conquista da emancipação, realizada em 25 de dezembro de 1948, marcando o início da trajetória independente da cidade.

As experiências de História pública e o patrimônio Cultural em Carmo do Cajuru

Um dos aspectos significativos da história pública reside em sua potencial interação com o patrimônio cultural e as políticas de preservação da memória, destacando um campo de atuação relevante para os historiadores além dos limites acadêmicos. José Newton Coelho Meneses define a história pública como "um conjunto de interpretações sociais da experiência histórica e dos significados historiográficos elaborados para compreender essa experiência" (2016, p. 327).

O acesso e a comunicação com o público, no campo da História Pública, são fundamentais, sendo essencial torná-lo democrático e irrestrito (Albieri, 2011). No entanto, tal tarefa não é simples, pois envolve diversas etapas, que vai desde a organização de fontes até a divulgação, percorrendo múltiplos caminhos para que os extremos se comuniquem. É sob essa perspectiva que buscamos compreender a prática histórica em Carmo do Cajuru, explorando seus recursos em forma de acervos, museus, escritos, inventários e os indivíduos que se dedicam à preservação e divulgação dessa história.

Museu Sacro e a Casa da Cultura

Ao considerar a memória social, é crucial reconhecer a importância das fontes, dos registros e dos diversos tipos de documentação que contribuem de maneira essencial para o trabalho do historiador/memorialista. A partir desse material, são construídas narrativas que conferem significado e visibilidade aos contextos sociais

(Almeida, Rovai, 2011), além de enriquecer o presente. Nessa perspectiva, torna-se evidente a necessidade dos arquivos históricos, da organização, da compilação e da disponibilização de acervos como testemunhos (Tessitore, 2011), bem como do historiador como um agente que "amplia a consciência histórica, popularizando o conhecimento" (Schittino, 2016, p. 45).

A busca e a construção da identidade histórica pelas comunidades, conforme apresentado por Meneses, estão intimamente relacionadas à definição do que constitui patrimônio para elas. Assim:

A leitura pública da história, do que a memória social guarda e do valor identitário das escolhas patrimoniais marcam a interpretação pública do que é história e do que é patrimônio histórico. Os registros e tombamentos têm, necessariamente, que atentar para essa leitura social. É a experiência, a vivência que dão o norte interpretativo do que queremos patrimonializar. [...] Escolhas para a conservação são, em essência, buscas de identificação e de transmissão de identidade. (Meneses, 2016, p.330).

A partir dessas reflexões, destacamos a atuação do Museu e Arquivo Sacro-Histórico da Paróquia Nossa Senhora do Carmo, em Carmo do Cajuru, que teve sua origem, como projeto, em 1999. Seu precursor foi o professor e padre José Raimundo Batista Bechelane, docente do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ciência da Religião da Fundação Educacional de Divinópolis – FUNEDI/UEMG, atualmente Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Unidade Divinópolis.

O Museu e Arquivo Sacro-Histórico da Paróquia Nossa Senhora do Carmo, como o próprio nome sugere, sempre foi uma instituição vinculada à Paróquia Nossa Senhora do Carmo, razão pela qual a grande maioria de seus objetos é de natureza religiosa. No entanto, em 2006, a instituição passou a contar com o apoio da Prefeitura de Carmo do Cajuru, que designou o memorialista Célio Cordeiro para assumir a direção do Museu, em colaboração com a Secretaria de Educação e Cultura (Cordeiro, 2021).

O museu possui, atualmente, em seu acervo, mais de 1200 objetos catalogados, dos quais muitos foram doados pela própria comunidade. Esses itens incluem objetos sacros e litúrgicos, coleções de livros, álbuns históricos, quadros fotográficos e pinturas, utensílios domésticos, equipamentos de laboratório fotográfico, discos de goma e laca, discos de vinil e um acervo documental que abrange jornais, atas, documentos pessoais

antigos e arquivos institucionais. Todos esses materiais já possuem suas fichas de catalogação digitalizadas e disponíveis para consulta. De acordo com o registro de assinaturas de visitantes, o local já recebeu mais de cinco mil pessoas, como parte de iniciativas de educação patrimonial, evidenciadas pelas frequentes visitas de instituições de ensino, acompanhadas por seus alunos e professores, e de visitas da própria comunidade. Esse número, quando comparado com o censo mais recente da população residente em Carmo do Cajuru (IBGE, 2022), é significativo, tendo em vista que representa aproximadamente um quarto do total de habitantes (23.479 pessoas).

Outro espaço que desempenha um papel importante na preservação da memória e dos acervos históricos do município é a Casa da Cultura. A instituição está localizada em um imóvel construído nas primeiras décadas do século XX, utilizando os materiais remanescentes da reconstrução da Igreja Matriz. Ao longo de sua história, o local abrigou diversas atividades e instituições, incluindo casa Paroquial, inaugurada em 1913 (Imagem 3); um hospital, que atendeu apenas um paciente e teve seus materiais doados para o Hospital São João de Deus, em Divinópolis; um Ginásio Estadual que, em 1965, foi cedido ao estado, pela Igreja e ainda um posto de saúde e uma creche. Atualmente, a Casa da Cultura mantém um acervo histórico do município, que inclui jornais e documentos institucionais da política de cultura e patrimônio, como as Fichas de Patrimônio do IPAC do município e outros documentos relacionados ao Programa do ICMS-Cultural. Além dos acervos, a instituição oferece, continuamente, atividades de educação patrimonial e oficinas, como aulas de pintura, música, ensaios do coral e Clube de Mães, entre outras atividades:

Imagem 3: Inauguração da Antiga Casa Paroquial, atual Casa da Cultura – 1913.



Fonte: Acervo de Célio Cordeiro.

Memorialistas, historiadores e diletantes

Todas essas ações são de extrema relevância para a história pública local. No entanto, há um componente fundamental nesses esforços que precisa ser reconhecido: os historiadores, memorialistas e divulgadores. Cada um, à sua maneira, contribuiu e contribui para a organização e divulgação da história e das tradições culturais do município.

Nesse contexto, quando se aborda a produção relacionada à história de Carmo do Cajuru, alguns nomes se destacam pelo empenho em manter viva a memória local. No âmbito da produção bibliográfica, é inegável a significativa contribuição do saudoso professor Oswaldo Diomar. Nascido na fazenda Tuviva, em 15 de março de 1935, Diomar formou-se em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e dedicou-se à pesquisa e escrita ao longo de sua vida, além de ter lecionado no ensino básico por aproximadamente 35 anos.

Entre suas obras literárias, destacam-se *História de Carmo do Cajuru* (com primeira edição em 1992 e segunda em 2000), *Genealogia de Carmo do Cajuru* (2004), *Poemas Inacabados e outros poemas* (2004), *Escravidão em Carmo do Cajuru* (2015) e *Panela sem tampa* (2015). Diomar também escreveu diversos artigos publicados em jornais locais, como *152 anos do Cemitério do Bonfim e do cruzeiro no Morro da Cruz*, no jornal Sol Nascente, em 2006. Além disso, foi membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (1999 a 2015), da Associação dos Graduados e Estudiosos de Filosofia – AGEFIL de Divinópolis e membro efetivo da Academia Divinopolitana de Letras – ADL, desde 2009 até seu falecimento, em 2015.

Suas obras continuam sendo de grande prestígio para o município, especialmente o livro *História de Carmo do Cajuru*, frequentemente citado nos inventários de patrimônio da cidade. Apesar de não ter se formado em História, ele fez um extenso trabalho como pesquisador, contribuindo, sobremaneira, com o conhecimento histórico de Carmo do Cajuru. Por essa razão, é justo considerá-lo como o primeiro e mais importante memorialista do município.

Outro valioso memorialista em Carmo do Cajuru é o coordenador do Museu Sacro-histórico, Célio Antônio Cordeiro, que desempenha essa função há cerca de treze anos. Célio fez curso técnico em Ciências Contábeis, quando jovem, e trabalhou, por muitos anos, nessa área, exercendo sua profissão em contabilidades e bancos. Apesar de não ter realizado um curso superior devido às dificuldades de locomoção, possui diversos certificados de participação em cursos voltados à área de cultura, patrimônio, preservação e catalogação.

Desde a infância, Célio contribui com a preservação e divulgação da memória e história no município, fotografando os eventos da Igreja Católica. Além disso, ele escreve mensalmente uma coluna no Jornal Boca da Mata, chamada *Nossa Gente*, na qual relata a vida de figuras influentes da cidade. Esses artigos, que alcançaram, em janeiro de 2021, o número de 100 crônicas, foram compilados em um livro que levou o título da coluna, publicado no final daquele mesmo ano e amplamente divulgado em portais de notícia da região.

Célio também possui um acervo pessoal de fotos históricas e livros que são, por ele, compartilhados com o museu e, somado a isso, promove ações de preservação da memória, através de suas páginas pessoais no Facebook e YouTube. Essas iniciativas o tornam um dos memorialistas mais reconhecidos de Carmo do Cajuru na atualidade. Ativa desde março de 2012, sua página no Facebook é uma fonte rica de história, memória e patrimônio pessoal e municipal de Carmo do Cajuru. Atualmente, conta com 1213 seguidores (dados de cinco de fevereiro de 2024). Seu canal no YouTube, que possui mais de 50 mil visualizações, apresenta 21 vídeos com diversos aspectos da história do município. No entanto, a maior parte dos vídeos aborda tradições de cunho histórico-religioso-cultural. O canal conta com 250 inscritos.

O professor e padre José Raimundo Batista Bechelaine, mencionado anteriormente, também merece destaque por sua significativa contribuição para as iniciativas de preservação do patrimônio e da memória na cidade. O Museu Sacro-Histórico, conforme já mencionado, foi uma empreitada liderada por ele. Além disso, Bechelaine participa ativamente das atividades culturais do município e é membro das Academias de Letras de Divinópolis e Itaúna.

Outra figura importante a ser apontada é o já falecido José Demétrio Coelho, primeiro prefeito de Carmo do Cajuru. Ele é autor do diário de emancipação, que foi organizado e publicado por Flávio Flora, sob o título *Emancipação de Carmo do Cajuru: relato histórico* (2020). O livro oferece um bom registro sobre a história da cidade, apresenta registros populacionais e econômicos da década de 1940, descreve o desenvolvimento do município e o processo de emancipação, destacando seus principais atores e ideais.

Os desafios da História pública em Carmo do Cajuru

Conforme esclarecem Almeida e Rovai, "a história ganhou o seu lócus "público" para além da divulgação de um conhecimento organizado e sistematizado pela ciência, por meio da organização e mediação de conhecimentos locais" (2013, p. 1). Nessa perspectiva, podemos identificar, em Carmo do Cajuru, diversas iniciativas de preservação da memória e da história que não se originaram no meio acadêmico, mas sim, através de indivíduos que, por meio de suas vivências, se empenharam em registrar, organizar e divulgar a história do município. Eclea Bosi afirma que a memória coletiva ganha "configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo" (2003, p. 31).

Mesmo diante de todo o empenho no trabalho histórico em Carmo do Cajuru, encontram-se alguns desafios significativos para essa prática. O Museu e Arquivo Sacro-Histórico da Paróquia Nossa Senhora do Carmo, por exemplo, enfrentam dificuldades devido suas instalações. Localizado na Rua Presidente Tancredo Neves, número 11, Centro, o museu está situado em um prédio de dois andares, sendo o primeiro utilizado para atividades comerciais e o segundo para abrigar o acervo. O acesso para ele é dificultado e limitado por conta de uma estreita escada, o que dificulta a visita ao local. Além disso, apesar dos esforços anuais de sensibilização promovidos pelas escolas sobre a importância da memória da cidade, a visibilidade dada à história local ainda é reduzida. Outro desafio enfrentado diz respeito à conservação dos bens e patrimônios históricos. Muitos objetos e documentos necessitam de restauração, o que, em certas vezes, demanda recursos e profissionais/colaboradores especializados.

É inegável que a religiosidade desempenha um papel fundamental na história de Carmo do Cajuru. A pesquisa realizada revelou que a maioria dos objetos, documentos e outros patrimônios protegidos e inventariados pertencem a essa esfera de memória, favorecendo um acervo de cunho católico e uma abordagem da história do município sob a ótica católica. Vale ressaltar que o museu está sob a égide da Paróquia local, o que reforça essa inclinação. Trata-se, portanto, de memórias privilegiadas.

Contudo, ao considerar as possibilidades de estudos e o interesse da comunidade em valorizar sua memória, vislumbram-se perspectivas capazes de enriquecer e diversificar, resgatando questões até então negligenciadas. Se, por um lado, Carmo do Cajuru reconhece como fundamental a história e sua influência na construção da identidade social, por outro, a cidade falha pelo pouco investimento em sua divulgação e na ampliação dos temas a serem trabalhados. Em resumo, observa-se que a história pública praticada em Carmo do Cajuru ainda atrai um público restrito, sendo possível modificar essa realidade gradualmente por meio do diálogo entre as políticas de patrimônio e a educação básica, entre os espaços e iniciativas de memória e a escola, especialmente no ensino de história, ao abordar a história local. O desenvolvimento da Educação Patrimonial se configura como um espaço de intersecção entre a educação formal e os espaços culturais.

Para o desenvolvimento da Educação Patrimonial seria relevante o desenvolvimento de materiais educativos e de divulgação histórica e do patrimônio, principalmente voltados para a educação básica. Percebemos uma grande dificuldade de promover, em muitas localidades, o ensino da história local na educação básica devido à escassez de produção de materiais educativos, livros, cartilhas, bem como o acesso às fontes e à falta de reconhecimento da própria cidade como um local histórico. Outro aspecto relevante é que o desenvolvimento do conhecimento histórico científico que, por muito tempo excluiu as iniciativas de memória como fontes para a história local, rotula as produções locais como "memorialísticas" e, portanto, sem valor para o conhecimento histórico.

Ao contemplar as obras e produções mencionadas e as instituições que atuam na preservação do patrimônio em Carmo do Cajuru, é possível perceber o desejo de memória e história presente na comunidade. Para a comunidade em questão, a memória

é uma parte essencial da identidade social. Conforme destacado por Sara Albieri (2011), a história pública vai além da produção acadêmica, como é evidenciado em Carmo do Cajuru. No entanto, isso não significa que tal prática anule a atuação acadêmica. Pelo contrário: na história pública, segundo Almeida e Rovai (2013), valoriza-se o diálogo entre o conhecimento acadêmico e o popular.

Referências bibliográficas

- Albieri, Sara. História pública e consciência histórica. In: Almeida, Juniele Rabêlo; Rovai, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.19-28.
- Almeida, Juniele Rabêlo; Rovai, Marta Gouveia de Oliveira. História pública: entre as "políticas públicas" e os "públicos da história". *XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal, 2013.
- Almeida, Juniele Rabêlo; Rovai, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- Arendt, Hannah. *A condição humana*. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária 2016.
- Bosi, Ecléa. Sobre a memória. In: *O Tempo vivo da memória: Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003. p. 11-67.
- Coelho, José Demétrio. *Emancipação de Carmo do Cajuru: relato histórico*. In: Flora, Flávio (Org.). Divinópolis: Geec Publicações, 2020.
- Cordeiro, Célio Antônio. *Nossa gente: crônicas*. Carmo do Cajuru: Jornal Boca da Mata, 2021.
- Corgozinho, Batistina M. S. Dimensões do Museu no cenário atual e o acervo do Museu em Divinópolis/MG. In: Azevedo, Flávia Lemos Mota de; Pires, João Ricardo Ferreira; Catão, Leandro Pena (orgs.). *Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p. 76-88.
- Correio, Cláudia Patrícia de Oliveira Costa. Em busca da historicidade do município de Queimados: Experiências possíveis entre a história pública e o ensino de história. *Periferia*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 7-19, jan./jun. 2014.
- CULTURA IPAC, Fichas de inventário. *Prefeitura Carmo do Cajuru*. Disponível em: <<https://arquivo.carmodocajuru.mg.gov.br/publicacoes/cultura/fichas-de-inventario.html>>. Acesso em: 17 de julho, 2021.
- Diomar, Oswaldo. *História de Carmo do Cajuru*. Divinópolis: Gráfica Sidil. 2 ed. 2000.
- Figueiredo, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, May (org.). *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 141-188.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados: Carmo do Cajuru. IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/carmo-do-cajuru.html>>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- Le Goff, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp. 5 ed. 2003. p.429-476.

Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo; Santhiago, Ricardo. *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz. 2016. p. 11-35.

Meneses, José Newton Coelho Meneses. As leituras públicas da história, a memória social e o patrimônio histórico-cultural. In: Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz. 2016. p.327-331.

Neves, Joana. História local e construção da identidade social. *Saeculum – Revista de História*, UFPB, n. 3, 10 dez. 1997.

Schittino, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo; Santhiago, Ricardo (orgs.). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 37-46.

Tessitore, Viviane. Arquivos e centros de documentação: Um perfil. In: Almeida, Juniele Rabêlo; Rovai, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.161-176.

Outras fontes

Acervo de Célio Cordeiro.

FACEBOOK. Célio Cordeiro. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/celio.cordeiro.3>>. Acesso em: 5 fev. 2024.

YOUTUBE. Célio Cordeiro. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/user/CelioACordeiro>>. Acesso em: 5 fev. 2024.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 06/03/2024
Aprovado em: 06/07/2024

Do poeta caribenho Édouard Glissant às suas relações com a História: uma conversa com a historiadora Priscila Dorella¹

Priscila DORELLA²
Juniele RABÊLO DE ALMEIDA³

Esta é uma entrevista pública realizada com a historiadora Priscila Dorella, especialista em história intelectual, com ampla experiência na interface história, mídia e debates públicos. Ao discutir aspectos da sua pesquisa recente, intitulada “O poeta caribenho Édouard Glissant e as suas relações com a História”, Priscila Dorella apresenta, nesta conversação com Juniele Rabêlo de Almeida, momentos de sua atuação transdisciplinar e transnacional (entre ensino, pesquisa, extensão e divulgação) em diferentes universidades: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidad Autónoma de México (UNAM-México), University of California (UC/Berkeley-EUA), Universidade Federal Fluminense (UFF), La Rochelle Université (LRU-França) e, principalmente, na Universidade Federal de Viçosa (UFV) onde é Professora Associada de História das Américas e integrante dos projetos coletivos “Moçambique é maningue nice!” e “Latinoamericanos como nós”.

¹ Transcrição (LABHOI-UFF): Ana Beatriz Camarinha e Camilly Schaustz.

² Possui graduação (2003), mestrado (2006) e doutorado (2012) em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Realizou pós-doutorado (2018) na University of California (UC), Berkeley Filiação institucional. Viçosa. MG. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4184-0028>

E-mail: p_dorella@hotmail.com

³ Doutora em História Social (USP) e mestre em História (UFMG). Realizou pós-doutorado em 2011 na UFMG e, em 2020, na University of California, UC Berkeley (Professora Visitante) e UFRGS. Filiação institucional. Niterói. RJ. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9468-9192>

E-mail: junielerabelo@gmail.com

Juniele Rabêlo de Almeida: Hoje, dia 12 de setembro de 2023, estamos recebendo no Instituto de História da Universidade Federal Fluminense a professora Priscila Dorella, docente da Universidade Federal de Viçosa em atividade pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFF) e o Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI-UFF). Iniciaremos uma conversa sobre a sua atual pesquisa referente ao poeta caribenho Édouard Glissant, problematizando sua trajetória de vida (1928- 2011), e a sua relação com a História. Procuraremos, também, perguntar sobre a trajetória de vida da professora Priscila Dorella, que busca novos elementos, principalmente na História Pública, para o seu trabalho já consolidado sobre História Intelectual. Nos interessa prescrever os caminhos acadêmicos que levaram a professora ao seu novo processo de pesquisa que traz uma crítica perspicaz à colonialidade e, ao mesmo tempo, sua trajetória acadêmica permeada por parcerias que a levaram para o estudo da memória e da oralidade no tempo presente. Esse é o primeiro encontro público que marca a parceria do LABHOI-UFF com os projetos da UFV coordenados pela professora Priscila Dorella. Agradecemos a direção Instituto de História, principalmente a parceria da Profa. Elisa Borges, que incentivou os nossos diálogos. Priscila, seja muito bem-vinda! Você pode falar um pouco sobre a sua trajetória: seus vários espaços de formação e a suas ações atuais na Universidade?

Priscila Dorella: Quero começar agradecendo a professora Juniele e as estudantes Ana Beatriz Camarinha e Camilly Schautz. Dizer da alegria do nosso encontro, da possibilidade de compartilhar experiências e de aprender mais sobre a História Oral. Trabalho na Universidade Federal de Viçosa (UFV) na área de História da América, e como lá o departamento é pequeno, eu trabalho com todas as Américas. América colonial, contemporânea... E isso, claro, me ajudou a ter um repertório amplo, um tanto quanto distinto dos outros professores de História da América, e uma boa visão sobre a importância desse assunto no Brasil. A minha área de pesquisa é História Intelectual das Américas. Fiz o doutorado, com estágio na Universidad Autónoma de México, sobre o poeta mexicano Octavio Paz (1914-1998). Na University of California Berkeley, fiz o pós doutorado sobre a Susan Sontag (1933-2004), uma escritora norte americana. O meu mestrado foi sobre um intelectual muito pouco conhecido, chamado Silvio Julio de

Albuquerque Lima (1895-1984), que foi professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele foi um dos primeiros a escrever, por exemplo, a biografia do Bolívar. É considerado precursor dos estudos hispano-americanos no Brasil. Como pode notar, dediquei desde a graduação aos estudos sobre poetas, escritores, intelectuais, de modo geral.

Na Universidade Federal de Viçosa tem alguns semestres em que eu tenho a oportunidade de oferecer algumas disciplinas optativas. E eu sempre faço experimentações. Já dei disciplinas sobre questões de gênero e de raça. Também ofereci cursos sobre anarquismo; e reflexões sobre meios de comunicação. Nos últimos tempos, com essa avalanche muito conservadora que enfrentamos, senti que deveria rever muitas das referências que tinham me formado, foi como se eu percebesse também que muita coisa do que eu recebi não estava dando conta de responder sobre muitos dos desafios que a gente vive. Comecei a ver as limitações dos meus programas de aula, das bibliografias que conhecia, das ideias que tinha sobre História da América. Enfim, comecei a repensar tudo isso. Até comentei com vocês que eu tive um estudante, em uma disciplina de América Contemporânea, que perguntou onde estavam os intelectuais negros, e aquilo ali me pareceu fundamental. A questão passou a ser a minha preocupação, a partir da consciência desse enorme problema.

Juniele Rabêlo de Almeida: Muito bom saber que novas questões insurgiram no seu fazer docente e promoveram novas preocupações para ações em pesquisa e extensão. As questões socialmente vivas trazem as dimensões públicas da história que desejamos construir. Será muito bom ouvir as suas reflexões sobre os incômodos que a levaram para a observação da América Caribenha e os/as intelectuais públicos nascidos nesse território (Frantz Fanon, Stuart Hall, Eric Williams...), principalmente com o seu novo tema de trabalho, que entrecruza história, memória e oralidade a partir da obra do poeta martinicano Édouard Glissant.

Priscila Dorella: Comecei a me incomodar, antes da pandemia, com relação aos temas de América. É que geralmente, ao trabalhar com História da América Contemporânea, a gente se dedica muito aos grandes países, como Argentina, México, Chile. E, também,

as grandes questões econômicas e políticas, como teoria da dependência, revolução, ditadura. E aí fica parecendo pela quantidade de matéria que é menos importante estudar países como El Salvador, Suriname, Martinica. Passei a ver o problema na escolha de se trabalhar as histórias de grandes países e grandes acontecimentos; como se isso fosse o fundamental da História. Então, olhei para o Caribe: porque a ideia de uma América Latina que a gente vai construindo muitas vezes não contempla a região caribenha que representa um universo à parte, com uma série de interações que muitas vezes não temos ferramentas para adentrar. Ao estudar as Américas, falamos sobre a Revolução Cubana, sobre a Independência do Haiti, mas acaba por aí. Conseguimos falar alguma coisa da Jamaica, mas sem muita sustentação. E eu comecei a ficar um pouco aflita com essa prática de ensino. Começou, paralelo a isso, a existir nos cursos de graduação de História a disciplina de História da África – como resultado de um direito conquistado a duras penas pelo movimento negro. No meu departamento, a gente conseguiu fazer um concurso para essa disciplina, mas eu não tive História da África na graduação.

Algumas discussões que muitas vezes eram feitas na universidade para pensar a África vinham da região caribenha. Frantz Fanon, por exemplo. Na universidade era o professor de História da África que indicava textos dele. E eu fiquei pensando, mas o Frantz Fanon nasceu na Martinica. O Aimé Césaire fala da negritude e nasceu na Martinica. E por que a gente não dá importância a essa região, não tem uma relação com essa paisagem, com as limitações e possibilidades que eles viveram, no lugar onde eles nasceram. Isso é História da América também! Tudo bem dizer que o Frantz Fanon se naturalizou argelino. Mas tem toda uma questão sobre o lugar de origem, sobre o colonialismo e os enfrentamentos vividos a partir da paisagem caribenha. Pensei: "olha, talvez seja legal eu dar uma disciplina sobre o pensamento intelectual caribenho". Comecei a fazer um levantamento bibliográfico. Ao falar do Stuart Hall, do Eric Williams, do Michel-Rolph Trouillot, que são autores da diáspora, reconhecidos na Europa e nos Estados Unidos, não podemos esquecer que eles nasceram na Jamaica, Trinidad e Tobago, Haiti. Ao inserir "Caribe", no Google imagens por exemplo, aparece apenas praias paradisíacas; assim, boa parte das pessoas fica refém dessas imagens de lugares com suposta natureza sem história. Parece que ali não ocorreu nada, que não tem história. Ficamos sem elementos para refletir. Mas sabemos que as populações

indígenas foram dizimadas. A maior parte dessas ilhas foi colonizada por franceses, ingleses, holandeses e espanhóis – com uma população de negros descendentes de pessoas escravizadas vindas da África. Infelizmente as reflexões param por aí, e ficamos logo tomados pelos desafios naturais e pela ideia de paraíso fiscal. Então, elaborei uma disciplina optativa sobre História Intelectual caribenha para tentar navegar um pouco além do que eu e os estudantes conheciam. Isso me deu uma outra dimensão sobre a importância dessa história caribenha nas Américas.

Juniele Rabêlo de Almeida: O processo coletivo para a construção do seu novo campo de estudos é instigante: tanto o seu diálogo direto com estudantes quanto a sua preocupação com os debates e ativismos que atravessam a leitura desses intelectuais públicos. Você citou Franz Fanon, também da Martinica, considerado fundamental para luta anticolonial no tempo presente; tal luta tem sido amplamente debatida nos encontros e fóruns de História Pública. Você pode dizer um pouco das suas experimentações em atividades e debates críticos a colonialidade - a partir dos trabalhos transdisciplinares?

Priscila Dorella: Quando a pandemia chegou, fui convidada pela professora Tereza Spyer para participar de um grupo na UNILA [Universidade Federal da Integração Latino-Americana] que se chama "¡DALE! - Descolonizando a América Latina e seus Espaços", em que tive a oportunidade de debater em um grupo interdisciplinar sobre outros intelectuais interessantes, como Rita Segato, Silvia Rivera Cusicanqui e Lélia Gonzales, com discussões sobre feminismos, racismos, ecologia, etc. E isso foi fazendo a minha cabeça e acentuou essa necessidade de reavaliação, de repensar sobre os pressupostos da História, as ideias que tinha sobre teoria. Fui entrando nas discussões sobre colonialidade, a importância da luta anticolonial, as contribuições do decolonial, que alguns entendem como uma moda (que pode ser passível de críticas porque não resolve tudo), mas me pareceu uma provocação muito instigante a respeito do que a gente faz na área de Humanas. Penso nas disciplinas que tive na graduação, como Teoria da História, em que todas as referências eram europeias. Quais seriam esses autores das Américas com ideias distintas sobre a História? É que diante da

complexidade do mundo precisamos pensar diferente, pensar de forma diversa e indeterminada com os outros e a partir do nosso lugar; não é? Depois de todo o sofrimento que tivemos com a pandemia, de todos os condicionamentos políticos, da consciência sobre os problemas ecológicos e dos enormes desafios educacionais, precisamos dar outros tipos de resposta sobre o passado. Não estou sozinha nisso. As universidades públicas no Brasil mudaram muito nos últimos tempos; e me pareceu importante ler outras referências para provocar os estudantes a produzir outras conexões e compreender o mundo de outras formas.

Juniele Rabêlo de Almeida: Fundamentais as provocações sobre descolonização. Lembro das nossas conversas sobre o pensamento contracolonial formulado pelo ativista quilombola Nêgo Bispo (1959-2023), que esteve com você na Universidade Federal de Viçosa. A partir da obra do Nêgo Bispo também é possível refletir sobre pesquisa participativa, memória social e corpo-oralidade, pois o termo contracolonial radicaliza as lutas contra hierarquias de saberes. Temos reconhecido o possível caráter contracolonial em inúmeras práticas de história pública – capaz de ultrapassar estruturas oficiais de apoio a projetos colonizadores. O ativismo da história pública pode desafiar a produção colonial de conhecimento; ou, ao menos, o caráter epistemológico que fortalece estruturas duradouras de poder e dinâmicas sociais de desigualdade. A história pública pode fazê-lo, por exemplo, ao catalisar práticas participativas atentas às artes e às humanidades digitais. Sabemos que você esteve envolvida em pesquisa-ação – projetos extensionistas com prática colaborativa. Será muito bom ouvi-la sobre as práticas da história pública que você desenvolveu nos espaços de extensão universitária.

Priscila Dorella: Desde que me tornei professora universitária me tornei sensível com relação à extensão universitária. Eu não tive uma formação que falasse da importância da extensão. Nem sabia que em História era possível fazer extensão. E quando eu cheguei na UFV, descobri uma longa tradição de extensão, mas uma tradição vinculada ao mundo agrário, a tecnologia, ao conhecimento científico. Vi como era muito interessante os projetos de extensão em diálogo com a comunidade... à la Paulo Freire, sabe? No livro “Extensão ou comunicação” (1969). A extensão mobilizava os afetos, as

peças se envolviam com uma certa alegria que a gente não via nos grupos de estudos. Percebi que havia um compromisso social e político muito claro e que era possível de ser vivido. Fui fazendo alguns experimentos nessa direção e eu me lembro de uma professora, que eu gosto muito, do departamento de Solos da UFV: Irene Cardoso, muito engajada na Agroecologia. Ela disse um dia para mim: "Olha, a cidade de Viçosa não tem nada, mas você pode fazer tudo.". E aquilo ali virou uma chave na minha cabeça, pois em nossa região não tem tantas opções culturais como no Rio de Janeiro, mas tem a liberdade para construir e experimentar de várias formas o conhecimento junto à comunidade.

Daí, fui fazer um programa de rádio de História e música latino-americana, viajei coordenando o Projeto Rondon na Amazônia, elaborei um projeto sobre cinema latino-americano e embrenhei na Troca de Saberes da agroecologia. Ou seja, criei um mundo à parte em que havia uma certa consequência social para além da sala de aula, e juntamente com os estudantes afirmava a função pública da universidade e os sentidos político, social e ambiental da História. Estávamos aprendendo com o mundo, porque não está tudo na universidade. Existe um processo de interação necessário pra que a gente perceba a vida e possa se renovar a partir disso também. Não só com os livros, e não só com essa tradição historiográfica europeia que segue sendo muito importante, mas também com o nosso próprio território e com a nossa própria experiência. Produzir conhecimento a partir daquilo que a gente vive, das relações que a gente tem. Então, eu estou me tornando essa pessoa inquieta em uma cidade conservadora do interior de Minas Gerais.

Juniele Rabêlo de Almeida: Como foi o processo para a construção do seu novo projeto de pesquisa “Édouard Glissant (1928-2011) - Histórias de vida elaboradas a partir do mundo caribenho”?

Priscila Dorella: Quando foi chegando o momento da minha saída para um novo Pós-doutorado, eu pensei "Mas o que eu vou fazer? O que eu quero estudar? Que história eu quero contar?". Com essas questões fui em um congresso da Associação de Pesquisadores de História Latino-americana e Caribenha (ANPHLAC) na Universidade

Federal Integração da América Latina (UNILA), realizado em Foz do Iguaçu, apresentar um trabalho sobre a Totó La Momposina, uma cantora colombiana. Lá, encontrei com uma outra professora de América, de Manaus, Kátia Couto, e falei sobre meu trabalho de História e Música, e ela disse: "nossa, Priscila, tudo isso é interessante e casa muito com algumas ideias do Édouard Glissant". E aí eu perguntei "Mas quem é Édouard Glissant?"; pois eu nunca tinha ouvido falar. Muitas vezes encontramos um tema de pesquisa de uma forma que a gente nunca poderia imaginar, em uma amizade, em uma relação de afeto, em uma ideia ou intuição é possível descobrir uma possibilidade. Há muita pouca tradução da obra de Édouard Glissant no Brasil. Até existe um certo esforço para traduzi-lo. O romance – "O quarto século" – (1964-Editora Seuil- França) foi publicado no Brasil, em 1986. "A poética da diversidade" (1996, Editora Gallimard – França) foi publicado em 2005. "A Poética da Relação" (1990, Editora Gallimard - França) em 2021. Tem um outro livro dele, "Conversas de Arquipélago" que foi publicado também em 2021. Ou seja, a maior parte da obra dele, que é imensa, falta ser traduzida para o português. Glissant nasceu na Martinica, foi poeta, escreveu romances, ensaios, peças de teatro. Formou em Filosofia na Sorbonne. Acredito que a área de Ciências Humanas no Brasil tem atualmente muita gente interessada em pensadores da Martinica, como Aimé Césaire, Suzanne Césaire, Frantz Fanon, o Malcom Ferdinand... O motivo talvez seja a necessidade que temos de compreender melhor temas como ecologia, racismo, diáspora, luta anticolonial.

Juniele Rabêlo de Almeida: Uma escolha primorosa! Édouard Glissant é um intelectual que parece abrir vários caminhos para uma compreensão ampliada dos sentidos públicos da História. Quais são as suas inquietações para o estudo desse escritor?

Priscila Dorella: O que eu vou falar aqui tem a ver com o início de uma pesquisa, de uma inquietação, de uma intuição que eu tive no sentido de ver quem é esse escritor e se ele teria algumas visões que me ajudariam na compreensão distinta de um conhecimento histórico mais aberto, fluído, interdisciplinar. Quando eu comecei a ler, eu achei muito atual, crítico, libertador, enfim, instigante. Acho que isso tem a ver com o fato dele ser um poeta também, que tem um compromisso muito grande com a força da imaginação,

com a escolha das palavras, com os afetos. Então, a relação dele com a História está vinculada a todo um trabalho de encantamento do mundo. Interessante observar que ele teve uma formação clássica na França: ele se formou em Filosofia na Sorbonne e leu muito sobre a cultura greco-romana, a tradição moderna filosófica. Não é um autor que descartou a contribuição europeia apesar de suas críticas ao colonialismo e ao pensamento sistêmico. Isso me pareceu muito bacana porque ele propôs aprender com o mundo criando uma visão da história indeterminada, aberta e complexa a partir do Caribe. E aí ele vai falar muito sobre a história da Martinica e como que esse pequeno lugar pode contribuir para a gente pensar o conhecimento humano.

A Martinica teve a sua população indígena dizimada no processo de colonização. Teve influência dos ingleses, mas sobretudo da colonização francesa. É uma região que ainda hoje depende da França, mas que recebeu uma população imensa de africanos, mais de 80 por cento da população é de afrodescendentes. A base de sua economia foi fundamentada na cana de açúcar, no rum, naquilo que a gente conhece muito no Brasil como o sistema de plantation, com o uso de mão de obra escrava. Mas é um tanto quanto diferente também porque o Brasil não teve escravidão em todo o seu território, tal como se estabeleceu na Martinica com cem por cento da mão de obra escrava no sistema de plantation. É de fato uma região interessantíssima para pensar a questão da escravidão, como afirma o Aimé Césaire, porque a escravidão ocupou toda a ilha. E aí, Glissant vai pontuar que a abolição da escravidão aconteceu apenas em 1848, tempos depois da Revolução do Haiti e da Revolução Francesa. Para que vocês querem a independência, para virar um outro Haiti? Era pergunta que se fazia aos martinicanos, como Édouard Glissant. Assim, muitos intelectuais da sua geração, como Frantz Fanon e Aimé Césaire, se sentiram provocados a responder a essa questão no intuito de buscarem superar o olhar colonial que os colocavam em posição de inferioridade.

Juniele Rabêlo de Almeida: É, realmente, um desafio superar o olhar colonial. Como a obra de um poeta negro da Martinica cria um outro tipo de imaginação histórica?

Priscila Dorella: Glissant conta sobre um projeto educacional francês que foi implementado para essa população de afrodescendentes na Martinica, em que a história

local é profundamente apagada. A história que eles aprendiam é a História Medieval, a história dos gregos, e o francês como uma língua culta, como língua da civilização. O crioulo era visto como a língua degenerada, que merecia ser esquecida. Ele dizia, olha, na minha escola, por exemplo, tinha vários cartazes dizendo que era proibido falar crioulo como se isso fosse algo avesso ao processo civilizatório. O Aimé Césaire, por exemplo, foi professor do Édouard Glissant. Eles começaram a ter muita consciência da violência disso quando eles tiveram oportunidade de estudar na França e a partir da França eles tiveram contato com os africanos que sofreram também com o processo de colonização. Mas devo dizer que antes mesmo de Glissant ir para França, ele teve a chance de conhecer grandes críticos do colonialismo. Conheceu importantes expoentes do movimento das vanguardas, como o cubano Walfredo Lam e o surrealista André Breton, e até mesmo intelectuais, como o antropólogo Levi-Strauss, comprometidos em compreender os povos indígenas. Então, tudo isso foi criando um outro tipo de sensibilidade. E tanto a Suzanne Césaire, como o Édouard Glissant vão falar "Olha, os surrealistas tiveram um papel importantíssimo pra gente porque eles conseguiram ver a gente não de forma exotizada, mas conseguiram um diálogo mais aberto, em que imaginação pudesse fluir de uma forma livre, aberta, com conexões, com dimensões oníricas, espirituais, em que aquilo que era subterrâneo de algum modo, encontrou um respaldo". E assim ele começou a criar outro tipo de imaginação histórica.

Édouard Glissant elaborou uma visão da história consciente de ser um poeta negro da Martinica. Como é que nós chegamos aqui? Como é que os colonizadores chegaram? Quem habitava antes essas terras? Chegamos nus no Caribe pelo processo de escravização. Chegamos sem referências. Chegamos em um navio negreiro que havia pessoas que falavam diferentes línguas que estavam sobre a mesma condição de escravidão. Tivemos uma experiência abissal. Então, o crioulo é uma língua resultado dessas interações heterodoxas de pessoas de diferentes origens que geraram interações conflitantes do sistema de plantation, e essas interações é que foram capazes de produzir um outro tipo de identidade. Mas é uma identidade que não vai funcionar a partir da raiz única, como ensina a tradição europeia. Vai funcionar a partir das relações conflituosas com seres de diversas raízes, que vão constituir processos de identificação capazes de fazer sujeitos se reconhecerem uns nos outros.

Glissant vai utilizar um conceito interessante de Gatarri e Deleuze: “identidade rizoma”; quando fala sobre a tentativa de abortar a ideia de uma identidade raiz e que há muitas raízes conectadas que se misturam. A busca pela origem histórica nos impede de pensar sobre as possibilidades dadas pelas identidades múltiplas que se relacionam. Então, o conceito de Relação, criado pelo próprio Édouard Glissant, é importantíssimo. Porque é na relação que se constrói a identidade, é na relação que se pode pensar a história, que se liberta, que se produz consciência. Isso faz com que se abra mão do determinismo; porque sempre alguma coisa vai escapar, sempre vai faltar. E isso é muito claro para esses povos afrodiáspóricos. Então o rastro, o resíduo, aquilo que está inconcluso é uma ferramenta interessante de ressignificação e de não exclusão da história. É claro que essa percepção, essa consciência do mundo muitos europeus também tem. Mas ele vai colocar muita evidência nessa história da Martinica como uma maneira de radicalizar a questão, de fazer a gente pensar sobre o problema da identidade na Relação. E é um problema que se coloca a partir da paisagem caribenha. É por isso que é importante falar sobre o seu “Pensamento de Arquipélago”. O que é um pensamento de arquipélago? O que é esse pensamento em oposição ao “Pensamento Continental- Sistêmico-Fechado”? Ele vai afirmar: o Mediterrâneo é um mar fechado – É um mar mais previsível do que aquilo que a gente pode vivenciar num mar aberto como o mar do Caribe, sujeito a uma série de alternâncias da natureza, como furacões, terremotos e vulcões. Isso produz muitos desafios na relação entre europeus, africanos, indígenas, latino-americanos, norte-americanos e asiáticos que vivem nos arquipélagos do Caribe.

A língua crioula é resultado dessa interação conflituosa. Então, é uma língua rica, fluida, que muda, que está em constante interação assim como as pessoas que vivem no Caribe. O “pensamento de arquipélago” que ele propõe, para o mundo contemporâneo, é um pensamento aberto. É um pensamento que coloca em evidência o caos do mundo. Mas o caos do mundo não é a falta de sentido do mundo ou a desorganização do mundo. É aquilo que está à deriva, é a errância, trata de conexões diversas que são possíveis de ser estabelecidas a toda hora. Então, a identidade, na perspectiva dele, não deve ser a ideia daquilo que é, mas daquilo está sendo transformando. Esse gerúndio – “sendo”. Essa maneira de pensar sobre a fluidez

abrindo mão das certezas contribui no combate a xenofobia, ao racismo, ao autoritarismo. Isso me pareceu algo muito bacana no contexto em que a gente vive, permeado por ideais conservadoras e violentas. Penso que levar um pouco em consideração essas ideias sobre crioulaização que ele trabalha é ampliar a nossa perspectiva histórica.

Outra noção interessante que ele desenvolve é a de opacidade. Nunca tinha ouvido falar desse conceito. Ele defende o direito à opacidade em diversos livros. Confesso que achei um pouco estranho no começo porque a gente é ensinado na universidade a buscar compreender de forma crítica, a criar uma linha de raciocínio capaz de dar conta do objeto que a gente constrói e a prezar pela transparência, como uma maneira de lidar com a vida e com a ciência. E ele vai falar assim, olha, a opacidade não tem a ver com aquilo que é obscuro, mas com aquilo que é iluminado, mas não necessariamente claro e evidente. E isso é fundamental para a proteção de cada um. É o direito da gente não ser totalmente transparente para o outro. O antropólogo do século XIX foi lá estudar as culturas indígenas, por exemplo, e ele teve que dissecar aquelas culturas, ele teve que descobrir todos os segredos, os mistérios... E só aí, quando achou que entendeu o que estava por trás, considerou a possibilidade de respeitar. Glissant defende a ideia de que não é preciso entender tudo para respeitar. Eu me lembro daquele indigenista muito importante, que foi presidente da Funai [Fundação Nacional do Índio], Sydney Possuelo, em que ele tinha isso também. Na entrevista que ele deu no Roda Vida (2022), ele falava assim: uma das coisas que eu aprendi trabalhando na Amazônia com os indígenas, é que eu não preciso entender tudo para respeitar, para poder conviver. As pessoas têm direito à opacidade, e muitas vezes elas mesmas não sabem explicar porque elas são do jeito que são, ou porque elas escolhem tais coisas, ou porque elas gostam de uma coisa e não de outra. Ou seja, nós mesmos somos opacos em relação a nós e por que exigimos do outro transparência? A nossa memória é um horror, os nossos desejos inexplicáveis e, ainda assim, exigimos do outro transparência. Existe um mistério que permeia as relações que precisamos considerar e respeitar. E isso Glissant me ensinou. Todos têm o direito à opacidade. Eu tenho direito a essa opacidade. Eu devo respeitar aquilo que eu não compreendo em mim para eu poder viver bem em mim. E assim eu vou interagir melhor com os outros. Então, isso

me pareceu muito, muito diferente do que eu aprendi sobre a escrita da História. Do que eu aprendi nessa busca do conhecimento. Tudo bem, a gente não pode julgar. Temos que compreender. Mas queremos dissecar. Queremos entender aquele acontecimento, aquela racionalidade, a gente quer prezar pela transparência. E ele está falando de algo que tem a ver com o mistério. Como inserir o “mistério” na escrita da História? Aquilo que não é evidente, nem para mim, nem para o outro - e que é parte da vida. Em que lugar isso cabe na História? Sendo que a gente produz histórias buscando um sentido racional e objetivo, né?

Diante de tantas questões interessantes, fui querendo compreender mais sobre a obra e a trajetória de Édouard Glissant. Aí eu voltei a estudar francês. Tinha um tempão que eu não estudava francês... e descobri que ele teve uma carreira não apenas como intelectual fechado em uma torre de marfim...ele fundou uma escola na Martinica, deu aulas em universidades americanas (Louisiana State University e University of New York); foi diretor da revista *Correio da UNESCO* (1982-1988), vice-presidente do Parlamento Internacional de Escritores na luta pela liberdade de expressão... foi um dos fundadores, na França, da Fundação da Memória da Escravidão (<https://memoire-esclavage.org/>) que atua em prol da luta contra o racismo. Escreveu muito sobre artistas latino-americanos que viveram em Paris, como Antonio Seguí e Walfredo Lam, acreditando que a arte é uma forma de quebrar certos vícios de linguagem, certas maneiras de operar o pensamento.

Em 2006, Édouard Glissant criou o Institut du Tout-Monde que busca a totalidade do mundo a partir da diversidade natural e social. Não podemos mais ignorar o mundo e as possibilidades de se relacionar com ele; sem deixarmos de ser imaginativos. Esse instituto tem um site que se chama "*Tout-monde*", que é um site (<https://www.tout-monde.com/>) inspirado na sua obra - *Tout-Monde* (1997) em que há reflexões sobre essas questões. Não se trata apenas da liberdade imaginativa do poeta, mas das mudanças do seu pensamento desde 1990, com a ideia de Globalização que para ele implica em se relacionar na co-presença de um novo mundo. No site dele, é possível encontrar pesquisadores que vão propondo formas de pensar a escravidão, a ecologia e a História relacionadas com as suas perspectivas. Tem muito material para

pesquisa. E o meu desafio inicial é conhecer esse material composto por documentários, livros, entrevistas, jornais, conferências.

Juniele Rabêlo de Almeida: É possível ampliar o nosso olhar sobre a interface história, memória e oralidade a partir da obra e da trajetória de Édouard Glissant?

Priscila Dorella: A gente está aqui no Laboratório de História Oral (LABHOI), e devo dizer que Édouard Glissant considera a oralidade como um elemento fundamental para compreender a História apesar de existir toda uma tradição eurocêntrica que não deu credibilidade à fala como um trabalho intelectual. Ele vai dizer que o texto escrito é um texto conciso, é um texto racional, é um texto linear. E a oralidade é fruto da memória que é uma experiência corporal e intelectual aberta, criativa e fluída. Como afirmou em seu livro, *Introdução a uma poética da diversidade*: "A Oralidade é o movimento do corpo que se manifesta na repetição, na redundância, na preponderância do ritmo, na renovação das assonâncias e tudo isso se dá bem longe do pensamento de transcendência, e da segurança que esse pensamento da transcendência contem, bem como dos exageros sectários que esse pensamento desencadeia como que naturalmente." (GLISSANT, 2005, p.47)

Édouard Glissant ressignificou a importância dessa língua crioula e a defesa dela dentro das instituições francesas, como nas escolas. Ele dizia que a língua crioula não é uma ameaça as outras línguas, há muito o que se aprender com essa língua que surge de uma tradição oral. Para que aprender crioulo na Martinica sendo que o francês é a língua mais falada? Como se uma coisa fosse se sobrepor a outra, dizia. Mas a gente não se pergunta isso quando a gente busca aprender inglês, francês, espanhol, italiano. Então ele vai escrever sobre a possibilidade de se entender sobre outras formas de ver o mundo, de interagir, de nomear a realidade. E essa oralidade tem corpos. Possui formas de sentir que é transmitida de determinada maneira; e isso é também parte da História.

Ele trabalha com essas ideias de oralidade, de opacidade, de crioulação que eu comentei de forma muito rápida. E isso me sensibilizou, me fez querer fazer um projeto de pós-doutorado para estudá-lo não apenas pensando a História Intelectual, mas tentando pensar a construção de um laboratório de História Oral como uma forma de desdobrar isso para os estudantes da universidade, para a comunidade onde eu vivo...

construindo novas relações sobre o conhecimento indígena, quilombola, periférico, científico. Estou nessa busca por reavaliar a História, por buscar uma História que sirva para vida, que seja capaz de ajudar a gente a se relacionar com os outros e com o nosso próprio tempo.

Juniele Rabêlo de Almeida: A forma como você traz os conceitos de Édouard Glissant (ilhas de arquipélago, opacidade, relação, oralidade na poética da diversidade...) chega com a sua sensibilidade e com a sua experiência no estudo de diversos/as intelectuais públicos/as no decorrer da sua trajetória. Sinto que a lente utilizada por você (para nos apresentar o Glissant) perpassa a noção de vínculo, o campo da história dos afetos, das relações. Como chegaram os/as outros/as autores/as, em suas pesquisas anteriores no campo da História Intelectual? Como você foi provocada, por exemplo, para o estudo da obra do Otávio Paz?

Priscila Dorella: Vamos fazendo escolhas na História sem muito controle do processo, tento encontrar coisas que me fascinam. Acho a história e a literatura fascinantes, porque permitem um olhar para o mundo exterior e interior. É muito especial isso. Quando eu comecei a estudar as polêmicas políticas de Octávio Paz, que foi objeto de estudo do doutorado, não foi porque eu conhecia, ou lia desde sempre. Foi porque eu tive uma disciplina com um professor boliviano que eu adorava, Antonio Mitre. Eu queria muito conviver com ele, o achava muito inteligente e interessante. Aí, eu perguntei a ele "Mitre, o que eu faço?", ele falou "olha, lê esses livros aqui do Octávio Paz". Eu iniciei a leitura e comecei a achar questões para a pesquisa. E, depois, eu comecei a perceber também que muitas escolhas de autores que me chamavam atenção tinham a ver não apenas com o trabalho intelectual, mas também com um certo compromisso com a vida pública.

Então, o Octávio Paz é um poeta, mas ele escreveu vários ensaios históricos e políticos. Ele foi embaixador na Índia, trabalhou para o Estado. Depois ele se indispôs com o Estado, brigou com muita gente. Teve uma vida instigante. Escrevia para jornal, aparecia na televisão. Era uma pessoa muito dinâmica e que teve a possibilidade de se interessar e se dedicar a vários temas. Tem textos dele sobre a América pré-colombiana,

sobre a política mexicana contemporânea, sobre a Índia e sobre o amor. Ele falava sobre ecologia e sobre os zapatistas. Na nossa formação, a gente se torna muito especialista e a gente tem muito medo de falar sobre coisas que a gente não foi a fundo. E esses autores que eu estudei experimentaram muito.

A escritora norte-americana Susan Sontag é outro exemplo nessa direção. Depois eu fui descobrir durante a minha pesquisa na Califórnia que ela trocava cartas com o Octavio Paz. Ela escreveu vários ensaios, peças de teatro, críticas de cinema. Foi uma intelectual pública nos Estados Unidos e enfrentou muitas polêmicas difíceis em um país com uma forte tradição anti-intelectual. Ela chegou a ser acusada de ser anti-americana por criticar o governo Bush durante o 11 de Setembro. Acho que foi a paixão deles por viver uma vida intelectual crítica, corajosa e criativa no espaço público que me chamou atenção. Eles não ficaram presos dentro das universidades, eles experimentaram a força de suas ideias na sociedade.

Juniele Rabêlo de Almeida: Como você começou a se interessar, no início da sua formação, por esses/essas intelectuais públicos? Como escolheu a área de História da América?

Priscila Dorella: Tive uma professora fora da curva na graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais: Cristina Campolina. A Campolina é uma professora de História da América Colonial, hoje aposentada. E ela era muito diferente; enquanto a maior parte dos professores estava muito preocupada com a questão da carreira, da publicação, ela não era exatamente assim. Não era tão sistemática e ultrapassava a ideia de “passar” o conhecimento. Ela tinha umas frases e uma forma de pensar a História, que misturava coisas/situações de uma forma muito engraçada. O que me encantava: ela sabe ler gente. Ela tem uma sensibilidade para falar sobre as relações humanas que quase não encontrei. Assim, fiquei encantada com a História da América. Ela conseguiu comunicar alguma coisa que despertou em mim uma vontade de estudar a América. Mas ela não orientava.

Eu procurei a Kátia Gerab Baggio, que é uma ótima professora do departamento de História. Ela passou a me orientar e daí surgiu um projeto chamado "Coleção

Brasileira: Escritos e Leituras da Nação". Era um projeto que foi dirigido pela professora Eliana Dutra. Esse projeto tinha como objetivo pensar os intelectuais dos anos de 1930 no Brasil. A pedagogia da nação brasileira nesse período. Como esses intelectuais inventaram o Brasil e tiveram uma nova perspectiva a respeito da nossa história. Era um projeto que envolvia vários professores de História. Então, era Eliana Dutra, Carla Anastasia, a Kátia, e cada uma delas conseguiu uma bolsa para um estudante a partir de uma avaliação. Daí fui estudar a visão de intelectuais dos anos de 1930, como Pedro Calmon e Pandiá Calógeras, sobre os conflitos platinos do século XIX. Desde então não parei. Entrei nessa coisa de estudar os intelectuais, a história, a trajetória, os conceitos, as polêmicas, os poetas.

Depois eu fui conhecendo outros autores que trabalham com História Intelectual, como Elías Palti, Antonio Mitre, Silvia Rivera Cusiquanqui, o próprio Richard Cándida, que foram me ajudando a ver questões, a problematizar a História Intelectual. E esses estudos decoloniais, essas lutas anticoloniais, essas questões políticas recentes, abriram o meu campo de compreensão, inclusive com relação a importância da oralidade como um trabalho intelectual. Passou a ser muito mais interessante para mim. Eu comecei a estar muito mais atenta às possibilidades de aprender com as pessoas comuns que leem o mundo de múltiplas formas.

Juniele Rabêlo de Almeida: Muito bom conhecer um pouco as professoras e professores que marcaram a sua trajetória, bem como as suas novas referências de trabalho nesse mundo relacional. Para finalizar, você observa a trajetória do Glissant a partir dos elementos que o diferencia politicamente dos demais? É possível perceber, a partir das questões específicas da Martinica, um sentido mais libertário do pensamento dele?

Priscila Dorella: Como eu estou no início da pesquisa, eu vou falar algumas das minhas impressões em relação a isso. Acho que vale a pena pensar que quando a gente procura alguma referência sobre a Martinica, a gente vai ver que uma das coisas mais marcantes da história da Martinica é a sua História Intelectual, com o nascimento do Aimé Césaire, do Frantz Fanon, do Édouard Glissant, de Susane Césaire. Ou seja, esses intelectuais

tiveram uma projeção muito grande na história e na luta política anti-colonial. Mas ainda assim, a Martinica segue dependente da França com sua economia voltada para o turismo. O Glissant tem vários manifestos em que ele fala disso se perguntando por que é que na Martinica chega tanto caviar, tem tantos produtos de consumo de alto luxo e, no entanto, a população ainda vive sérios problemas sociais, como o desemprego? Qual a razão da população resistir também a luta pela independência? Por que não há a defesa de um tipo de independência sensível às próprias condições climáticas, ecológicas? Por que não acreditamos em países pequenos?

A luta de Édouard Glissant tem a ver muito com isso e com a relação com essa História. Mas não uma História essencialista de raiz, mas uma História relacional desse mundo arquipélago. E ele vai falar isso no seu livro que se chama “O Discurso Antilhano”, de 1981: o marxismo é uma chave explicativa fundamental, importante, mas é muitas vezes insuficiente para entender territórios e histórias, como o da Martinica, porque lá não se formou uma sociedade industrial com uma classe trabalhadora. Lá, existe a lógica dos quilombos que se orientam de uma outra maneira, a partir da descontinuidade, do desvio, da oralidade, de um outro tipo de resistência e de autonomia que não passa pelo registro do Estado, por exemplo. Ele continua: Muito se critica na Martinica o fato de Frantz Fanon ter se tornado argelino, ter escolhido uma outra cidadania, mas se a gente entende a identidade como processo relacional, o fato de ele ter se tornado argelino não fez com que tivesse deixado de ser da Martinica. Quando a gente estuda o mundo antigo, por exemplo, essa noção de perda da pátria não se coloca porque não existia essa visão sobre a identidade e o Estado. E ele continua: Assim como não há uma referência do Estado nas comunidades quilombolas, e sim a noção da errância, do exílio e da lembrança de algo que se perdeu. Tem uma frase dele muita significativa nessa direção que é assim: “Eu posso me transformar ao me relacionar com o outro, sem com isso perder ou diluir a minha identidade” (GLISSANT, *Conversas do arquipélago*, p. 49).

Édouard Glissant vai fazendo a gente refletir sobre o desvio, a errância, a fluidez, o rizoma, a crioulização que produz o inesperado. E ele não se enquadra em categorias fechadas. E, ao mesmo tempo, dialoga com as contribuições de muitas tradições. Não elimina, é um antropófago. Eu acho que passa um pouco por aí, por uma

ideia também comprometida com a arte, com surrealismo, como eu comentei com vocês, com outras orientações filosóficas não deterministas, e com problemas raciais e por pensar o Caribe como um prefácio das Américas. Tudo isso tem um sentido libertário para mim.

Juniele Rabêlo de Almeida: Muito obrigada, Priscila. Agradecemos imensamente a sua disponibilidade.

Referências Bibliográficas:

- Almeida, Juniele Rabêlo. Práticas de história pública: O movimento social e o trabalho de história oral. In: Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo; Santhiago, Ricardo (Orgs.). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- Dorella, P. R.. Entrevista com Richard Cândida Smith: Por uma História Intelectual entre as Américas. *Poder & Cultura*, v. 4, p. 174-213, 2017.
- Dorella, P. R.. Vazos comunicantes do moderno: Octavio Paz e o surrealismo. *Esboços*, v. 18, p. 237-254, 2011.
- Dorella, P. R.. *Octavio Paz: Estratégias de Reconhecimento, Polêmicas Políticas e Debates Midiáticos no México*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2013.
- Exposição *Moçambique é maningue nice!* : www.jornalismo.ufv.br/mocambique/
- Exposição *Latinoamericanes como nós* : <https://projetoidentidades.wixsite.com/latinoamericanes>
- Glissant, Édouard. *Poética da relação*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.[1990]
- Glissant, Édouard. *Tratado del todo-mundo*. Barcelona: Ediciones del Cobre, 2006. [1997]
- Glissant, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora (MG): UFJF, 2005. {1996]
- Glissant, Édouard. *Sol de la consciencia*. Barcelona: Ediciones del Cobre, 2004. [1956]
- Glissant, Édouard. *El discurso antillano*. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2002. [1981]
- Édouard Glissant: <http://www.edouardglissant.fr/>
- Institut du Tout-Monde – Fundado por Edouard Glissant: <http://tout-monde.com/>



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 23/07/2024
Aprovado em: 23/08/2024

História Pública em Movimento: Estratégias e Desafios na Formação de uma Sociedade Crítica e Empática

Luiza PORTO DE FARIA¹

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de.; ROSA, Rogério (Orgs.). *História Pública em movimento*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. É bacharel em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e possui formação extensiva em História do Tempo Presente pela UFBA. UDESC. Florianópolis. SC. ORCID: E-mail: luizapfaria@gmail.com

O livro "História pública em movimento", organizado por Juniele Rabêlo de Almeida e Rogério Rosa Rodrigues e publicado pela editora Letra e Voz no ano de 2021, atesta a importância de questionar e problematizar continuamente questões relevantes para a prática da história no tempo presente. O tema central do livro gira em torno das práticas, desafios e possibilidades da história pública no Brasil, abordando questões como memória, patrimônio, educação histórica, movimentos sociais, narrativas de dor, desigualdades sociais, negacionismos, preconceitos, interseccionalidade e ensino de história em tempos de desgoverno e pandemia. A importância do estudo da história pública reside na sua capacidade de ampliar o alcance e o impacto da história, tornando-a mais acessível, relevante e significativa para diferentes grupos e comunidades. Além disso, contribui para a construção de uma consciência histórica crítica e para a promoção de uma cidadania ativa e informada (Almeida; Rovai, 2011).

"História pública em movimento" oferece uma visão abrangente e atualizada sobre a história pública no Brasil, destacando a diversidade teórico-metodológica e temática presente nesse campo de estudo. A coletânea de textos apresenta reflexões e experiências de pesquisadores/as, profissionais e professores/as engajados na promoção da história pública como uma ferramenta de democratização do conhecimento histórico e de engajamento cívico. A obra evidencia a importância da história pública em tempos de desafios sociais e políticos, como a pandemia de Covid-19, ressaltando a relevância de práticas inclusivas, participativas e reflexivas no âmbito da educação histórica e da memória coletiva.

Conforme aponta Ricardo Santhiago no posfácio do livro, é essencial manter um olhar crítico e engajado diante dos desafios enfrentados pela história e, em especial, pelo campo da história pública. "Quantas perguntas mais?" questiona Santhiago ao incentivar a busca por propostas que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática. Dessa forma, é possível dizer que a discussão tecida ao longo do livro dialoga com o seu título: uma história em movimento e que, por conseguinte, enfatiza a importância do diálogo, da reflexão e da ação coletiva como ferramentas essenciais para enfrentar os dilemas e as incertezas do presente e para construir um futuro mais promissor e equitativo.

Os primeiros capítulos discutem a importância da história pública como um campo que promove reflexões éticas e compartilhadas sobre a prática dos historiadores/as na sociedade. Ainda, apontam a relevância deste movimento da história como plataforma para pensar a disciplina em diferentes contextos profissionais. Ao discutir as áreas de atuação dos historiadores/as, o capítulo "Existe um mercado de trabalho para o historiador?", de Bruno Flávio Lontra Fagundes, Daniel Saraiva, Juliana Muylaert, Lara de Castro e Miriam Hermeto, aborda a empregabilidade dos historiadores/as, explorando as diversas possibilidades de atuação previstas na legislação vigente.

Por sua vez, no capítulo escrito por Frederico Duarte Bartz, Jean Baptista, Juliane Serres, Letícia Brandt Bauer, Livia Monteiro, Maria Fernanda Rollo e Viviane Trindade Borges, intitulado "Quais os desafios da responsabilidade profissional na pesquisa participativa?", os autores/as discutem a noção de "autoridade compartilhada" de Michael Frisch (2016) na pesquisa participativa. Eles enfatizam a importância do diálogo e da escuta sensível para repensar metodologias, ampliar o espaço de participação dos sujeitos envolvidos e perceber a pesquisa a partir de uma visão ampliada. Os argumentos apresentados destacam a necessidade de uma abordagem ética e responsável na pesquisa participativa, ressaltando a importância do diálogo aberto e sincero para construir relações de confiança com os participantes.

No que diz respeito às provocações dispostas à história pública, o capítulo intitulado "A história pública brasileira tem sido eficaz no combate aos negacionismos?" aponta a relevância de projetos do campo que buscam desconstruir narrativas distorcidas e falsas sobre o passado, enfatizando a importância de evitar posturas autoritárias ou exclusivistas na abordagem histórica. Assim, Ana Carolina Barbosa Pereira, Edmilson Alves Maia Junior, Natália Guerellus, Nashla Dahás, Samuel Silva Rodrigues de Oliveira, Sônia Meneses e Sonia Wanderley apresentam a história pública como um instrumento de resistência diante a discursos negacionistas, capaz de promover maior conscientização e aprofundamento do debate crítico sobre questões históricas disputadas no tempo presente.

Outro proeminente desafio é colocado pela história digital. No capítulo intitulado "Quais os limites da história digital em um país marcado pela exclusão e pela

desigualdade social?", os autores/as refletem sobre os obstáculos enfrentados pela história digital em contextos de exclusão e desigualdade social. Anita Lucchesi, Fernando Sossai, Giliard Prado, Luiz Otávio Corrêa, Marcella Albaine, Pedro Telles da Silveira, Rodrigo Bragio Bonaldo e Waldomiro da Silva Junior discutem a necessidade de considerar os diferentes níveis de inserção e letramento digital da população e a importância de pensar políticas públicas que promovam o acesso equitativo às tecnologias digitais. Essa reflexão aponta para a necessidade de adotar abordagens inclusivas e sensíveis para garantir que a história digital seja acessível e relevante para todos os segmentos da sociedade.

Portanto, até este ponto do livro, a importância de tornar a história acessível e relevante para um público mais amplo é um dos principais fios condutores do texto. No capítulo "Como fazer a história local se tornar pública, e para quem?", escrito por Andréa Telo da Corte, Joana da Silva Barros, Livia Morais Garcia Lima, Maria Silvia Duarte Hadler, Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Michel Kobelinski, os autores/as discutem importância de estabelecer diálogos e parcerias com as comunidades locais, reconhecendo suas experiências e memórias como parte integrante do patrimônio histórico coletivo. A discussão enfatiza a necessidade de promover uma história pública inclusiva, que considere as diferentes perspectivas e vozes presentes nas narrativas locais. Isso contribui para a construção de um espaço de compartilhamento e transmissão do conhecimento histórico de forma democrática e participativa.

Os capítulos seguintes - "Quais são as experiências de um núcleo de história pública em tempos de pandemia na Amazônia?" e "Como os movimentos LGBTQ+ e de mulheres vêm atuando na luta contra as opressões interseccionadas e as desigualdades sociais em Rondônia?" - enfatizam a necessidade de manter o engajamento com as comunidades locais, mesmo em um cenário de restrições e limitações. De fato, destacar as possibilidades de adaptações e articulações da história pública é um dos pontos fortes do livro. Seja ao discutir os desafios impostos pela pandemia de Covid-19 na Amazônia ou ao analisar o papel dos movimentos LGBTQ+ e de mulheres na promoção da igualdade e no combate às opressões interseccionadas em Rondônia, a coletânea aborda a importância de repensar estratégias de atuação e comunicação do historiador e da história em si.

Nesse sentido, é possível dizer que dentre tais desafios, aqueles enfrentados pelos professores no ensino da história durante a pandemia se destacam na busca por estratégias inovadoras no âmbito da comunicação da história para públicos mais amplos. Como manter o engajamento dos alunos e a qualidade do ensino remoto é apenas uma das questões que evidenciam a complexidade da situação, que envolveu a virtualização da educação e a preocupação com a segurança e saúde de professores e alunos. Pontos como esses são discutidos no capítulo "Em tempos de pandemia, como as/os professoras/es têm lidado com o ensino da história?", escrito por Everardo Paiva Andrade, Juniele Rabêlo de Almeida, Larissa Moreira Viana e Rogério Rosa Rodrigues. Além disso, os autores/as sublinham a necessidade de promover uma abordagem sensível e humanizada no ensino da história, levando em consideração as diferentes realidades e contextos dos estudantes. Assim, a discussão enfatiza a importância de valorizar a criatividade e a adaptação como ferramentas essenciais para superar os desafios impostos pela pandemia e garantir a continuidade do processo educativo.

Os aspectos levantados até aqui dialogam com alguns pontos explorados pelos autores/as do capítulo intitulado "Quais os desafios do trabalho com narrativas de dor no ensino de história?". Ao refletir sobre a complexidade e a sensibilidade exigidas ao lidar com essas narrativas, os autores/as destacam a necessidade de abordar temas delicados e dolorosos de forma ética e respeitosa. Também ressaltam a importância de criar espaços seguros e acolhedores para discutir experiências traumáticas e histórias de sofrimento.

As discussões propostas abrangem desde a necessidade de uma abordagem sensível e inclusiva, capaz de envolver os sujeitos na pesquisa, superar barreiras de comunicação e criar um ambiente de confiança e respeito mútuo, até argumentos que enfatizam a relevância de promover a empatia, a escuta ativa e o cuidado emocional dos alunos ao lidar com narrativas de dor. De fato, este é um dos méritos do livro - dar ao leitor a impressão de que a leitura se move de uma ponta a outra, ligando e garantindo o diálogo entre suas partes. Por exemplo, quando os autores/as do sétimo capítulo destacam a importância de fortalecer a articulação entre os movimentos sociais para promover a inclusão, a justiça social e o respeito à diversidade, eles dialogam com os argumentos apresentados no texto seguinte. Este que ressalta a importância do diálogo,

da colaboração e do apoio mútuo entre os profissionais da educação para enfrentar os impactos da pandemia e promover uma educação mais inclusiva e significativa em tempos de crise.

Portanto, parece existir uma direção que se estende entre os desafios colocados e as estratégias elaboradas. Os argumentos trazidos pelos diversos autores/as de “História pública em movimento” (2021) enfatizam a importância de desenvolver mecanismos que valorizem a diversidade de experiências e vivências, promovam a conscientização sobre questões sociais e históricas complexas e contribuam para a formação de cidadãos mais críticos, empáticos e engajados com a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Em um contexto de pós-verdade, o movimento da história pública surge como uma ferramenta essencial para combater adversidades, promovendo uma compreensão mais ampla e contextualizada do passado. Nesse sentido, a leitura de “História pública em movimento” é enfaticamente indicada para pesquisadores/as, acadêmicos/as, estudantes e todos/as aqueles/as interessados/as em pensar a história pública como uma plataforma capaz de desempenhar um papel significativo ao confrontar o negacionismo, promover a educação crítica a longo prazo e valorizar o diálogo como uma forma eficaz de enfrentar discursos distorcidos.

Referências bibliográficas

- Almeida, Juniele Rabêlo de.; Rosa, Rogério (Orgs.). *História Pública em movimento*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.
- Almeida, Juniele Rabêlo; Rovai, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- Frisch, Michael. A História Pública não é uma via de mão única: ou De: A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo de; Santhiago, Ricardo (org). *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo. Letra e Voz. p. 57-69, 2016.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 17/05/2024
Aprovado em: 20/06/2024

Apresentação – Dossiê: UEMG 35 anos: desafios e possibilidades

Organizador:

Tiago Aparecido da SILVA¹

A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) completa 35 anos em 2024. Nesta efeméride, a *Revista Histórias Públicas* traz a lume o presente dossiê com o intuito de fomentar o debate sobre a instituição. Fundada em 1989 com as missões de contribuir para a modernização de setores estratégicos da economia mineira e de ampliar o acesso à educação superior à população do Estado, desde então a UEMG conheceu uma trajetória ambígua. Do ponto de vista quantitativo, é inegável que seu crescimento atendeu, ao menos parcialmente, ao objetivo democratizante para o qual foi criada. A UEMG conta hoje com cerca de 21 mil alunos, 1700 docentes e 600 técnicos administrativos em 180 cursos de graduação e pós-graduação, abrangendo uma ampla diversidade de áreas do conhecimento. São 22 unidades ramificadas por quase todas as regiões de Minas Gerais, o que faz dela a universidade pública com a maior cobertura geográfica do Estado.

Entretanto, no plano qualitativo, a UEMG convive com uma série de problemas que acarretam graves prejuízos à sua comunidade acadêmica. A expansão acelerada da

¹Professor de História da Universidade do Estado de Minas Gerais. Doutor em História pela Universidade de Campinas (Unicamp). Mestre e licenciado em História pela Universidade Federal de São João del-Rey. UEMG. Divinópolis. MG. Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3814133592039908>. E-mail: tiago.silva@uemg.br

estadual mineira nas últimas décadas não foi acompanhada de investimentos proporcionais em infraestrutura e recursos humanos, o que dificulta a oferta de ensino e extensão de qualidade e o desenvolvimento de pesquisas científicas de ponta. Assumindo uma postura crítica em relação à situação experimentada pela instituição, os artigos reunidos neste dossiê discutem alguns aspectos de sua trajetória de três décadas e meia. Eles buscam, ao mesmo tempo, evidenciar os desafios e as possibilidades de uma instituição que necessita repensar seus rumos, de modo que seu futuro se apresente como esperança, não como ameaça.

Em *O sindicalismo em educação em Minas Gerais: uma história social, da educação básica ao ensino superior mineiro*, Cassio Hideo Diniz Hiro inicia com um balanço da história recente do movimento sindical no Brasil, à luz das transformações em nível nacional e internacional que impuseram crescentes dificuldades à luta da classe trabalhadora nos últimos cinquenta anos. Em seguida, destaca a trajetória do associativismo docente no país, com ênfase nas experiências dos professores da educação básica de Minas Gerais. O autor evidencia um percurso que vai de um sindicalismo tímido a um sindicalismo mais combativo, em ascensão a partir do final da década de 1970. Mais adiante, o artigo aborda o sindicalismo no âmbito da educação superior do Estado, ressaltando a Associação dos Docentes da UEMG (ADUEMG). Hiro identifica os inúmeros desafios enfrentados na construção da entidade, os quais têm sido pouco a pouco superados graças à mobilização da categoria e às lutas recentes encampadas pelos trabalhadores organizados em torno da ADUEMG. Por fim, após listar os graves problemas que aprofundam a precarização das condições laborais e estudantis na UEMG, o autor conclui o artigo com um chamado à ação, asseverando que “a luta coletiva é o único caminho para as transformações necessárias”.

Abordando tema correlato, em *A greve de docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais de 2024: uma análise sobre as lutas no campo acadêmico e suas relações com o campo político*, Adelino Francklin discute o movimento paredista ocorrido na UEMG em meados de 2024. Orientado pelas contribuições teóricas de Pierre Bourdieu, o autor problematiza o saldo da greve para os docentes da estadual mineira, considerando as reivindicações da categoria e as conquistas alcançadas. O estudo aborda a precarização do trabalho docente em universidades públicas estaduais,

destacando os desafios enfrentados na construção da ADUEMG e as estratégias de mobilização. São analisadas a precariedades das condições de trabalho, a intensa competição por vagas e a complexa relação entre os campos acadêmico e político. O artigo explora as estratégias de negociação e as implicações das ações do Estado no contexto da greve, culminando na análise das perdas e ganhos para os professores.

Por sua vez, no artigo intitulado *Economia do conhecimento e dependência geopolítica: desafios para as universidades públicas no Terceiro Mundo*, André Luan Nunes Macedo discute as universidades públicas do Terceiro Mundo no contexto da economia do conhecimento. Na esteira de Darcy Ribeiro e de Mangabeira Unger, o autor explora as dinâmicas de subordinação geopolítica que influenciam o papel das instituições de educação superior na produção do saber. Frisando um dos principais dilemas enfrentados por elas, caracterizado pela contradição entre a modernização reflexa e a busca por autonomia científica, Macedo propõe uma reflexão sobre estratégias possíveis para desenvolver um modelo soberano de universidade, consonante com as especificidades e necessidades locais. Nesse sentido, o trabalho em questão oferece importantes subsídios para refletirmos sobre a posição periférica da UEMG no cenário acadêmico atual e as oportunidades que se abrem para ela em meio a chamada economia do conhecimento.

Fechando o dossiê, em *Desventuras da autonomia universitária: uma breve reflexão sobre a Universidade do Estado de Minas Gerais*, Tiago Aparecido da Silva tematiza a autonomia universitária no Brasil, com foco no caso da UEMG. O autor argumenta que, tirante raríssimas exceções, as instituições públicas de educação superior do país experimentam uma condição heterônoma, resultando em graves limitações que inviabilizam as missões precípuas da universidade, que são o avanço da ciência, a inovação tecnológica, a criação de cultura, a difusão do conhecimento e o encaminhamento de soluções para problemas da realidade social. O trabalho é um convite para repensarmos os rumos da UEMG, sobretudo no que se refere às ingerências de natureza política e financeira que destoam da vontade coletiva de sua comunidade acadêmica, à qual deveria caber o protagonismo para decidir os caminhos da instituição.

Desejamos uma ótima leitura!

O sindicalismo em educação em Minas Gerais: Uma história social, da educação básica ao ensino superior mineiro

Cássio Hideo DINIZ HIRO¹

Resumo: Este artigo se apresenta como um ensaio reflexivo sobre a história recente do sindicalismo em educação em Minas Gerais, partindo de suas ações desde a educação básica e alcançando o ensino superior, sobretudo na busca pela sua compreensão como um elemento de identidade coletiva da categoria docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Presente na história brasileira desde o advento da República, o sindicalismo se constitui como um dos mais expressivos e importantes movimentos sociais que já existiu, tornando-se parte indispensável na compreensão da sociedade capitalista não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Na realidade nacional, está presente nos mais diferentes períodos dos últimos 120 anos, fazendo parte de estudos e reflexões de pesquisadores, estudantes e demais interessados em entender a vida social de nosso tempo. Não obstante, a educação brasileira não ficou a margem desse processo, e os trabalhadores que compõem o seu dia a dia, como professores e funcionários, também se organizaram coletivamente em seus próprios movimentos sindicais, fazendo de si como uma das categorias mais mobilizadas, organizadas e combativas da atualidade. Minas Gerais se tornou o berço de um sindicalismo em educação de destaque, e a UEMG é parte dessa recente história.

Palavras-chave: Sindicalismo em educação, ensino superior, greves, categoria docente.

¹ Professor Efetivo da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) unidade Campanha. Pós-Doc pela Universidade Nove de Julho (Uninove). Doutor em Educação, pela Universidade Nove de Julho (Uninove). UEMG. Campanha. MG. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7551-4688> , Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1596868118313462> . E-mail: cassio.hiro@uemg.br.

Trade Unionism in Education in Minas Gerais: A Social History from Basic Education to Higher Education in Minas Gerais.

Abstract: This article presents itself as a reflective essay on the recent history of unionism in education in Minas Gerais, starting from its actions since basic education and reaching higher education, especially in the search for its understanding as an element of collective identity of the teaching category. from the State University of Minas Gerais (UEMG). Present in Brazilian history since the advent of the Republic, trade unionism is one of the most expressive and important social movements that has ever existed, becoming an indispensable part of capitalist society not only in Brazil, but throughout the world. In the national reality, it has been present in the most different periods of the last 120 years, being part of studies and reflections by researchers, students and others interested in understanding the social life of our time. However, Brazilian education was not left out of this process, and the workers who make up its daily routine, such as teachers and employees, also organized themselves collectively in their own union movements, making themselves one of the most mobilized, organized categories and combative actions of today. Minas Gerais became the cradle of prominent unionism in education, and UEMG is part of this recent history.

Keywords: Unionism in education, higher education, strikes, teaching category.

Introdução

O movimento sindical de trabalhadores em educação tornou-se nos últimos 45 anos em um dos principais movimentos sociais da história política e social no Brasil. Ao lado dos movimentos sindicais de metalúrgicos, de petroleiros, de bancários, de operários da construção civil e de movimentos populares rurais e urbanos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), o sindicalismo docente teve ao longo desses anos um papel importante na conjuntura política pós-regime civil-militar. E isso tem repercutido na sociedade, pois se trata da ação e organização de uma categoria que trava contato direto e cotidiano com a grande maioria das famílias brasileiras, ao trabalhar com a educação de seus filhos.

Investigar a história social desses personagens em suas ações coletivas, reivindicativas e sindicais, contribui não apenas para entender a história da educação brasileira, mas, também para a compreensão acerca da formação histórica de nossa sociedade no século XX. Para isto, o uso de uma base teórica que esteja de acordo com o desafio, aliado ao projeto societário daqueles que a desejam, torna-se fundamental. Em nosso caso, em que nos inserimos não apenas na luta teórica, mas, a englobando, em uma luta política maior e alicerçada na construção de um projeto contra-hegemônico, entendemos que a teoria marxista oferece-nos os elementos necessários para este trabalho. Reivindicamos o marxismo como modelo interpretativo baseado na práxis e que aponta a história como oportunidade, e não como fatalidade, permitindo vislumbrar de forma real e prática a construção de um novo porvir da humanidade alicerçado na igualdade e justiça social.

Uma das formas em que os professores – e o conjunto dos trabalhadores – ganharam destaque foram as suas ações coletivas no campo da luta econômica e política. A categoria profissional dos trabalhadores em educação protagonizou diversas lutas por melhores salários, melhores condições de trabalho e também na derrocada do regime civil-militar, destacando-se nas mobilizações ocorridas ao final da década de 1970 e por toda década de 1980. O seu papel foi de tamanha importância, que muitos de seus participantes – alicerçados em bases sociais de sua categoria – tiveram destacada atuação na construção de instrumentos políticos, como o Partido dos Trabalhadores,

(como também em determinados momentos o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil, etc.), e de instrumentos sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores e demais entidades sindicais. Em outras palavras, o movimento sindical docente e de trabalhadores em educação tornou-se, nos últimos 30 anos, um dos principais movimentos da história política e social do Brasil.

Não obstante, no final do século XX e com a ascensão do neoliberalismo e do discurso pós-moderno do fim da “luta de classes”, o sindicalismo brasileiro sofreu um duro golpe, no que tange a sua força, adesão e conquistas. Mesmo após a ascensão dos governos de cunho progressista/popular a partir de 2003, observamos que o fôlego existente nos anos 1980 ainda não havia retornado como muitos desejavam nesse momento histórico.

A ofensiva neoliberal operada a partir da crise do bloco soviético, sobretudo no Ocidente provocou duros e profundos efeitos sobre o conjunto da classe trabalhadora mundial. No Brasil, suas implicações foram sentidas na derrota dos movimentos sindicais até então fortemente mobilizados e organizados, como os petroleiros e os bancários. A partir de então observamos um breve recuo que colocou a classe trabalhadora brasileira na defensiva, paralisando os grandes embates do *capital versus trabalho*, e optando pelo regramento eleitoral dentro da ordem liberal-burguesa.

No entanto, uma categoria profissional em especial acabou brevemente fugindo dessa realidade. Como podemos observar a partir dos dados de greves nas primeiras décadas do século XXI apontados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos (DIEESE)², os trabalhadores e trabalhadoras em educação se constituíram como vanguarda de lutas no Brasil. Seus sindicatos, impactados pela ofensiva neoliberal, sentiram a necessidade de reforçarem suas organizações e mobilizações diante da nova conjuntura. Desde os primeiros anos do século observamos o aumento do número de mobilizações e greves de professores e funcionários de escolas e universidades espalhadas pelo país, e é nesse momento que se constata a presença de grandes movimentos de trabalhadores em educação das instituições públicas e privadas em vários Estados da federação. Nesse ínterim, destacamos as de São Paulo, Rio de

² Fonte: <https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?comboBuscaDirigida=TIPO%7C1352135159121>, consultado em 25/10/2024.

Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, tanto na educação básica quanto no ensino superior.

Diante disso, cabe questionar se os professores e demais trabalhadores em educação possuem alguns elementos que lhe confere certo protagonismo nas lutas sindicais no Brasil nesse início de século. Um deles que pode ser considerado é o fato dos servidores públicos terem mais garantias de estabilidade no emprego em comparação com os trabalhadores da iniciativa privada. Ou há algo a mais?

Em seu artigo *Constituição sócio-histórica do sindicalismo docente da educação básica no Rio de Janeiro*, Erlando da Silva Rêses (2011, p. 257) faz um questionamento mais ou menos próximo do que nos apetece:

O aumento da mobilização sindical e a adesão expressiva em greves, sobretudo nas redes públicas, não implicam na constituição de uma “consciência” de classe proletária e não alienada dos professores, mesmo quando estes se veem inseridos em um processo de pauperização econômica?

Essa problematização acaba levando a algumas questões que buscam entender o caráter de classe dos professores e dos demais trabalhadores em educação. Os professores são trabalhadores que têm, em princípio, um conhecimento teórico e cultural maiores que a média dos trabalhadores em geral. No entanto, isto não significa que os mesmos tenham consciência da necessidade de organização e luta coletiva por seus interesses, muito menos de seu papel econômico e político dentro do sistema.

Em condições normais de trabalho, os trabalhadores estão desprotegidos contra demissões arbitrárias motivadas por suas ideias políticas, ou por praticamente qualquer outro tema, relacionado ou não com o trabalho e o seu desempenho. Nas escolas públicas isto não ocorre, os trabalhadores em educação, em geral, e, particularmente, os professores podem exercer os seus direitos de “cidadãos”, mas estes direitos são restritos ou inexistentes nas instituições privadas. Mas essa avaliação desconsidera as lutas empreendidas pelos docentes das escolas e universidades particulares, mesmo que se dê por outros meios coletivos. Não obstante, cabe a nós pesquisadores da área continuar essa reflexão para encontrarmos algumas respostas.

O sindicalismo em educação em Minas Gerais

O movimento sindical de trabalhadores em educação em Minas Gerais tem seus primórdios nas primeiras décadas do século XX. Em várias cidades, tanto na capital quanto nos municípios do interior surgiram pequenas associações de professores de características mutualistas, assistenciais e gremiais. Refletiam o estágio de desenvolvimento no qual se encontrava a educação brasileira do período, com um papel na vida social ainda em consolidação e em disputa por distintos projetos societários. Uma educação que apesar das intenções idealizadas pelos republicanos positivistas, ainda não era presente na vida da grande maioria da população, sendo um privilégio das elites e de setores médios urbanos da sociedade brasileira.

A escola pública brasileira, que dera seus primeiros passos efetivos na segunda metade do século XIX, ainda estava longe do que imaginavam seus idealizadores. A educação do povo, mesmo que sob a ótica liberal-burguesa, ainda não era uma realidade, mesmo com os grandes debates – intitulados pelo historiador Jorge Nagle de *Entusiasmo pela Educação* e o *Otimismo Pedagógico* – que deram as bases teóricas para a realização de várias reformas educacionais que caracterizaram a década de 1920 nos estados, como também as reformas de caráter nacional a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder em outubro de 1930, em parte pautado pelos intelectuais escolanovistas absolvidos pelo regime.

A inexistência de uma educação universal, ainda restrita a determinados grupos sociais privilegiados, deu o tom da organização da categoria docente no Brasil e em Minas Gerais. Nessas décadas era numericamente pequena, com pouca inserção social em grande parte da população. O resultado é um sindicalismo tímido, não combativo, que buscava, sobretudo a sobrevivência de sua categoria e constituindo sua identidade profissional, longe ainda de compartilhar uma identificação com o conjunto da classe trabalhadora.

Uma das primeiras entidades sindicais em educação de destaque que surgiu em território mineiro foi o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – SINPRO Minas – em 1933. Existente até hoje, a entidade representava – e representa – os e as professoras das instituições de ensino privadas mineiras. Mas o que explica o

pioneirismo dessa categoria, diante dos trabalhadores em educação da rede pública de ensino?

Recordemos dos limites legais para a constituição de sindicatos no Brasil na década de 1930. O Governo Provisório, tendo a frente Getúlio Vargas, estabeleceu as primeiras leis sindicais a partir de 1931. Nelas, reconhecia o movimento sindical brasileiro, porém o incorporava à estrutura burocrática do recém-criado Ministério do Trabalho. Dentro da lógica do apaziguamento dos conflitos do *capital X trabalho*, o governo Vargas buscava arbitrar os embates socioeconômicos e estabelecer uma paz social para o pleno desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Em troca de uma legislação trabalhista, abriu-se mão das características combativas e organizativas dos sindicatos, que deveriam se adequar às leis e aos modelos estabelecidos pelo Estado. Por fim, o reconhecimento do direito sindical estava restrito aos trabalhadores da iniciativa privada, legitimados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) criada em 1º de maio de 1943, por meio do Decreto-Lei nº 5.452. Já os trabalhadores do serviço público, incluso os e as professoras das escolas estaduais – a principal rede de ensino a ofertar a educação pública – não tiveram reconhecidos seus direitos a sindicalização. Coube aos docentes das instituições de ensino privadas o pioneirismo sindical em Minas Gerais.

Imagem 1: Getúlio Vargas em frente ao Ministério da Fazenda em 10/11/1943. Ao fundo, manifestação a favor do presidente, com destaque à faixa do Sindicato dos Professores – SINPRO DF



Fonte: Iconographia/Reminiscências

A primeira característica que podemos notar é que a maioria dessas entidades representativas apresentava princípios que reforçavam as ações de caráter assistencialista e mutualista. Esta característica será mantida, principalmente, a partir da Constituição de 1937³, que vetava o direito à sindicalização de servidores públicos, e impossibilitava a organização de sindicatos docentes da rede pública, que compunham a maioria da categoria no Brasil. A alternativa viável para a continuidade da organização dos professores das escolas e universidades públicas foi a criação das associações⁴. Segundo Vicentini e Lugli (2011, p. 180):

Em linhas gerais, esse modelo caracteriza-se pelo objetivo de melhoria das condições de vida e trabalho dos professores mediante sua arregimentação em torno de associações profissionais que, além de encaminharem propostas ao Estado para solucionar os problemas que afetavam a categoria, também tomavam para si essa incumbência, mediante a constituição de uma rede de serviços aos associados para amenizar as suas dificuldades cotidianas.

De alternativa jurídica, o associativismo transformou-se em um fenômeno que marcará o movimento desses profissionais até o final da década de 1970. Suas principais características serão: o aprofundamento do modelo assistencialista e mutualista, e a priorização das ações de negociação – as petições – e de relações amistosas com o Estado⁵. Trata-se de um regime de colaboração, em lugar da ação direta de massas e do confronto por meio de greves, e grandes manifestações, apesar de não se abrir mão destas possibilidades em determinados momentos. Isto permitirá o surgimento de uma burocracia sindical (a exemplo da iniciativa privada, estimulada pela estrutura sindical imposta pelo Estado), e um distanciamento entre direção e base, a despeito do pequeno, mas constante crescimento de suas filiações.

Nesse ínterim, entre as décadas de 1930 e 1970 os trabalhadores em educação da rede pública mineira avançaram em sua organização coletiva. Diferente do setor privado

³ Apesar de antes mesmo da proibição oficial da sindicalização dos servidores públicos, muitos sindicatos de docentes, como os demais, organizavam-se na forma de associações.

⁴ Alguns pesquisadores apontam que o associativismo, enquanto modelo de organização, foi um fenômeno característico de categorias profissionais que não se reconheciam como membros da “classe trabalhadora”, e viam os sindicatos como entidades próprias dessa classe social. O modelo associativista (não o termo, mas a sua concepção) era visto pelos docentes como mais ordeiro e racional que as entidades sindicais tradicionais.

⁵ Segundo esta concepção, a direção da entidade é a representante legítima de sua base e a única voz na ação diante do Estado.

organizadas no SINPRO Minas, a categoria docente das escolas básicas e universidades públicas caminharam separadamente, com ritmos diferentes.

Diante das condições de trabalho na educação básica pública mineira na primeira metade do século XX, surgiu também na década de 1930 a *Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais* – APPMG –, que se colocava como representante das docentes de 1º à 4ª série da rede estadual. Fundada em 27 de agosto de 1931⁶, carrega em seu início o caráter mutualista e associativista, buscando o estabelecimento de boas relações com o governo, e atrelada ao aparelho de Estado, negando-se a tomar qualquer atitude de enfrentamento com o mesmo. Após a lei federal nº 5.692 de 1971⁷ e a unificação do ensino primário e ginásial – agora ensino de 1º grau –, a nomenclatura da entidade mudou para *Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais*. Concomitantemente, em várias cidades do interior também havia associações docentes com o mesmo perfil, assemelhando-se a grêmios e clubes de profissionais da área.

Contudo, a década de 1970 trazia uma nova realidade social. O capitalismo tardio brasileiro – estimulado pelo projeto conservador e autoritário da Ditadura Civil-Militar – avançada velozmente, impulsionando a rápida industrialização e a expansão das grandes cidades, porém condenando à marginalidade econômica grande parte da população. A educação básica expandiu-se em ritmo maior do que a capacidade do Estado brasileiro de investir e melhorar qualitativamente o ensino público. O crescimento da categoria docente nesse setor e o aprofundado processo de proletarianização da carreira docente levaram ao surgimento de um sindicalismo combativo na educação ao final da década de 1970. Tendo como modelo e inspiração as grandes mobilizações da classe trabalhadora que tomaram conta do país, e a exemplo do que ocorria em outros Estados, os professores da rede estadual mineira romperam com o associativismo da APPMG, e após a inédita greve de 1979, criaram a União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais – a UTE-MG – que adotando as características sindicais e combativas, conquistou a legitimidade e a liderança da

⁶ Fonte: <https://www.appmg.org.br/nossa-historia>, consultado em 24/10/2024.

⁷ A lei 5.692/71 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (Lei nº 4.024), reestruturando a educação básica brasileira em escolas de 1º grau (com oito anos de duração obrigatório) e de 2º grau (com três anos) subdividindo-se em técnico, científico e magistério.

categoria, protagonizando diversas lutas que obtiveram grandes conquistas ao longo dos anos seguintes. Em 1990, em processo de unificação com outras entidades, a UTE-MG se transforma no Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – o Sind-UTE/MG (DINIZ; BAUER, 2015), atualmente um dos maiores sindicatos em educação da América Latina e com forte presença nas lutas políticas e sindicais dos trabalhadores mineiros⁸.

Imagem 2: Assembleia dos trabalhadores em educação das escolas estaduais de Minas Gerais durante a greve de 1980, realizada na Faculdade de Direito da UFMG



Fonte: CDM Sind-UTE/MG

O sindicalismo no ensino superior mineiro

A categoria docente do ensino superior em Minas Gerais não ficou à margem das mobilizações que agitaram o final da década de 1970 e nos anos 1980. Por sua vez, entraram em cena se organizando e agindo a partir de suas características próprias.

Não houve uma expansão quantitativa do ensino superior brasileiro, a exemplo do que acontecera na educação básica. A reforma universitária de 1968 não garantiu o amplo crescimento da oferta de vagas para a maioria da população, continuando o seu acesso um privilégio para determinados grupos sociais. Ao mesmo tempo, a iniciativa

⁸ Atualmente o Sind-UTE/MG representa os/as trabalhadore(a)s em educação (professores e funcionários) das escolas estaduais de Minas Gerais e de redes municipais nas quais suas categorias deliberam por sua representatividade. Em 2006, a subsede do Sind-UTE/MG que atuava na rede municipal de Belo Horizonte rompe com a entidade sindical estadual e funda o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte – SindREDE-BH.

privada foi ocupando o espaço diante do aumento da demanda, acentuando o processo de mercantilização desse nível de ensino.

Com o crescimento das instituições privadas, por meio de fundações particulares, confessionais, filantrópicas ou mesmo empresariais, a categoria docente do ensino superior privado começou a sofrer os primeiros sinais de sua proletarização, com a desvalorização salarial e o aumento da carga de trabalho. Diante dessa nova realidade, o SINPRO Minas se insere na realidade dessa categoria docente, buscando organizá-la e mobilizá-la, mesmo diante da forte repressão empresarial e estatal.

Nas universidades públicas mineiras, notadamente nas instituições federais, a categoria docente também começou a se organizar com características sindicais, mesmo que limitadas pela legislação. Surgiram entre as décadas de 1960 e 1970 as Associações de Docentes (AD's) em diferentes *campi* universitários. Foram as AD's, em um grande processo de mobilização da categoria docente nas universidades públicas de todo o país, que deram base para a criação da *Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior* (ANDES) em 19 de fevereiro de 1981⁹.

As universidades públicas estaduais mineiras são um caso a parte. Em comparação com as demais universidades estaduais de São Paulo ou Rio de Janeiro, as mineiras são tardias em suas constituições universitárias. Tanto a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) quanto a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) deram seus primeiros passos a partir da promulgação da Constituição Mineira de 1989. A UEMG, originária em 1989 e regulamentada pela Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, surgiu da incorporação de diversas faculdades e fundações isoladas da capital, que nas décadas seguintes foram absorvendo outras instituições públicas e privadas isoladas no interior do Estado¹⁰. Já a Unimontes é instituída por meio do Decreto Estadual nº 30.971/90, com a estatização da Fundação Norte Mineira de Ensino

⁹ Em 1988, após a promulgação da Constituição Federal, a ANDES mudou sua denominação e passou a ser o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN).

¹⁰ Fonte: <https://www.uemg.br/home/universidade/sobre-a-uemg>, consultada em 24/10/2024.

Superior (FUNM) e a incorporação de outras instituições da região¹¹. Diante disso, o sindicalismo docente nessas novas universidades também foi recente¹².

Em seu início, a categoria docente na UEMG não estava consolidada. Cargos de jornada parcial e relações precárias de trabalho faziam com que seus primeiros professores trabalhassem também em outras instituições de ensino superior, sobretudo nas privadas. Com isso, a maioria de suas experiências sindicais estava relacionada com o SINPRO Minas, no qual muitos tiveram seus primeiros contatos com o movimento sindical organizado. Foram com esses militantes e ativistas organizados que deram os primeiros passos para um movimento sindical no interior da universidade, que entre idas e vindas impulsionaram nos anos seguintes à criação o Sindicato dos Professores da UEMG (Sinduemg), consolidado no início do século XXI. Esse sindicato chegou a ser reconhecida como uma seção sindical do ANDES-SN, mas devido a descontinuidades e dificuldades de gestão, foi desvinculada, seguindo como entidade jurídica autônoma em 2011¹³. Como consequência, ao longo o tempo acabou perdendo presença junto à categoria docente, sobretudo com a crise gerada pela queda da Lei nº 100 em 2014 e o desligamento de professores da UEMG que haviam sido efetivados sem concurso em 2007¹⁴.

Nesse mesmo período, na cidade de Ibirité, docentes que trabalhavam na Fundação Helena Antipoff (FHA) começaram a se organizar no interior da instituição de ensino. O processo interno de mobilização levou a fundação em 2013 do Sindicato dos Docentes da Fundação Helena Antipoff (SINDHA). Com o processo de incorporação dos cursos superiores da FHA pela Universidade do Estado de Minas Gerais, o SINDHA tornou-se seção sindical do ANDES-SN, e uma vez consolidada a incorporação como unidade acadêmica de Ibirité, a entidade sindical muda sua

¹¹ Fonte: <https://unimontes.br/apresentacao/historico/#1439366115142-40f026ff-0a81>, consultada em 24/10/2024.

¹² Na Unimontes surge a Adunimontes (Associação dos Docentes da Unimontes), seção sindical do ANDES-SN na universidade. Tem atuado em parceria com a ADUEMG nas lutas sindicais em Minas Gerais.

¹³ Fonte: <https://sinduemg.wordpress.com/estatuto/>. Consultada em 24/10/2024.

¹⁴ Em 2007 o governo de Minas Gerais editou a Lei Estadual nº 100/07, que elevou os designados com contratos temporários até o dia da promulgação da lei à condição de “efetivados”, mesmo que sem a realização de concurso público, criando assim uma terceira situação funcional no serviço público estadual. Contudo, em março de 2014 o Supremo Tribunal Federal considerou a referida lei inconstitucional (DINIZ, 2021, p. 34).

denominação para Associação dos Docentes da UEMG – ADUEMG – ssind do ANDES-SN¹⁵.

Contudo, isso não significou que a categoria docente da UEMG reconheceu e legitimou de imediato. O próprio processo de expansão da universidade para o interior, incorporando diversas instituições de ensino superior isoladas por toda Minas Gerais se deu de forma não projetada. A falta de planejamento estratégico e orçamentário por parte do governo de Minas levou que grande parte da categoria docente que adentrava a universidade estivesse em condições precárias de vínculo trabalhista, o que até 2021 era conhecido como designação¹⁶. Foi somente aos poucos, com a realização de atividades e ações de base que a ADUEMG pode representar a indignação da categoria diante da precariedade dos salários e das condições de trabalho e liderar duas greves até então inéditas na UEMG, com destaque à Greve de 2016, que durou 106 dias¹⁷, com forte adesão dos docentes das unidades acadêmicas de Frutal e Ibirité. O resultado foi a conquista de um Acordo de Greve homologado pela Justiça em 2018, que ainda é foco de reivindicação da ADUEMG para sua efetivação.

Em sua primeira fase, a seção sindical teve como base principal de mobilização Ibirité. Suas primeiras diretorias foram compostas em sua maioria por docentes dessa unidade acadêmica. Não obstante, em 2018 foi eleita uma nova diretoria já com uma presidenta e um vice-presidente, a primeira da Faculdade de Educação (Campus BH) e o segundo de Frutal.

Um fato marcou o início de uma nova fase. Em consequência das lutas da categoria nos anos anteriores, em 2018 e 2019 ocorreram novos concursos públicos para provimento efetivo de docentes na maioria das unidades acadêmicas da capital e do interior da UEMG. Centenas de professores foram aprovados e começaram a ser nomeados em caráter efetivo nos anos seguintes. Isso provocou uma expansão qualitativa da categoria como servidores públicos estáveis em gozo de seus direitos trabalhistas e políticos.

¹⁵ Fonte: <https://www.aduemg.org/copia-sobre-aduemg>. Consultada em 24/10/2024.

¹⁶ Termo legal usado para descrever o vínculo temporário de trabalho no serviço público, sem concurso e selecionado por meio de chamada pública ou Processo Seletivo Simplificado.

¹⁷ Fonte: <https://www.brasildefatogm.com.br/2016/08/19/uma-greve-para-salvar-a-universidade-estadual>. Consultada em 24/10/2024.

Esse processo permitiu que o movimento sindical na UEMG se dinamizasse e se interiorizasse. Docentes que já possuíam experiências em outros sindicatos e movimentos sociais se somaram à categoria, permitindo uma nova fase de sua organização. Mesmo com a pandemia da COVID-19 em 2020 e 2021, a ADUEMG se interiorizou, conquistando espaço e legitimidade junto à base. Por meio de trabalho de base, assembleias gerais, plenárias locais e atuações reivindicativas junto à Reitoria, ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, a seção sindical do ANDES-SN foi se tornando presente na vida social da categoria. Aos poucos, foi se criando uma identidade coletiva na qual os e as docentes de diversas unidades acadêmicas da UEMG começaram a se entender como uma categoria única, que compartilhava dos mesmos problemas, mas também dos mesmos anseios de mudança coletiva.

Isso se materializou em 2022, na primeira greve com forte envolvimento dos docentes de diferentes unidades, e em 2024, no mais forte movimento grevista de sua história. Com a adesão de professores de 19 das 22 unidades acadêmicas da capital e do interior, a greve durou 60 dias com intensas ações presenciais massivas – assembleias gerais, atos locais e manifestações – e obteve diversas conquistas que, apesar de não resolver todos os problemas candentes da UEMG, comprovou que a luta coletiva é o caminho para as transformações necessárias.

Imagem 3: Manifestação de docentes da UEMG na Praça da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, durante a greve em maio de 2024



Fonte: site da ADUEMG. Foto de Zé Rocha

Considerações finais

O movimento sindical nas universidades estaduais mineiras, sobretudo na Universidade do Estado de Minas Gerais, tem se consolidado como uma importante manifestação coletiva de uma categoria profissional, na busca não apenas de sua valorização, mas também se constituindo como um importante sujeito social dentro e fora dos muros da universidade. Não obstante, devemos observar a história enquanto processo contínuo e permanente, que configura, em seu interior, avanços e retrocessos. Não podemos recortar a história e definir, de fato, o quanto uma categoria alcançou ou não sua consciência política, ou cumpriu-se seu papel “revolucionário” na história. Os trabalhadores em educação da educação básica e do ensino superior, como toda a classe social dos trabalhadores, encontram-se ainda em fase de desenvolvimento de sua consciência, deparando-se seu interior, fases de avanço ou retrocesso.

Diante disso, precisamos vislumbrar o futuro como uma possibilidade. O movimento sindical brasileiro foi capaz de permitir o avanço e desenvolvimento dos próprios trabalhadores. O sindicalismo docente em Minas Gerais esteve inserido neste desenvolvimento, permitindo à sua base posicionar-se diante dos desafios de ordem econômica e política, que apesar da conjuntura desfavorável, ainda coloca em perspectiva a ação direta de massas como fundamental para transformar a realidade. O processo em que faz parte esse período histórico estudado ainda está aberto, e se baseando nesta constatação, vemos que o porvir não se constitui como uma existência destinada, mas sim como um campo de possibilidades em aberto, objetivando uma nova realidade construída de acordo com as necessidades de toda a humanidade.

Referências bibliográficas

- Bauer, Carlos. *A classe operária vai ao campus: esboço de história social, trabalho precário, resistência e ousadia na universidade brasileira contemporânea*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2010.
- Bauer, Carlos; Diniz, Cássio; Paulista, Maria Inês (orgs.). *Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- Bertucci, Liana Maria; Filho, Luciano Mendes de Faria; Oliveira, Marcus Aurélio Taborda de. *Edward P. Thompson: história e formação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

- Diniz, Cássio; Bauer, Carlos. *História e consciência de classe na educação brasileira: lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979 – 1983)*. São Paulo: Sundermann, 2015.
- Diniz, Cássio; Moreira, Weber Luiz Pereira. *A greve de 2010: mobilização e lutas dos trabalhadores em educação no sul de Minas Gerais*. Jundiaí/SP: Paco, 2021.
- Diniz, Cássio. *Debates e contribuições em torno dos referenciais teóricos, historiográficos e metodológicos nas pesquisas sobre a história do associativismo e sindicalismo em educação no Brasil*. In: Ferreira, Márcia Ondina V.; Mancebo, Deise; Rosso, Sadi Dal (orgs.). *Associativismo e sindicalismo em educação e crises do capitalismo contemporâneo*. Jundiaí/SP: Paco, 2022.
- Ferreira Jr., Amarílio. *Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros*. 1998. 302p. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ferreira, Márcia Ondina V.; Mancebo, Deise; Rosso, Sadi Dal (orgs.). *Associativismo e sindicalismo em educação e crises do capitalismo contemporâneo*. Jundiaí: Paco Editorial, 2022.
- Frigotto, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relação entre educação e estrutura econômico social capitalista*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- Gindin, Julián; Ferreira, Márcia Ondina; Rosso, Sadi Dal (org.). *Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimento*. Brasília, Paralelo 15, 2013.
- Granzotto, Tania Maria. *O movimento sindical na academia: o caso das universidades estaduais paulistas*. Tese de doutoramento. Campinas: UNICAMP, 2010.
- Matamoros, Christian (org). *Sindicalismo docente: política y organizaciones de izquierda sudamericana*. 1ed. Concepción: Ediciones Escaparte, 2019.
- Rêses, Orlando da Silva. *Constituição sócio-histórica do sindicalismo docente da educação básica do Rio de Janeiro*. In: *Associativismo e Sindicalismo em Educação – organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011.
- Ridenti, Marcelo. *Professores e Ativistas da Esfera Pública*. São Paulo. Editora Cortez. 1995.
- Rosso, Sadi Dal. *Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação*. In: *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011. p. 17-27.
- Schueler, Alessandra Forta Martinez de; Cord, Marcelo Mac. *História social e história da educação: as contribuições de Edward Thompson*. In: Mesquita, Ilka Miglio de; Carvalho, Rosane Areal de; Filho, Luciano Mendes de Faria. *Nas dobras de Clío: história social e história da educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.
- Thompson, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Altusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- Thompson, Edward Palmer. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. In Estudios sobre las crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1984.
- Thompson, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa – v. 1. A árvore da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Thompson, Edward Palmer. *Algunas observaciones sobre clase y falsa consciencia*. In *Revista Historia Social*. Instituto de Historia Social U.N.E.D. Valencia Primavera-Verano, 1991, nº10. p. 27-32.
- Vicentini, Paula Perin; Lugli, Rosário S. Genta. *Associativismo docente no Brasil: configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 1970*. In:

Associativismo e Sindicalismo em Educação – organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

Sites

<http://www.uemg.br>

<http://www.unimontes.br>

<http://www.aduemg.org/>

<https://sinduemg.wordpress.com>

<https://www.brasildefatomg.com.br>

<http://www.reminiscencias.com.br>

<https://www.appmg.org.br>

<https://www.dieese.org.br>



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 31/10/2024
Aprovado em: 30/11/2024

A greve de docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais de 2024: uma análise sobre as lutas no campo acadêmico e suas relações com o campo político

Adelino FRANCKLIN¹

Resumo: No dia 02 de maio de 2024 teve início a greve de docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), que durou até o dia 01 de julho. Um questionamento que poderia ser realizado pelos docentes é se a greve valeu a pena ou não. Tendo em vista essa possível indagação, buscou-se responder a seguinte questão problema: o investimento (na perspectiva bourdieusiana) de docentes na greve da UEMG de 2024 foi vantajoso? O objetivo geral foi analisar as lutas no campo acadêmico e suas relações com o campo político durante o período de greve. Justifica-se pelo fato de que a melhor compreensão das conquistas do movimento de greve pode favorecer as lutas futuras e contínuas em prol de melhores condições de trabalho dos docentes e valorização da UEMG. A pesquisa é bibliográfica e a abordagem qualitativa. O referencial teórico são conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu. Entre as várias conquistas da greve destacou-se a manutenção da ajuda de custo em situações de licenças saúde, luto, maternidade e paternidade.

Palavras-chave: Greve, Campo Acadêmico, Capital Político.

¹ Professor efetivo da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Passos. Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Possui Licenciatura Plena em História pelo UNIFEG (2004), Licenciatura Plena em Filosofia pela UFLA (2017) e Licenciatura Plena em Pedagogia pela UNIFRAN (2018). Pós-Graduação Lato Sensu em Mídias na Educação pela UFOP. Passos, MG. Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3243103572002701>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0971-6374>. E-mail: adelino.francklin@uemg.br.

The 2024 Minas Gerais State University Faculty strike: an analysis of struggles in the academic field and their relations with the political field

Abstract: On May 2, 2024, the strike by teachers at the State University of Minas Gerais (UEMG) began, which lasted until July 1. One question that could be asked by teachers is whether the trike was Worth it or not. In view of this possible question, we sought to answer the following problem question: was the investment (from a Bourdieusian perspective) of teachers in the 2024 UEMG strike advantageous? The general objective was to analyze the struggles in the academic field and their relations with the political field during the strike period. It is justified by the fact that a better understanding of the achievements of the strike movement can favor future and continuous struggles for better working conditions for teachers and the valorization of UEMG. The research is bibliographic and the approach is qualitative. The theoretical framework is concepts from sociologist Pierre Bourdieu. Among the various achievements of the strike, the maintenance of financial assistance in situations of health, bereavement, maternity and paternity leave stood out.

Keywords: Strike, Academic Field, Political Capital.

Introdução

No dia 02 de maio do ano de 2024 teve início uma greve de docentes na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), que perdurou até o dia 01 de julho do mesmo ano. O movimento grevista gerou forte repercussão no campo acadêmico e campo político, em face das disputas pela legitimidade dos discursos sobre as suas causas e consequências.

Os conceitos de campo acadêmico e campo político utilizados nesse artigo são derivados da teoria relacional do sociólogo Pierre Bourdieu. Os campos fazem parte de um espaço social, que consiste em uma realidade invisível em que são organizadas as práticas e as representações dos chamados agentes (Bourdieu, 1996). Por sua vez, os campos são espaços de disputas entre os agentes que dele fazem parte, ocupando posições desiguais. O motivo das lutas ou disputas em um campo se deve ao fato de que nele são distribuídos poderes sobre distintas formas de capitais (econômicos, culturais, científicos, políticos...), que podem elevar a posição de agentes dentro do campo (Bourdieu, 2023).

Para esse artigo, consideramos que a UEMG possui características semelhantes ao que ocorre em um campo acadêmico, e que se relaciona com outro campo, que é o político.

Os conceitos de campo e de capitais se relacionam com o de *habitus*, que “são princípios geradores de práticas distintas e distintivas” (Bourdieu, 1996, p. 22) dos agentes, que interiorizam a realidade social na qual estão inseridos e a exterioriza a partir de sua interioridade por meio das referidas ações.

Tendo vista a perspectiva bourdieusiana, é possível questionar se o investimento de docentes na greve da UEMG de 2024 foi vantajoso. Entende-se aqui por investimento, o que Bourdieu considera como um interesse, mesmo que desinteressado, dos agentes ao aceitarem as regras do jogo dentro de um campo. É quase que um cálculo para obtenção de novos capitais que são ou podem vir a ser distribuídos. Objetiva-se, desse modo, analisar as lutas no campo acadêmico e suas relações com o campo político durante o período de greve.

Essa pesquisa é bibliográfica, que propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (Marconi; Lakatos, 2010, p.

166). Nesse sentido, foram consultadas produções acadêmicas, notícias em diferentes *sites* institucionais e outras fontes, sobre o tema abordado. A abordagem da pesquisa é qualitativa, que “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (Chizzotti, 2000, p. 79).

A precarização do trabalho docente em universidades públicas estaduais

A adoção de medidas neoliberais sobre o ensino superior brasileiro tem gerado várias implicações negativas sobre as condições de trabalho de docentes universitários, tais como: precarização, intensificação e proletarização do trabalho; produtivismo acadêmico; aumento de contratações temporárias; baixa remuneração; perda de direitos trabalhistas; redução do tempo para atividades de pesquisa e extensão e divisão das categorias profissionais.

Nesse cenário, tornaram-se notórias as ações de agentes políticos que atuam nos poderes legislativo e executivo, com mentalidade privatista, que consideram as universidades públicas como empresas, tendo ocasionado a redução de concursos públicos para cargos efetivos; terceirização; cortes e contingenciamentos no orçamento destinado às universidades; diminuição do financiamento das atividades de pesquisa e extensão para as áreas de Ciências Humanas e Sociais; desvalorização dos planos de carreira docentes e sucateamento da infraestrutura. (Schlesener; Lima, 2021; Silva; Maia Filho; Rabelo, 2020).

“O medo do desemprego e o aumento da sensação de risco, provenientes da corrosão dos direitos trabalhistas e da redução dos investimentos sociais, submeteram os trabalhadores a um novo modelo de gestão do trabalho” (Fávero; Bechi, 2020, p. 10). Nas universidades públicas, principalmente estaduais, a preocupação constante em se manter empregados e se manterem em uma posição vantajosa de disputa campo acadêmico, tem provocado um mal-estar entre docentes, autorresponsabilização, corrida para obtenção de certificados que pontuam e aumento do trabalho doméstico (que corresponde ao trabalho realizado fora do ambiente de trabalho, aos finais de semana,

em férias e feriados). Ao passo que o adoecimento de professores universitários tem aumentado, constata-se também que há um receio de apresentar atestados médicos e solicitar licença saúde, visto que isso implica estar fora do campo acadêmico - mesmo que por um dia-, e em algumas universidades pode levar a descontos em vale transporte ou alimentação. (Vasconcelos; Lima, 2021).

A Universidade Estadual de Goiás é um dos exemplos de instituição de ensino superior pública que tem enfrentado desafios para evitar o fechamento de cursos, buscar melhorias na infraestrutura física e reduzir o número de contratações com vínculos precários. (Souza, 2021).

Fávero e Bechi (2020, p. 15), afirmam que:

A precarização das condições de trabalho docente atinge, diretamente, e com maior intensidade, os professores temporários e/ou contratados por hora de trabalho (subcontratados). Esses profissionais não têm estabilidade, recebem salários mais baixos, pois não estão incluídos em planos de carreira, não têm direito a gratificações e, em muitos casos, não recebem décimo terceiro, férias, dentre outros direitos que são garantidos aos professores efetivos. Com relação às formas de contratação, há professores-horistas exercendo suas funções sem carteira de trabalho assinada ou sem qualquer proteção legal. A instabilidade quanto à conquista/manutenção do emprego e os baixos salários pressionam os docentes a ampliar a carga horária via contratos provisórios, enfraquecem o vínculo com as IES e estimulam as “carreiras nômades”.

As contratações temporárias deveriam existir para professores substitutos, a exemplo das substituições de docentes que estão em função de gestão ou para os que estão com afastamento por licença médica, férias-prêmio, entre outras situações. No entanto, tem ocorrido uma normalização das contratações temporárias por anos consecutivos de professores para ocuparem vagas que deveriam constituir cargos para concursos públicos. Desse modo, não atuam como professores substitutos, pois não estão substituindo outros docentes.

Na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), os processos seletivos simplificados (PSSs) em larga escala, a cada um ou dois anos, tem propiciado a constituição de vagas com disciplinas de áreas distintas, o que demanda a necessidade de professores com amplo capital cultural, tendo que assumir disciplinas que não possuem aderência com a sua formação acadêmica. Os professores contratados nessas condições possuem também uma dificuldade para desenvolverem projetos de pesquisa a longo prazo, visto que os seus contratos de trabalho serão interrompidos ao final de um ou dois anos. (Francklin; Fernandes, 2018).

Até mesmo para os processos de seleção para contratações temporárias em universidades públicas estaduais, a concorrência para algumas vagas tem sido elevada. É necessário lembrar que se trata de profissionais que se dedicaram aos estudos com uma média de quatro anos para graduação, dois para mestrado, quatro para doutorado, tendo realizado, talvez, um ou mais pós-doutorados. São profissionais que dedicam horas invisíveis de estudos/trabalhos para desenvolverem pesquisas, escreverem artigos científicos e outras produções acadêmicas, organizarem eventos, participarem de bancas examinadoras e desenvolverem outras atividades que comprometem o seu tempo de lazer, descanso e com família (Prata-Ferreira; Vasques-Menezes, 2021). Verifica-se que é desproporcional o grau de exigência para a formação do profissional em relação à sua valorização.

Em face dos ataques sofridos pelas universidades públicas, é que surge a necessidade de mobilizações para a reivindicação de melhores condições de trabalho, ampliação do orçamento para as universidades e de outras melhorias para toda a comunidade acadêmica. Entre as diferentes formas de organização pela luta por direitos que foram e também pelos que estão sendo retirados da comunidade acadêmica, existem as associações e sindicatos dos professores. É possível considerar que essas organizações começaram a se consolidar entre as décadas de 1960 e 1970, mas sua existência já era notada em décadas anteriores (Marino, 2022).

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), foi criada em 1981. Tornou-se sindicato nacional no ano de 1988. Marino (2022, p. 99) explica que:

A ANDES surgiu como uma entidade nacional, representativa, com uma organização interna democrática estabelecida nas bases do movimento. Aglutina associações sindicais oriundas de universidades federais, estaduais, municipais e particulares que apresentam enorme diversidade em sua estrutura e regulação interna, o que evidencia a complexidade dessa organização, pois cada um desses setores institucionais tem os seus problemas específicos. (Marino, 2022, p. 99).

Nesse sentido, sindicatos de universidades públicas estaduais, assumindo-se como uma seção sindical do ANDES-SN, organizam-se em plenárias, assembleias e outras mobilizações para ouvir as demandas específicas das suas instituições, para posteriormente buscarem diálogo junto às reitorias, assembleias legislativas e governos estaduais em torno das pautas que são apresentadas por docentes. As paralisações e

greve ocorrem quando os diálogos já não são mais suficientes ou não há abertura para diálogo. Todas as ações são realizadas com respaldo nas legislações, seguindo os ritos necessários para que sejam assegurados os direitos legais/constitucionais.

As greves docentes envolvem relações entre o campo acadêmico e o campo político. Tal relação ocorre em um espaço denominado campo de poder, ou seja, “um espaço diferenciado dentro do qual os detentores de poderes diferentes lutam para que seu poder seja o poder legítimo. Uma das implicações das lutas dentro do campo do poder é o poder sobre o Estado como metapoder capaz de agir sobre os diferentes campos” (Bourdieu, 2014, p. 407).

O Estado, detentor do monopólio da violência simbólica, que possui o poder de assegurar determinadas visões, tendo como representantes agentes que assumem uma posição neoliberal, não irá tomar a iniciativa de apontar as fragilidades das instituições públicas e fazer algo por elas. As pessoas que estão fora do campo acadêmico não conseguem visualizar a real desvalorização das universidades públicas, justamente por que não estão inseridas naquele campo. Por essas e outras razões, torna-se necessária a articulação de docentes, a participação ativa em plenárias, assembleias e manifestações para serem percebidos (Bourdieu, 2023), o que implica em dar visibilidade aos seus direitos que estão sendo negados.

Uma pesquisa realizada com docentes da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), constatou que há desmotivação por parte dos docentes na organização coletiva devido ao excesso de trabalho e metas cada vez mais elevadas para cumprir, o que afeta a reflexão e criticidade sobre as suas condições de trabalho. (Júnior, 2019).

No que concerne à Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Moura (2018, p. 134) afirma que:

Os salários precarizados geram insatisfação permanente e têm mobilizado os docentes junto à Adunimontes, resultando em greves e negociações com o governo de Minas. A última greve, de 2016, durou mais de cem dias, com pouquíssimas conquistas e ainda gerou sobrecarga de trabalho.

A Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Sinduepg/Andes-SN) buscou, no ano de 2023, um consenso progressivo, evitando o exagero de votações/deliberações em assembleias. (Anjos; Gadini; Campos, 2024).

Trata-se de uma estratégia ousada, com o objetivo de fortalecer a adesão dos servidores nas assembleias, visto que um dos maiores desafios é sensibilizar o maior número de docentes para participarem ativamente.

Nas universidades públicas federais, o docente pode manter o seu contrato temporário consecutivamente por até dois anos, ao passo que em muitas universidades públicas estaduais, essa limitação não é exigida, a exemplo da UEMG e da Unimontes, em que os contratos têm se estendido por longos anos, desde que os docentes sejam aprovados em novos PSSs. O número elevado de vínculos precários é um obstáculo para a adesão de docentes nas plenárias e assembleias sindicais, pois não são todos que adquirem um sentimento de pertencimento à instituição, e também possuem pouco tempo disponível devido aos outros vínculos profissionais que necessitam adquirir. Por essas e outras razões, a organização coletiva nas universidades públicas estaduais tem se fortalecido paulatinamente.

O trabalho docente na Universidade do Estado de Minas Gerais

A UEMG atualmente possui aproximadamente 21.000 alunos matriculados, 1699 docentes, 597 técnico-administrativos, 141 cursos de graduação, 23 cursos de especialização, dez programas de mestrado e quatro de doutorado. (Universidade do Estado de Minas Gerais, 2024a, on-line). É constituída por 22 unidades acadêmicas, em 19 cidades mineiras, tendo a sua sede em Belo Horizonte.

O número de professores efetivos na UEMG após a exoneração dos servidores efetivados pela Lei Complementar N°100/2007 era de apenas 8%. Esse percentual elevou-se no segundo semestre de 2017 (Francklin, 2022), posteriormente em 2020 para aproximadamente 54% (Universidade do Estado de Minas Gerais, 2020, on-line) e em 2021 para cerca de 72% (Agência Minas, 2021, on-line). Apesar de o número de nomeações e posse de docentes da UEMG ter aumentado significativamente nos últimos anos, em alguns casos, as nomeações ocorreram mediante mandados de segurança, visto que havia vagas ociosas, docentes aprovados em concurso público válido, e não eram nomeados e empossados.

No ano de 2022 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucionais as leis de convocação dos docentes da educação básica e ensino superior no estado de Minas Gerais (MG). (Portal do Supremo Tribunal Federal, 2022, on-line). O governo já havia até mesmo alterado a nomenclatura de designados para convocados, a partir do ano de 2021, para se referir aos servidores com vínculos precários de trabalho. O prazo para as adequações determinadas pelo STF passou a ser de 24 meses, e por esse motivo, em 2024 a Assembleia Legislativa de MG aprovou o PL 875/23, que estabelece prazos para concursos públicos, regras para recontrações, critérios para preenchimento das vagas. (Estado de Minas, 2024, on-line).

A instabilidade das vagas ocupadas pelos professores convocados gera prejuízos para o desempenho desses docentes no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão. (Francklin; Fernandes, 2023; 2024a). Ao final de um ou dois anos, os seus contratos de trabalho são interrompidos, e também podem ser exonerados quando há remoções de efetivos de uma unidade acadêmica para outra.

No que concerne às condições de trabalho dos professores temporários da UEMG, “[...] não são computados como encargos didáticos a orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), não podem pleitear algumas funções de gestão e não podem concorrer a editais de pesquisa de determinadas agências de fomento”. (Francklin; Fernandes, 2024b, p. 09). Além dessas restrições, possuem entre 16 e 18 aulas semanais, para vagas de 30 horas semanais.

No ano de 2024, o governo do estado de MG avançou nas articulações políticas para buscar aprovação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O argumento utilizado foi a dificuldade de pagar a dívida bilionária do estado com a União. A adesão a esse regime implicaria, entre outras medidas, em congelamento dos salários dos servidores públicos e a não publicação de novos editais de concursos públicos.

A remuneração dos docentes da UEMG, que já está muito defasada, ficaria ainda mais com a aprovação das medidas estabelecidas pelo RRF. No quadro a seguir, é apresentada a remuneração para o início da carreira docente efetivo na UEMG, para professores aprovados em concurso público de provas e títulos (Universidade do Estado de Minas Gerais, 2024, on-line).

Quadro 01 – Remuneração de Professor de Educação Superior na UEMG, sem dedicação exclusiva

Titulação	Nível	Grau	Carga horária semanal	Vencimento básico	GD PES inicial	Gratificação de incentivo à docência	Remuneração inicial
Mestre	IV	A	40 HORAS	3.042,94	1.450,83	608,59	5.102,36
Doutor	VI	A	40 HORAS	4.381,82	2.230,28	876,36	7.488,46

Fonte: Edital de Concurso Público UEMG N°. 02/2024, de 09 de maio de 2024.

Para esse artigo, não foi possível obter um comparativo entre as remunerações de docentes que trabalham em universidades públicas estaduais. No entanto, pelas informações apresentadas no quadro 01, observa-se que o vencimento básico é muito baixo, levando-se em consideração a titulação exigida e a carga horária de trabalho. Para os representantes da Associação de Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (ADUEMG), a remuneração dos professores da UEMG é a segunda pior entre as universidades públicas estaduais brasileiras (Associação de Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2023, on-line).

Na UEMG, poucos professores possuem regime de Dedicação Exclusiva (DE). Ela é concedida, geralmente, para docentes que exercem determinadas funções de gestão e que realizam a solicitação. Há unidades acadêmicas em que os diretores acadêmicos não recebem gratificações, tendo a DE como o único benefício financeiro para o exercício da função. Há funções de gestão, a exemplo das coordenações de pesquisa e extensão em unidades acadêmica que não fazem jus à DE.

Os docentes da UEMG passaram a receber, a partir do ano de 2018, a ajuda de custo. Ela é paga proporcionalmente ao número de dias trabalhados em cada mês, para servidores que ocupam cargos de no mínimo 30 horas semanais, tendo que trabalhar no mínimo seis horas diárias. Os valores são de 50,00 reais fixos e 25,00 variáveis por dias

trabalhados. O valor de 25,00 é variável pelo fato de estar condicionado ao cumprimento de metas pela universidade. (Minas Gerais, 2022, on-line).

Algumas alterações nas atribuições de encargos didáticos de professores da UEMG nos últimos anos tiveram posicionamentos contrários de grande parte do corpo docente, mas foram implementados, tais como: 1) a Portaria/UEMG nº103 de 27 de agosto de 2021, que estabelece critérios para a concessão de Jornada de Trabalho Estendida (Universidade do Estado de Minas Gerais, 2021, on-line); 2) a priorização de vagas para 30 horas de trabalho semanais para convocações, tendo uma média de 16 a 18 encargos didáticos semanais (Universidade do Estado de Minas Gerais, 2020, on-line); 3) docentes em função de gestão terem que manter o mínimo de oito encargos didáticos em sala de aula semanalmente em cada semestre letivo (Universidade do Estado de Minas Gerais, 2023, on-line). Essas alterações elevaram o número de horas aulas ministradas pelos docentes da UEMG, provocando a diminuição do tempo dispendido para a pesquisa, extensão e gestão na universidade.

O fato de haver um número elevado de docentes contrários a uma resolução, portaria ou outra normativa proposta para a UEMG, não garante a sua reprovação. Isso ocorre porque são os órgãos superiores da universidade que deliberam a favor ou contra. O Conselho Universitário (CONUN) é o órgão máximo da UEMG, seguido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). São os membros desses órgãos que votam, dependendo das pautas, secretamente, acatando ou não os interesses da maior parte da comunidade acadêmica.

Nos últimos anos, o orçamento do governo estadual mineiro destinado para a UEMG tem sido reduzido. Estima-se que seja entre 0,3 e 0,4 por cento do orçamento geral do estado de MG. (ANDES-SN, 2024, on-line). Essa redução orçamentária implicou na precarização da infraestrutura física das unidades acadêmicas, aquisição de insumos e recursos materiais para os cursos de graduação, na redução de bolsas para os editais de monitoria acadêmica e editais de pesquisa e extensão, e na ausência de publicações de novos editais de produtividade em pesquisa para docentes.

Neste cenário de forte precarização e intensificação do trabalho docente na UEMG, orçamento reduzido para a universidade e ameaças de novas medidas que

afetam negativamente a comunidade acadêmica, é que começaram a ocorrer paralisações e plenárias de docentes nas unidades acadêmicas.

A greve de docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais no ano de 2024

A ADUEMG é uma seção sindical do Sindicato Nacional dos docentes em Ensino Superior (ANDES-SN). Os professores que constituem chapas e se elegem como representantes da categoria de docentes da UEMG pela ADUEMG não são liberados de seus encargos didáticos e encargos docentes, devendo conciliar o trabalho na universidade com as atividades sindicais.

No dia 29 de abril do ano de 2024 foi realizada uma assembleia de docentes da UEMG, convocada pela ADUEMG. A participação foi virtual, tendo aproximadamente 500 professores, que deliberaram pela greve docente a partir do dia 02 de maio, por tempo indeterminado. (Associação de Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2024a, on-line).

“Sempre se pode questionar a justiça ou a injustiça da distribuição no espaço estruturado segundo a distribuição do poder econômico, do poder simbólico ou do poder religioso...” (Bourdieu, 2023, p. 47). Destarte, a greve é uma estratégia legal, desde que seguindo os trâmites estabelecidos pela legislação pertinente, que possibilita a luta por distribuições de poderes que viabilizam a aquisição de capitais de modo justo.

As principais reivindicações do movimento grevista da UEMG foram: 1) o cumprimento da autonomia universitária; 2) aumento do orçamento destinado à UEMG para até 2%; 3) o cumprimento do acordo de greve homologado no ano de 2018; 4) recomposição salarial para os docentes devido à perda de aproximadamente 76% nos últimos dez anos; 5) publicação de um cronograma de concursos públicos para docentes e também para os servidores técnico-administrativos; 6) direito ao recebimento da ajuda de custo no período de licenças médicas e licenças-maternidade/paternidade; 7) implementação de políticas estruturantes para a assistência estudantil, a exemplo de Restaurantes Universitários (RU) e moradia estudantil; 8) a retirada do texto que previa o não pagamento por titulação para docentes convocados no PL 875/2023; 9) o

pagamento de gratificações para o exercício das funções de gestão na universidade; 10) a concessão de DE para todos os docentes que se dedicam à pesquisa e extensão; 11) o aumento do valor pago pela ajuda de custo; 12) a autorização para a ampliação da jornada de trabalho de docentes efetivos que estão com 20 horas semanais para 40 horas semanais; 13) o pagamento por titulação para docentes estejam cumprindo o período de estágio probatório. (Associação de Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2024b, on-line).

A greve docente da UEMG teve a adesão de aproximadamente 80,9% da categoria, contando com a adesão de docentes que atuam em 19 unidades acadêmicas (Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2024c, on-line). Fazendo uma analogia da greve com o jogo, na perspectiva bourdieusiana, entende-se que os agentes entraram no jogo pelo fato de acreditarem nele, que vale a pena jogar o jogo, assumir as suas regras e realizar um investimento.

Bourdieu explica que:

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios gerados e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sento tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro. (2013, p. 87).

Nessa perspectiva, é possível que o *habitus* profissional dos docentes da UEMG, resultante de um número maior de vínculos efetivos (mesmo que ainda aquém do desejável), de paralisações, plenárias e assembleias da ADUEMG, tenha propiciado práticas distintas de outros contextos da universidade, que consequentemente fortaleceram a movimento grevista.

Desde o início da greve, a diretoria da ADUEMG e integrantes do Comando Geral de Greve solicitaram a formação de uma mesa de negociações com representantes do governo estadual mineiro, não sendo atendidos. Nesse período inicial de mobilizações, já circulava a informação de que a ajuda de custo, referente aos dias de greve, não seria paga aos que aderiram ao movimento grevista. E mesmo assim, em

reunião com a Reitoria da universidade, algumas atividades consideradas essenciais foram mantidas.

O campo acadêmico, durante a greve da UEMG, pareceu ser um espaço de disputas entre agentes que buscavam ampliar os seus diferentes capitais, sobretudo econômico, e aqueles que buscavam se manter na posição dominante, tendo que para isso se alinhar (mesmo que de maneira não declarada) ao governo estadual mineiro. Desse modo, mesmo havendo posições contrárias entre a maioria que aderiu e a minoria que não aderiu à greve, não era essa a maior disputa naquele momento, mas sim entre agentes com posições desiguais no mesmo campo. Ao passo que o primeiro grupo de agentes desejava romper com a *doxa*, entendida aqui como “ponto de vista dos dominantes” (Bourdieu, 1996, p. 120), o segundo jogava pela sua manutenção.

No campo político, ocorreram mobilizações entre deputados estaduais, que disputavam a legitimidade do discurso. Havia os deputados declaradamente favoráveis ao movimento de greve da UEMG, votando e articulando em favor dos docentes e estudantes da universidade. Por outro lado, eram a maioria os deputados que somente discursavam em defesa das pautas apresentadas, votando e articulando na Assembleia Legislativa contra propostas apresentadas que poderiam atender parte dos pontos de pauta da greve.

As redes sociais foram amplamente utilizadas para tentar legitimar os discursos. Bourdieu (2023, p. 44) defende que “[...] os agentes sociais estão em competição pelo ponto de vista correto sobre o espaço. Há uma espécie de política da percepção do mundo social, e a política é a luta pela percepção legítima do mundo social”. As disputas pelas narrativas dominantes eram realizadas por diferentes postagens. Vereadores, prefeitos e deputados declaravam o seu apoio à greve da UEMG, mas poucas articulações eram vistas na prática para atender ao menos parte das reivindicações.

Conforme afirma Bourdieu (2023, p. 108-109):

As lutas políticas têm como objetivo conservar ou transformar a visão ao transformar ou conservar os princípios de divisão, e em particular os princípios de divisão do mundo social, porque aquilo que se joga através dessa luta para conservar e transformar os princípios de divisão é o ser-percebido, o *percipi*, quer dizer, o ser dos agentes sociais que jogam esses jogos de percepção no mundo social.

O uso estratégico das redes sociais foi um diferencial nas lutas entre os agentes no campo político. São exemplos o corte e edição de um vídeo de deputado com estudantes e professores, levando a imagem de que estaria resolvendo os problemas relatados e os vídeos provocativos, que tinham por finalidade servir como uma cilada, pois com os comentários e compartilhamentos, os *posts* e perfis eram impulsionados e tinham mais engajamento.

As lutas no campo político talvez sejam melhor compreendidas quando relacionadas com o campo de poder. Para Bourdieu (2014, p. 267) “um dos princípios unificadores do campo de poder é que as pessoas que dele fazem parte lutam pelo poder sobre o Estado, por esse capital que dá poder sobre a conservação e a reprodução das diferentes espécies de capital”. Nessa perspectiva, não era difícil entender a posição de cada agente no campo político, visto que estavam alinhados aos interesses de quem representavam no campo de poder.

Bourdieu (2013, p. 168) afirma que “[...] o princípio fundamental e sua reciprocidade implicam por sua vez que aquele que entra em uma troca de honra (lançando ou aceitando um desafio) com alguém que não é seu igual em honra se desonra”. Entendendo a honra e desonra como posição de superioridade e inferioridade, essa analogia pode contribuir para a análise sobre o movimento de cada agente durante a greve da UEMG, seja no campo acadêmico, seja no campo político, visto que os passos para frente ou para trás foram bem articulados em cada ofensiva ou recuo dos adversários.

A medida que mais penalizou os docentes que aderiram à greve e foram coerentes no preenchimento do ponto foi o corte no pagamento da ajuda de custo, visto que trata-se de docentes que já recebem uma remuneração baixa e enfrentam precárias condições de trabalho. Bourdieu (1996, p. 139) afirma que “a *illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que vale a pena jogar”. Nesse sentido, muitos docentes aderiram à greve cientes dos riscos, mas acreditaram valer a pena investir na mobilização, mesmo que para ganhos em longo prazo.

Entre as discussões e preocupações que mais afetaram os docentes que aderiram à greve, foi o preenchimento da folha de ponto. Mesmo com a orientação da ADUEMG, estima-se que docentes grevistas tenham preenchido o ponto parcialmente, atribuindo

um ou mais dias da semana para atividades distintas do ensino. Essa estratégia consistia, supostamente, em diminuir o impacto do corte na ajuda de custo. Por outro lado, intercalar os dias de greve poderia significar um enfraquecimento do movimento.

No mês de julho, ocorreu um acordo para o pagamento gradual da ajuda de custo referente ao período de greve, para os docentes que aderiram à greve e que preenchessem um sexto dia de ponto semanalmente, com carga horária mínima de 6 horas diárias. Os docentes poderiam receber os valores proporcionais até o mês de fevereiro do ano de 2025 (Universidade do Estado de Minas Gerais, 2024c, on-line). Apesar da restituição da ajuda de custo fragmentada em muitos meses, foi uma vitória para os docentes que se declararam a favor da greve.

Semanalmente ocorriam novas assembleias de docentes, que deliberavam sobre a continuidade ou não da greve, que se encerrou no dia 01 de julho. Para os agentes que estavam envolvidos com a greve, era necessário saber jogar o jogo, antecipar as jogadas, tendo o senso do jogo, prever as jogadas dos adversários (Bourdieu, 2013). Manter a greve por mais tempo implicaria em assumir um elevado risco de judicialização por parte do governo estadual, em um cenário que não apresentava novas possibilidades de ganhos.

Para Bourdieu (2023, p. 116):

O princípio de discernimento, de juízo, a *diacrisis* fundamental será diferente no jogo que se joga no campo acadêmico, no campo econômico ou no campo político. Aqui uns enxergarão as diferenças e outros não. Aqui uns enxergarão interesse, possibilidades de lucros, e outros nem sequer verão o não interessante, já que serão indiferentes, o que é muito diferente. O interesse, portanto, supõe um investimento fundamental no jogo e a propensão a investir.

Tendo em vista que as pessoas que estão fora do campo acadêmico não compreendem o que faz sentido naquele campo, as suas regras e capitais, dificilmente iriam apoiar de maneira ativa as atividades do movimento grevista. Foram válidas as diferentes divulgações das atividades extensionistas e de pesquisas promovidas pela universidade em praças públicas, nas redes sociais, rádios e programas de TV. Entretanto, constatou-se que o trabalho de conscientização da população para apoiar a causa da UEMG foi insuficiente, o que não é raro quando se trata de convencer alguém que está fora do campo a entender o que se passa dentro de um determinado campo.

Entre as conquistas obtidas pela greve docente da UEMG, destaca-se: 1) a elaboração de um cronograma de concursos públicos para docentes, técnicos administrativos e analistas da UEMG; 2) veto ao texto que previa o não pagamento por titulação para docentes convocados no PL 875/2023; 3) o pagamento da ajuda custo para docentes em situação de licenças médicas, luto e maternidade/paternidade, incluído no artigo 8º do PL 2.309/2024; 4) aprovação do PL 1371/2023, que possibilitará a construção de dois RUs na UEMG; 5) uma recomposição parcial no orçamento para a publicação de novos editais com bolsas de produtividade em pesquisa para docentes, apoio a estudantes e gastos com pessoal. (Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2024c, on-line).

No decorrer da greve também foram constituídos dois Grupos de Trabalhos (GTs). Um deles para discutirem e elaborarem propostas para o aumento de concessões de DE e gratificações para professores em função de gestão e outro para alteração do regime de trabalho de docentes com jornadas de 20 horas para 40 horas de trabalho semanais. O segundo GT obteve êxito, culminando na aprovação da Resolução CONUN/UEMG nº 634, de 29 de agosto de 2024 (Universidade do Estado de Minas Gerais, 2024b, on-line).

Uma outra vantagem obtida por meio da greve foi o desconto em folha de pagamento para a contribuição dos docentes à ADUEMG. Essa autorização poderá contribuir para aumentar o número de filiados e fortalecer o sindicato.

Constata-se que as relações entre o campo acadêmico e o campo político durante a greve de docentes da UEMG foi necessária, visto que não seria possível conquistar os direitos mencionados apenas dentro de um dos campos.

Considerações Finais

A greve de docentes da UEMG no ano de 2024 representou um elevado investimento para os agentes no campo acadêmico. A manutenção da ajuda de custo para todos os servidores públicos estaduais em casos de licenças saúde/luto/maternidade/paternidade talvez seja uma das maiores conquistas obtidas. É justamente nesses momentos de licenças que os docentes provavelmente possuem mais

despesas, e necessitam da integralidade de sua remuneração, principalmente por receberem uma baixa remuneração.

Em diferentes ocasiões o campo acadêmico se aproximou do campo político, visto que as lutas pelos distintos capitais não seriam possíveis apenas em um campo. O Comando Geral de Greve e membros da Diretoria da ADUEMG buscavam a articulação política em reuniões com a Reitoria da UEMG e com representantes do governo estadual mineiro. Os docentes grevistas da UEMG utilizavam as redes sociais para tentar incomodar políticos aliados do governo Zema e sensibilizá-los para as pautas apresentadas pelo movimento de greve.

Devido à limitação do número de páginas para esse artigo e tempo de realização do presente estudo, não foi possível aprofundar na análise de todos os desdobramentos da greve de docentes da UEMG em 2024. Sugere-se a continuidade dos estudos, com uma publicação mais ampla, para divulgar e aumentar as mobilizações em torno da valorização de docentes e toda a comunidade acadêmica da UEMG.

Referências:

- AGÊNCIA MINAS. *Uemg ganha 180 novos professores para expansão das atividades em 14 municípios mineiros*. Publicado em 05 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/uemg-ganha-180-novos-professores-para-expansao-das-atividades-em-14-municipios-mineiros>. Acesso em: 07 ago. 2024.
- ANDES-SN. *Docentes das Estaduais de MG cobram mais orçamento, salário e carreira em audiência pública*. 2024. Brasília, 27/03/2024. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/docentes-das-universidades-estaduais-de-mg-cobram-mais-orcamento-salario-e-carreira-em-audiencia-publica1>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- Anjos, M. M. P. dos; Gadini, S. L.; Campos, N. de. O consenso progressivo como método de gestão democrática em movimentos sociais: experiência de um consenso progressivo na greve dos professores da UEPG em 2023. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, v. 13, n. 1, p. 01-15, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistamseu/article/view/261424>. Acesso em: 05 ago. 2024.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Carta-manifesto da ADUEMG entregue na Assembleia Legislativa de Minas Gerais*. Belo Horizonte, set., 2023. Disponível em: <https://www.aduemg.org/single-post/carta-manifesto-da-aduemg-entregue-na-assembleia-legislativa-de-minas-gerais>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Em assembleia histórica e com recorde de participação, docentes da UEMG aprovam greve por tempo indeterminado*. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://www.aduemg.org/single-post/em-assembleia-hist%C3%B3rica-e-com-recorde->

de-participa%C3%A7%C3%A3o-docentes-da-uemg-aprovam-greve-por-tempo-inde.

Acesso em: 11 ago. 2024.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *ADUEMG se reúne com Luísa Barreto (SEPLAG) na Cidade Administrativa em nova tentativa de resolver as demandas da categoria*. Belo Horizonte, 2024b. Disponível em: <https://www.aduemg.org/single-post/aduemg-se-re%C3%BAne-com-lu%C3%ADsa-barreto-seplag-na-cidade-administrativa-em-nova-tentativa-de-resolver-a>. Acesso em: 11 ago. 2024.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Comunicado do Comando Geral de Greve e da Associação dos e das Docentes da UEMG (ADUEMG)*. Belo Horizonte, 2024c. Disponível em: <https://www.aduemg.org/single-post/comunicado-do-comando-geral-de-greve-e-da-associa%C3%A7%C3%A3o-dos-e-das-docentes-da-uemg-aduemg>. Acesso em: 11 ago. 2024.

Bourdieu, P. *Sobre o Estado*. Trad. Rosa Freire d' Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 573p.

Bourdieu, P. *O senso prático*. Trad. Odaci Luiz Coradini, 3 ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

Bourdieu, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 4 ed. Trad. Mariza Corrêa, Campinas, SP: Papirus, 1996. 224p.

Bourdieu, P. *Sociologia Geral*. Vol. 4: Princípios de Visão. Curso no Collège de France (1984-1985). Trad. Fábio Ribeiro, Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. 367p.

Chizzotti, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 4 ed., São Paulo: Cortez, 2000.

Fávero, A. A.; Bechi, D. A subjetivação capitalista enquanto mecanismo de precarização do trabalho docente na Educação Superior. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 28, n. 13, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7444032>. Acesso em: 31 jul. 2024.

Francklin, A. *O trabalho docente em uma universidade pública estadual*. São Paulo: Editora Dialética, 2022. 262 f.

Francklin, A.; Fernandes, M. C. da S. G. As implicações das contratações temporárias para a docência no ensino superior. *Revista Profissão Docente*, Uberaba, v. 24, n. 49, p. 01-16, 2024a. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1587/1640>. Acesso em: 06 ago. 2024.

Francklin, A.; Fernandes, M. C. da S. G. Jogando o jogo: análise sobre a participação de docentes convocados nos processos seletivos simplificados em uma universidade pública estadual. *Quaestio - Revista de Estudos em Educação*, Sorocaba, v. 26, p. 1-22, 2024b. Disponível em: <https://uniso.emnuvens.com.br/quaestio/article/view/5211/4902>. Acesso em: 03 set. 2024.

Francklin, A.; Fernandes, M. C. da S. G. As condições de trabalho de professores temporários no ensino superior. *Revista Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 28, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/38775/25954>. Acesso em: 06 ago. 2024.

Francklin, A.; Fernandes, M. C. da S. G. Os processos seletivos simplificados da UEMG: Análise da precarização do trabalho docente dos professores designados. *Revista Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 9, n. 3, p. 694-713, set./dez., 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/7070/2873>. Acesso em: 04 ago. 2024.

Júnior, J. R. de L. *Desafios, dificuldades e incertezas no trabalho do professor universitário*. Estudo de caso em uma universidade pública no interior do Estado de São Paulo. 142 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Medicina – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Botucatu, 2019.

Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7 ed., São Paulo: Editora Atlas, 2010. 297 p.

Marino, P. A. *O sindicalismo docente nas universidades estaduais do Paraná: uma análise do período 2011-2018*. 462f., 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3784>. Acesso em: 03 ago. 2024.

MINAS GERAIS. Resolução Conjunta COFIN/UEMG Nº 002, de 30 de dezembro de 2022. *Minas Gerais*, Diário do Executivo, Belo Horizonte, ano 130, Nº 266, p. 20, 31 dez., 2022. Disponível em: <https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/index.php?dataJornal=2022-12-31>. Acesso em: 10 ago. 2024.

Moura, A. A. V. *Desdobramentos da crise estrutural do capital no trabalho docente: a intensificação e o adoecimento*. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/32375>. Acesso em: 06 ago. 2024.

Pires, S. “*Professor temporário*”, a exceção que virou regra em Minas. Estado de Minas. Publicado em 24 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.em.com.br/gerais/2024/05/6863791-professor-temporario-a-excecao-que-viceira-regra-em-minas.html>. Acesso em: 06 ago. 2024.

Prata-Ferreira, P. A.; Vasques-Menezes, I. Conflitos do professor universitário: o que sabemos sobre isso? *Psicologia em Estudo*, v. 26, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/rq8V9xSpq5S8bhRp4rkdHqC/>. Acesso em: 03 ago. 2024.

Schlesener, A. H.; Lima M. F. Reflexões sobre a precarização do trabalho docente no ensino superior brasileiro. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 16, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 31 jul. 2024.

Silva, M. L. da; Maia Filho, O. N.; Rabelo, J. J. As condições de trabalho do professor universitário substituto na contemporaneidade: explorando a realidade de uma universidade pública. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 5, n. 13, p. 215-234, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1002>. Acesso em: 31 jul. 2024.

Souza, F. E. O desmantelamento dos cursos de licenciaturas da Universidade Estadual de Goiás ante as políticas autoritárias de governos. *Itinerarius Reflectionis*, v. 17, n. 4, 2021. Disponível em: <https://revistasufj.emnuvens.com.br/rir/article/view/67331>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Leis de MG que permitiam convocação temporária de professores sem concurso são inválidas, decide STF*. Publicado em 25 de maio de 2022. Brasília, 2022. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=487720&ori=1>. Acesso em: 06 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *A UEMG em números*. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://uemg.br/home/universidade/uemg-em-numeros>. Acesso em: 06 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Edital de Concurso Público UEMG N°. 02/2024, de 09 de maio de 2024*. Belo Horizonte, 2024a. Disponível em: <https://uemg.br/component/phocadownload/category/3201-edital-de-concurso-publico-n-2-2024-professor-universitario-abaete>. Acesso em: 01 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Docentes da UEMG recebem orientações sobre mudança para regime integral*. Publicado em 06 de setembro de 2024. Belo Horizonte, 2024b. Disponível em: <https://uemg.br/noticias-1/17100-docentes-da-uemg-recebem-orientacoes-sobre-mudanca-para-regime-integral>. Acesso em: 09 set. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Memorando-Circular nº 5/2024/UEMG/GAP. Orientações – Frequência Professores e Reposição de Período de Greve*. 22 de julho de 2024, Belo Horizonte, 2024c.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Portaria/UEMG N° 103, de 27 de agosto de 2021*. Publicada em 30 de agosto de 2021. Altera a Portaria/UEMG N° 089, de 11 de setembro de 2020, que estabelece critérios para a concessão de Jornada de Trabalho Estendida no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://www.uemg.br/component/content/article/217-gabinete/portarias/7546-portaria-uemg-n-103-27-de-agosto-de-2021?Itemid=437>.

Acesso em: 07 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução CONUN/UEMG N° 482, de 30 de dezembro de 2020: Estabelece as regras de convocação para a função temporária de Professor de Educação Superior no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais*. Publicado em 31 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-conun/5481-resolucao-conun-uemg-n-482-de-30-de-dezembro-de-2020>. Acesso em: 07 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Resolução CONUN/UEMG N° 616, de 12 de dezembro de 2023: Altera a Resolução CONUN/UEMG n°372/2017, de 05 de outubro de 2017, que dispõe sobre atribuições de encargo ao professor, criação da Comissão Permanente de Gestão de Docentes (CPGD), e dá outras providências*. Publicado em 14 de dezembro de 2023. Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-conun/14965-resolucao-conun-uemg-n-616-de-12-de-dezembro-de-2023-altera-a-resolucao-conun-uemg-n-372-2017-de-05-de-outubro-2017-que-dispoe-sobre-atribuicoes-de-encargo-ao-professor-criacao-da-comissao-permanente-de-gestao-de-docentes-cpgd-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 07 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Solenidade marca posse de centenas de novos professores efetivos da UEMG*. Publicado em 12 de março de 2020, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.uemg.br/noticias-1/3926-solenidade-marca-posse-de-centenas-de-novos-professores-efetivos-da-uemg>. Acesso em: 07 ago. 2024.

Vasconcelos, I.; Lima, R. de L. de. Trabalho e saúde-adoecimento de docentes em universidades públicas. *Revista Katál*, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 364-374, mai./ago.,

2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/gPZCCBpkHMBpbnMQ3bD9GPp/>. Acesso em: 03 ago. 2024.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 31/10/2024
Aprovado em: 30/11/2024

Economia do conhecimento e dependência geopolítica: desafios para as universidades públicas no Terceiro Mundo

André Luan NUNES MACEDO¹

Resumo: Este ensaio examina as universidades públicas do Terceiro Mundo no contexto da economia do conhecimento, abordando as dinâmicas de subordinação geopolítica que moldam seu papel na produção de saber. Com base nas teorias de autores como Darcy Ribeiro e Mangabeira Unger, argumenta-se que as universidades periféricas enfrentam um dilema entre a modernização reflexa e a busca por uma autonomia científica que responda às demandas locais. A análise foca na relação entre economia do conhecimento e dependência, destacando como a concentração de tecnologias avançadas nos países centrais, a militarização do conhecimento e a pressão por integração subordinada limitam a capacidade de inovação autônoma das universidades periféricas. Este trabalho propõe uma reflexão sobre estratégias que as universidades desses países podem adotar para construir um modelo de desenvolvimento científico soberano, que respeite as especificidades culturais e econômicas locais.

Palavras-chave: Economia do conhecimento, geopolítica, dependência científica, universidades periféricas, autonomia científica.

¹ Professor Substituto da Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-Doc pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Pós-doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. UFMG. Belo Horizonte. MG. Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8508763929516597>. E-mail: andreluanmacedo@outlook.com

Knowledge economy and geopolitical dependency: challenges for public universities in the Third World

Abstract: This essay examines public universities in the Third World within the context of the knowledge economy, addressing the geopolitical subordination dynamics that shape their role in knowledge production. Drawing on theories from authors such as Darcy Ribeiro and Mangabeira Unger, the paper argues that peripheral universities face a dilemma between reflex modernization and the pursuit of scientific autonomy that meets local demands. The analysis focuses on the relationship between the knowledge economy and dependency, highlighting how the concentration of advanced technologies in central countries, knowledge militarization, and pressures for subordinate integration limit the capacity for autonomous innovation in peripheral universities. This work proposes a reflection on strategies that universities in these countries can adopt to build a model of sovereign scientific development that respects local cultural and economic specificities.

Keywords: Knowledge economy, geopolitics, scientific dependency, peripheral universities, scientific autonomy.

Introdução

A economia do conhecimento emergiu como um novo paradigma de desenvolvimento econômico, caracterizado pela valorização da inovação, da produção de saberes e da difusão de tecnologias avançadas. Embora celebrada como um motor de transformação e crescimento, a economia do conhecimento revela, ao se desdobrar no contexto global, contradições profundas e dilemas relacionados à distribuição do poder e à autonomia científica. Em uma conjuntura marcada pela interdependência tecnológica e pela competição entre as grandes potências, o conhecimento tornou-se um recurso estratégico, o que impacta diretamente as instituições de ensino superior e as políticas científicas dos países periféricos.

Neste artigo, investigamos a economia do conhecimento a partir da perspectiva da geopolítica da dependência, explorando como as dinâmicas globais de poder e os interesses nacionais de países centrais moldam o papel das universidades nos países em desenvolvimento. A concentração de tecnologias e saberes nas nações mais industrializadas e as barreiras impostas à disseminação desses conhecimentos consolidam um sistema de subordinação que limita as possibilidades de inovação autônoma e direcionada para os interesses locais. Para os países periféricos, o desenvolvimento científico e tecnológico se encontra atrelado a um modelo de modernização reflexa, onde a integração com os grandes centros acadêmicos é condicionada pela replicação de agendas e normas externas, o que perpetua uma dependência estrutural.

Ao longo do texto, problematizaremos as implicações desse modelo para as universidades públicas no Brasil e outros países do Terceiro Mundo, analisando as críticas de autores como Darcy Ribeiro e Mangabeira Unger sobre a subordinação do conhecimento. A partir dessa análise, buscamos compreender até que ponto as instituições universitárias desses países podem contribuir para uma economia do conhecimento inclusiva e democrática, que respeite as especificidades culturais e econômicas das nações subdesenvolvidas. Esse estudo visa não apenas iluminar os desafios da economia do conhecimento no cenário global, mas também propor um

debate sobre as estratégias que as universidades periféricas podem adotar para fomentar uma produção científica mais autônoma e transformadora.

Considerações sobre a economia do conhecimento

A economia do conhecimento refere-se a um modelo econômico em que o conhecimento, a inovação e a informação se tornam os principais motores de crescimento e competitividade. Diferente de modelos tradicionais, centrados em recursos tangíveis e industriais, a economia do conhecimento se baseia na capacidade de produzir, disseminar e aplicar conhecimentos para gerar valor econômico. Nesse contexto, setores como pesquisa e desenvolvimento, tecnologia e educação desempenham papéis essenciais, pois fomentam a produção de novos saberes e impulsionam a criação de tecnologias avançadas.

Em meio a essa transformação, as universidades ganham destaque como centros fundamentais de inovação e pesquisa, capacitando a força de trabalho e estimulando o desenvolvimento científico e tecnológico. No entanto, essa economia não se distribui igualmente no cenário internacional, pois as nações mais industrializadas concentram os recursos e o domínio sobre as tecnologias mais avançadas. Para os países periféricos, essa dinâmica representa um desafio, criando uma dependência estrutural e dificultando o desenvolvimento autônomo.

Para Mazzucatto, a economia do conhecimento seria uma economia movida por transformações tecnológicas, produção e difusão do conhecimento (Mazzucatto, 2014, p.36 [tradução nossa]). Para Powell e Snellman (Apud. Chen, 2012), a economia do conhecimento seria a produção e os serviços baseados em atividades intensivas de conhecimento.

Segundo Roberto Mangabeira Unger (2019), a economia do conhecimento é uma nova prática social de produção. Para o autor, trata-se da prática mais avançada de produção, capaz de transformar e ampliar a produtividade e o crescimento econômico. Em termos de definição,

Nosso encontro com a economia do conhecimento sugere um novo critério para definir o que torna uma prática de produção a mais avançada. Em um sentido, é a prática de produção mais próxima da mente e, especialmente, da parte de nossa vida

mental que chamamos de imaginação. Em outro sentido, essa prática mais consciente é aquela que, entre todas as formas de atividade econômica disponíveis, conecta de maneira mais íntima e contínua nossos experimentos em usar e transformar a natureza e nossos experimentos em cooperar. Ela os conecta ao usar cada um desses conjuntos de experimentos para estimular o outro. Uma das melhores maneiras de pensar sobre a tecnologia é vê-la como uma expressão da união entre esses dois tipos de experimentos: os que transformam a natureza e os que transformam a forma como trabalhamos juntos (Unger, 2019, p.4) [tradução com inteligência artificial e revisada pelo autor].

Imaginação. A palavra para a construção da economia do conhecimento seria criar as possibilidades de soluções criativas para as relações entre organização da natureza e do mundo do trabalho. E isso em nada tem a ver com a relação mecânica e superficial que fazemos, no qual identificamos a economia do conhecimento com “o impacto das novas tecnologias associadas com a informação, comunicação e a internet” (Unger, 2019, p.6 [tradução nossa]). Dialogando com o autor, não faltam desafios para pensarmos essa prática avançada de produção no século XXI.

Para Unger, o processo de concentração da economia do conhecimento ainda mantém um estágio de subdesenvolvimento desta prática (Unger, 2019, p.2). O autor nos traz importantes insights para pensarmos a economia do conhecimento a nível internacional e o papel das universidades do terceiro mundo neste contexto.

Terceiro mundo aqui é utilizado como categoria positivada, cuja intenção é retomar a ligação sócio histórica e cultural dos países que foram alijados do processo de construção protagônica do desenvolvimento e acumulação mundial. Para Vijay Prashad, o Terceiro Mundo não era um lugar, e sim um projeto que visava a construção de uma estratégia mundial de não-alinhamento das “nações mais escuras”, empobrecidas e espremidas pela disputa geopolítica bipolar no contexto da Guerra Fria. Trata-se de uma orientação que visava o desenvolvimento autônomo e a libertação das nações mais pobres da pobreza. Nesse sentido, o clima político sobre o projeto terceiro-mundista foi sintetizado com clareza pelo enunciado de Sukarno durante a abertura da Conferência de Bandung em 1955:

Não vamos ser amargurados em relação ao passado, mas vamos manter nossos olhos firmemente voltados para o futuro. Vamos lembrar que nenhuma bênção de Deus é tão doce quanto a vida e a liberdade. Vamos lembrar que a dignidade de toda a humanidade é diminuída enquanto nações ou partes de nações ainda não forem livres. Vamos lembrar que o propósito mais elevado do ser humano é a libertação do homem de seus laços de medo, de seus laços de pobreza, a libertação do homem das correntes físicas, espirituais e intelectuais que, há muito tempo, têm atrofiado o

desenvolvimento da maioria da humanidade. E lembremos, Irmãos e Irmãos, que, por tudo isso, nós, asiáticos e africanos, devemos estar unidos (Sukarno Apud. Prashad, 2008, p. xvii)[tradução feita por inteligência artificial e revisada pelo autor].

Ou seja, trata-se de percebermos em que medida os estados nacionais mais empobrecidos – e, conseqüentemente suas universidades- foram concebidos e submetidos a um desenvolvimento de orientação subordinada. E, em alguma medida, continuam nessa estrutura de perpetuação destas imposições, hoje ainda mais reforçadas devido à ausência de rebeldia e estratégias de desenvolvimentos nacionais libertadores.

A nosso ver, ainda é preciso considerar a categoria moderna de avanço ou progresso como uma heurística para refletirmos o papel das universidades na construção da economia do conhecimento. É nela que reside a possibilidade de constituição de um desenvolvimento nacional autônomo (Ribeiro, 1969). Dessa forma, afirmamos as considerações de Unger para pensarmos as saídas possíveis desta encruzilhada do desenvolvimento subordinado imposto para as nações mais pobres no contexto da economia do conhecimento.

Percebe-se que o fenômeno contemporâneo da economia do conhecimento poderia ser interpretado, à luz do materialismo histórico e dialético como um desenvolvimento avançado das forças produtivas, cujo sentido prático é a orientação para a acumulação do modo de produção vigente nos Estados nacionais e seus respectivos mercados. É desta correlação entre Estado e mercado que a universidade como instituição é parcela importante da organização da economia do conhecimento para a construção desta acumulação de um capital tecnológico cada vez mais avançado.

Não podemos renunciar à economia do conhecimento como um motor para refletirmos, por exemplo a emergência climática. Nesse sentido, questionamos: em que medida as universidades precisarão repensar seu papel na sociedade e na sua relação com o mundo do trabalho que clama pela geração de empregos voltados para a mitigação de riscos gerados pelo Antropoceno? (Chakrabarty, 2015) Em que medida podemos disputar as fronteiras tecnológicas para transformarmos a organização universitária para que ela seja capaz de moldar inovações institucionais capazes de assumir o papel de escudo protetor da nossa condição humana e planetária? Como o avanço com a inteligência artificial poderia ajudar nossa inteligência coletiva conectada no ciberespaço (Levy,1999) a lidar com esses problemas? Dialogando com Ailton

Krenak (2019), como podemos conectar a economia do conhecimento para promover um “adiamento do fim do mundo”? Infelizmente, essas não tem sido questões assumidas pelas maiorias planetárias e pelas elites intelectuais. O contexto de acirramento das disputas bélicas, do avanço do preconceito racial e a xenofobia demonstram a falência intelectual das instituições universitárias a darem respostas para os grandes problemas da humanidade.

Ao usarmos nossa imaginação, situamos as perguntas fundamentais para buscarmos um caminhar coletivo. Afinal, numa conjuntura marcada por uma hiperconexão tecnológica e, ao mesmo tempo, de eminentes catástrofes climáticas, cuja emissão de gás carbono na atmosfera nos leva a pensarmos também em uma hiper-interdependência, não é possível pensar em saídas isoladas. Queremos superar a concentração da economia do conhecimento e retirá-la das mãos das vanguardas insulares da produção (Unger, 2019, p.6) no sentido de coloca-la como instrumento acessível e inclusivo. Trata-se, portanto, de pensar em seu contraponto, construindo vanguardas inclusivas.

Como nos alerta João Vieira de Sousa (2022), a universidade e sua razão de ser pautada na produção social do conhecimento corre sérios riscos em meio as disputas globais pela hegemonia da economia do conhecimento. No lugar do compartilhamento e da solidariedade, reina a concorrência e a busca pelas melhores posições nos *rankings* das melhores universidades do mundo. O ranking torna-se um fetiche de mercadoria do capital acadêmico e intelectual, construindo um direcionamento unívoco das universidades de grande porte nacional de todos os países, cuja missão seria a obtenção de uma *World Class University*, em sua maioria compostas por Estados Unidos e China. O Brasil, por exemplo, possui uma universidade somente entre as 100 melhores, enquanto os Estados Unidos possui mais de dez nas primeiras posições.

Pensando nas grandes potências globais como Estados Unidos e China, qual é o papel de uma instituição universitária para a sociedade e mundo do trabalho destes países? Segundo Mariana Mazzucato, a de criação de uma escala de crescimento econômico, pautada no investimento em capital humano. São dessas instituições a base de desenvolvimento em inovação e tecnologia (Mazzucato, 2013). Portanto, é

responsabilidade delas o cuidado inicial para a geração de um ciclo virtuoso de desenvolvimento nos seus respectivos mercados nacionais.

Se ainda queremos consolidar um “catch up” em termos de uma industrialização moderna e condizente com os desafios do século XXI – como a possibilidade da construção de uma ecocivilização a partir de uma indústria verde e ambientalmente orientada, devemos retomar experiências históricas bem sucedidas tanto no século XIX – como é o caso da Alemanha e Estados Unidos – como o Japão dos anos 1970 e a economia chinesa atual. Todas elas, em alguma medida, investiram maciçamente em suas instituições superiores como bases para a construção da inovação das suas próprias cadeias produtivas.

Portanto, os países que alcançaram o papel de vanguarda na consolidação da economia do conhecimento traçaram uma linha de insubordinação e insubmissão, criando, cada um a sua maneira, uma forma rebelde de desenvolvimento nacional autônomo, criando alternativas escapatórias do colonialismo mental e intelectual (Unger, 2019).

Ao analisar o atual estado das coisas, fazendo um breve ensaio geopolítico no contexto da economia, vamos desenvolver modestas reflexões sobre este tema, indicando possibilidades e alternativas para pensarmos o papel das universidades do mundo subdesenvolvido neste contexto.

O atual estado das coisas: geopolítica e dependência do conhecimento

A guerra na Europa e as tensões geopolíticas moldam o cenário atual, criando polarizações que impactam diretamente a produção de conhecimento. Segundo Hobsbawm, assistimos a uma transição de uma ordem bipolar (União Soviética e Estados Unidos) para uma ordem unipolar (hegemonia estadunidense nos anos 1990) (Hobsbawm, 1995). Atualmente, percebe-se uma consolidação da ordem multipolar, tendo Rússia e China como protagonistas e aliadas em defesa desta ordem, criando confrontações à hegemonia estadunidense no plano econômico e militar. Dessa maneira, esse contexto coloca novas demandas e desafios para as instituições de ensino superior.

No mundo contemporâneo atual assistimos a uma invasão de um país europeu sobre o outro, algo que não acontecia desde a Segunda Guerra Mundial. A guerra entre Ucrânia e Rússia tornou-se uma guerra regional com posições globais, envolvendo a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como ator militar para a contenção do avanço russo no território ucraniano. No Pacífico, as tensões entre China e Taiwan aumentaram sua temperatura. Em ambos os conflitos, os Estados Unidos cumprem o papel de contenção e pressão contra Rússia e China, simbioticamente mais aliadas, consolidando no campo diplomático uma série de trocas comerciais, que perpassa por acordos de tecnologia militar e o desenvolvimento de um gasoduto entre ambos os países.

Do ponto de vista das universidades, há um processo de militarização das relações internas. No caso russo, Chirikov (2023) alerta para a “militarização”² das universidades russas. Como sintoma deste neonacionalismo russo, o autor destaca a obrigatoriedade da disciplina “Fundações do Estado Russo” nas universidades. No curso, trata-se de explicar como o “mundo russo” se estende para além da fronteira atual do Estado russo (Chikrov, 2023). Cria-se com isso uma narrativa de defesa ideológica do estado nacional, afetando diretamente a autonomia universitária. Apesar de não apresentar os números em seu curto briefing, Chikrov alerta para um descontentamento generalizado da comunidade acadêmica russa sobre a guerra. Trata-se de uma orientação estratégica que cria uma narrativa pública capaz de gerar o amálgama necessário para situar a universidade como parte fundamental da propaganda de guerra. Além disso, estudantes e funcionários que participam diretamente do front de batalha têm sido glorificados pelo atual governo.

A militarização das universidades, especialmente em países centrais como Estados Unidos e Rússia, representa uma estratégia geopolítica que usa o conhecimento como ferramenta de poder e controle. Neste contexto, a economia do conhecimento, ao invés de promover a difusão livre de saberes, muitas vezes reforça uma lógica de contenção e de privilégio a certas potências que moldam o cenário global. Essa estrutura não só aprofunda a dependência de países periféricos, que acabam sendo consumidores de tecnologias desenvolvidas nas universidades dos países centrais, mas também limita

² O autor fala de um “armamento” (weaponization) das universidades russas. Para fins didáticos preferimos utilizar o termo “militarização” para explicar esse fenômeno.

as possibilidades de inovação local. Assim, essa dependência aprofunda um modelo de inovação que exclui os interesses de nações que buscam um desenvolvimento soberano e com capacidade tecnológica própria.

Em que pese a denúncia do autor sobre tal militarização, não podemos enxergar a militarização como um fenômeno exclusivamente russo. Os Estados Unidos criaram ao longo dos anos uma relação orgânica entre sua estratégia de defesa e a ciência básica, também afetando diretamente alguns aspectos fundamentais da autonomia universitária. Não esqueçamos que a criação de uma bomba atômica só se deu por conta desta relação orgânica entre universidade e a militarização do conhecimento. Ironicamente, a universidade dos criadores da bomba atômica é justamente a Universidade de Berkeley, local em que Chirikov publicou seu briefing recente.

Esse modelo, potencializado pela militarização do conhecimento, implica uma subordinação ainda mais profunda das universidades periféricas. À medida que a produção científica é moldada pelos interesses estratégicos das grandes potências, as universidades nos países do Terceiro Mundo se veem restringidas em suas agendas de pesquisa, muitas vezes incapazes de gerar conhecimento que atenda às suas próprias demandas sociais e econômicas. A autonomia científica é, então, comprometida, pois essas instituições se tornam reféns de um sistema internacional que privilegia o segredo e a competição, especialmente em áreas tecnológicas avançadas. O resultado é um ciclo vicioso de dependência e atraso, que restringe a inovação local e dificulta a construção de uma economia do conhecimento democratizante.

Como destaca Mazzucato (2013), não foi o mero investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, mas a articulação entre instituições universitárias e outros setores públicos e privados que conseguiram criar a engrenagem necessária para dar os grandes saltos tecnológicos, em especial o setor de defesa. A análise das tensões geopolíticas e da militarização do conhecimento revela que a economia do conhecimento é, em grande medida, estruturada para perpetuar um status quo que concentra o saber científico em nações centrais. Para os países periféricos, o acesso a tecnologias de ponta é controlado e limitado, não apenas pelas barreiras comerciais, mas também por um sistema de saber que se organiza em torno da exclusividade e da contenção. Essa realidade desafia a visão de uma economia do conhecimento que favorece a democratização do saber,

destacando como a disputa geopolítica restringe as possibilidades de uma verdadeira autonomia científica. As variações entre uma experiência nacional e outra aparecem. Entretanto, em todas elas, é possível ver a linha econômico-política do Estado Desenvolvimentista.

Diante deste quadro de disputa, não queremos com isso naturalizar a barbárie da guerra ou os conflitos que colocam seres humanos uns contra outros. Porém, também não queremos com esse ensaio idealizar um mundo pacífico, em que a universidade possui uma soberania de pensamento e que atua sem delimitações e fronteiras. Pelo contrário. Conforme observado anteriormente, a produção no contexto da economia do conhecimento produz um paradoxo entre o seu aspecto social de difusão do saber altamente qualificado e a competição e – portanto – a preservação e concentração destes saberes em vanguardas insulares, especialmente situadas no Norte Global.

No caso da China é interessante notar o que Chen nos diz a respeito da reformulação das universidades durante os anos 1990, no qual o desenvolvimento tecnológico feito nas grandes instituições superiores voltadas para a área de tecnologia cumpriram um papel fundamental:

A Internet tornou-se popular na China no final da década de 1990. A tecnologia da informação transformou o mundo e criou novas riquezas na China, onde empresas de TI receberam investimentos de capital de risco e começaram a ser listadas na NASDAQ a partir de 2000. A maioria dos líderes empresariais de TI e empreendedores de startups de alta tecnologia são graduados das principais universidades chinesas, como a Universidade Tsinghua, a Universidade de Pequim e a Universidade de Ciência e Tecnologia da China. Eles construíram fortunas a partir de nada além de conhecimento, ideias inovadoras e tecnologia, assim como Bill Gates e os fundadores do Google. A sociedade da informação global e a economia do conhecimento – esses conceitos abstratos – tornaram-se para o público chinês a alquimia visível de transformar conhecimento em riqueza, com exemplos chineses reais disponíveis. A conexão entre universidades e a nova economia foi enfatizada e passou a ser incluída no discurso sobre a economia do conhecimento. A produção e a transferência de conhecimento deixaram de ser serviços periféricos como uma das três utilidades da universidade (Kerr 1995) e passaram a ser uma fonte essencial de crescimento econômico e criação de riqueza, plenamente reconhecidas pelos líderes chineses após a crise econômica asiática em 1997. (Chen, 2012, p. 4).

Ou seja, ao falarmos de desenvolvimento, é crucial tocarmos no assunto do papel organizador e orientador das universidades para a construção desta relação complexa entre Estado e Mercado. O exemplo chinês nos mostra como é possível traçar essa relação, revendo conceitos e superando determinados dogmatismos. Ao mesmo

tempo, sendo capaz de se inspirar nas boas práticas vindas de outros países como os Estados Unidos. Nesse sentido, ter um centro irradiador de inovação tecnológica como um ‘Vale do Silício à chinesa’ cumpriu um papel importante, como a zona de Zhongguancun nos anos 1990, sendo um importante propulsor da economia do conhecimento chinês. Somado a isso, Chen destaca a importância de um ambiente regulador e competitivo no meio acadêmico para consolidar esse ambiente de P&D em seu seio.

A partir dos trechos destacados no artigo de Chen, é importante notar um estratagema chinês de “imitação” da realidade estadunidense para conseguir construir um ambiente propício nas universidades capaz de gerar o impulsionamento necessário em P&D e uma integração na economia do conhecimento. “Imitação” essa adaptada e traduzida para as condições e especificidades chinesas. Não se trata, portanto, de uma orientação subordinada vinda do Norte global como forma de implementação. Trata-se de um desenvolvimento rebelde que assimila com pragmatismo as experiências bem-sucedidas a nível internacional. Parafraseando Mangabeira Unger, isso significa fazer com que a China democratize a economia do conhecimento em suas instituições, diminuindo sua desvantagem se comparado aos Estados Unidos, gerando uma sincronização entre seu desenvolvimento econômico com a produção intensa e sistematizada dos saberes.

Esse quadro nos leva a questionar a promessa da economia do conhecimento como um modelo emancipador para as universidades periféricas. Na prática, a dependência de financiamento e infraestrutura estrangeira limita a capacidade dessas instituições de definir agendas que respondam às necessidades locais, tornando-as peças de um sistema de produção do conhecimento que reproduz a hegemonia das grandes potências. Assim, enquanto a economia do conhecimento é celebrada como um meio de transformação econômica, ela frequentemente atua como um novo instrumento de subordinação científica, restringindo a autonomia necessária para que países periféricos desenvolvam um modelo de pesquisa alinhado com seus próprios interesses.

Quando traçamos o cenário atual e o entendimento de uma geopolítica do conhecimento a partir do complexo universitário internacional, queremos alertar e trazer à tona uma discussão silenciada por tempos nas universidades brasileiras. Em especial,

aquela feita pelo professor Darcy Ribeiro já no final dos anos 1960 com sua publicação “A Universidade Necessária”, a nosso ver, tragicamente moderna e ilustrativa sobre o fazer universitário de nossos tempos.

A nosso ver, Darcy Ribeiro traz uma importante contribuição para a compreensão estratégica ao formular uma categoria central para nossa análise: a modernização reflexa. Partindo da heurística progresso, retrocesso e dependência, Ribeiro cria um complexo imaginativo que situa com precisão o papel das universidades do terceiro mundo.

A modernização reflexa para Darcy Ribeiro seria a estratégia das universidades do mundo “subdesenvolvido” desejarem uma integração com as universidades dos grandes centros da economia de mercado, em especial os Estados Unidos. Nesse sentido, as fontes de financiamento seriam as fundações privadas, que estabeleceriam normas e padrões vinculados a sua visão de mundo, pressupostos e prerrogativas para a produção de ensino e pesquisa:

As tensões e os traumas derivados desta crise múltipla já são suficientemente fortes para compelir cada universidade latino-americana a discutir sua própria forma e a propor-se caminhos de superação de seus problemas. Estes caminhos são redutíveis a duas políticas básicas, não apenas distintas, mas opostas, sustentadas com maior ou menor lucidez por todos os universitários. Uma delas é a da modernização reflexa, baseada na suposição de que, acrescentando certos aperfeiçoamentos ou inovações a nossas universidades, vê-las-emos aproximar-se cada vez mais de suas congêneres mais adiantadas até se tomarem tão eficazes quanto aquelas. [...] não exige esforços especiais para ser levada a cabo, seja no plano da criatividade intelectual, seja no das relações externas da universidade. A simples interação espontânea dos fatores dentro da universidade permite perfilar uma política modernizadora, através da qual alguns setores crescerão graças à impetuosidade de seus dirigentes e outros se atrasarão, por motivos opostos. A universidade, como resultado residual deste entrelaço, continuará existindo e exercendo seu papel tradicional como o fez até agora, inconsciente de si mesma e da sociedade à qual serve. Pode até experimentar melhoras em seus serviços, graças à generosidade de programas internacionais e estrangeiros de assistência e financiamento, desde que aquiesça em adotar os modelos de estruturação que lhe forem propostos e em exercer os papéis de ensino, investigação e difusão que lhe forem prescritos (Ribeiro, 1969, p.9).

Portanto, o conceito de modernização reflexa, conforme descrito por Darcy Ribeiro, expõe um dilema enfrentado pelas universidades dos países periféricos: integrar-se aos grandes centros acadêmicos para obter reconhecimento e recursos, mas ao custo de uma produção científica que serve a interesses externos, e não às demandas locais. Essa integração subordinada, além de reforçar um distanciamento das realidades

regionais, perpetua um modelo de desenvolvimento dependente e de difícil transformação. É um processo que limita a capacidade dessas universidades de contribuir para um projeto nacional autônomo, em uma economia do conhecimento que, por sua própria estrutura, as coloca em posição subalterna.

Nesse caso, as universidades do Terceiro Mundo que se conformassem com a pedagogia política desta dependência conseguiriam se modernizar perante as suas vizinhas universitárias nacionais. Dessa forma, seria constituído uma espécie de arquipélago pouco integrado da produção dos saberes entre as universidades mais modernas no país e o Brasil profundo, precarizado e pouco integrado, cuja modernização é dependente e associada- portanto, reflexa- ao capital acadêmico forâneo. Qualquer semelhança com a disputa pela economia do conhecimento, a nosso ver, não é mera coincidência com a afirmação de Darcy Ribeiro. Quanto mais nos “integramos” e buscamos um melhor ranqueamento das nossas vanguardas insulares de conhecimento nas World Class Universities ou uma integração subordinada e reflexa a elas, mais nos distanciamos de um projeto universitário autoconsciente, voltado para os interesses das maiorias populares e a soberania nacional, prerrogativa essa seguida por aqueles que constituíram um desenvolvimento nacional rebelde – seja ele estadunidense, chinês ou russo- tal qual defendido por Mangabeira Unger (2019) . Em todos eles, há uma relação azeitada entre as instituições estatais que procuram uma cooperação que busca a inovação e a apropriação das tecnologias de vanguarda da economia do conhecimento.

A democratização do conhecimento produzido nas vanguardas insulares tal qual descrito por Mangabeira Unger coincide com o que Darcy Ribeiro chama de aceleração evolutiva. Segundo Ribeiro, a aceleração evolutiva se identifica com a construção de um desenvolvimento autônomo da universidade perante os grandes centros. Isso em nada significa a defesa de um isolacionismo nacional ou uma postura anti-cooperacionista do ponto de vista científico. Afinal, a ciência é uma empresa humana universal e prescinde deste diálogo (Ribeiro, 1969, p. 28). Por outro lado, a universidade que busca democratizar a produção da economia do conhecimento e deseja reconfigurar sua posição no mundo que esteja intimamente vinculada a um desenvolvimento nacional

autônomo rebelde precisa de estabelecer outros parâmetros para construir seu caminho.

Esse seria o caminho de uma aceleração evolutiva:

Por todas estas razões, o problema da crise da universidade latino-americana deve ser exposto em termos mais precisos: trata-se de saber se é possível instituir uma universidade que sirva à transformação estrutural em sociedades cujas camadas dominantes não desejam mais que uma modernização reflexa que consolide, em lugar de debilitar, sua dominação. E se é possível conquistar a maioria dos corpos universitários para uma política de crescimento autônomo da Universidade, visando contribuir para que a sociedade nacional se encaminhe pela via da aceleração evolutiva. A simples enunciação desse problema — que vem sendo colocado cada vez mais frequentemente e da forma mais peremptória em toda a América Latina — é sintoma de que estamos experimentando certas transformações substanciais em nosso modo de encarar nossas sociedades nacionais, nossas universidades e também nosso papel dentro de ambas. Estas transformações ideológicas não são gratuitas, mas, pelo contrário, correspondem a uma instância da conjuntura que atravessa a América Latina, da transição entre a condição de atraso histórico para a de subdesenvolvimento. No plano ideológico, esta transição se expressa por duas modalidades de consciência. A consciência ingênua, própria das nações historicamente atrasadas, que se caracteriza pela resignação com seu atraso e sua pobreza porque só é capaz de percebê-los como naturais e necessários. E a consciência crítica, correspondente à conjuntura do subdesenvolvimento, que se caracteriza por sua rebeldia contra o atraso, porque o percebe como antinatural e o explica como causado por fatores sociais erradicáveis (Ribeiro, 1969, pp.12-13).

Portanto, para Ribeiro, a consciência crítica gera um pensamento estratégico que vise situar as universidades como engrenagens fundamentais para criar um ambiente de desenvolvimento nacional autônomo que supere as condições estruturais que historicamente vivemos. Apesar dos avanços, eles foram bastante tímidos e reflexos. Se por um lado as universidades brasileiras expandiram seu acesso, algo que Darcy Ribeiro já via como algo natural, devido as pressões ascendentes dos grupos de baixo³, nossas instituições ainda fazem parte de um consórcio de dependência científica e tecnológica. Além disso, são instituições que não cumpriram o papel de reverter o quadro de desindustrialização e reprimarização da economia, voltada para a exportação de commodities e produtos de baixo valor agregado no mercado internacional.

Diante deste quadro, é possível afirmar que a posição dos países periféricos ainda é de dependência das vanguardas insulares da economia do conhecimento.

³ Para Darcy Ribeiro: “O problema crucial que se apresenta às universidades latino-americanas é o da adoção de uma política de democratização do ensino superior com a aceitação das consequências da expansão de suas matrículas. Esta se fará inexoravelmente, seja pelo caminho da modernização reflexa, seja como resultado de uma reforma autônoma e progressista, devido à pressão de grupos sociais ascendentes que aspiram a ingressar na universidade”. Ver Ribeiro, 1969, p.145.

Assistimos a um quadro geral de passividade e apatia. Os países mais pobres perderam sua noção de projeto histórico de libertação, gerando efeitos culturais em suas sociedades nacionais, tendo as suas universidades como exemplo desta lógica imperativa da subordinação às instituições universitárias do Norte global.

Considerações Finais

A análise da economia do conhecimento, sob a ótica da dependência e da geopolítica, evidencia um sistema global em que o saber científico é simultaneamente um recurso emancipador e um instrumento de dominação. Nos países periféricos, o potencial transformador da economia do conhecimento esbarra em limitações impostas pelas estruturas de poder que regem a circulação e o desenvolvimento do conhecimento no plano internacional. Como discutido, a militarização das universidades nas grandes potências, a concentração de tecnologias avançadas e as políticas de integração subordinada perpetuam um cenário de dependência para as universidades do Terceiro Mundo, que permanecem reféns de agendas externas e limitadas em sua capacidade de inovação autônoma.

A obra de Darcy Ribeiro, que denuncia a modernização reflexa, e as ideias de Mangabeira Unger, que visam a democratização do conhecimento, oferecem um caminho alternativo para as universidades. A construção de um modelo de economia do conhecimento que transcenda a subordinação exige o fortalecimento de uma ciência comprometida com o desenvolvimento nacional rebelde, autônomo, inclusivo e democratizante.

As universidades públicas brasileiras e de outros países periféricos devem assumir uma postura crítica e ativa diante da economia do conhecimento. Ao questionar as estruturas de dependência e propor alternativas para um desenvolvimento científico mais autônomo, essas instituições podem se tornar catalisadoras de uma transformação social que, ao invés de replicar padrões de subordinação, busque formas dinâmicas e robustas do ponto de vista da imaginação institucional para organizar seus saberes.

Declaração

Este artigo contou com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial, em especial o ChatGPT. Utilizamos a ferramenta para criarmos tarefas de construção do texto. Realizamos interações baseadas no campo de estudos da Engenharia de Prompt (White, 2024) o padrão de “lógica invertida” de uso do chatbot, onde oferecemos problemas sobre o artigo que queríamos desenvolver para que ele nos oferecesse perguntas, contribuindo para o desenvolvimento próprio das ideias. Além disso, a inteligência artificial também nos ajudou como um assessor de revisão, identificando as lacunas dos drafts produzidos. A inteligência artificial também serviu para a organização de referências bibliográficas. O corpo do texto não é uma mera sintetização da inteligência artificial, passando por drásticas modificações e edições. Esta declaração acompanha os recentes trabalhos sobre a inteligência artificial e seus usos acadêmicos nos tempos atuais (Sampaio et.al., 2024), que recomenda a transparência do uso da ferramenta e a forma como ela foi utilizada para a constituição do trabalho.

Referências Bibliográficas

- Charkabarty, Dipesh. *The human condition in the Anthropocene*. The Tanner Lectures on Human Values, Yale University, fev. 2015.
- Chen, Shuang-Ye. *Contributing knowledge and knowledge workers: the role of Chinese universities in the knowledge economy*. London Review of Education, v. 10, n. 1, p. 101-112, mar. 2012. DOI: 10.1080/14748460.2012.659062.
- Chrikov, Igor. *The weaponization of Russian universities: a neo-nationalism and university brief*. UC Berkeley Research & Occasional Papers Series, nov. 2023. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/8158m811>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- Hobsbawm, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Krenak, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- Levy, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- Mazzucato, Mariana. *The entrepreneurial state: debunking public vs. private sector myths*. London: Anthem Press, 2014.
- Prashad, Vijay. *The Darker Nations: A People's History of the Third World*. New York: The New Press, 2007.
- Ribeiro, Darcy. *A universidade necessária*. São Paulo: Paz e Terra, 1969.
- Sampaio, Rafael Cardoso et al. ChatGPT e outras IAs transformarão a pesquisa científica: reflexões sobre seus usos. *Revista de Sociologia e Política*, v. 32, e008, 2024. DOI: 10.1590/1678-98732432e008.

Sousa, José Vieira de. Cenários e desafios da universidade na economia do conhecimento. *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 8, n. 0, e022014, 2022. DOI: 10.20396/riesup.v8i0.8663806.

Unger, Roberto Mangabeira. *Depois do Colonialismo Mental*: repensar e reorganizar o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

Unger, Roberto Mangabeira. *The knowledge economy*. London: Verso, 2019.

White, Jules et al. *A Prompt Pattern Catalog to Enhance Prompt Engineering with ChatGPT*. arXiv preprint arXiv:2302.11382, 2023. Disponível em: <http://arxiv.org/abs/2302.11382>. Acesso em: 07 nov. 2024.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 31/10/2024

Aprovado em: 30/11/2024

Desventuras da autonomia universitária: uma breve reflexão sobre a Universidade do Estado de Minas Gerais

Tiago Aparecido da SILVA¹

Resumo: A presente reflexão levanta o problema da autonomia universitária no Brasil, com foco no caso da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Argumentamos que, com raríssimas exceções, nossas instituições públicas de educação superior vivenciam uma condição heterônoma, resultando em graves limitações que dificultam a missão de garantir ensino e extensão de qualidade e pesquisa acadêmica de ponta.

Palavras-chave: Autonomia, Clientelismo, Heteronomia.

¹ Professor de História da Universidade do Estado de Minas Gerais. Doutor em História pela Universidade de Campinas (Unicamp). UEMG. Divinópolis. MG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3814133592039908>. E-mail: tiago.silva@uemg.br

Misadventures of university autonomy: a brief reflection on the State University of Minas Gerais

Abstract: This reflection raises the issue of university autonomy in Brazil, focusing on the case of the Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). We argue that, with very few exceptions, our public higher education institutions experience a heteronomous condition, resulting in serious limitations that hinder the mission of ensuring quality teaching and extension and excellence in academic research.

Keywords: Autonomy, Clientelism, Heteronomy.

Introdução

As páginas que se seguem não conformam um artigo científico e tampouco um ensaio. Elas não derivam de um sólido trabalho de pesquisa exigido pelo primeiro nem possuem o brilho interpretativo que distingue o segundo gênero literário. Diríamos, então, que estão mais para um comentário, salpicado de algumas referências acadêmicas. Sobretudo, foram escritas por um não-especialista na área, mas por alguém interessado em compreender como a autonomia universitária é praticada no Brasil, tendo como foco a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

Nossa reflexão parte do geral para o particular, a contragosto do moderno método analítico. Primeiro, especulamos sobre a situação das instituições públicas de educação superior mantidas pela União (IFEs), chamando a atenção para o descompasso entre a lei e o efetivo exercício de sua autonomia. Em seguida, comentamos o caso da UEMG, o qual parece refletir, descontadas certas especificidades regionais, as distorções observadas em âmbito nacional. Noções como patrimonialismo, clientelismo, paroquialização e privatização surgem no texto como razões da frágil, quando não inexistente, autonomia de nossas universidades. Não há nenhum tratamento teórico mais elaborado em nossa exposição, de modo que, na maioria das vezes, os conceitos dos quais lançamos mão para torná-la inteligível aparecem subentendidos. Pede-se, assim, a compreensão do leitor.

Os limites destas reflexões de pronto definem o seu lugar. Elas nada mais são do que um ponto de partida, um convite ao debate acerca dos temas levantados. Tal exercício, salutar em todos os quadrantes da educação superior, faz-se urgente em relação à UEMG, dada a precariedade das condições vivenciadas pelos professores, técnicos administrativos e discentes da instituição. A nosso ver, grande parte dos problemas da estadual mineira resulta de uma dramática subordinação a interesses alheios à vontade coletiva de sua comunidade acadêmica. Enfrentar essa contradição consiste numa luta necessária em prol de uma UEMG verdadeiramente pública, gratuita e de qualidade, que faça jus aos objetivos desenvolvimentistas e democráticos à luz dos quais ela foi criada (Fundação João Pinheiro, 1991, pp. 07-11). Antes, porém, de entrarmos nesse particular, acompanhemos algumas desventuras da autonomia universitária em nível federal.

“Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso”: heteronomia universitária

Literalidade e arte não costumam combinar. A interpretação nua e crua do verso de Caetano conduz a um inescapável ponto de partida, em que um dado objeto, depois de duplamente virado e revirado, recobra a sua forma original, contrária do seu próprio contrário. A concretude perverte, assim, o efeito desejado, que é o de intensidade. Na letra do compositor baiano, “o avesso do avesso do avesso do avesso” não é a alegoria de um retorno ao estado primordial da matéria, mas a imagem exponenciada de um mundo invertido, que se apresenta de ponta-cabeça.

Joguem por um instante com isso. Pensemos nosso tema à luz do verso de Caetano. O que seria da autonomia universitária nessa chave poética? Resultaria, em boa lógica, na própria autonomia? Pelo contrário. Trata-se, na verdade, do seu oposto: a heteronomia.

Grosso modo, autonomia é o governo de si; heteronomia, o de outrem sobre si. Num país recém-saído de uma ditadura de mais de vinte anos, o Legislador não descuidou da questão da autonomia das nossas instituições públicas de ensino superior, alvo de graves violações em passados de chumbo (Motta, 2014). Com efeito, dispôs na Constituição Federal de 1988: *Art. 207 - As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.* (Brasil, 1988).

Favas contadas? Infelizmente, não. Três décadas e meia depois, o artigo 207 da Carta Magna ainda carece de contornos sólidos, pois jamais foi regulamentado na forma da lei. As consequências são limitações e distorções. Antes de tudo, porque não se podem dizer autônomas instituições que não gozam de soberania na escolha de seus dirigentes máximos. No melhor dos casos, após a eleição nos *campi* e a composição da lista tríplice para reitor, o Poder Executivo ratifica a vontade popular, nomeando o candidato mais votado. No pior, interventores são empurrados goela abaixo da comunidade acadêmica, ao arrepio de todo e qualquer espírito democrático. O ex-presidente Jair Bolsonaro, auxiliado por seus sucessivos ministros da educação, foi contumaz nessa prática, imposta a mais de vinte IFEs. A justificativa era confessa: sem

a canga governamental, elas continuariam a ser o que supostamente sempre foram, focos de “balbúrdia” custeados pelo dinheiro do contribuinte (Ferreira, 2023).

O modelo dominante de financiamento da educação superior pública é outro fator que depõe contra a autonomia das universidades. No caso das federais, cabe a União assegurar anualmente os recursos necessários à sua “manutenção e desenvolvimento” (Brasil, 1996, p. 18). A parcela destinada a elas integra o Orçamento Geral da União, tendo, assim, de ser debatida e aprovada no Congresso Nacional, para somente então ser encaminhada ao Ministério da Educação (MEC). Este, por sua vez, é o responsável pelas despesas das IFEs, que se dividem em obrigatórias e discricionárias. As primeiras, referentes ao salário dos servidores ativos e inativos, são garantidas por lei e não podem ser contingenciadas. As segundas, relacionadas a gastos com custeio e investimento, são passíveis de corte do governo. Graves distorções resultam desse arranjo.

Para começar, o montante anual reservado às federais fica condicionado ao clima político do país. Por razões ideológicas ou sob o pretexto de responsabilidade fiscal, seguidos governos, sejam de esquerda ou de direita, não hesitaram em atacar o orçamento das IFEs em passado recente. Contudo, é preciso ter cautela para evitar falsas equivalências. Embora marcadas por vaivéns, as administrações petistas tenderam a ampliar os recursos da educação superior pública. Em contrapartida, do Golpe de 2016 até o final do governo Bolsonaro, a verba discricionária destinada às federais caiu cerca de 27% (sem considerar a inflação do período), passando de R\$ 7,3 bilhões (2016) para R\$ 5,3 bilhões (2022) (Mansur, 2023). A questão que se impõe é como formular um sólido projeto de universidade diante desse quadro de incerteza orçamentária. A heteronomia financeira obriga as IFEs a se adaptarem às flutuações da vida política brasileira, limitando as possibilidades de planejamento a longo prazo. Sem saberem o dia de amanhã, elas são forçadas a ajustar seu horizonte de expectativa ao sabor do momento, o que dificulta a missão de garantir ensino e extensão de qualidade e pesquisa acadêmica de ponta.

Os danos da dependência orçamentária não findam por aí. Somada à concentração de verbas no MEC, ela estimula um verdadeiro *rush* a Brasília, onde as reitorias competem por recursos. A obtenção das somas desejadas depende de

negociações em nível federal, nas quais o *modus operandi* é o “dando que se recebe”. A troca de apoios, intermediada por oligarquias e partidos políticos, não costuma separar o público do privado, mimetizando a lógica patrimonial do Estado brasileiro. Da parte dos magníficos, o êxito na relação clientelista gera prestígio e faz com que eles se sintam imprescindíveis às suas universidades. Daí entenderem suas “conquistas” como meros “favores” prestados à população dos *campi* (Romano, 2008, p. 54). *Interna corporis*, a heteronomia financeira gera uma supervalorização do poder reitoral, em detrimento dos conselhos universitários, que são a alma da democracia acadêmica. Ademais, produz dirigentes descompromissados com a regulamentação do artigo 207 da Constituição Federal, pois, de olho nos dividendos pessoais que o trato oligárquico permite:

Em vez de exigir regras e leis para as universidades, boa parte dos magníficos preferem “fazer política” com o Ministério da Educação, oferecendo apoio regional aos donos do mando em Brasília. Tal “realismo” levou a adiar indefinidamente a autonomia legal das universidades. Elas ainda dependem em quase tudo das ordens ministeriais (Romano, 2019).

O cenário em tela expõe as IFEs a toda sorte de ingerências: do Poder Executivo, que premia aliados e castiga opositores; de parlamentares “amigos”, que as veem como polpudos ativos eleitorais; e dos próprios reitores, que ignorando ou contando com a omissão da comunidade acadêmica, esvaziam suas instâncias deliberativas internas em prol de interesses privados. É indiscutível que as universidades não são entes soberanos no interior do estado-nação, devendo observar preceitos constitucionais e gerar benefícios à sociedade. A questão reside em quem deve determinar os rumos que elas irão tomar, se agentes externos frequentemente guiados por propósitos inconfessáveis ou as próprias universidades em constante diálogo com os atores que as cercam. A nosso ver, a segunda opção é a única capaz de conduzi-las aos seus elevados fins, que são o avanço da ciência, a inovação tecnológica, a criação de cultura, a difusão do conhecimento e o encaminhamento de soluções para problemas da realidade social (Fávero, 2004, p. 198). Para o efeito, autonomia política e financeira são premissas indispensáveis.

A situação experimentada pelas universidades federais se mostra emblemática. Com raríssimas exceções, as instituições públicas de educação superior pertencentes aos entes federados da União também padecem de problemas gerados pela falta de uma

efetiva autonomia universitária. Eis o caso da Universidade do Estado de Minas Gerais, doravante alvo de nossa atenção.

Paroquialização e privatização da educação superior: a experiência uemguiana

A década de 1980 foi um momento de intenso debate público no Brasil. Em um contexto de reabertura democrática, o país assistiu a acirradas disputas sobre os mais variados aspectos da vida nacional, quer em âmbito federal, dos estados ou dos municípios. Em Minas Gerais, uma discussão que ganhou corpo no período girou em torno da situação do Estado em relação aos seus congêneres. O sentimento de importantes frações das elites locais era de atraso, inclusive no tocante à educação superior. Quanto a isto, o relatório de um grupo de estudos coordenado pela Fundação João Pinheiro asseverava:

A despeito das demandas externas por incorporação da sociedade brasileira no atual avanço científico e tecnológico mundial e da visível expansão do ensino superior nacional, os rumos da modernização de setores estratégicos do país não têm sido eficazes na tarefa de efetiva absorção, aplicação e difusão do saber humano atingido nos últimos tempos. Em Minas Gerais, esse fenômeno tem-se mostrado dramático. O Estado não tem acompanhado os avanços dos variados setores da economia nacional e não tem respondido convenientemente as necessidades de bem-estar de sua população. (Fundação João Pinheiro, 1991, p. 07).

Mais adiante, o documento afirma que diversos setores da sociedade mineira manifestavam uma vontade crescente de reverter o quadro de distanciamento do Estado em face das condições de desenvolvimento socioeconômico e científico observadas em outras unidades da federação. Em meio a esse clima político favorável, os redatores concluem:

[...] não resta dúvida sobre a oportunidade de implantação da Universidade do Estado de Minas Gerais, instituição que, por sua própria natureza, deverá facilitar e concretizar a ação do governo mineiro rumo a modernidade e a obtenção de progresso econômico e social de todas as regiões do Estado. (Fundação João Pinheiro, 1991, p. 11).

Destarte, na conjuntura em questão, o estabelecimento de uma instituição pública estadual de educação superior foi percebido como fator-chave para o desenvolvimento das potencialidades econômicas, científicas e humanas de Minas Gerais. Tangida por esse propósito, o artigo 81 da Constituição do Estado, promulgada em 1989, dispôs o seguinte:

Fica criada a universidade do Estado de Minas Gerais sob a forma de autarquia, que terá sua reitoria na capital e suas unidades localizadas nas diversas regiões do Estado.

§ 1º - Serão instaladas no prazo de dois anos contados da promulgação da Constituição do Estado e absorvidas como unidades da Universidade do Estado de Minas Gerais as entidades de ensino superior criadas ou autorizadas por lei e ainda não instaladas.

§ 2º - O Estado instalará a universidade que trata este artigo no prazo de setecentos e vinte dias a contar da data da promulgação de sua Constituição (Minas Gerais, 1989).

Passados trinta e cinco anos da fundação da UEMG, a instituição alcançou apenas parcialmente os objetivos vislumbrados no contexto em que foi concebida. Do ponto de vista quantitativo, é inegável que sua ramificação por quase todas as regiões do Estado incrementou a oferta de educação superior pública à população, contribuindo, efetivamente, para ampliar o acesso à universidade para além dos grandes centros urbanos. Todavia, no plano qualitativo, a UEMG ainda enfrenta desafios substanciais. A falta de um planejamento estratégico consistente gerou, desde o início, uma fragilidade estrutural na instituição, configurando uma contradição entre o seu ideal democratizante e as condições reais de funcionamento da estadual mineira (Morais, 2020, p. 127).

A expansão acelerada da UEMG durante as décadas de 1990 e 2000 aprofundou essa dinâmica. A criação de novos *campi* e cursos de graduação, via de regra desacompanhada da devida dotação orçamentária, contribuiu para a precarização do trabalho docente, evidenciada pela proliferação de contratos temporários e pela redução de investimentos em pesquisa e extensão (Francklin, 2021, p. 111). A descentralização administrativa implementada no período, embora tenha buscado atender a especificidades regionais, também implicou distorções. Ela acarretou dificuldades de coordenação e gestão, reduzindo a eficiência e a qualidade da educação oferecida.

A década de 2010 trouxe novos desafios, exacerbados pelos cortes de investimentos públicos em educação em nível federal e estadual. A debilidade financeira da UEMG, marcante desde o primeiro momento, intensificou-se, produzindo obstáculos para a manutenção e aperfeiçoamento da infraestrutura, a contratação de professores e técnicos administrativos e o investimento em políticas de permanência estudantil. A necessidade de prospectar novas fontes de financiamento, incluindo parcerias com a iniciativa privada, levantou questões sobre a autonomia e a vocação pública da instituição. Por outro lado, a busca por maior reconhecimento e inserção no cenário nacional impulsionou iniciativas de desenvolvimento em pesquisa e extensão,

embora a maioria desses esforços tenham sido frustrados por sucessivos contingenciamentos de recursos e instabilidades institucionais (Santos, 2014, pp. 141-152).

Diante desse quadro, a constatação de Florestan Fernandes, formulada em meados dos anos 1960, parece-nos aplicável à trajetória recente da UEMG:

Estamos diante de uma expansão predominantemente quantitativa, longe de ter germinado um sistema de ensino realmente democrático em sua estrutura, na mentalidade dominante, nas relações pedagógicas ou nos produtos dos processos educacionais. Ao contrário do que deveria suceder. (Fernandes, 1966, p. 127).

A ênfase em uma expansão quantitativa, desprovida de preocupações efetivas com a qualidade, permanece uma tônica na UEMG. Nos últimos anos, a abertura de novas unidades no interior do Estado evidenciou um modelo de ampliação improvisada, caracterizado por um descompasso entre o ritmo acelerado de crescimento da universidade e a lentidão nos investimentos em infraestrutura e recursos humanos. O exemplo da Unidade de Araguari ilustra bem a situação. Em 2023, o anúncio de sua criação para abrigar um curso de graduação em Direito se deu da seguinte maneira:

A proposta de oferta do curso partiu do deputado estadual Raul Belém, que articulou UEMG, Prefeitura Municipal e Governo de Minas. Como contrapartida, a prefeitura se comprometeu a fornecer toda a infraestrutura necessária para o funcionamento do curso, atuando para que os estudantes tenham acesso a ambientes de aprendizado adequados e recursos educacionais essenciais para as atividades de ensino, pesquisa e extensão (UEMG, 2023).

Surpreende, de imediato, que a implementação da unidade se baseie em uma promessa atribuída à prefeitura. Note-se que coube ao poder municipal a tarefa de fornecer as condições necessárias ao funcionamento do curso, sem qualquer exigência de uma infraestrutura mínima por parte da reitoria. Desde então, a graduação em Direito da Unidade de Araguari tem sido precariamente ofertada em uma instalação cedida pela Escola Estadual Raul Soares, que não conta, sequer, com uma biblioteca onde os alunos possam consultar referências acadêmicas pertinentes à sua área formação. No que se refere ao corpo docente, todos os professores foram contratados por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS), uma vez que a UEMG, até o momento, não realizou concurso público para suprir a demanda. A mesma situação se aplica aos técnicos administrativos da unidade.

Em grande parte, os problemas vivenciados pela UEMG decorrem de sua frágil, para não dizer inexistente, autonomia universitária. A esse respeito, a Constituição Mineira corrobora a Constituição Federal, estipulando que: *Art. 199 - As universidades gozam de autonomia didático-científica e administrativa, incluída a gestão financeira e patrimonial, observado o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão* (Minas Gerais, 1989).

Na prática, porém, essa disposição convive com obstáculos similares aos discutidos anteriormente em relação às universidades federais. Assim como elas, a UEMG não possui autonomia na escolha de seus representantes máximos, decisão que deve ser ratificada pelo governo estadual. Embora a instituição nunca tenha sofrido interferências dessa natureza, sua congênere em Minas Gerais, a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), passou por uma situação em que a vontade democrática de sua comunidade acadêmica foi desconsiderada pelo governador Romeu Zema.

O episódio, ocorrido no final de 2022, adquiriu contornos rocambolescos. Inicialmente, o governador parabenizou o candidato mais votado pela vitória nas urnas, indicando que reconduziria o professor Antônio Alvimar ao cargo de reitor. Em seguida, Zema reverteu a decisão, alegando que seria obrigado a nomear o segundo colocado da lista tríplice, o professor Wagner de Paulo Santiago. Ao explicar a reviravolta para Alvimar, o chefe do Executivo mineiro justificou-se:

A informação que eu tinha era que estava a situação estava definida (sic). Infelizmente, fui informado somente agora, tiveram de optar por este outro nome em prol da construção de uma base na Assembleia Legislativa. Estou aqui muito decepcionado com a situação e tb com as pessoas que conduziram o processo sem me posicionar (sic). (Figueiredo, 2023).

Como se vê, a ausência de uma real autonomia universitária permitiu que o governador do Estado instrumentalizasse a UNIMONTES para fins políticos. Na ocasião, a pressão parlamentar prevaleceu sobre o desejo da comunidade acadêmica, sacrificada em prol da obtenção de apoios na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O episódio exemplifica o que Arabela Oliven (1990) chamou de “paroquialização do ensino superior”. O fenômeno ocorre quando as universidades públicas se transformam em ativos privados nas mãos de poderosos locais. Elas passam, então, a responder a interesses estranhos as suas missões precípuas, sendo enredadas em

práticas clientelistas que comprometem a possibilidade de um desenvolvimento autônomo.

É plausível indagar se a rápida e desordenada expansão da UEMG também não se encaixa nesse registro. A cada unidade inaugurada, políticos que têm sua base eleitoral na região contemplada geralmente aproveitam a oportunidade para se promoverem como grandes benfeitores da instituição. Eles costumam se apresentar como verdadeiros indutores do desenvolvimento da UEMG, reivindicando um protagonismo que, em princípio, caberia à própria universidade. Mais uma vez, o exemplo da Unidade de Araguari elucida:

Com a absoluta certeza, fico muito feliz e emocionado ao ver que todo o esforço, trabalho e dedicação se concretizaram em um único objetivo: a criação da primeira universidade pública de Araguari! Mais uma vez, **agradeço a todos que sempre acreditaram e que, junto comigo, fizeram esse sonho se tornar realidade!** VIVA A UEMG, VIVA ARAGUARI!, disse o deputado estadual Raul Belém em suas redes sociais. (Gazeta do Triângulo, 2024, grifo nosso).

O dito parlamentar não para por aí. Em novembro de 2023, ele anunciou, por meio de sua assessoria, que “a luta do deputado Raul Belém é conseguir cinco cursos para Araguari, pois dessa forma o município se torna *campus* (sic) e assim pode conseguir mais cursos, de uma universidade gratuita” (Gazeta do Triângulo, 2023). Convém indagar se tal expansão será fruto de um amplo debate ou acordada no recôndito dos palácios, ao arrepio do salutar exercício democrático. Também é propositado questionar se essa nova rodada de ampliação da UEMG se dará nos mesmos moldes do curso de Direito da Unidade de Araguari, baseada na precarização do trabalho, na baixa qualidade da infraestrutura oferecida e na carência de políticas de assistência estudantil.

Não adentraremos no debate moral sobre boas ou más intenções. O que deve ser destacado é que, desprovida de verdadeira autonomia, a UEMG corre o risco de ficar cada vez mais suscetível a projetos pessoais alheios às suas reais necessidades. A conjuntura atual aponta para um cenário de privatização ampliada, em que a prática da administração pública é colocada a serviço de grupos particulares, sejam econômicos, religiosos ou político-partidários (Brito, 2009, p. 56). Trata-se de uma inclinação perversa, pois impossibilita que a instituição defina seus rumos de acordo com os horizontes pedagógicos, científicos e extensionistas de sua comunidade acadêmica.

Uma dramática heteronomia financeira torna a situação da UEMG ainda mais complicada. Seu orçamento é definido todos os anos com base nas diretrizes financeiras do governo do Estado. O processo inicia com a elaboração de uma proposta por parte da universidade. Em seguida, ela é enviada ao Executivo mineiro para ser examinada juntamente com demandas de outros setores, como saúde e segurança. Após avaliação, a proposta é incorporada ao orçamento global do Estado, que é apresentado à ALMG para debate e votação. Se aprovada, torna-se Lei Orçamentária Anual (LOA) e é sancionada pelo governador.

Na prática, esse modelo de financiamento produz graves distorções, uma vez que submete a UEMG a flutuações econômicas e às opções políticas do governo do Estado. Em razão disso, qualquer planejamento a longo prazo tende a se converter em obra de ficção. Os recursos destinados a UEMG são extremamente oscilantes e costumam não acompanhar o ritmo acelerado de expansão da universidade. A título de exemplo, em 2013, a instituição contou com um orçamento R\$ 160 milhões, número que saltou, em 2019, para R\$ 187 milhões. Nesse ínterim, as unidades da UEMG se multiplicaram e sua população discente passou de cinco mil para 22,6 mil (G1, 2020). Os resultados desse processo não poderiam ser diferentes: precarização do trabalho de professores e técnicos administrativos e baixíssimo investimento em infraestrutura. Ademais, feitas todas as contas, concluiu-se que, em 2019, o aluno da UEMG tinha um custo 77% menor do que a média nacional (UEMG), o que revela um enorme descaso no que tange a políticas de assistência estudantil. Não por acaso, a instituição ocupa hoje o 118º lugar em um reconhecido ranking das universidades brasileiras, ficando atrás faculdades privadas e de instituições públicas de educação superior mantidas por estados que possuem economias muito menores do que a de Minas Gerais (Folha de São Paulo, 2024).

À luz do que precede, pode-se concluir que, a exemplo das IFEs, a UEMG também amarga “o avesso do avesso do avesso do avesso” da autonomia universitária. Na efeméride de seus trinta e cinco anos, a heteronomia é a regra, indicando que não há nada a comemorar nesse sentido.

Considerações finais

A trajetória da UEMG denuncia as graves consequências da falta de autonomia universitária. Sua crônica dependência financeira, aliada à interferência política na gestão e à precariedade da participação da comunidade acadêmica nas decisões estratégicas, aponta para uma urgente necessidade de reverter esse quadro. Para o efeito, a implementação de mecanismos de financiamento mais justos, equitativos e previsíveis é imprescindível. Isso implica na definição de um percentual mínimo do orçamento público, calculado com base em critérios objetivos e transparentes, que contemplem as necessidades da estadual mineira.

Paralelamente, é crucial fortalecer a governança interna da UEMG. A nosso ver, uma revisão dos modelos de gestão, promovendo a transparência e a participação efetiva da comunidade acadêmica desde o planejamento estratégico até a execução orçamentária, seria um passo decisivo nesse sentido. A implementação de mecanismos de controle social, com a ampla divulgação das informações financeiras e da gestão da universidade, tende a contribuir para aumentar a *accountability* e a responsabilidade na aplicação dos recursos. Além disso, o estímulo à participação em conselhos e comissões, com a garantia de representatividade e de voz a todas as partes interessadas, é fundamental para assegurar que as decisões passem a corresponder às prioridades de professores, técnicos administrativos e alunos.

Em suma, a luta pela autonomia universitária é um processo que exige mobilização permanente da comunidade acadêmica, pressão por políticas públicas que privilegiem a educação superior e a busca por mecanismos de transparência na gestão dos recursos públicos. Somente com a convergência desses esforços será possível avançar qualitativamente no desenvolvimento da UEMG.

Referências bibliográficas

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Imprensa Nacional, 1988.
- BRASIL. *Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Imprensa Nacional, 1996.

- De Brito, Vera Lúcia Ferreira Alves. O ensino superior na Constituição do Estado de Minas Gerais. *Educação em Foco*, v. 12, n. 13, 2009.
- Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque. Autonomia e poder na universidade: impasses e desafios. *Perspectiva*, v. 22, n. 01, 2004.
- Fernandes, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo, Dominus/Edusp, 1966.
- Ferreira, Helenilson Santos. Balbúrdia: discursos dos tomadores de decisão da gestão de educação no governo Bolsonaro. *Enepcp*, 2023.
- Figueiredo, Pedro Augusto. Em trapalhada do governo, Zema parabeniza reitor que ele não reconduziu; ouça. *O Tempo*, 05 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/em-trapalhada-do-governo-zema-parabeniza-reitor-que-ele-nao-reconduziu-ouca-1.2792074>. Acesso em: 15 de abril de 2024.
- Francklin, Adelino. *A precarização do trabalho docente no ensino superior: análise sobre as implicações do trabalho do professor designado na Universidade do Estado de Minas Gerais*. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos (Tese de doutorado), 2021.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. *Estudos básicos para implantação da Universidade Estadual de Minas Gerais, diagnósticos e potencialidades*. Belo Horizonte: FJP, 1991.
- G1. UEMG apresenta orçamento de mais de R\$ 63 milhões para 2020. 05 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2020/02/05/uemg-apresenta-orcamento-de-mais-de-r-63-milhoes-para-2020.ghtml>. Acesso em: 01/11/2024.
- Gazeta do Triângulo*. Autoridades oficializam a instalação da UEMG em Araguari. 14 de novembro de 2023. Disponível em: <https://gazetadotriangulo.com.br/autoridades-oficializam-instalacao-da-uemg-em-araguari/>. Acesso em: 01/08/2024.
- Gazeta do Triângulo*. UEMG realiza aula magna de inauguração do curso de Direito. 11 de março de 2024. Disponível em: <https://gazetadotriangulo.com.br/uemg-realiza-aula-magna-de-inauguracao-do-curso-de-direito/>. Acesso em: 01/08/2024.
- Mansur, Daniela. Orçamento das universidades federais caiu 14% nos 4 anos de Bolsonaro, apontam pesquisadores da Unifesp. *G1*, 11 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/12/11/orcamento-das-universidades-federais-caiu-14percent-nos-4-anos-de-bolsonaro-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 16 de setembro de 2024.
- MINAS GERAIS. Constituição (1989). Constituição do Estado de Minas Gerais, 1989. Belo Horizonte, 1989.
- Morais, Aurora. *Precarização das relações de trabalho no ensino superior: as condições de trabalho dos docentes temporários da Universidade Estadual de Montes Claros*. Montes Claros, MG: Universidade Estadual de Montes Claros (Dissertação de mestrado), 2020.

- Moreira, Marcelo Sevaybricker; Assis, Maria Fernanda Silva; Dyniewicz, Letícia Garcia Ribeiro. Crise da democracia e autonomia universitária: nomeações para reitorias no governo Bolsonaro (2019-2021). *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, v. 11, n. 2, 2024.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. *Ciência e Cultura*, v. 66, n. 4, 2014.
- Oliven, Arabela. *A paroquialização do ensino superior: classe média e sistema educacional no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- Romano, Roberto. Boa gestão universitária desligada do espírito acadêmico gera apenas burocracia e repressão intelectual. Entrevista concedida a Patricia Fachin. *IHU On-line*, ed. 539, 2019. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7619-bom-gestao-universitaria-desligada-do-espirito-academico-gera- apenas-burocracia-e-repressao-intelectual>. Acesso em: 15/08/2024.
- Romano, Roberto. Gestão universitária, autonomia, autoritarismo. *Revista USP*, n. 78, 2008.
- RUF. O ranking geral de universidades. Folha de São Paulo, 2024. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2024/ranking-de-universidades/principal/>. Acesso em: 31/10/2024.
- Santos, Neide. *Gestão e trabalho na universidade: as recentes reformas do estado e da educação superior e seus efeitos no trabalho docente na UEMG*. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (Tese de doutorado), 2014.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *UEMG anuncia abertura de curso de Direito em Araguari*. Publicado em 15 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.uemg.br/noticias-1/14272-uemg-anuncia-abertura-de-curso-de-direito-em-araguari#:~:text=Em%20reuni%C3%A3o%20realizada%20nesta%20quinta,Municipal%20e%20Governo%20de%20Minas>. Acesso em: 08 de março de 2024.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 31/10/2024
Aprovado em: 30/11/2024